UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O CDES NA MÍDIA: GÊNESE DE UMA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA NA DISPUTA PELA OPINIÃO PÚBLICA

Dissertação de Mestrado

Laerson Bruxel

Porto Alegre, agosto de 2005

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O CDES NA MÍDIA: GÊNESE DE UMA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA NA DISPUTA PELA OPINIÃO PÚBLICA

Laerson Bruxel

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Helena Weber

Porto Alegre, agosto de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação "O CDES na mídia: gênese de uma esfera pública política na disputa pela opinião pública", elaborada por Laerson Bruxel, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora:

_____

Profª. Drª. Christa Berger (UNISINOS)

_____

Profª. Drª. Márcia Benetti Machado (PPGCOM/UFRGS)

_____

Profª. Drª. Mercedes Maria Loguercio Cánepa (IFCH/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários, professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudo, que possibilitou a realização de parte do mestrado com dedicação exclusiva.

À professora Drª Maria Helena Weber, que, através de sua orientação, me acompanhou mais de perto nesta caminhada.

Aos familiares, pelo constante apoio e estímulo.

RESUMO

A pesquisa analisa a aparição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) na cena midiática. Instituído pelo Governo Lula no início de 2003, o Conselho é formado por representantes de diversos segmentos da sociedade e ocupa-se do debate de temas da agenda política. O estudo acompanha a entrada e desenvolvimento desse debate na cena midiática, verificando em especial as vozes que ganharam mais visibilidade. A análise concentra-se sobre o material produzido por cinco jornais – Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Correio Braziliense – durante os anos de 2003 e 2004. Os dados reunidos para esta pesquisa foram submetidos a um processo de interpretação. O intuito é avaliar se a forma como os temas da agenda política foram lançados para a esfera pública pode privilegiar determinados segmentos na disputa pela formação da opinião pública. É através da midiatização das atividades do CDES que grande parcela da população tem acesso a esses temas. Esses subsídios alimentam o debate público. Ao produzir o material simbólico, a mídia atua como ator importante na disputa pela opinião pública.

Palavras-chave: Esfera pública. Opinião pública. Jogo político. Comunicação e poder. Material simbólico.

ABSTRACT

The survey analyses the Social and Economical Development Council (SEDC) appearance on the media scene. Established by the Lula Government at the beginning of 2003, the Council is formed by representatives of several society segments and fill its time debating themes from the political agenda. The study follows the entrance and development of these debates on the media scene, specially verifying the voices that gained more visibility. The analysis concentrates on the material produced by five national newspapers - Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo and Correio Braziliense – during 2003 and 2004. The gathered data for this survey were subjected to an interpretation process. The intention is to evaluate wether the way on how the political agenda themes were launched to the public sphere can favour certain segments on the dispute for the public opinion formation. It is through media showing of the SEDC activities that a great part of the population has access to these themes. These subsidies feed the public debate. When producing the symbolic material, the media acts as an important actor on the fight for public opinion.

Key-words: Public sphere. Public opinion. Political game. Communication and power. Symbolic material.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9

2 ESFERA PÚBLICA, COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA..... 19

2.1 Esfera pública, comunicação e democracia.....21

2.2 Opinião pública e o novo jogo político..... 34

2.3 Comunicação e poder: o espaço da imprensa no jogo político..... 48

2.3.1 O poder do jornalismo.....52

2.3.2 A notícia como expressão da ideologia dominante.....55

3 O CDES ENTRA EM CENA.....61

3.1 CDES: configuração e características.....63

4 O CDES ENTRA NA CENA MIDIÁTICA.....78

4.1 A caracterização do CDES pela mídia..... 91

4.1.1 As primeiras aparições..... 93

4.1.2 Editoriais..... 96

4.1.2.1 Uma ameaça..... 97

4.1.2.2 Mecanismo de pressão e de constrangimento..... 98

4.1.2.3 Um obstáculo (ou “Uma pedra no meio do caminho”)..... 98

4.1.2.4 Urnas dispensam debate..... 99

4.1.2.5 Méritos obscurecidos.....100

4.1.2.6 Uma instância que não é bem-vinda.....101

4.2 A agenda do CDES na mídia.....102

4.2.1 Os debates sobre a reforma da Previdência.....103

4.2.2 Os debates sobre a reforma tributária.....105

4.2.3 As três últimas reuniões de 2003.....107

4.2.4 Agenda temática do CDES na mídia em 2004.....110

5 O CDES NA CENA MIDIÁTICA: SURGIMENTO DE UMA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA NA DISPUTA PELA OPINIÃO PÚBLICA.....112

6 CONCLUSÃO.....126

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....132

ANEXOS.....138

1 INTRODUÇÃO

A política sempre se baseou em processos de comunicação. Seja nas ditaduras ou nos regimes democráticos, a comunicação serve para convencer, ludibriar, louvar, dominar, legitimar, contestar, promover debates ou para realizar qualquer outro processo de interação entre atores interessados em continuar no poder, em disputá-lo ou em chegar a um termo sobre determinada questão. Nas sociedades modernas e democráticas, não há agente da esfera política que sobreviva se não mantiver um contato permanente com o público, uma vez que é este quem lhe dá sustentação e legitimidade.

Os governos, e mais ainda aqueles que se dizem democráticos, precisam estabelecer algum tipo de diálogo com a sociedade. A legitimidade de um governo deve ser construída e/ou reafirmada constantemente, sob o risco de causar instabilidade política e social. As teorias modernas preconizam que os governantes precisam, de alguma forma, manter certa sintonia com a chamada opinião pública, seja para se legitimarem, seja para buscarem sustentação quando da implementação de políticas públicas.

Historicamente, governos autoritários, feudais e ditatoriais sempre mantiveram um tipo de controle sobre a sociedade. A legitimidade do poder baseava-se em discursos que davam sustentação ideológica a esse tipo de organização sociopolítica. Sempre que necessário, recorria-se ainda ao uso da força para tolher qualquer tipo de iniciativa que

pudesse desestabilizar o poder instituído. Com o advento das democracias modernas, torna-se hegemônica a idéia de que é a sociedade que deve, de alguma forma, estabelecer o controle sobre os governos. As decisões governamentais, para gozarem de legitimidade, devem fazer eco à chamada opinião pública. Então, se essa não converge para a concepção defendida pelo grupo dirigente, este, para se manter no poder ou implementar políticas políticas, precisa adequar-se ao que pensa aquela ou deve encontrar estratégias para conquistá-la. Assim, nas sociedades democráticas contemporâneas, o jogo político transformou-se numa luta simbólica para impor uma certa visão do mundo social (CHAMPAGNE, 1998).

Se nas primeiras experiências da democracia moderna a opinião pública caracterizava-se como o resultado de debates e embates que transcorriam em espaços bem específicos, notadamente no Parlamento, o mesmo já não ocorre mais na sociedade contemporânea. Nessa há inúmeros outros espaços de manifestação que contribuem para a formação da opinião pública. Porém, um deles – o campo midiático – surge como *locus* privilegiado, principalmente pelo seu alcance social. O espaço tradicional continua existindo, mas concorre com inúmeros outros, em especial com esta esfera de visibilidade pública dominante (GOMES, 2004). Nas sociedades contemporâneas e de massa, o ator político que não se valer dos serviços do campo da comunicação terá dificuldades de sobreviver dentro desse novo jogo.

A opinião pública, que em tese dá legitimidade ao governo, já não é mais o resultado dos confrontos que se desenvolvem em uma instância específica, institucionalizada, ao qual têm acesso somente os que obtêm a delegação da sociedade através do voto. O novo processo traz elementos de uma pluralidade de manifestações. Porém, gozam de privilégio especial nessa luta aqueles que conseguem visibilidade na tribuna de maior abrangência. E esse espaço não se caracteriza como um "fórum aberto",

no qual tudo pode ser discutido e todos podem entrar. Há agentes – os do campo midiático – que decidem o que e quem pode aí ingressar (CHAMPAGNE, 1998).

Se o campo da comunicação se apresenta como espaço privilegiado para a formação da opinião pública, qualquer discurso – seja de legitimação do poder ou que queira exercer algum outro tipo de influência - precisa, de alguma forma, considerar esta nova realidade. Para disputar e formar a opinião pública, torna-se necessário marcar presença na tribuna privilegiada.

Em primeiro lugar, é preciso ter acesso a ela para, somente depois, participar da disputa pela geração e difusão de subsídios que possam influenciar a formação da opinião pública. No entanto, dar esse primeiro passo não é tão simples assim, ainda mais se se tratar de um ator do campo político. Ocorre que o campo da comunicação constitui-se em um espaço autônomo, e que controla a esfera de visibilidade pública. E toda informação processada e repassada pelo campo político é vista com suspeita, uma vez que é interessada (GOMES, 2004).

A partir dessa constatação nasce o interesse na presente pesquisa, que tem como foco o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um órgão criado pelo Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A criação do Conselho foi a forma encontrada pelo Governo Lula para estabelecer um debate com a sociedade, ao mesmo tempo em que serve como canal de escuta. Configurando-se como um espaço de diálogo entre os mais diversos segmentos sociais, o Conselho se ocupa especialmente da agenda política do Governo. Foi instituído para ouvir representantes de diferentes áreas e, baseado nisto, contribuir para a elaboração e implementação das políticas do Governo.

Os temas da agenda política, da qual se ocupa o CDES, podem chegar à agenda pública. Os debates iniciados pelo Conselho podem gerar insumos que, por seu turno, podem desencadear e/ou alimentar novos debates em outras instâncias. Como

conseqüência, a opinião pública acerca dos temas em pauta pode ser formatada ou somente pelos insumos gerados pelo CDES, ou pelo que foi produzido em outras instâncias, ou pela assimilação das informações que provêm destes diferentes espaços.

A pesquisa volta-se para esse processo que se instaura na sociedade brasileira a partir da criação deste Conselho, em especial a partir do momento em que o órgão e suas atividades ganham existência no campo midiático. O foco do trabalho é orientado para os processos comunicativos daí decorrentes. Como a imprensa sempre procura acompanhar o que ocorre no mundo político, este trabalho quer verificar como ela dará visibilidade ao Conselho e às atividades que este realiza. O intuito é observar o processo de entrada na mídia da agenda política que o Governo propôs ao Conselho e procurar entender que conseqüências podem advir para a opinião pública.

Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um espaço gerador de uma esfera de discussão pública. Ao mesmo tempo em que, por meio da midiatização de suas atividades, pode estar lançando temas da agenda política para a discussão pública, pode também, igualmente, através deste processo, passar a disputar com a imprensa o papel de agendar e orientar os debates públicos sobre temas do campo político, bem como de gerar insumos para a formação da opinião pública.

O objetivo, portanto, é analisar o CDES a partir dessa perspectiva. Trata-se de uma criação do Governo Lula que, pela sua pauta específica, pode estar gerando insumos para a pauta jornalística e, conseqüentemente, pode, igualmente, também pautar e lançar subsídios para a opinião pública. Dentro do propósito desta pesquisa, é preciso verificar como é feita a midiatização do CDES, de seus debates e de suas atividades. As notícias caracterizam-se como produtos simbólicos. Elas cumprem esta função de levar o fato para aqueles que não têm acesso direto ao mesmo. Nesse sentido, os insumos que vierem a ser lançados para a opinião pública são aqueles originários do CDES, porém a construção

deste material simbólico está sob o controle da imprensa. No caso em análise, o Governo Lula, através do CDES, pode até influenciar na formação de uma agenda e opinião públicas, porém este processo estará dependente da forma como esse material simbólico será organizado e distribuído pela mídia.

O campo da comunicação caracteriza-se como um espaço privilegiado por onde circulam subsídios dos mais diversos campos. Esta pesquisa quer ver quais vozes ou interpretações acerca da agenda política do Governo apresentada ao CDES passam a circular pela mídia. Como controlador do "lugar de fala" hegemônico na contemporaneidade, o campo midiático sempre seleciona e, depois, formata alguns pontos e/ou vozes que passam a ter maior visibilidade. A forma como esse material é organizado pode sugerir uma ou outra interpretação. Ao invés de uma simples instituição mediadora, a imprensa constitui-se em um ator neste processo de geração de subsídios que são lançados para a opinião pública.

Ao fazer essa seleção, o campo midiático – através do jornalismo – desempenha seu papel de não cair nas artimanhas comuns do campo político (GOMES, 2004). Ao se negar a fazer a simples mediação de subsídios gerados pelos atores (interessados) que disputam a atenção da opinião pública, a mídia propõe-se a levar ao público informações que não estejam "contaminadas" pelos interesses mais imediatos e restritos de grupos políticos ou econômicos.

Mas também é preciso considerar que, por maiores que sejam os cuidados dos profissionais que atuam no campo da comunicação, a propalada imparcialidade pode ser vista apenas como meta ou discurso. Na prática, ela é impossível de ser realizada, como defendem pesquisadores citados ao longo deste trabalho. Vale ainda ressaltar que qualquer análise mais aprofundada do jogo político precisa sempre considerar que, muito além de um simples mediador objetivo e imparcial, como gosta de se apresentar, a imprensa é um

ator que, por ter seus interesses próprios, atua diretamente na esfera pública, seja no campo político, seja em todas as outras áreas (MARCONDES FILHO, 1984; AMARAL, 2002).

Ao focar o material produzido pelo campo da comunicação sobre o CDES e as atividades que este realiza, a presente pesquisa parte deste pressuposto: o jornalismo, ao noticiar determinado evento, leva o mesmo ao conhecimento daqueles que não tiveram acesso a ele. A partir dessa mediação feita pela atividade jornalística, determinado evento passa a existir para um público mais amplo. No caso do debate em torno de um tema, os insumos que o jornalismo produz ou simplesmente reproduz podem, então, de alguma forma, contribuir para a formação da opinião pública. Essa passa a tomar conhecimento dos temas em pauta e, ao mesmo tempo, recebe informações que podem contribuir para que se posicione frente aos mesmos, caso seja chamada a fazê-lo.

O presente trabalho procura verificar como o Conselho e os debates que realiza foram publicizados. Ou seja, de que forma a pauta da agenda política apresentada ao CDES e os insumos gerados a partir dos debates que o Conselho realizou foram lançados para a opinião pública através da mídia. Para a constituição do Conselho e, conseqüentemente, para os debates que aí ocorreram, o Governo Lula convidou representantes de diversos segmentos da sociedade. Neste estudo vão ser verificados quais são os representantes convidados pela mídia para se manifestar em seu espaço. Quais são as vozes que ganham visibilidade para ajudar a interpretar os temas postos na agenda política apresentada pelo Governo Lula ao CDES? O Governo convidou vozes de quatro esferas – empresarial, social, do trabalho e personalidades – para integrar seu fórum de debates. E a mídia, quem ela convidou?

O acontecimento cria a notícia, mas a notícia também cria o acontecimento (TRAQUINA, 1999). O debate promovido pelo Governo Lula assume determinadas características e peculiaridades. Ao fazer a mediação desse evento, a mídia vai reconstruí-

lo à sua maneira. E o quadro interpretativo que ela oferecer vai depender da forma como o material simbólico vai ser organizado e de quem ela vai convidar para se expressar a respeito do tema em questão. Um dos propósitos deste trabalho é verificar se o material produzido pelo jornalismo conseguiu retratar a pluralidade de vozes presentes no Conselho.

O interesse pelo estudo do CDES ganha importância por causa deste processo que ele permite desencadear. Num primeiro momento, a agenda política do Governo Lula, através dos debates promovidos pelos CDES, busca autorização para ingressar naquele espaço que se caracteriza, na sociedade contemporânea, como principal tribuna para a formação da opinião pública. A agenda política do Governo, se conseguir acessar o espaço privilegiado da esfera de visibilidade pública, passará a existir também na agenda pública.

Um dos desafios da pesquisa de comunicação política é decifrar as diversas estratégias que o campo político adota para "existir" no campo midiático. O campo político quer não somente "existir" mas gostaria também de ter o controle sobre os fluxos informativos da mídia. O interesse é ganhar visibilidade e, ainda, conferir um determinado sentido às coisas. É aparecer, mas aparecer de uma determinada forma. Como aponta Champagne (1998), o novo jogo político – que se trava no terreno midiático - consiste numa luta simbólica pela imposição de uma certa visão de mundo. Que tipo de estratégia pode ser usada pelo campo político para que a mídia possa, de alguma forma, dar "existência" a algo e, ao mesmo tempo, trazer para o debate temas que sejam do interesse dos atores políticos?

A busca de respostas vai começar pela descrição das características do Conselho e pela identificação dos segmentos que foram convidados a participar dos debates. Antes, ainda, torna-se necessário situar o contexto histórico e as razões que levaram o Governo Lula a tomar essa iniciativa. Pesquisadores da Ciência Política, em especial Jorge Tapia e Sônia Fleury, orientam a reflexão para compreender melhor o foco

central da pesquisa, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O processo de reunir representantes de diversos segmentos sociais ao redor de uma mesma mesa para um debate sobre as políticas públicas é conhecido como sendo uma prática de concertação social. Descritas nas teorias sobre o corporativismo, essas práticas fundamentam e explicam a lógica de funcionamento do CDES.

Como o intuito é analisar a forma como ocorre o ingresso do CDES e de sua pauta de debates no campo midiático, o passo seguinte consistirá na análise e interpretação de material produzido por cinco jornais de expressão nacional: Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (ESP), Correio Braziliense (CB), Jornal do Brasil (JB) e O Globo (Globo). Este trabalho será realizado em duas etapas distintas. Na primeira o interesse é verificar como o CDES passou a existir na cena midiática, como ele deu entrada neste campo e como ele foi caracterizado. Para tanto, a análise vai concentrar-se sobre nove matérias jornalísticas divulgadas antes mesmo da instalação oficial do CDES e sobre treze editoriais, estes publicados nos três primeiros meses de 2003 – alguns antes, outros logo após a instalação oficial do Conselho.

A segunda etapa da análise de material é feita sobre 63 matérias jornalísticas – publicadas nos mesmos jornais acima citados, durante os anos de 2003 e 2004 - que dão conta dos debates e das atividades do CDES. Aqui é feita uma subdivisão: 1) cobertura dos debates sobre a reforma tributária (dez matérias); 2) cobertura dos debates sobre a reforma da Previdência (cinco matérias); 3) cobertura da terceira à quinta reunião do Pleno do CDES (dezesseis matérias) e; 4) cobertura da sexta à décima reunião (32 matérias). As matérias são aquelas publicadas entre o período que compreende cinco dias antes e cinco dias depois das reuniões do Pleno do CDES. Isso se justifica pois, pela proximidade do evento, a mídia volta a sua atenção sobre o mesmo, gerando material informativo. Nesta segunda etapa, o propósito principal é verificar quem é convidado pela mídia para, em seu

espaço, dar seqüência aos debates iniciados pelo CDES. O foco está voltado para entender quais esferas representadas no Conselho obtêm visibilidade na tribuna midiática. Afinal, são esses os insumos que vão ser lançados para a opinião pública. Organizados de uma determinada maneira, eles certamente não chegam a determinar a interpretação que a recepção fará, mas podem, sim, sugerir um determinado entendimento para os temas em pauta.

O objetivo principal dessas análises é, portanto, ver, num primeiro momento, como essa novidade institucional é apresentada à opinião pública pela imprensa, seja através de matérias de cunho jornalístico, seja através do posicionamento explícito dos veículos (manifestado nos editoriais). Num segundo momento, a idéia é acompanhar como o processo de debates desenrola-se no espaço midiático. Quem dos convidados pelo Governo a integrar o CDES é também convidado pela mídia? Alguma esfera é privilegiada nesse espaço?

Os dados coletados serão interpretados à luz de alguns teóricos, como Eni Orlandi. Para ela, o texto é multidimensional, ou seja, ele pode carregar diversos sentidos. No entanto, ela também enfatiza que a forma como o conteúdo é produzido pode sugerir um determinado tipo de interpretação. Os conteúdos lançados pela imprensa para a opinião pública também se caracterizam como produtos simbólicos que, potencialmente, podem gerar diversos sentidos. A hipótese de que venham a privilegiar algumas vozes ou interpretações – sugerindo assim um determinado sentido - não pode ser descartada.

Durante este trabalho, Jürgen Habermas, Wilson Gomes e Patrick Champagne serão referências para enfocar o jogo político, a opinião pública e a esfera pública, e a relação destes com o campo da comunicação. É na esfera pública que se travam as mais diversas disputas e, conseqüentemente, por onde circulam os discursos e se consolidam as categorias de representação social, através das quais se chega a noções comuns de

entendimento e se forma a opinião pública. Na esfera pública também ocorre a formatação de algumas regras de convivência, enfim, um consenso mínimo sobre normas de conduta que tornam possível a vida em comum. O campo da comunicação aparece como espaço privilegiado para fazer circular discursos.

Fazer circular um discurso e participar da disputa de sentidos é, em última instância, participar de uma disputa de poder. O campo da comunicação lida com um poder específico, uma vez que tem a capacidade de se impor mais facilmente nessa prática de produzir sentidos para a realidade. John B. Thompson orienta essa reflexão e ajuda a entender esse poder específico. No dia-a-dia, a prática do jornalismo lida diretamente com essas questões. A atividade jornalística é a responsável pela conversão de fatos em produtos simbólicos, as notícias. Nelson Traquina contribui para a compreensão deste processo de produção das notícias e o que elas são, afinal. Stuart Hall e outros são fontes para a reflexão que tem por objetivo entender como, muitas vezes, o processo de produção das notícias pode ser apenas reprodutor das idéias dominantes na sociedade. Envolto em seu trabalho no corre-corre do dia-a-dia, o jornalista, sem se dar conta disto, e sem estar envolvido numa suposta conspiração, pode contribuir para que o produto final do seu trabalho, a notícia, reproduza apenas as idéias ou as interpretações daqueles segmentos mais influentes da sociedade.

2 ESFERA PÚBLICA, COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA

A configuração do mundo social é resultado de uma disputa entre os diversos atores. A ordem vigente e as concepções predominantes são aquelas que se impuseram ou venceram a disputa com outras. A sociedade caracteriza-se como sendo este espaço onde se travam essas lutas. Há espaços específicos onde se estabelecem diferentes relações que objetivam definir ou participar da definição do mundo. As instituições são um resultado desses embates. A democracia tem como um de seus pressupostos a idéia de que todos podem ou deveriam poder, de alguma forma, participar desse processo. Para que ela exista, deve haver um acordo tácito em torno de algum regramento comum para que a convivência pacífica entre as pessoas seja viável.

Os conceitos "esfera pública" e "opinião pública" vão merecer especial atenção neste trabalho, uma vez que se inserem neste debate e vão ao encontro de princípios fundadores da democracia moderna. Eles procuram dar conta desta idéia de que há uma instância onde, através do diálogo e da disputa de posições, é possível harmonizar posições para uma convivência sadia. No entanto, por outro lado, também trazem a preocupação de que neste embate verificado na sociedade contemporânea, há um campo específico – o da comunicação – que ocupa um espaço privilegiado, pela capacidade que têm de tornar visível ou fazer existir certas posições e, inversamente, ocultar outras. Na disputa por

visões de mundo, os atores desse campo e aqueles que têm acesso a ele levariam considerável vantagem. A disputa política, ou o embate democrático, precisa assim se deslocar também para o terreno midiático.

Para esta reflexão, Jürgen Habermas e Wilson Gomes serão fontes a serem consultadas. A exigência habermasiana para uma autêntica esfera pública parece ter tornado impossível a realização da mesma na sociedade contemporânea, uma vez que com o crescimento da imprensa não haveria mais possibilidade de constituição de uma opinião pública com base no debate livre e argumentativo. Agora, a mídia e os grupos que ali transitam simplesmente estariam manipulando a opinião pública. Gomes resgata o conceito de esfera pública de Habermas e, a partir de uma releitura crítica, vê possível a existência de uma esfera de discussão pública hoje. No entanto, enfatiza que é impossível imaginar que tudo possa ser debate, o que, aliás, nunca teria ocorrido, nem mesmo durante o período histórico a que se refere Habermas.

Gomes ainda faz uma análise da democracia contemporânea face à existência de um espaço dominante na esfera de visibilidade pública, a cena midiática. Diante dessa constatação, chama a atenção para o fato de que nenhum ator político pode hoje desconsiderar essa realidade, ainda mais em uma sociedade de massa. Gomes entende que qualquer estratégia para formação da opinião pública na política contemporânea precisa incluir o campo da comunicação. Patrick Champagne é mais enfático. Para ele, formar a opinião é o novo jogo político, e ele passa pelo campo midiático. Aparecer na esfera de visibilidade pública dominante não é algo que se oferece optativamente aos atores políticos. Não aparecer na cena midiática pode significar o mesmo que não existir.

Uma leitura final ainda será feita em torno do material que circula na cena midiática. A questão central é saber o que são as notícias e como elas são produzidas. Afinal, elas reproduzem a realidade ou o que vem a ser este produto simbólico que é

apresentado ao público que acompanha a cena midiática? Nelson Traquina, em especial, é a referência para tentar entender o produto jornalístico.

2.1 Esfera pública, comunicação e democracia

Com o advento do século XXI, no mundo ocidental estão definitivamente superadas as teorias que sustentam a existência natural de desigualdades sociais entre os homens. A configuração social é vista como resultado de uma construção histórica que tem como sujeito o próprio ser humano. Sendo assim, a intervenção humana pode levar a sociedade a tomar uma configuração mais próxima do ideal almejado pelo conjunto dos seus membros. A construção de uma sociedade mais próxima daquela das narrativas utópicas parece estar ao alcance das pessoas. E a participação de todos na definição das políticas públicas apresenta-se como o caminho ideal para a realização desse sonho. A modernidade alimentou este projeto. No campo político, o conceito de democracia traduz esta aspiração. A emergência da democracia é vista por alguns analistas como "o acontecimento mais importante do século XX" (SEN *apud* SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 39).

A sociedade deve, portanto, ser estudada a partir desta perspectiva: como resultado de um processo de criação ou elaboração, que sempre envolve sujeitos e contextos específicos. A instituição de novos conceitos, a criação de novas categorias e, por fim, a definição e construção do mundo social não se realizam no âmbito privado, individual. Essa atividade é decorrente da situação existencial do ser humano. Ele vive, mas também convive. Compartilha o mesmo espaço com outros. Para Arendt (2001), a pluralidade de visões leva à interação e ao diálogo para a construção deste "mundo comum", para que os diferentes se entendam e possam conviver pacificamente. A vida

pública serve tanto como elemento constitutivo e de desenvolvimento de vidas individuais – que faz com que cada um se diferencie do outro - como também para a definição dos parâmetros normativos que definem a vida em comum. É através da ação de sujeitos agindo no espaço que é comum a todos que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria.

A esfera pública constitui-se como instância deliberativa e legitimadora do poder político (HABERMAS, 1984). O espaço público é o "domínio por excelência" das trocas simbólicas entre cidadãos, onde tem lugar as mediações políticas fundamentais que constituem as sociedades democráticas (ESTEVES, 2003). A esfera pública é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. A democracia moderna não pode ser pensada sem esfera pública (GOMES, 1998). Trata-se do espaço onde vontades individuais precisam ser transformadas em uma vontade geral.

De acordo com a perspectiva habermasiana, o fundamental é que uma decisão seja resultado de um debate público, baseado em argumentos racionais. Neste processo, para que sejam atendidas as exigências de livre acesso, igualdade e autonomia dos sujeitos, devem estar afastadas influências relativas a poder, privilégios e diferenças sociais. Em síntese, trata-se de construir uma opinião pública que leve a uma tomada de decisão que atenda à vontade geral. A opinião pública habermasiana é uma espécie de consenso resultante de um debate orientado publicamente e fundado no convencimento, no melhor argumento. Em contraposição à política de segredos praticada pelos monarcas, Habermas sugere tornar público, para submeter ao debate racional, tudo que se refere à coletividade. E as decisões políticas sempre devem estar sujeitas à revisão perante a instância da opinião pública.

A esfera pública caracteriza-se como uma instância por onde transitam e do qual participam os mais diversos atores, cada qual defendendo seus pontos de vista. Na

sociedade contemporânea, a definição ideal de esfera pública – a que segue a perspectiva de Habermas – encontra dificuldades para se sustentar. Enquanto ideal normativo, até pode permanecer na pauta. Porém, como categoria de análise descritiva da realidade, o conceito não consegue dar conta da complexidade do espaço público contemporâneo. Isso porque a sociedade se vê diante de várias situações de assimetria, que não proporcionam o espaço e as condições exigidas para desenvolver um debate fundado tão-somente em idéias, no discurso racional, no melhor argumento.

Uma das primeiras constatações é de que, ao discursarem, alguns têm mais visibilidade. Podem, portanto, ser vistos e ouvidos, e participar mais ativamente da constituição do mundo comum, da formulação da vontade geral. Outros, colocados em situação de desvantagem, são privados de ser vistos e ouvidos pelos seus semelhantes. São privados, portanto, da participação neste processo que define e institui o mundo comum (ARENDT, 2001). Essa assimetria faz com que poucos usem a palavra e a grande maioria vire espectador passivo. Esse quadro fere os princípios democráticos de livre acesso e igualdade de condições. Para Esteves (2003), este é o grande problema da estruturação da comunicação pública moderna: a apropriação unilateral das mídias. O fato é problemático, entre outras razões, pela estrutura de propriedade das mídias, pelo modo como são orientados, pelas suas linguagens predominantes e pelo tipo de finalidades que a sua utilização tem em vista (interesses privados, comércio, concorrência, etc.).

As assimetrias na esfera pública, por conta do destaque que ganha o campo da comunicação, formatam uma desigualdade entre os interlocutores, o que, do ponto de vista democrático, cria sérios entraves para a constituição do mundo comum. Os espaços privilegiados viram meios e instrumentos nas mãos dos poucos que têm acesso aos mesmos. Esses poucos criam uma ilusão de vontade coletiva, uma “pseudo-legitimação”, que tem como objetivo último reforçar suas próprias posições (ESTEVES, 2003). O

fortalecimento da imprensa, espaço privilegiado dentro da esfera pública, e a entrada de interesses comerciais neste espaço criaram embaraços ao funcionamento da esfera pública habermasiana. Ao invés de uma opinião pública construída a partir de um debate aberto, público e racional, cria-se um "clima de opinião" a partir da exposição da posição de alguns grupos. À maioria resta aderir a uma ou outra posição encenada. O público vira consumidor que escolhe entre aquelas opções que são publicizadas. Surge o marketing político "para vender política apoliticamente". Com a "redução da autêntica esfera pública política, [...] o setor político passa a ser integrado sócio-psicologicamente ao setor do consumo" (HABERMAS, 1984, p. 252-253). O público não é mais chamado a participar da discussão das questões de interesse público. Ele "pode ser chamado a legitimar acordos políticos sem que, por outro lado, ele seja capaz de participar de decisões efetivas ou até mesmo de participar" (HABERMAS, 1984, p. 258).

Não só Habermas, mas inúmeros outros autores acreditam que uma "autêntica esfera pública" não é mais possível na sociedade contemporânea em função da crescente e marcante presença da comunicação de massa. Para esses, a política – e, por conseqüência, a esfera pública política – desconfigurou-se por completo e se resume a espetáculos, teatro, encenação, representação, etc. (GOMES, 2004, p. 357-416). E se a democracia moderna se funda em princípios presentes na esfera pública habermasiana, estará ela também sucumbindo com o advento da comunicação de massa? A prevalecer essa lógica, e sendo correta a avaliação sobre o declínio da esfera pública política, a resposta tende a ser positiva.

Em longo estudo, Wilson Gomes (2004) analisa a transformação da política na era da comunicação de massa e as implicações para o processo democrático. Embora não ignore que significativas mudanças se processaram ao longo dos últimos anos, ele destaca que a grande maioria daquelas que são apontadas pelos críticos ocorreu, não no interior do

campo político, mas na relação deste com o campo da comunicação. E essas mudanças são resultado não somente do advento do campo da comunicação, mas também do surgimento das democracias nas sociedades de massa. Para que o poder político possa legitimar-se perante o público, a ele não resta outra alternativa que não seja a de se valer dos recursos disponibilizados pelo campo da comunicação, e também da sua gramática, geralmente espetacular.

Na sociedade contemporânea, a esfera de visibilidade pública dominante é a cena midiática. Em sociedades democráticas e de massa, qualquer tentativa que o poder político faça para se apresentar e se comunicar com o seu público, processo através do qual busca a sua legitimação, precisa considerar seriamente a necessidade de obter a mediação do campo da comunicação. Em comunidades menores, esse contato até pode ser estabelecido através de mediações tradicionais, como a face a face. Já em uma sociedade de massas, essa alternativa tornou-se inviável. Em decorrência dessa nova realidade, é preciso, segundo Gomes, ficar atento para não confundir e mesmo usar como sinônimos cena política e esfera de discussão política.

Do ponto de vista político, as sociedades democráticas modernas podem ser subdivididas em duas esferas: a civil e a política (GOMES, 2004). Da primeira fazem parte todos os que integram uma respectiva comunidade e possuem direitos e deveres decorrentes desta pertença. Na segunda esfera encontram-se os que estão autorizados a tomar decisões políticas e a conduzir o Estado, o poder político institucionalizado. De acordo com Gomes, a democracia tem um dos centros dogmáticos na idéia de soberania popular, segundo a qual o conjunto dos cidadãos se autodetermina politicamente. A partir dessa interpretação, o povo estaria no comando do Estado. Nessa perspectiva, a esfera civil seria constituída pelos mandantes e a política, pelos mandatários. No entanto, historicamente, complementa Gomes, tem-se percebido que o centro do poder de Estado é

ocupado pela esfera política, em cujo núcleo está o governo. Utilizando-se de expressão de Pierre Bourdieu, Gomes (2004, p. 87) diz que "na divisão social do trabalho político, a esfera dos mandantes, mais nobre em termos ideológicos, tornou-se politicamente a mais passiva, enquanto a esfera dos mandatários, ideologicamente secundária, tornou-se a mais ativa e a mais efetiva". A esfera política não apenas não funciona como eco e reflexo da sociedade civil, como "assume a função ativa de gerar, além das leis e regulações em geral, os programas e discursos descritivos e explicativos de interesse político, as interpretações do mundo social, em competição, que a esfera civil consome apresentando-se ao balcão político para escolher" (GOMES, 2004, p. 88). Numa democracia representativa, as eleições representam o único meio legítimo de introdução de indivíduos e grupos na condição de produtores da decisão política do Estado.

Nas democracias representativas ocidentais, a base da atividade política regular se estabelece numa arena ocupada por dois conjuntos de agentes: governo (Executivo) e congresso (Legislativo). Nesse sentido, o centro real da luta política é a relação entre governo e oposição. O grupo que governa tem o poder que lhe dá a administração de recursos do Estado. Mas, por outro lado, ele precisa da decisão política (que está nas mãos do Congresso) conforme os seus programas e projetos, além de precisar manter ou aumentar o seu poder eleitoral. Diante desse quadro, ocorrem as mais diversas negociações entre governo e oposição. O que se vê, enfim, são os diversos grupos competindo entre si para assegurar que o seu projeto de Estado se implemente.

Numa perspectiva mais pragmática, na esfera política percebe-se uma disputa entre grupos que procuram acumular o máximo de capital político possível. Para os grupos, essa competição tem como objetivo maior conquistar a hegemonia e, como mínimo garantir a sobrevivência. Isso, enfim, caracteriza a esfera política: uma disputa entre diversos atores, com acordos, negociações, rupturas. E, dentro da concepção democrática

vigente, a esfera política é recomposta periodicamente através de eleições (GOMES, 2004, p. 92-96).

Se a esfera civil é quem dá legitimidade e recompõe periodicamente a esfera política, esta precisa, de alguma forma, ter acesso àquela. Os agentes da esfera política querem aparecer bem junto à esfera civil, caso contrário não recebem desta a delegação para, em nome dela, atuar nas instâncias que produzem a decisão política. Numa sociedade cada vez mais complexa, e que é centrada na mídia, o acesso a um grande número de pessoas passa, cada vez mais, pelo universo da comunicação. O campo da comunicação controla a esfera de visibilidade pública, que é a única parte da cena pública que alcança praticamente toda a população de um país. Os meios de comunicação atingem, ao mesmo tempo, pessoas localizadas em pontos mais remotos, situadas nas mais diversas classes e com nível de alfabetização, cultura e capacidade de consumo cultural e competência expressiva os mais diversificados (GOMES, 2004, p. 49). A esfera de visibilidade pública apresenta-se não somente como espaço privilegiado através do qual os agentes políticos podem buscar legitimidade para seus mandatos e decisões, mas ela também contempla um dos princípios da democracia, qual seja, tornar acessível e publicizar questões de interesse da coletividade.

> A esfera de visibilidade pública é percebida pela audiência como um conjunto de quadros temporais que incluem tudo aquilo que existe e é relevante na atualidade. Constitui uma espécie de mundo, de horizonte de realidade, indisponível por imersão corpórea, porém mais importante para a situação do indivíduo na história e para a criação de sociabilidade do que o mundo tangível da nossa experiência quotidiana (GOMES, 2004, p. 143-144).

Gomes ainda complementa:

> [...] Do ponto de vista material, por conseguinte, a esfera de visibilidade pública é um universo sem fronteiras precisas, sem quantum preciso de conteúdos, em que os conteúdos, de diferente valor cognitivo convivem em lapsos geralmente muito curtos. A esfera de visibilidade pública é como um «mar de sargaços», com fragmentos de discurso de todos os tamanhos, às vezes com peças inteiras, que não compõem nenhum quadro ordenado mas que o acaso fez conviver aos caprichos das correntes marinhas (GOMES, 1999, p. 221).

A esfera de visibilidade pública é a cena, aquela dimensão da vida social (política e/ou civil) que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos (GOMES, 1999). Ela responde a demandas de sociabilidade e comunicação, sendo fundamental em todas as formas sociais para a constituição e manutenção do cimento social. Nas sociedades modernas, a esfera de visibilidade pública tem relevante papel para a vida democrática, uma vez que comporta uma série de demandas cognitivas que só aí são satisfeitas. Numa democracia de massa, não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e às posições em disputa eleitoral sem que se passe por um tal *medium* essencial de sociabilidade. A esfera de visibilidade pública é essencial para a democracia porque é nela que os cidadãos podem ter acesso ou tomar conhecimento das questões que dizem respeito à coletividade e, a partir disto, tomar posição e/ou exercer controle sobre o poder político.

> a) a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a disponibilidade e a acessibilidade, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente - o que equivale a perder-se - se não se convertem em visibilidade; b) a esfera de visibilidade pública disponibiliza, ainda que na maior parte das vezes não produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam a instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública (GOMES, 1999, p. 214-215).

A tese central de Gomes, portanto, é esta: no interior da esfera política seguem ocorrendo negociações, barganhas, disputas, debates e acordos tal e qual sempre ocorreram na história das democracias. Mas há um elemento novo: nunca como agora a sociedade política e a sociedade civil necessitaram tanto da comunicação de massa para fazer funcionar de maneira eficiente o jogo político. Sem a mediação da indústria da informação, a sociedade civil dificilmente poderia formar opinião e quadros interpretativos sobre o estado da deliberação que se processa na sociedade política. A comunicação de massa tornou-se imprescindível para a resolução de um determinado tipo de necessidade

cognitiva: “a demanda de conhecimento pontual sobre o atual estado do mundo, sobre aquilo que podemos chamar de atualidade”. E, por outro lado, sem a mediação da comunicação de massa, para a sociedade política ficaria difícil apresentar suas posições, programas e pessoas ao conhecimento da esfera civil e obter apoio popular, quando é conveniente, e o voto, sempre que é necessário.

Importante para o campo político, e em especial para a democracia, o debate político parece não ter vez na esfera de visibilidade pública, principalmente na cena midiática. Segundo posição sustentada por vários autores, na cena midiática reina o entretenimento, o espetáculo, a simulação, enfim, trata-se tão-somente de um espaço de exposição e de encenação, o que leva muitos a concluir que a política também se resume a isso. Considerando as especificidades da sociedade contemporânea, Gomes (1998, 1999) analisa essa questão a partir de uma releitura crítica da obra de Habermas. Ao recolocar o debate diante das transformações ocorridas, tenta salvar a contribuição habermasiana – a necessidade de garantir e a possibilidade de existência de um debate aberto, público e crítico como princípio legitimador das decisões públicas. A esfera pública como âmbito de apresentação e negociação das pretensões que se referem ao bem comum “continua sendo o conceito-chave da idéia de democracia” (GOMES, 1998, p. 166).

Habermas contribuiu para que seu conceito fosse mal aplicado, uma vez que na sua obra a esfera pública é apresentada como “uma instituição histórica”. Para Gomes (1999), Habermas se equivocou ao defender, em *Mudança Estrutural*..., que toda a esfera pública devesse ser uma grande discussão, conduzida com racionalidade e voltada para o recíproco esclarecimento dos debatedores.

> Habermas achou que a exposição pública burguesa fosse toda debate e decidiu que exposição + debate deveria ser a definição de esfera pública. Quando, ao analisar a publicidade social contemporânea verificou o divórcio entre exposição e debate, sendo que a primeira passava muito bem, mas o segundo viu-se reduzido a muito pouco, resolveu que a esfera pública estava moribunda. O que talvez tenha escapado a Habermas foi o fato de que a publicidade social enquanto

> esfera de visibilidade pública sempre incluiu representações, atos cerimoniais, entretenimento, propaganda etc. até mesmo debates - mas jamais exclusivamente debates. Quem sabe se tivesse visto isso não teria podido aceitar que a publicidade social como esfera de visibilidade pública na sociedade contemporânea se organiza fundamentalmente segundo a lógica comercial de captura da atenção, a lógica social da produção para o tempo livre e a estética conseqüente do espetáculo, da diversão, da beleza plástica, do extraordinário (GOMES, 1999, p. 215-216).

Uma vez que define uma prática fundamental para a democracia, o conceito habermasiano de esfera pública, como sendo a argumentação pública, conduzida com racionalidade, aberta, revisável e orientada pelo princípio do melhor argumento, não deve ser abandonado. Antes, no entanto, "é preciso desobstruir a concepção de esfera pública neste sentido de insidiosas interpretações que prejudicam uma sua compreensão adequada" (GOMES, 1999, p. 217). A esfera pública não pode ser definida como uma coisa, lugar ou instituição social. O que conta é o processo público de debate. Um sindicato, ou um jornal, ou um Parlamento não são, imediatamente, esfera pública. Mas eles podem funcionar, em suas instâncias deliberativas ou no tratamento de matérias relativas ao bem comum, como esfera pública.

A esfera pública caracteriza-se pelo debate público, o que quer dizer que não se pode falar de diferentes tipos de esferas públicas. Sendo público, é de livre acesso e aberto a qualquer tema e pessoa. O que pode ocorrer, e de fato acontece, é que determinados debates se concentram sobre determinados temas que, por sua vez, reúnem públicos específicos que estão diretamente mais interessados. Mas não que o debate seja restrito. Para ser esfera pública, não importa a pauta em questão nem o local em que o debate se realiza. Importa, sim, se obedece a princípios e regras de procedimento que não guardam uma relação essencial com o papel social dos argumentantes. A esfera de discussão pública se caracteriza como "uma prática social" (GOMES, 1999, p. 218).

Uma questão que sempre levou a interpretações errôneas do conceito de esfera pública é o fato de ela sempre ter sido apresentada como um espaço, aos moldes de uma

assembléia, em que pessoas estão sentadas face a face ou em face a uma tribuna, onde sucessivamente os interlocutores intervêm.

> A metáfora da praça central da Cidade-Estado grega, a *ágora*, predomina nos imaginários. Com ela, garantem-se algumas das características aparentemente irrenunciáveis da esfera pública - acessibilidade, visibilidade, vinculação à comunidade - mas se sobrecarrega a noção com outras características que não parecem ser essenciais: contigüidade e contemporaneidade dos parceiros e dos discursos, acessibilidade física ou presença dos parceiros, o face a face, a duração temporal da discussão, o fato de que as discussões sempre se concluam etc. A rigor, não há uma necessidade imperiosa de ficarmos presos na metáfora da praça grega para a democracia de massa moderna. De fato, muito freqüentemente a esfera pública se realiza como assembléia, onde os parceiros são fixos e dotados do reconhecimento ou autorização pública, situada num espaço modelado segundo a praça da antiga democracia. A legalização da esfera pública produziu, entre outras coisas, a criação dos espaços legais e sacrais da realização da fala pública ou parlamentos, congressos, assembléias nacionais. Entretanto, nada há no conceito que nos impeça de reconhecer como esfera pública outras práticas modeladas de maneira mais flexível. Podemos tranqüilamente imaginar que possa haver esfera pública sem parceiros autorizados, porque do conceito não faz parte essencial a autorização pública, mas capacidade argumentativa e a existência da discussão. Da mesma forma, a ausência do face a face, da contigüidade ou convivência espacial e de duração temporal determinada pode impedir a realização de uma assembléia, não de uma esfera pública. Do ponto de vista da natureza somos levados hoje em dia a pensar sobretudo na esfera pública institucional: assembléias legais, com formato controlado e regras e rituais codificados, e reconhecimento social. Modelamos a nossa concepção pela estrutura parlamentar da esfera pública. Entretanto, nada impede a existência de esfera pública circunstancial, ou seja, de debates organizados circunstancialmente, com os parceiros que ocorrerem e com regras *ad hoc*, exceto, claro, aquelas que fazem parte da natureza da esfera pública (GOMES, 1999, p. 218-219).

Para considerar algo como esfera pública, muitos entendem que ela deve produzir um resultado, que ela necessariamente delibere sobre alguma matéria, que produza uma conclusão consensual sobre o tema em questão. Gomes (1999) defende que é perfeitamente possível existir uma esfera pública autêntica que não leve a posições conclusivas e nem delibere sobre os temas em discussão. O resultado do debate promovido não precisa necessariamente vincular ou normatizar algo, mas pode simplesmente ajudar a produzir uma idéia a respeito da matéria ou, pelo menos, da pauta. Por fim, Gomes (1999) ainda observa que, dependendo do tema em questão, os debates promovidos na esfera pública terão um alcance diferenciado. Certos debates ou deliberações de uma esfera pública podem influenciar todo território nacional, enquanto outras podem limitar-se a

alguns estados ou setores específicos.

Mesmo numa sociedade onde a esfera de visibilidade pública é controlada pelo campo da comunicação, onde aparentemente tudo é apenas exposição, a esfera de discussão pública é possível. Inclusive, muitos temas que são colocados em debate são provenientes da cena midiática. Informações que são usadas como argumentos igualmente podem ser oriundas do campo da comunicação. Esse pode, também, contribuir para que os indivíduos formem sua opinião sobre determinada questão. Para Gomes (1999), nem tudo se resume a shows, espetáculos, teatro, etc., embora muito do que aparece na cena midiática seja, inclusive o que advém da cena política.

O conceito de esfera de visibilidade pública permite a coexistência de debate e espetáculo, de discussão e exposição. E isto também é possível de ocorrer no espaço que controla a esfera de visibilidade pública, o campo da comunicação. Um debate com a participação de vários atores políticos pode ser transmitido por uma emissora de televisão. A TV Senado ou mesmo uma rede privada podem fazer a transmissão de um determinado debate que se desenrola no Congresso - ao vivo ou através de uma reprodução na íntegra em outro horário. Nesse caso, o debate político que aí se trava está acessível não somente na esfera de visibilidade pública no sentido mais amplo, uma vez que poderia ser assistido por qualquer cidadão que estivesse em Brasília para acompanhar a sessão, mas esta atividade também ganha existência na cena midiática, espaço privilegiado da esfera de visibilidade pública. Assim, há uma possibilidade concreta de mais pessoas poderem acompanhar esse debate.

No entanto, mesmo quando se trata de uma discussão política, isso não impede o uso de estratégias que, a partir de uma leitura habermasiana, ferem a autenticidade do debate. No debate em questão, os próprios atores políticos participantes, sabendo que estão sendo vistos por considerável platéia, podem valer-se de estratégias para que sua exposição

cause boa impressão aos que estão acompanhando o debate *in loco* ou pela televisão. Por outro lado, ao invés de transmitir o debate na íntegra, a emissora de televisão poderia optar por apresentar somente alguns *flashes*, fazendo uma edição da atividade – fato que é mais comum. Atendendo à lógica do campo midiático (que é a do entretenimento), apresentaria ou daria mais ênfase somente a pontos polêmicos, confrontos mais ríspidos e troca de ofensas entre contendedores. Esse tipo de edição tem como objetivo principal chamar a atenção do telespectador. Assim, aquele que tomasse conhecimento do debate e fizesse sua avaliação com base nesta cena política – o debate editado e apresentado na cena midiática, aquilo que se tornou visível - poderia ser induzido a concluir que o debate foi apenas uma encenação ou pura teatralização. Esta forma de apresentar o debate – através da construção de uma cena política, através da publicidade de alguns aspectos - pode contribuir para descaracterizar ainda mais a atividade política ou o debate propriamente dito. E é este tipo de cena política, editada pelos que controlam a cena midiática, que leva muitos a desacreditar na possibilidade de uma autêntica esfera de discussão política.

É esta a reflexão principal de Gomes (1999): o debate público autêntico pode e ainda acontece em relação aos mais diversos temas e nos mais diversos campos, seja no político, cultural, econômico... A questão é saber como essas atividades aparecem (se e quando aparecem) no espaço privilegiado da esfera de visibilidade pública, a cena midiática. Pela lógica e pela gramática do campo da comunicação, o debate público e racional acaba ganhando pouco ou praticamente nenhum espaço na cena midiática. A maioria das notícias do campo político que aí ingressam são aquelas que se adaptam ou atendem a lógica da mídia. “Com discursos não se faz notícias, porque discursos não entretêm quem os assiste” (GOMES, 2004, p. 339). No entanto, se os discursos ou os debates não aparecem na cena midiática, isto não quer dizer que eles não tenham ocorrido ou não existam.

2.2 Opinião pública e o novo jogo político

De acordo com o ideal democrático, todos os membros de uma comunidade deveriam participar diretamente da decisão das questões de interesse público. A razão pela qual isso não ocorre e as dificuldades de se implantar um sistema político dessa natureza não são objeto do presente estudo. Este apenas parte do estado em que o sistema se encontra institucionalizado em grande parte das sociedades democráticas ocidentais, inclusive no Brasil. Como já visto anteriormente, essa democracia (representativa) está estruturada de tal forma que alguns são autorizados a participar de uma esfera – a política – que se encarrega de produzir as decisões de interesse da coletividade. Periodicamente, através de eleições, há a troca ou a recondução desses delegados para a instância decisória.

Em meio a uma sociedade de massas, o campo da comunicação acabou por assumir uma função central nesse processo. Nas sociedades democráticas contemporâneas, é o campo que, pela sua capacidade de abrangência, melhor consegue estabelecer a mediação entre esfera civil e esfera política. Se os agentes da esfera política querem prestar contas dos seus atos, ou se querem obter a delegação da esfera civil para participar ou continuar na esfera de decisão política, precisam, de alguma forma, estabelecer um contato com ela. Pelo seu alcance, a cena midiática apresenta-se como espaço privilegiado para que os agentes políticos possam fazer essa mediação e, também, buscar legitimidade para seus mandatos. Além disso, ela ainda contempla um dos princípios básicos da democracia, qual seja, tornar acessível e dar publicidade a questões de interesse da coletividade. Assim, o campo da comunicação atende as duas esferas.

Numa primeira avaliação, poder-se-ia sustentar que o campo da comunicação poderia até dispensar o campo da política. Esse, no entanto, não pode prescindir da comunicação, ao menos em um sistema democrático. Aparecer na esfera de visibilidade

pública dominante, a cena midiática, não é algo que se oferece optativamente aos agentes do campo político. Sem tal esfera de exposição pública de massa não haveria acesso relevante ao eleitorado, que possui o recurso fundamental para o campo político: o voto.

E, além da necessidade de se fazer conhecido entre o eleitorado, de assegurar a sua existência perante o público, o que mais leva a classe política a dispensar especial atenção ao campo da comunicação, levando-os a se assessorar de profissionais com competência no controle dos fluxos comunicativos (assessores de comunicação, especialistas em marketing...)? Numa sociedade de massas, existir para o público é principalmente existir na esfera de visibilidade dominante. Não aparecer na cena midiática significa não existir. A imagem que se fizer dele a partir da cena política será tomada pelo público como a constituição da sua natureza e do seu caráter. Portanto, é a sua cena principal, praticamente o único palco no qual tem o público como espectador. Não estar em cena significa não existir; parecer mau é ser mau para o apreciador do teatro político quotidiano.

> Do ponto de vista dos públicos, a cena política é o grande espelho onde a vida política se apresenta aos olhos dos leigos. Não é apenas uma grande cena, não é apenas a parte visível da esfera política, é a esfera política no seu modo de existir para o cidadão e no modo como pode ser por ele experimentada. Se há outra, não lhe é disponível. Por isso, é nela e por ela que a esfera civil forma a sua opinião e organiza a sua disposição sobre os sujeitos políticos, sobre o estado da coisa pública, sobre agendas e prioridades do congresso, do governo e da sociedade. Do ponto de vista da esfera política, a esfera de visibilidade pública é a forma com que um agente político ou uma matéria da pauta política, por exemplo, podem assegurar o reconhecimento público da sua existência. [...] A política em cena é justamente a política que chega ao público, objeto das práticas que chamamos de política midiática (GOMES, 2004, p. 114-115).

O agente político, para ter sucesso eleitoral ou obter o apoio da opinião pública para suas propostas, deve não somente "existir", mas precisa aparecer bem na esfera de visibilidade pública, em especial na cena midiática, para causar boa impressão ao eleitor, de forma que possa contar com a simpatia ou adesão deste para sua candidatura ou proposição política. Segundo Gomes (1999), no interior da discussão política é cada vez

maior o consenso a respeito do fato de que parte considerável da disputa política tenha se convertido em luta pela imposição da imagem pública, bem como em competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política.

> Um fato que nenhum sujeito político contemporâneo desconhece, devendo-se a ele a importância que as assessorias de comunicação, o marketing político e a pesquisa de opinião ganharam para a política hodierna. Descobriu-se, afinal, que o caminho mais curto entre a opinião política e a esfera pública deliberativa não é a inscrição e participação numa esfera pública, como pareceria óbvio; o caminho mais curto comporta um desvio em que se vai da opinião política à sua inserção na esfera de visibilidade pública para, enfim, atingir em cheio a esfera pública política (GOMES, 1999, p. 224-225).

Gomes (1999) aponta ainda para um outro fenômeno importante: a esfera de visibilidade pública permite, desde que se respeite a sua lógica, que debates públicos iniciados em qualquer instância fora das mídias, deliberativos ou não, continuem no seu interior. "Em alguns casos, nem é preciso que os debates tenham começado, mas a pauta da esfera pública é suficiente para que um debate se estabeleça no interior dos *media*" (GOMES, 1999, p. 225). Um tema ou um debate que tenha emergido numa esfera pública extra mídia serve de insumo para a instauração de uma esfera pública midiática. Ou seja, uma pauta da agenda de um movimento social ou de uma entidade específica pode desencadear um debate na mídia, e esta pode sustentá-lo por um tempo, dando-lhe visibilidade e trazendo mais contribuições ao debate e/ou ao tema em questão. Não se trata de uma simples cobertura que a mídia faz, por exemplo, de uma sessão do Congresso ou de qualquer outro evento. Isso representa apenas uma permissão da mídia para que um debate ou evento possa ser acompanhado pelos consumidores da cena pública midiática. O mero registro ou a simples exposição dada pela mídia a um tema ou evento ainda não caracteriza (o início de) um debate midiático. O debate instaura-se quando, além da simples visibilidade, a mídia segue dando publicidade à questão, trazendo a contribuição de mais atores e produzindo ela mesma subsídios através do campo jornalístico, por exemplo. Esse

processo, por sua vez, pode ter reflexos sobre a chamada opinião pública.

A tentativa de definir o que seja opinião pública sempre alimentou várias discussões na academia. Numa perspectiva habermasiana, opinião pública é o resultado de um debate público, aberto e racional a respeito de determinada questão de interesse público, e que leve a uma posição relativamente consensual em torno do objeto em foco (HABERMAS, 1984). Já num tom mais crítico e também mais provocativo, Bourdieu (1980) afirma que, a rigor, não existe uma opinião pública. Para ele, diante da complexidade de um posicionamento, que exige juízo crítico, torna-se praticamente impossível igualar o posicionamento intelectual de duas pessoas, quem dirá de toda uma comunidade. O que pode existir, isto sim, são opiniões pessoais – ou seja, várias opiniões tornadas públicas - a respeito dos mais variados temas.

Com o surgimento da imprensa, Habermas também se tornou incrédulo perante a possibilidade de existir uma opinião pública no sentido que ele a conceituou. Diante do poder de publicidade adquirido pela mídia, alguns atores dão visibilidade à sua opinião e cria-se, assim, um clima de opinião em torno destas questões. O posicionamento que a maioria passa a adotar não é fruto de um debate aberto e racional, mas, sim, a simples adesão a uma ou outra posição que foi publicizada no espaço privilegiado da esfera pública.

Mesmo que ainda persistam discussões sobre a existência ou não de uma opinião pública, ou sobre o que vêm a ser opinião pública, a expressão se tornou tão familiar em alguns campos, entre os quais o da comunicação, que, à parte do debate teórico e conceitual, ninguém mais nega a existência de alguma coisa que se convencionou chamar de opinião pública. As três variáveis mais comuns em torno de um entendimento do que venha a ser a opinião pública resumem-se a: 1) publicidade de uma opinião: é pública porque foi exposta, tornou-se disponível socialmente, houve a publicidade da opinião; 2)

um repertório comum de posições, juízos, teses, hipóteses próprias do público a respeito de coisas, fatos, instituições... e 3) sinônimo de população: desta se espera uma disposição perante qualquer tema que lhe é apresentado, mesmo que não tenha nenhum posicionamento. Nesse sentido, a afirmação de que a opinião pública é contra a pena de morte é o mesmo que dizer que "a população é contra a pena de morte". Quando uma pesquisa de opinião constatar que a maioria dos entrevistados não soube opinar sobre determinado assunto, depreende-se que a opinião pública (entenda-se, a população) ainda não tem elementos suficientes para se posicionar perante a referida questão, mas o que se aferiu – a indecisão dos entrevistados - não deixa de ser considerada uma manifestação ou disposição da chamada opinião pública. Então, divulga-se que a opinião pública está indecisa em relação a tal questão (GOMES, 2000). Hoje prevalece o entendimento de que a opinião pública seja este posicionamento ou disposição que uma população (seja de um território mais específico – opinião pública brasileira - ou mais amplo – opinião pública mundial) tem acerca das mais variadas questões que lhe são apresentadas e sobre as quais é convidada a se manifestar.

A origem da expressão opinião pública remonta ao final do século XVIII e está associada à ascensão da classe burguesa e liberal e, em conseqüência, ao surgimento das democracias modernas. Até então, fazia parte do repertório o termo "opinião", mas sem a adjetivação "pública". Opondo-se menos a "privado" ou "íntimo", mas sim a "segredo", "fingimento" ou "dissimulação", o termo "opinião pública" nasce dentro do movimento de contestação do poder absoluto e arbitrário do rei. Contra as políticas de segredo dos monarcas, os parlamentares – membros de uma elite culta - tornam públicas as suas posições, ao mesmo tempo em que sugerem que a política seja feita com transparência, diante do público. Inicialmente, a "opinião pública" foi menos a posição do público no sentido amplo do termo, mas mais aquela de uma elite social, que tornou pública a sua

posição. A "opinião pública" é, assim, "uma espécie de máquina de guerra ideológica improvisada, durante o século XVIII, pelas elites intelectuais e pela burguesia de toga a fim de legitimar suas próprias reivindicações no campo político e enfraquecer o absolutismo régio" (CHAMPAGNE, 1998, p. 47-48).

A queda da realeza não significou o fim desta "máquina de guerra ideológica". Ela passou a ser usada para outro objetivo. Ao invés de criticar e corrigir as decisões do poder autoritário dos reis – o que vinha fazendo até então -, a opinião pública passa a ser fonte do novo poder, ou melhor, o novo princípio de legitimação política. Na política, o poder precisa contar com alicerces de sustentação diferentes dele próprio. Não basta somente se apoiar na força. Os reis apoiavam-se no princípio da autoridade. Os novos governos encontravam seu princípio de legitimação na chamada opinião pública. No entanto, a nova forma de legitimação do poder também logo esteve diante de problemas. Houve uma reivindicação pelo alargamento da chamada "opinião pública" que, até então, resumia-se tão-somente ao posicionamento de alguns poucos esclarecidos que tornavam públicas as suas posições.

O problema essencial passou a ser a determinação das pessoas competentes para exprimirem a "opinião pública" e quem efetivamente teria participação nesse processo. Historicamente, várias soluções práticas foram propostas para tentar resolver esse problema. Por fim, foi encontrada uma solução institucional: o modelo representativo de democracia. E, com o alargamento do sufrágio, gradativamente mais pessoas começaram a participar do processo que indicava quem iria representar a "opinião pública" na esfera de decisão política. Mas essa alternativa não deu uma resposta satisfatória ao clamor pela ampliação da chamada opinião pública. Percebeu-se logo que o modelo de democracia parlamentar não conseguia representar bem a "vontade do povo". Essa não tinha expressão direta no Parlamento, mas tinha que se contentar com a mediação de representantes. Apesar

da mudança de regime – do autoritário (feudal ou da realeza) para o democrático (representativo) -, a opinião pública continuava sendo apenas o resultado do debate de poucos, dos que tinham acesso ao Parlamento (CHAMPAGNE, 1998).

Os debates sobre a necessidade de ampliar a participação do público prosseguiam. A imprensa começou a desempenhar importante papel não só para tornar públicas as mais variadas opiniões, mas ela também passou a contribuir para a formação da opinião do público. Somente no final do século XIX, com a multiplicação dos movimentos de massa e das manifestações de rua, e com a difusão de uma imprensa popular e nacional, surgiu uma outra "opinião pública", que passa a coexistir com a já existente. A nova opinião pública é apresentada como sendo a opinião do "próprio público". A partir de uma nova abordagem de análise desse fenômeno, iniciada com Gabriel Tarde, o aparecimento, formação e desenvolvimento dos "públicos" foi encarado como um novo modo de agregação que caracteriza as sociedades contemporâneas. Ao contrário das multidões inconseqüentes, violentas e de circunstâncias, os novos "públicos" passam a se manifestar através de ações "mais refletidas e calculadas até mesmo em suas violências" e pelas quais os "públicos" se exprimem.

Tarde mostra que o surgimento desses "públicos" tem estreita ligação com o desenvolvimento de uma imprensa nacional, tanto que muitos deles existem essencialmente pela e para a imprensa. O público age por intermédio dos publicistas (jornalistas), "manifesta-se através deles, impõe-se aos estadistas que se tornam seus executores. É o que se chama o poder da opinião" (TARDE *apud* CHAMPAGNE, 1998, p. 68). No campo social e político, surge uma espécie de mercado de opiniões. O desenvolvimento do campo jornalístico relativamente autônomo em relação ao campo político faz com que se processe uma multiplicação de formas de expressão política, antes restritas ao âmbito das representações parlamentares. A opinião pública passa a ser o

resultado ou a combinação da opinião dos que podem falar, daqueles a quem foi dada a oportunidade de se manifestar em público. E, por fim, entre esses que têm esta chance, instaura-se uma disputa pela imposição da visão legítima do mundo.

Consciente dessas batalhas protagonizadas pelos "agitadores" e "fabricantes" de opinião, nas quais se misturam sentimentos e paixões, ao invés da razão, Sauvy (CHAMPAGNE, 1998) observa que não se pode tomar a "opinião pública" como uma expressão verdadeira do que pensa efetivamente a maioria da população. Apesar do risco de seguir uma opinião pública manipulada por grupos com interesses específicos, Sauvy reconhece que num regime democrático os governantes não podem ignorá-la. Devem segui-la, pelo menos parcialmente, uma vez que não podem governar sem um mínimo consentimento por parte dos governados.

Historicamente, com o surgimento e fortalecimento dos regimes democráticos, parece ter se consolidado a idéia de que os governantes, para legitimar suas ações, devem atender ao que determina a chamada opinião pública (subentendida como sendo a vontade dos governados, da população em geral). Se em relação a isso já não há mais muitos questionamentos, tendo-se consolidado esse entendimento, um problema persistia: como apreender, captar ou definir a vontade da maioria, a tal da opinião pública. Se de um lado essa questão continua a preocupar muita gente, em especial os atores políticos, de outro praticamente se consolidou um consenso de que não pode existir uma definição científica para algo tão difuso e, muitas vezes, confuso. Pode, isso sim, haver uma definição social de opinião pública. Acontece que a luta para encontrar uma definição legítima dissimula, na verdade, uma disputa política. Champagne (1998, p. 81) mostra que, num verdadeiro "golpe de força simbólico", atores do campo político-jornalístico conseguiram impor a crença de que os institutos de sondagem têm condições de auferir a chamada opinião pública.

O aparecimento, o desenvolvimento e a difusão dos meios modernos de comunicação implicaram um deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político, que passou das assembléias parlamentares para a mídia (CHAMPAGNE, 1998). Na verdade, o campo político apenas acompanhou o movimento histórico da chamada opinião pública. Na fase inicial da democracia moderna, ela estava representada e/ou era produzida no Parlamento. Mais tarde, essa opinião pública passou a coexistir com uma outra forma, aquela que aparece na manifestação dos diversos movimentos, os chamados novos "públicos". Esses, com pouco ou nenhum espaço no Parlamento, começaram a ganhar existência através das manifestações que realizavam e/ou dos mais diversos periódicos que começam a surgir com o desenvolvimento do jornalismo como campo autônomo. Se a democracia moderna está atenta ao movimento da opinião pública, e se esta passa a ganhar existência e relevância no campo midiático, parece natural que também ocorra um deslocamento do jogo no campo político. Se o jogo político acompanhou o movimento da opinião pública, pode-se depreender disto que, nas democracias modernas, a política estabelece um relacionamento bem íntimo com a opinião pública. Numa avaliação mais realista, seu funcionamento depende da legitimação que lhe conferir a opinião pública.

Dada a importância que a opinião pública adquiriu para a democracia moderna, principalmente diante da necessidade dos governantes de buscarem nela um princípio de legitimação do seu poder e de suas ações, ela passou a merecer especial atenção dos atores políticos. Dentro do processo democrático, a disputa política converte-se em um jogo cujo objetivo é fazer com que a maioria aceite determinada opinião e/ou proposição. Dentre as estratégias, ganha importância o que se convencionou chamar de política de opinião - "prática política voltada para a imposição da opinião social predominante em matéria política". Compreende fundamentalmente três tipos de ações: a) a construção da opinião;

b) o ajuste entre a opinião que o público deseja e a opinião publicada; c) a manutenção, ou seja, o empreendimento que visa a manter como opinião do público a opinião particular (GOMES, 2000).

Conforme Gomes (2000), o processo de imposição da opinião se dá em situação de competição nem sempre leal, em que não é necessário falar ao outro participante da disputa (que numa assembléia seria "parceiro" do debate e aqui é concorrente) nem ouvi-lo. Não se trata de convencer o oponente, mas de convencer aquela instância que efetivamente conta: o assim chamado público, a população e, muito freqüentemente, o eleitorado. Na sociedade contemporânea, em que o campo da comunicação assumiu importância estratégica, a política de opinião precisa ser realizada na esfera de visibilidade pública dominante. Assegurar visibilidade à opinião que se defende, e que se pretende impor, é fundamental para fazer com que o público que a ela se expõe adote como própria esta opinião publicada. Mas não basta só a visibilidade: é preciso também organizar as informações de tal forma que o público selecione determinada opinião dentre as diversas posições oferecidas.

> Na verdade, a construção da opinião prevalecente envolve dois aspectos: a) oferta ao público de uma alternativa de compreensão de tema, questão ou matéria em disputa - isso se realiza através do ingresso na esfera pública opinativa como opinião publicada; b) a conquista de adesão pública ou, em outros termos, a conquista da adoção dessa opinião como própria por parte de uma parcela demograficamente importante de pelo menos uma dessas duas categorias: i) a população em geral, freqüentemente tomada na forma de eleitorado; ii) aquela parte politicamente influente da população, capaz de algum modo de influenciar decisões relativamente à coisa pública. Em política, sabe-se que a conquista da elite é mais eficiente em curto prazo e que a conquista da população tem a sua importância vinculada a pelo menos um dos dois fatores: a distância temporal entre a conquista da opinião pública e o próximo campeonato eleitoral, na medida em que a opinião prevalecente deve converter-se em votos e se as eleições estiverem mais próximas é preferível ter consigo o povo que as elites; o potencial mobilizador da disputa ou a sua capacidade de transformar a opinião pública em instrumento de pressão, na chamada 'mobilização da opinião pública' (GOMES, 2000, p. 11).

Se o bom senso recomenda que é preferível ter o público a favor do que contra, ainda mais considerando que num regime democrático é ele quem escolhe os mandatários,

então toda a engenharia da opinião – a política de opinião - deve ser direcionada para estratégias que façam com que "o público pense de um determinado modo sobre uma determinada matéria" (GOMES, 2000, p. 13). A identificação do agente político com o que o público pensa lhe assegura uma aura de legitimidade. Ou, visto de outro ângulo, a dominação política é obtida através da imposição de sistemas de classificação do mundo social. No campo político se trava uma luta simbólica pela imposição de uma certa visão do mundo social. Os profissionais da política tentam impor seu ponto de vista ao maior número possível de pessoas ou procuram reapropriar-se da visão do mundo social que, segundo eles, é a do maior número de cidadãos (CHAMPAGNE, 1998).

Se no início das democracias modernas era fundamental ter espaço no Parlamento para participar do debate com vistas à formação de uma opinião pública, na democracia contemporânea o palco mais importante é outro: o campo midiático. Se antes era fundamental saber fazer uso da oratória na Tribuna do Parlamento, hoje o jogo político requer os serviços e a competência de profissionais especializados na área de comunicação, política e marketing (CHAMPAGNE, 1998). Se para chegar ao Parlamento era, e ainda é, necessário obter um percentual mínimo de votos, para chegar à esfera de visibilidade pública dominante, e assim existir, é preciso ser "eleito" pela mídia. Nesta luta para ser entronizado na mídia, e ser legitimado por ela, e também pela opinião pública, são necessárias estratégias eficientes de "apresentação de si". A disputa pela formação da opinião tem mais uma Tribuna, e com alcance bem mais amplo que o espaço tradicional e formal do Parlamento.

Inspirado em Marx, Champagne (1998) observa que um dos efeitos da autonomização dos diversos campos é a produção de espaços especializados, com visões do mundo social limitados a tais espaços. Caracterizando-se como um espaço especializado e privilegiado, o campo midiático impôs-se na esfera pública. A realidade política, por

exemplo, tende a ser o que é constituído como tal pelo campo político-jornalístico. Grande parte da população não acompanha diretamente a política. Limita-se a assistir as exibições feitas pelo campo midiático, que geralmente mostram a política no que ela tem precisamente de menos "político". E quando essa população for solicitada a julgar os políticos, o fará com base nesses elementos, e com critérios não políticos (CHAMPAGNE, 1998).

Dentro do novo jogo político, a estratégia passa por promover ações – políticas de opinião - que sejam acolhidas pela mídia. Para que ganhem existência, devem atender a lógica midiática. O campo da comunicação não é um fórum aberto a todos. Ele se oferece a todos como exibição, mas como espaço de fala, só aos que são "eleitos" para fazer uso da Tribuna. Dentro desse campo, há agentes ("juízes") que decidem com base em critérios do campo jornalístico o que pode ou não ser levado ao conhecimento dos públicos mais ou menos amplos e heterogêneos. O jornalista (que é "juiz" neste processo) só pode criar "o acontecimento" – ou seja, elevá-lo à existência na esfera de visibilidade pública dominante – na medida em que o acontecimento que cria está em conformidade com a definição midiática de acontecimento. Eventos que surpreendem, que fogem à normalidade e que evitam a formalização são boas estratégias de comunicação e podem ganhar visibilidade. Isso porque atendem a lógica e a gramática da mídia (CHAMPAGNE, 1998).

Algumas personalidades, por serem muito conhecidas, já são pré-ajustadas à lógica da mídia. A probabilidade de serem "eleitas" para o fórum da mídia é consideravelmente maior que a de outros que não gozam dessa condição. Quando essas personalidades que são colocadas "à frente dos cortejos são cuidadosamente escolhidas" (CHAMPAGNE, 1998, p. 220), aumenta a possibilidade desse evento ganhar existência midiática. Mas não só isso. Ele pode também ganhar visibilidade boa e, o que é mais importante, favorável. Dentro da lógica da mídia, pela presença desse tipo de

personalidades, ou pelo tema em questão, há acontecimentos que não podem deixar de ser relatados pelos jornalistas sob pena de dilapidarem seu capital de credibilidade. Assim, fabricar um acontecimento é conseguir "realizar uma performance" diante dos jornalistas. Tal qual críticos de cinema, os jornalistas preferem ações "inventivas" à "morna" repetitividade (CHAMPAGNE, 1998, p. 225), preferem celebridades a ilustres desconhecidos.

No campo político, chegar à esfera de visibilidade pública dominante para participar da disputa pela formação da opinião implica em romper as barreiras impostas pelo campo da comunicação. Não basta querer aparecer, querer falar. Antes de se dirigir à Tribuna mais influente para falar ao público, é preciso convencer os juízes do campo midiático para que abram as portas. Esses, antes de permitir o acesso, também devem ser convencidos de que aquele que quer se tornar visível e pretende falar é alguém que tem algum tipo de legitimidade. De acordo com a lógica midiática, para fazer uso desse espaço nobre, é preciso que aquele que quer se manifestar tenha algum tipo de representatividade ou notoriedade capaz de chamar a atenção da platéia. Nesse sentido, o essencial do jogo político:

> [...] acontece no trabalho de construção social de grupos políticos mais ou menos homogêneos ou reais, isto é, na produção dos atores coletivos que, legitimamente, podem participar da luta política e cuja palavra é reconhecida como política, isto é, como palavra de um grupo e não como simples palavra individual. [...] A luta pelo direito de falar com legitimidade em nome dos que não podem ou não sabem fazê-lo é uma preocupação de nossa sociedade (CHAMPAGNE, 1998, p. 236).

Os participantes de manifestações são, muitas vezes, menos atores com plenos direitos do que simples figurantes involuntários de um espetáculo do qual nem sempre conhecem o cenário. Acabam dando seu consentimento a uma estratégia que permite uma interpretação à sua simples participação. Grande parte dos grupos que fazem sua apresentação pública são menos grupos de ação do que grupos de representação. No

essencial, servem somente para dar o aval aos que organizam tal evento. E, ao noticiar esse tipo de manifestações, a mídia acaba por contribuir para a produção de grupos que apenas têm uma existência midiática (CHAMPAGNE, 1998).

Para participar do processo de formação da opinião pública através da mídia, o primeiro passo estratégico, portanto, é assegurar visibilidade na cena midiática. Não estar em cena é não existir. Em se tratando de opinião, a existência não necessariamente significa aparecer através de algo que possa ser representado através de imagem visual, embora isto seja importante para a atender a gramática da mídia. Para um ator político – seja governo ou qualquer outra entidade – que queira promover um debate político público sobre determinado tema, não basta a simples exposição, a mera permissão da mídia para que um determinado evento receba algum tipo de visibilidade. Se fosse esse o interesse, o recurso à publicidade paga poderia resolver em parte a questão. Em situações dessa natureza, quando o objetivo é fomentar ou ampliar o debate em torno de uma questão, e a partir disto também formar a opinião do público, o importante é que este debate passe a ter existência na mídia. Para tanto, a mera mediação, o simples registro não garante isso. O debate deve ter continuidade na mídia, precisa ser adotado por ela. Dessa forma, poderá também se fazer presente com mais intensidade na pauta da opinião pública.

Como já visto anteriormente, Gomes (1999) admite a possibilidade de um debate originário de uma esfera de discussão pública que esteja fora do campo midiático poder ter continuidade neste, transformando-se assim numa esfera de discussão pública midiática. Em conseqüência, esse debate pode ou não se estender a toda sociedade. De qualquer forma, independentemente se vai ou não ir além, o certo é que a sociedade tomará conhecimento do debate, quer esteja participando diretamente ou não. Uma vez que está na cena midiática, para o público esse debate terá então existência real. E o público – independentemente do seu engajamento ou não ao debate propriamente dito – vai formar

sua opinião em relação ao tema em questão com base em subsídios que recebe da cena midiática ou a partir da sua participação direta em uma esfera de discussão pública. Pode ainda assumir um posicionamento a partir da combinação de elementos que têm origem nos dois âmbitos. Cada indivíduo isolado assimilará subjetivamente os mais variados elementos para se posicionar. No entanto, não se pode ignorar que se os elementos oriundos de uma determinada classificação e definição do mundo social são predominantes, há grandes chances de a maioria dos indivíduos, exposta à mesma situação, chegar a fazer uma mesma leitura da realidade.

Seja no processo de formação da imagem de um ator ou entidade, seja no processo de formação da opinião pública, aquele que se propõe a ser o agente desse processo não consegue antecipar o resultado final, mas ele pode dispor os "elementos de tal modo e com tal técnica que a instância subjetiva da recepção é levada, por força, a produzir a conclusão e a sentir o efeito que a emissão pretende" (GOMES, 2004, p. 267). A opinião que circula na cena midiática pode, assim, também ser adotada pelo público que acompanha esse debate como espectador.

2.3 Comunicação e poder: o espaço da imprensa no jogo político

As reflexões feitas até aqui dão conta da importância do campo da comunicação nas sociedades contemporâneas. Ao se referir à indústria da mídia de um modo geral, Thompson (1998, p. 24-25) observa que ela exerce um determinado tipo de poder, o simbólico, próprio de instituições culturais, entre as quais ainda enquadra a Igreja, as escolas e as universidades. Esse poder caracteriza-se pela "capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas".

Para Thompson (1998), a mídia é uma destas instituições paradigmáticas que, na sociedade contemporânea, têm mais recursos para exercer o poder simbólico. Outras instituições que, por também dispor de vários recursos para exercer um tipo específico de poder, igualmente são qualificadas como paradigmáticas. O poder econômico é exercido por instituições econômicas (empresas comerciais); o poder político, pelas instituições políticas (Estado); e o poder coercitivo, pelas instituições coercitivas (especialmente militares). Inseridas num determinado contexto, cada uma dessas instituições dispõe de recursos que permitem o uso de um determinado tipo de poder, sendo este entendido como a "capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências" (THOMPSON, 1998, p. 21). Thompson observa que é comum associar poder somente à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do Estado. Esse entendimento é decorrente do fato de que os Estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração de poder no mundo moderno.

> Mas a importância das instituições sociais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o Estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação (THOMPSON, 1998, p. 21-22).

Como detentora de um poder específico – o simbólico -, e ocupando um espaço privilegiado no campo de interação social, as instituições da mídia não podem ser desprezadas no jogo político democrático em que, em última instância, estão em disputa concepções sobre a organização do mundo social. As ações simbólicas coordenadas por essa instituição paradigmática "podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva" (THOMPSON, 1998, p. 24). Ao mesmo tempo

em que destaca esse poder da mídia, Thompson (1998) não o reconhece como sendo absoluto. Trata-se apenas de um tipo de poder que, porém, tem seus limites. A idéia de que os produtos simbólicos são absorvidos por todos os indivíduos "como uma esponja absorve água" não se sustenta. O produto simbólico, da forma como é organizado pela mídia, também carrega determinados sentidos. Em última instância, dá uma interpretação aos fatos. No entanto, nada garante que a recepção faça a mesma leitura, mesmo que a narrativa tenha sido ordenada de acordo com um determinado interesse.

As sociedades contemporâneas, portanto, convivem com essa instituição paradigmática que exerce um determinado tipo de poder. E nas relações democráticas, isso precisa ser considerado. O jogo político desenrola-se nos mais diversos espaços, mas chega à grande maioria das pessoas através da mediação daquela instituição. Não chega em estado puro, mas numa forma, num invólucro, enfim, em um produto (simbólico) gerado pelo jornalismo, as notícias. Os debates públicos ocorrem em diversas instâncias, mas os subsídios aí gerados chegam (quando chegam) ao conhecimento da maior parcela da população geralmente somente pela mediação da imprensa. Diante disso, o poder dessa instituição, embora não absoluto, é fator que não pode ser desconsiderado no jogo político e democrático contemporâneo.

Os temas, as questões e as informações que circulam na esfera pública, e que servem – ou podem servir - de subsídios para a formação da opinião pública, são, de alguma forma, resultado do tipo de tratamento dispensado pela imprensa. Em conseqüência, o processo político ficou dependente e condicionado, passando a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular. "Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real" (MOTTA, 2002, p. 17).

A imprensa ocupa um espaço estratégico na sociedade e detém um tipo de poder. É um poder (LEBRUN, 1999) de dispor de uma autoridade para fazer uma coisa (sem necessidade de coerção física) possível, uma vez que, em contrapartida, outros não o possuem ou não estão em condições de fazer. No seu desenvolvimento histórico, a imprensa construiu e procurou legitimar sua autoridade de dizer o mundo. A atividade própria do jornalismo contribuiu para que se criasse essa aura de legitimidade de dizer e anunciar o fato. A imprensa envia seus profissionais – os jornalistas – ao local dos acontecimentos. A partir daí, eles apresentam um relato para aqueles que não tiveram essa oportunidade, para aqueles que estão desprovidos dessa informação. O relato jornalístico tem, portanto, a função de "levar o fato" ao conhecimento de quem não o presenciou (GOMES, 1991).

No processo democrático, e especificamente em relação ao jogo político, o papel da imprensa (ou do jornalista) traduz-se por esta "missão": deixar o cidadão informado sobre o que ocorre nas instâncias onde são decididas as questões de interesse público. Como o cidadão não está em condições de acompanhar diretamente o que ocorre na esfera política, o jornalista encarrega-se de ir até lá para trazer os fatos ao público, inclusive desvelando eventuais negociações que, desenrolando-se nos bastidores, poderiam vir a prejudicar os interesses da coletividade. Esses subsídios apresentados pelo jornalismo podem ajudar ou até mesmo ser determinantes para a formação da opinião do cidadão. O exercício dessa "missão" do jornalista reforça a visão e o mito de que a imprensa é a legítima representação neutra da vigilância política democrática. Essa leitura é a base do discurso que a imprensa faz sobre si mesma. Numa sociedade organizada politicamente em poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário -, a imprensa assume a aura de poder – o quarto -, com o objetivo de, em nome da opinião pública, fiscalizar os demais. A harmonia não seria completa sem o olho "vigilante e cidadão" da imprensa.

> A própria teoria democrática influencia fortemente a definição social da postura profissional do quarto poder. A objetividade, ou o que se aceita como seu oposto, a parcialidade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público. Estão presentes, pelo menos de uma forma implícita se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas e estão no centro de toda uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de servidores do público que procura a verdade, no papel de "cães de guarda" que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de contrapoderes que atuam doa a quem doer, no papel de 'heróis' do sistema democrático. (TRAQUINA, 2002, p. 59).

2.3.1 O poder do jornalismo

A análise do papel da mídia no processo político, principalmente o seu poder de determinar a agenda do debate público e assim influenciar a opinião pública, é, muitas vezes, baseada em análises dos conteúdos da produção do campo jornalístico: notícias em jornais, noticiários televisivos... O campo jornalístico é concebido como "o conjunto de relações entre agentes específicos especializados na elaboração de um produto específico conhecido como a informação" (TRAQUINA, 2002, p. 20).

Para tentar entender as notícias e, especialmente, para poder especular sobre possíveis conseqüências destas sobre a opinião pública, torna-se necessário compreender porque as notícias são como são. Diversas teorias sobre as notícias criadas ao longo do século XX tentam dar uma resposta a essa questão. Para o processo democrático, principalmente quando estão em questão as razões que levam certos temas a entrar na agenda pública e outros não, a compreensão do processo de produção da notícia se torna fundamental. "Os estudos do trabalho jornalístico são cruciais para o estudo das questões públicas porque oferecem a chave para a compreensão de como as questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público" (KOSICKI *apud* TRAQUINA, 2002, p. 53).

Entre as principais teorias das notícias, podem ser elencadas as seguintes: **teoria do espelho** (diz que a notícia é um retrato fiel da realidade e apresenta o jornalista

como um comunicador desinteressado, que apenas procura informar a verdade); **da ação pessoal ou do *gatekeeper*** (processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates* - "portões" -, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista – o *gatekeeper* – tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não); **organizacional** (na sua atividade, o jornalista sofreria constrangimentos organizacionais, levando-o a conformar seu trabalho e, conseqüentemente, seu produto, às normas editoriais do veículo para o qual está vinculado); **de ação política** (esta teoria atribui aos jornalistas um papel ativo. Os *mídia* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos, ou seja, certos agentes utilizam-se das notícias para projeção da sua visão de mundo, da sociedade); **estruturalista** (é uma teoria macrossociológica que enfatiza o papel dos mídia na reprodução da "ideologia dominante") e a **etnoconstrucionista** (as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, principalmente os acontecimentos, num produto – as notícias) (TRAQUINA, 2002).

Apesar dos esforços das várias teorias – que não são puras ou necessariamente independentes umas das outras -, ainda não há uma resposta cabal ou mesmo satisfatória à pergunta "por que as notícias são como são?". Conforme Gaye Tuchmann (TRAQUINA, 2002), embora o propósito da notícia de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes parece ser claro, esse objetivo é, como outros fenômenos simples, inextrincavelmente complexo.

As notícias são resultado de um processo de construção. Elas não emergem naturalmente dos acontecimentos do mundo real. "As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria

o acontecimento" (TRAQUINA, 1999, p. 168). Dessa forma, não se sustentam mais as posições que vêem neutralidade no processo que gera o produto jornalístico, ou seja, a notícia.

> Torna-se insustentável negar o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social. Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de relatos (TRAQUINA, 2002, p. 46).

Sejam os constrangimentos organizacionais, ou os critérios de seleção e de noticiabilidade, ou as influências ideológicas ou qualquer outro fator que oriente e/ou contribua para dar forma ao produto final – a notícia -, a questão central, quando está em foco o processo democrático nas sociedades contemporâneas, é que o trabalho do jornalista não pode ser tomado como desprovido de qualquer sentido. De uma ou de outra forma, em alguns casos mais, em outros menos, esse trabalho vai ter repercussões.

O jornalismo exerce um papel estratégico. "A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão" (TRAQUINA, 2002, p. 22). Ao trazer para sua agenda determinado tema, e lhe dar uma determinada forma e permitir que ganhe existência na sua esfera, o jornalismo pode estar interferindo na agenda política e/ou na agenda pública, seja para reforçar determinados pontos, ou para evidenciar sua importância, ou para contestá-los, ou ainda para desqualificá-los. Além disso, pode interferir no processo de formação da opinião pública. Afinal, para muitos, a única possibilidade de acesso aos acontecimentos dá-se com base nos relatos noticiosos apresentados pela mídia. Esses constituem-se nos únicos ou principais subsídios de que dispõem para formar opinião acerca de determinados temas.

Cohen (TRAQUINA, 2002) diz que a mídia pode não dizer às pessoas como pensar, mas sim sobre o que pensar. Já McCombs e Shaw (TRAQUINA, 2002) vão mais

adiante e afirmam que a mídia não só nos diz em que pensar, mas também como pensar nisso, e, conseqüentemente, o que pensar. Portanto, na esfera de discussão pública, a mídia acaba por indicar ou sugerir que tipo de questões são relevantes ou não, qual o enfoque deve ser dado no tratamento de uma matéria e o que merece ser considerado e o que não.

2.3.2 A notícia como expressão da ideologia dominante

Hall *et al*. (1999, p. 224) observam que as notícias são "o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas". Esse processo produtivo caracteriza-se também como tentativa de, em meio a uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, identificar estes acontecimentos e inseri-los no contexto social, ou seja, colocá-los num quadro de significados familiares ao público.

> Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são 'tornados significativos' pelos *media*. Um acontecimento só 'faz sentido' se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. [...] As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da 'desordem' - devem ser trazidos aos horizontes do 'significativo'. [...] A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de 'tornar um acontecimento inteligível' é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (freqüentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL *et al*., 1999, p. 226).

O fato de pertencer à mesma sociedade cultural leva muitos a supor que todos os seres humanos, de alguma forma, compartilham também da mesma visão de mundo, ou o que alguns sociólogos chamam de o mesmo "sistema central de valores". Dentro dessa perspectiva, não há espaço para discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos, ou entre mapas de significado muito diferentes numa sociedade. A partir disso, constitui-se uma espécie de consenso sobre como deve funcionar a sociedade. Todas as

leituras são feitas a partir de um determinado tipo de enquadramento. As estruturas de compreensão para todos os grupos sociais e públicos obedecem a essa mesma lógica.

> Claro que na formação de opinião, como na vida política e econômica, permite-se que haja diferenças de pontos de vista, desacordo, argumento e oposição; mas isto é entendido como realizando-se dentro de um enquadramento concordante e básico mais lato - 'o consenso' -, o qual todos subscrevem, e no qual toda a contestação, desacordo ou conflito de interesses pode ser reconciliado pela discussão, sem recurso ao confronto ou à violência (HALL *et al*., 1999, p. 227).

Através das notícias as mídias tentam dar um significado para o que está ocorrendo. E isso vale especialmente para aquelas que versam sobre acontecimentos que fogem à normalidade – os novos e os inesperados. A tarefa, nesse caso, é tornar compreensível para o público uma "realidade problemática". Por romper com as expectativas comuns, esses acontecimentos se tornam ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa do consenso, ordem e rotina.

> Assim, o delineamento, por parte dos *media*, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos (HALL *et al*., 1999, p. 228).

O entendimento de que as notícias reproduzem a ideologia dominante é recorrente em algumas teorias. Os defensores dessa visão acreditam que, por estar estruturada de acordo com a lógica capitalista e por ser uma empresa privada, a imprensa "naturalmente" tende a sustentar os pontos de vista da classe burguesa. No entanto, embora possa não estar de todo equivocada, esse tipo de perspectiva costuma fazer uma leitura muito simplista da realidade, apoiando-se, por vezes, em teorias de pura conspiração, desconsiderando a relativa autonomia do dia-a-dia dos jornalistas e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico direto.

Uma análise das mais rotineiras estruturas de produção de notícias pode ajudar a entender como as mídias acabam por "reproduzir as definições dos poderosos, sem

estarem, num sentido simplista, ao seu serviço" (HALL *et al*., 1999, p. 228). As notícias não são criação autônoma das mídias, mas dependem de assuntos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis. As mais diversas instituições e/ou entidades produzem acontecimentos que são assimilados pela imprensa. Em função das pressões internas da produção jornalística – há cobrança em relação à quantidade e tem também prazo limitado para a entrega do "produto" final -, estes acontecimentos "pré-agendados" facilitam o trabalho das organizações jornalísticas e, em especial, dos jornalistas. Por outro lado, cria-se um processo de dependência dos jornalistas nas fontes de informação desejosas e capazes de pré-agendar as suas atividades (MURDOCK *apud* HALL *et al*., 1999).

Ainda dentro desse processo, outro fator significativo tem a ver com o fato de as notícias das mídias estarem orientadas pelas noções de "imparcialidade", "equilíbrio" e "objetividade". Em decorrência, é feita uma distinção entre "fato" e "opinião". E, a partir disso, cria-se uma prática de assegurar que todas as informações das mídias sejam fundamentadas em afirmações "objetivas" e "autorizadas" de fontes "dignas de crédito". Por isso, os jornalistas recorrem constantemente a representantes "dignos de crédito" de instituições sociais importantes – membros de parlamento para assuntos políticos importantes, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc.

> Estes dois aspectos de produção jornalística – as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade – combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou a "hierarquia de credibilidade" - a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceites, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso à informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população (Becker, 1972). O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes 'porta-vozes' se transformam no que se apelida de definidores primários (*primary definers*) de tópicos (HALL *et al*., 1999, p. 229).

Dentro dessa lógica, na construção da notícia até podem ser ouvidas outras vozes que não a dos ditos poderosos sobre a questão em pauta. No entanto, a relação estruturada entre as mídias e os *primary definers* permite estabelecer a definição ou *interpretação primária* do tópico em questão. E é essa interpretação que vai "comandar a ação" em todo o tratamento subseqüente e vai impor também os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates. Os argumentos contrários a uma interpretação primária terão que se inserir "naquilo que está em questão", ou seja, já está pré-dada uma estrutura de interpretação. Lang e Lang (HALL *et al*., 1999) chamam esse enquadramento interpretativo inicial de "estrutura inferencial". Essa, uma vez estabelecida, é difícil de alterar. Ela estabelece os limites de todas as discussões subseqüentes.

> Os *media*, então, não se limitam a 'criar' as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da 'classe dirigente' num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são freqüentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como 'fontes acreditadas'. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers* (HALL *et al*., 1999, p. 230).

Para os autores de "A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*", é essa relação estruturada – entre as mídias e as suas fontes "poderosas" - que salienta o papel ideológico desempenhado pela imprensa. É essa relação que também dá sentido à afirmação de Marx de que "as idéias dominantes de qualquer época são as idéias da classe dominante".

Quanto a diferenças entre um jornal e outro, de um modo geral elas se mantém "dentro de certos limites ideológicos distintos" e se reduzem a uma linguagem específica que cada jornal usa para se dirigir a seu público destinatário. Cada veículo, através de códigos próprios, tenta "traduzir para um idioma público as afirmações e pontos de vista dos *primary definers*", tornando-as acessíveis aos não iniciados (HALL *et al*., 1999).

> Este processo nem é totalmente livre e sem constrangimentos nem é uma reprodução simples e direta. É uma transformação; e tais transformações necessitam do 'trabalho' ativo da parte dos *media*. O seu efeito geral é, todavia, o de ajudar a fechar o círculo pelo qual as definições dos poderosos se tornam parte da realidade dada como adquirido pelo público, traduzindo o mundo não familiar para um mundo familiar. Tudo isto se encontra na fórmula simples de os jornalistas, apesar de tudo, saberem, melhor do que ninguém, 'transmitir as coisas ao público' (HALL *et al*., 1999, p. 233).

A linha de raciocínio de Hall e seus colegas mostra como o processo de construção de notícias colabora para, através da imprensa, assegurar a "reprodução das idéias dos poderosos". Tudo isso, segundo eles, não é resultado de uma conspiração dos poderosos, mas do "conjunto de imperativos estruturais". As estruturas e as práticas de rotina do jornalismo servem para "enquadrar" acontecimentos dentro de paradigmas interpretativos dominantes e, deste modo, unir opiniões dentro do "mesmo tipo de âmbito" (URRY *apud* HALL *et al*, 1999). Toda essa estrutura não só recruta as opiniões dominantes nas etapas iniciais em que os tópicos são estruturados, mas favorece certas formas de expor tópicos e mantém certas áreas estratégicas de silêncio. Algumas questões e interpretações aparecem de forma tão comum, como se fossem naturais e não construídas. Já outros aspectos não aparecem, são mantidos em silêncio, evitando assim posições conflituosas que possam colocar em xeque o "quadro de significados" dominante.

Para Hall *et al.* (1999), as mídias desempenham um papel de ligação e mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos. Esse papel ativo na formação da opinião pública manifesta-se não somente no processo de traduzir o que pensam os *primary definers*. Ele também ocorre quando um veículo, através do seu espaço editorial, se propõe a "falar pelo público". A expressão "nós acreditamos", por exemplo, revela explicitamente a posição do veículo. No entanto, muitas vezes, o veículo quer expressar sua própria posição, mas antes reveste-se de uma suposta legitimidade. Assim, ao afirmar que "o público acredita", o jornal assume o papel de porta-voz do público, quando na verdade busca apenas legitimar

sua posição perante o público.

> Este 'falar pelo público', esta forma de articular o que se supõe que a vasta maioria do público pensa, este inscrever a legitimidade pública nas perspectivas que são expressas pelo próprio jornal, representa os *media* no seu papel mais ativo de fazer campanha – o ponto onde os *media* mais ativa e abertamente modelam e estruturam a opinião pública. Este tipo de editorial toma habitualmente a forma ou de apoio para uma ação de contrapeso, em relação a uma medida já tomada, ou, ainda mais freqüentemente, duma exigência da necessidade duma ação mais forte – porque a maioria o exige (HALL *et al*., 1999, p. 234).

Os debates sobre o (real) poder do jornalismo sempre são polêmicos. Da mesma forma, as discussões sobre que tipos de conteúdo obtêm passagem privilegiada por este canal de acesso à grande parcela da população. As reflexões feitas até aqui, embasadas em pesquisas de alguns teóricos, dão alguns indicativos. Mas elas ainda não são suficientes para dar um caráter conclusivo a esse debate. A perspectiva que orientou esta pesquisa teórica sugere que, de alguma maneira, as formas simbólicas produzidas e distribuídas pelas mídias, em especial as notícias, têm uma determinada orientação ideológica – tendem a reproduzir o ponto de vista de um grupo muito seleto, que ocupa espaços de poder na sociedade. Afora isso, fica claro que, pela configuração das sociedades contemporâneas, grande parte das pessoas não tem outros subsídios para formar sua opinião sobre os mais diversos temas da agenda política e/ou pública que não sejam estes que são distribuídos pelas mídias.

3 O CDES ENTRA EM CENA

A necessidade de criar um espaço para que a sociedade brasileira pudesse participar do debate das questões da agenda política sempre alimentou os discursos políticos, especialmente daquelas correntes que estavam entrincheiradas na oposição, que era o caso do partido político – Partido dos Trabalhadores (PT) - que esteve à frente da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Algumas experiências em cidades administradas pelo PT revelaram que era possível viabilizar a participação da sociedade no processo de definição de políticas públicas, embora se tratasse de um processo bastante complexo. E essa complexidade seria maior ainda quando a dimensão geográfica da área abrangida se multiplicasse inúmeras vezes. As experiências de participação local não podem ser automaticamente reproduzidas em âmbito nacional, embora estes modelos possam indicar diretrizes para o formato a ser implementado.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República do Brasil esteve acompanhada por um discurso que pregava a participação e a união da sociedade em favor de um processo que viabilizasse a construção de um novo modelo capaz de alavancar o crescimento da Nação. Muito mais que boa vontade do governo para ouvir o que a sociedade tem a dizer, a participação seria necessária face ao momento histórico pelo qual passava o País. A necessidade de implementar reformas estruturais exigia a concordância

dos mais diversos segmentos sociais, para que o processo, uma vez legitimado pela sociedade por intermédio de sua participação, pudesse ter perspectivas de êxito.

Na campanha eleitoral de 2002, a candidatura Lula deixava explícito, como se pode verificar na "Carta ao Povo Brasileiro", divulgada no dia 22 de junho, que esse processo não seria fruto de "decisões unilaterais do governo" e nem seria "implementado por decreto, de modo voluntarista". As mudanças estruturais pelas quais o Brasil deveria passar e a construção desse novo modelo de desenvolvimento seria "fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade"[1].

A intenção da candidatura Lula de promover este "diálogo social" para promover as reformas estruturais e construir um novo modelo de desenvolvimento para o País também foi registrada pela imprensa. A FSP do dia 13/08/2002, por exemplo, publica a seguinte fala de Lula: "Queremos construir uma espécie de um novo contrato social. Juntar todos os setores organizados da sociedade e começar a estabelecer políticas públicas"[2].

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é, portanto, a objetivação desta proposta da candidatura Lula de reunir representantes de diversos segmentos da sociedade para que contribuam no debate de questões atinentes à agenda política do País. É uma tentativa de implementar práticas democráticas[3]. O CDES busca luzes na chamada "democracia consociativa", cujo pressuposto é de que "todos aqueles afetados por uma decisão devem ter a oportunidade de participar do processo que a originou, quer diretamente, quer através de representantes escolhidos" (LEWIS *apud*

1 Carta ao Povo Brasileiro, disponível em http://www.informes.org.br (acesso: 20/05/2005) e também no Anexo IV.
2 *Lula evita confronto com ex-adversário*s. Folha de São Paulo, de 13/08/2002 – Matéria disponível no Anexo IV.
3 Uma análise sobre as principais razões e motivações que levaram à criação do CDES podem ser encontradas em CÉSAR, Benedito Tadeu. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o desafio da construção de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil*. 2005. Documento interno da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

LIJPHART, 2003, p. 51). Esse modelo de democracia valoriza práticas de concertação que visam a favorecer a participação dos mais diversos grupos de interesse que integram uma determinada sociedade na tomada de decisões pelo Poder Público.

3.1 CDES: configuração e características

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão instituído pelo Governo Lula com o propósito de dirigir o processo de concertação social no País, com vistas à construção de um novo contrato social. Tão logo foi empossado, no início de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou uma Secretaria, com *status* de Ministério – Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) -, para dar "suporte ao processo de Concertação Nacional". A essa Secretaria está vinculado o CDES, um órgão consultivo da Presidência da República para formulação de políticas públicas[4].

Composto por 102 membros (noventa representantes da sociedade civil e doze ministros), o Conselho é presidido pelo Presidente da República. No entanto, por delegação da Presidência, o responsável direto pela coordenação e condução dos trabalhos é o secretário da SEDES. Entre os representantes da sociedade civil estão personalidades oriundas dos mais diversos segmentos (empresarial, intelectual, sindical, religioso, movimentos sociais, terceiro setor....). Uma das classificações feitas para analisar a representatividade social presente no CDES é a que está expressa na figura apresentada na página seguinte:

4 Medida Provisória n° 103, de 1º de janeiro de 2003, cria a SEDES e o CDES; em 13 de fevereiro, é implantado o CDES; e, em 28 de maio de 2003, a Medida Provisória de n° 103 é convertida na Lei nº 10.683.

***Figura 01* – CDES: distribuição dos conselheiros por esfera de atuação**

Esfera	Quantidade	%
Empresarial	45	50
Social	18	20
Trabalho	13	14
Personalidades	14	16
Total	**90**	**100**

Fonte: Projeto "Movimentos Sociais e Sociedade Civil", financiado pelo CNPq, e que tem como coordenador o professor de Ciência Política da USP Lúcio Kowarick. Constam como pesquisadores Daniel Cara e João Peschanski (KOWARICK, 2004b, p. 18). A esfera social corresponde a entidades religiosas, de gênero e raça, culturais, de profissionais não diretamente ligados às reivindicações do trabalho, aos movimento sociais ligados a questões da terra, associação de pesquisadores e estudantes etc. A esfera do trabalho corresponde aos sindicatos e a centrais, enquanto as catorze personalidades são majoritariamente professores universitários. A esfera empresarial compreende representantes das indústrias, do setor de serviços, da agricultura, além de duas ONGs empresariais.

De acordo com o Governo Lula, os membros da sociedade e os seus respectivos suplentes "contemplam ampla diversidade social". Para a formação do conselho, a SEDES recebeu "cerca de 400 indicações de cidadãos brasileiros sugeridos por diversas organizações sociais. Cada um dos nomes indicados passou por minucioso critério de análise - ilibada conduta, poder de liderança e representatividade nacional - para então serem aprovados pelo Presidente Lula"[5].

O CDES é um "órgão majoritariamente da sociedade civil, de caráter consultivo da Presidência da República, que relaciona o Executivo com distintas representações do empresariado, do terceiro setor, dos movimentos sociais e do mundo do trabalho". A ele compete "propor políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento" e ainda "apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da

5 O Programa do Governo Lula, as Cartas de Concertação e outras informações sobre o funcionamento do CDES estão disponíveis no site oficial da Presidência - https://www.planalto.gov.br/cdes - e no site do CDES - http://www.cdes.gov.br. A relação dos membros do CDES para o biênio 2003-04 está no Anexo IV.

sociedade nele representados"[6].

No início de suas atividades, em 2003, o Conselho tinha em sua agenda de debates temas como a Reforma da Previdência Social, a Reforma Tributária e a Reforma da Legislação Trabalhista. O CDES ainda criou comissões de trabalho, denominadas "Grupos Temáticos", com a função de realizar estudos e elaborar propostas sobre temas específicos. Durante o exercício de 2004, as discussões concentraram-se em torno das políticas industrial, energética, tributária, de desenvolvimento regional e de crédito, além da retomada do crescimento sustentado e da elaboração da agenda nacional de desenvolvimento, que se propõe a desenhar soluções estratégicas para os principais problemas do País.

Conforme o Regimento Interno, o Pleno do Conselho deve reunir-se ao menos uma vez a cada dois meses "para discutir os pareceres apresentados pelos grupos temáticos e, preferencialmente, para encontrar um consenso entre os pontos polêmicos que possam criar entraves no processo de efetivação das reformas". O Conselho também pode emitir recomendações ao Presidente da República sobre qualquer tema que não tenha sido por ele pautado, desde que seja relevante para o desenvolvimento socioeconômico do País, ou de determinada Região ou Estado, e que tenha sido aceito pela maioria simples dos presentes.

O CDES, de acordo com o seu regime de funcionamento, não tem nenhum caráter deliberativo. Sua função é discutir temas e oferecer subsídios sobre os mesmos para que o Presidente da República possa estar melhor embasado na hora de propor políticas públicas. Todas as proposições, quando encaminhadas ao Presidente, são qualificadas: ou são de consenso (quando todos os membros do CDES estão de acordo); ou são recomendações (quando a maioria concorda com a proposição); ou assumem o caráter de sugestões (quando se trata de indicações isoladas, mas com menor respaldo dentro do

6 Informações baseadas no Regimento Interno do Conselho e no termo de referência da SEDES, disponíveis em http://www.planalto.gov.br/cdes

CDES).

No que tange ao funcionamento do regime democrático, o Governo Lula esclarece que o CDES não se apresenta como espaço substitutivo ou paralelo ao Poder Legislativo, órgão legalmente instituído e considerado espaço de manifestação dos representantes legítimos da sociedade. "Através dele [do CDES] o governo formará o seu juízo para propor as reformas à soberania do Congresso, pois a ele [Congresso], somente a ele, cabe dar a palavra final sobre as reformas que dependam de lei ou Emenda Constitucional"[7].

Durante este período que compreende a análise deste trabalho – 2003/2004 -, o Conselho produziu seis Cartas de Concertação[8]. São documentos que, cada qual focado sobre um tema específico, dão a orientação sobre os propósitos do processo de concertação social, apresentam um panorama sobre o quadro brasileiro e indicam os passos a serem dados para o estabelecimento de marcos graduais para a construção de consensos. A Primeira Carta ressaltou o papel do Conselho, definindo-o como um "espaço público não-estatal na formulação de políticas de interesse nacional".

O processo de concertação social iniciado pelo CDES fundamenta-se na teoria corporativista. Para a criação do CDES e a implantação do processo de concertação social no Brasil, o Governo Lula inspirou-se em experiências de países da Europa, como Espanha, Portugal, Áustria, França, Itália e Holanda.

> Trata-se, por primeira vez na história brasileira, da existência de um órgão consultivo nacional, com a missão de discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Sua composição é também original, já que difere do formato marcadamente corporativo dos Conselhos europeus, em correspondência com o tecido e estrutura social existentes no Brasil (FLEURY, 2003, p. 6).

Em contraste com o pluralismo e o marxismo, o corporativismo traz em seu

7 GENRO, Tarso. *Reformas e Projeto Nacional.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cdes/ Obs.: Tarso Genro foi o primeiro secretário da SEDES.

8 As Cartas de Concertação estão disponíveis no site oficial referido na nota anterior.

bojo uma compreensão diferente da sociedade e da forma como devem estruturar-se as instâncias de decisão política. Ao invés de competição (pluralismo) e de conflito (marxismo), o corporativismo, sem negar a presença destes elementos na sociedade, procura canalizar as forças sociais para que se crie um clima de tolerância e de cooperação, com vistas à implementação de políticas públicas. A partir da perspectiva pluralista, o sistema político é visto como "uma arena na qual os interesses organizados competem, perseguindo suas preferências, cabendo ao Estado garantir a legitimidade da competição e o respeito às regras do jogo" (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 4).

No enfoque pluralista, o conceito de Estado não faz sentido. Ele é excluído do horizonte interpretativo. Para os marxistas, o Estado, em última instância, é determinado pelo modo de produção e pela estrutura de classes. Já os corporativistas "atribuem ao Estado e às suas ações uma autonomia tal que o torna um dos três atores-chave do processo de troca e negociação política no capitalismo avançado" (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 5).

O conceito de corporativismo apareceu como possibilidade de apreender a especificidade da trajetória política latino-americana. Na análise da literatura política sobre a América Latina, três tipos de interpretação sobre o fenômeno corporativista podem ser identificados: a) vertente político-culturalista; b) vertente societalista e c) vertente estruturalista. A primeira vertente vê o corporativismo latino-americano como um "produto de uma tradição político-cultural ibero-americana, que tem suas raízes nas instituições medievais da península ibérica e na tradição legal romana" (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 5-6). Dentro da vertente culturalista, as práticas corporativistas são tomadas como "um modo de lidar com a ´nova questão social´, de absorver ao sistema a classe trabalhadora emergente da mesma forma hierárquica, elitista e corporativista com que os sistemas ibero-latinos absorveram as novas elites durante séculos" (WIARDA *apud* TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 6). Para os teóricos dessa corrente, o que explica a força do aspecto cultural é a

durabilidade e persistência do padrão e das estruturas corporativistas, sua permeabilidade à mudança, sua capacidade de se readaptar para dar conta das pressões e reclamos da modernização e industrialização, sem perder sua essência tradicional.

A vertente societal vê o corporativismo como "reflexo da sociedade", ou como resultado de processos sociais tais como urbanização e industrialização. A sociedade é tida como variável independente que condiciona o sistema político (TAPIA E ARAÚJO, 1991). A sociedade é que é corporativista, não cabendo nenhum peso ao Estado na conformação das estruturas corporativistas. Os diversos grupos de interesse são vistos como se fossem naturais e autodeterminados.

Já a vertente estruturalista define o corporativismo como estruturas de representação de interesses e/ou de vinculação entre Estado e sociedade civil. Corporativismo como um sistema de representação de interesses estabelece uma distinção com o pluralismo. Ao contrário desse, o corporativismo é constituído por unidades não-competitivas, oficialmente sancionadas e supervisionadas pelo Estado. A estruturalista rompe com as principais premissas das outras duas vertentes. Os estruturalistas dão ênfase ao papel do Estado, aos fatores estruturais e extrapolíticos e aos elementos de descontinuidade na explicação da emergência de dispositivos corporativistas (TAPIA E ARAÚJO, 1991).

Na literatura dos últimos anos sobre a América Latina, a utilização do termo corporativismo como uma categoria ideal-típica para descrever sistemas de representação de interesses estabeleceu um certo consenso entre um grupo expressivo de autores. E, na tentativa de distinguir o novo do velho corporativismo, ganhou terreno uma distinção proposta por Schmitter (TAPIA E ARAÚJO, 1991). Já presente em teóricos dos anos 30, ela vislumbra dois subtipos de corporativismo: o estatal e o societal.

> O corporativismo estatal, ou autoritário, é definido como aquele no qual as representações dos grandes interesses sociais estão subordinados à autoridade estatal, quando são criadas por ela. O corporativismo estatal é monista, buscando a unidade dos múltiplos interesses presentes. Um dos seus traços definidores é a identificação entre Estado e sociedade, ou seja, a supressão da demarcação entre o público e o privado. [...] O corporativismo societal ou liberal, ao contrário do estatal, nasce quase que espontaneamente da dinâmica da sociedade civil, ficando preservada a autonomia fundamental dos atores envolvidos. Esse sistema é policêntrico. Nele as organizações de interesse mantêm sua autonomia e entram em interação com outros parceiros institucionais, presumivelmente baseadas na colaboração recíproca e na negociação. Nesse sistema, a coerção joga um papel bastante marginal: a ênfase é colocada na troca, na negociação e na adaptação recíproca (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 10).

Percebendo limitações na abordagem estruturalista de Schmitter (TAPIA E ARAÚJO, 1991), uma vez que ela não consegue explicar a grande variação existente nos processos de instalação e no desempenho de regimes com estruturas corporativistas similares, Stepan propôs acrescentar à discussão das estruturas criadas pelo Estado uma análise da "relação entre os tipos de políticas do Estado corporativo e os diferentes tipos de sociedade civil" (STEPAN *apud* TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 11-12). Nesse sentido, proporcionou um avanço teórico ao estabelecer subtipos do corporativismo estatal e aprofundar a questão da relação entre corporativismo e determinadas formas de Estado como o populista e o burocrático-autoritário. Stepan mostrou que o subtipo "corporativismo estatal" agrupa um conjunto de regimes políticos muito diferentes entre si, como o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão, os regimes militares do Brasil, Argentina e Chile, além de outros como os instalados nos anos 30 por Salazar - em Portugal, por Vargas - no Brasil, por Franco - na Espanha, por Cárdenas - no México, e nos anos 40, por Perón - na Argentina. Considerando as políticas desses regimes em relação à classe trabalhadora, Stepan distingue dois subtipos de corporativismo estatal: o inclusivo e o excludente.

> No primeiro [inclusivo], a elite estatal procura forjar um novo padrão de relações Estado/sociedade através da incorporação política e econômica de setores significativos da classe trabalhadora, utilizando principalmente políticas de bem-estar, distributivas e simbólicas. No segundo [excludente], a tentativa de estabelecer um novo equilíbrio entre Estado e sociedade se baseia fortemente numa política repressiva e na utilização das estruturas corporativistas para

> desmobilizar e submeter a classe trabalhadora previamente organizada e ativa (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 12).

Na América Latina, o corporativismo estatal inclusivo é identificado principalmente nos regimes de tipo populista, como os de Cárdenas - no México, de Vargas - no Brasil, de Perón - na Argentina, e o regime que se instalou no Peru, entre 1968 e 1975. Já o excludente é associado aos regimes de tipo burocrático-autoritário, como as ditaduras militares do Brasil no pós-1964, do Chile pós-1973 e da Argentina sob Onganía e Videla. Stepan (TAPIA E ARAÚJO, 1991) esclarece que usa o termo "políticas" ao invés de "regimes" para identificar o subtipo de corporativismo porque um mesmo regime pode adotar ambas, inclusivas e excludentes, durante um mesmo período, ou ainda passar de padrão inclusivo para um excludente.

Vários outros autores debruçaram-se sobre a tarefa de conceituar e tipificar o corporativismo. O´Donnel (TAPIA E ARAÚJO, 1991) não distingue subtipos de corporativismo. A questão central da qual ele se ocupa refere-se à relação entre a forma corporativista de representação de interesses e o tipo "burocrático-autoritário" de Estado que predominou em vários países latinos a partir dos anos 60. O corporativismo, sob o Estado burocrático-autoritário, constitui "um conjunto bifronte e segmentário de estruturas de vinculação entre o Estado e a sociedade").

> Caráter bifronte significa que esse corporativismo contém, ao mesmo tempo, dois componentes distintos: o 'estatizante', que consiste na subordinação ao Estado das organizações da sociedade civil e cujo conteúdo principal é o controle sobre as classes populares (especialmente dos sindicatos de trabalhadores); e o 'privatista', que consiste no avanço de setores da sociedade civil sobre o Estado, ou dito de outro modo, na abertura de áreas institucionais do Estado à representação de interesses organizados da sociedade civil, principalmente das classes e setores dominantes. O caráter segmentário significa que o funcionamento e o impacto das estruturas corporativistas são distintas em relação às classes sociais. Assim, o componente estatizante atinge, principalmente, as organizações das classes subalternas, enquanto o componente privatista se aplica aos setores e classes dominantes. A corporativização estatizante despoja as classes populares de todos os recursos organizacionais e de todos os canais de acesso ao Estado, constituindo, assim, o principal instrumento de controle e exclusão política e econômica dessas classes (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 14).

O´Donnel avança no debate teórico ao romper com a dicotomia da tipologia de

Schmitter e mostrar como elementos dos subtipos estatal e societal combinam-se de modo específico no corporativismo que corresponde, em países latino-americanos como o Brasil, Argentina e México, à etapa de aprofundamento do capitalismo e à forma burocrático-autoritária do Estado. A abordagem de O´Donnel distingue-se porque reconhece a dominação de classe e também por dar ênfase ao caráter classista dos controles e estruturas corporativistas. Enquanto os estruturalistas vêem as estruturas que fazem a vinculação Estado/sociedade como estruturas de representação e intermediação, O´Donnel as concebe como parte das estruturas que organizam a dominação. Por isso, as estruturas corporativistas são diferenciadas conforme a classe. O´Donnel ainda chama a atenção para outro aspecto importante, desconsiderado pela maioria dos autores que tratam o corporativismo latino-americano basicamente como instrumento de controle: "o fato de que nos regimes autoritários os dispositivos corporativistas operam também como canal (em muitos casos o único) de comunicação entre o Estado e os grupos de interesse" (BARETTA E DOUGLAS *apud* TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 15).

A definição do corporativismo estatal teve influência marcante no desenvolvimento dos estudos latino-americanos. Dentro desse conceito o Estado surge como um ator que tem papel central. É visto como o promotor, criador e controlador das associações de interesse, principalmente daquelas relativas ao capital e ao trabalho. Já na tradição dos estudos europeus e norte-americanos sobre corporativismo, a ênfase recaiu sobre a variante societal, que foi batizada de neocorporativismo (TAPIA E ARAÚJO, 1991). Da mesma forma que os estudos da realidade latino-americana, também houve uma preocupação de formular uma política alternativa ao paradigma liberal. Os trabalhos relativos ao chamado neocorporativismo permitem identificar duas grandes correntes: a marxista e a estruturalista. A primeira faz uma análise com um corte fortemente classista, enquanto a segunda coloca ênfase nos aspectos político-organizacionais.

Integrante da vertente marxista, Offe (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 16) vê o neocorporativismo como um "método de redução de conflitos de classe". Trata-se de "uma resposta a dois impasses institucionais enfrentados pelas democracias capitalistas avançadas: a deterioração das identidades partidárias e as lacunas no esquema burocrático e na implementação de políticas". Para Offe, o neocorporativismo não é neutro - seja na intermediação de interesses, seja na elaboração de políticas estatais – porque sua "fórmula" impõe restrições distintas às organizações de classe, reproduzindo, assim, as relações de assimetria, ou seja, de dominação de classe. A assimetria produz-se porque os graus de liberdade das organizações ligadas ao capital e trabalho são distintos. Além disso, as propostas de institucionalização dos grupos de interesse são concebidas para impor restrições mais abrangentes ao trabalho do que ao capital. Para a vertente marxista, a diferença essencial é que o capital pode empregar seu poder de obstrução sem a necessidade de estar organizado em um grupo de interesse, enquanto os trabalhadores só podem exercer seu poder de obstrução se estiverem organizados em associações de interesse.

A vertente estruturalista - que tem em Schmitter e em Lehmbruch os principais expoentes - acabou prevalecendo sobre a marxista. Schmitter vê o neocorporativismo como um sistema de intermediação de interesses, "no qual as unidades constitutivas são organizadas em um pequeno número de categorias únicas e obrigatórias, não competitivas, organizadas hierarquicamente e funcionalmente diferenciadas" (SCHMITTER *apud* TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 17). Ao contrário do corporativismo estatal, no neocorporativismo o Estado limita-se a reconhecer e autorizar essas organizações, garantindo um certo grau de controle sobre seu funcionamento em troca da concessão do monopólio da representação. Lehmbruch (TAPIA E ARAÚJO, 1991) vai um pouco adiante. Ele entende que Schmitter ignora um aspecto fundamental no conceito de

neocorporativismo: o processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Para Lehmbruch, o neocorporativismo pode ser definido como estrutura política particular para a produção de decisões estatais, e que está baseada na participação dos grandes grupos organizados e na sua recíproca colaboração.

> No decorrer do debate dentro da vertente estruturalista, essas duas conceituações [a de Schmitter e a de Lehmbruch] acabaram sendo consideradas como dimensões analíticas de um mesmo fenômeno: a corporativização dos processos de representação (*input*) e dos decisórios (*output*), compondo, assim, um fenômeno unitário. Tanto é assim que, como sublinha Cawson (1986), um dos aspectos distintivos do neocorporativismo moderno frente ao pluralismo é a fusão entre intermediação e implementação (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 18).

Diante do advento de teses que sustentam que a democracia ocidental entrou em crise em função do peso das demandas sociais dos setores organizados junto ao Welfare State, os autores filiados ao paradigma neocorporativista passam a sustentar justamente o contrário: o neocorporativismo era o ponto-chave para o entendimento de como, nas sociedades capitalistas liberais, se assegurava a governabilidade. Para os neocorporativistas, o funcionamento e a estabilidade do sistema político nos países capitalistas avançados deve-se ao surgimento e à consolidação de práticas e estruturas que permitiram mediar os conflitos de classe. Essas práticas e estruturas acabaram por se impor e passaram a revelar um traço característico das sociedades capitalistas avançadas: a formação das principais medidas de política econômica e social tornou-se progressivamente dependente do processo de produção de consenso no interior do sistema político (TAPIA E ARAÚJO, 1991).

Ao mesmo tempo em que sustentam que a busca de "soluções consensuais" tornou-se uma prática comum em países europeus, os defensores deste posicionamento também não ignoram que a realidade mudou, o que exigiu, então, uma redefinição da agenda. A "globalização capitalista" e a conseqüente mudança no contexto socioeconômico estão entre os fatores que contribuíram para que ocorresse esse reposicionamento. Ao

contrário dos pactos sociais dos anos 60 e 70, implementados num quadro econômico estável de crescimento e de pleno emprego, os que começam a ser costurados a partir dos anos 90 ocorrem num outro cenário: economicamente instável, marcado pelo forte desemprego, e com problemas ligados ao envelhecimento da população e de acirramento da concorrência intercapitalista. Na questão da configuração territorial também ocorreu outra mudança importante. Enquanto os arranjos neocorporativos clássicos caracterizaram-se como um fenômeno essencialmente nacional, as concertações sociais recentes precisam considerar uma lógica mais complexa, podendo abranger tanto os níveis europeu, o nacional e o subnacional (TAPIA E GOMES, 2002).

> A década de 90 marcou o ressurgimento das concertações sociais na Europa, depois da fase de ostracismo e mesmo de declínio, em alguns casos, vivida pelos arranjos neocorporativos ao longo dos anos 80. Esses novos pactos sociais, que podemos denominar de segunda geração, surgiram em um quadro econômico e social bastante diverso daquele em que vicejaram os acordos neocorporativos clássicos, tendo se desenvolvido no bojo do processo de construção da união monetária européia, simbolizada no Tratado de Maastricht de 1992 (Fajertag e Pochet, 2001). No centro dessa negociação, encontra-se ainda a moderação das demandas salariais, mas a contrapartida deixou de ser a expansão do Estado de Bem-Estar Social como no passado. Em algumas situações recentes de negociação, a moeda de troca foi o saneamento das finanças públicas e o controle da inflação; outras vezes, as expectativas de melhoria futura do emprego e a redução de impostos sobre os salários mais baixos. Ao mesmo tempo, no caso da flexibilidade e da proteção social, as negociações tenderam a privilegiar o redimensionamento do campo da proteção e dos direitos sociais, a reorientação do gasto social, a redistribuição das garantias em favor de novos trabalhadores atípicos, segundo uma lógica de redistribuição de benefícios e não de sua ampliação (TAPIA, 2003, p. 215-216).

Para Tapia e Gomes (2002, p. 5), a nova onda de concertações sociais dos anos 90 reflete a busca de soluções consensuais em torno de exigências contraditórias. Além de primar por práticas associativas, o neocorporativismo também facilita o processo de formação de políticas públicas. Em suma, em um momento de incertezas, o neocorporativismo surge como método para trilhar por um "mar de turbulências".

> As vantagens associadas à prática neocorporativa dizem respeito à redução dos custos de obtenção de informação e à criação de condições de confiança no processo de negociação dentro das organizações de representação de interesses diretamente envolvidas. Além disso, embora pudessem ser vistas como soluções do tipo '*second best*', frente às incertezas do futuro, as práticas neocorporativas adquiriam aos olhos dos parceiros um sentido positivo e desejável, mesmo se à

> custa de eventual rigidez e relativa ineficiência. [...] A construção de consenso é a maneira de exercer influência sobre os atores econômicos centrais no curso das variáveis macroeconômicas. A negociação entre Governo e organizações de representação de capital e trabalho permitiria previsibilidade e periodicidade ao cálculo político e econômico do Estado. Portanto, o envolvimento ativo das organizações de representação de interesses, além de fundamental para uma implementação eficaz das políticas e programas, permitiria uma redução nas probabilidades de comportamentos oportunistas e de contestação das políticas (TAPIA E GOMES, 2002, p. 7-8).

Outra questão a ser enfrentada pelo neocorporativismo é a "irrupção na cena política de novos sujeitos coletivos, cujas ações se desenvolvem no sentido de mudar as regras do jogo e que, por isso mesmo, atuam fora das regras estabelecidas" (TAPIA E ARAÚJO, 1991, p. 19). A "explosão dos movimentos sociais", a extrema individualização das demandas e o questionamento das estruturas hierarquizadas são questões que parecem colocar em xeque as formas corporativistas. Para Schmitter, mudanças no processo de produção, nas relações entre indivíduos, entre países, e outras, que se iniciaram nos anos 70, indicam um cenário cético para a evolução dos arranjos corporativistas. Porém, mesmo diante desse quadro pessimista, há experiências – a Espanha é o caso mais típico - que vão claramente no sentido neocorporativo, de constituição de um novo padrão corporativista de tipo societal. Já outras experiências apontam para formas mistas ou talvez distintas tanto do tipo estatal como do societal, para as quais nenhuma reflexão teórica foi ainda esboçada (TAPIA E ARAÚJO, 1991).

Correa (2003) observa que a Espanha encontrou no diálogo social o instrumento mais eficaz para abordar os diversos avatares econômicos, sociais e políticos que ocorreram ao longo dos seus últimos anos. Para ele, o diálogo, como "entendimento social", continua sendo a única receita para fazer frente à rapidez das mudanças que os processos de globalização impõem. De acordo com Correa (2003), isto é válido não somente para a Espanha mas para qualquer região ou país "como instrumento para alcançar o máximo bem-estar da sociedade em seu conjunto e impedir as desigualdades e exclusões

sociais".

A experiência espanhola mostra que não há fórmulas ou modelos únicos para implementar o diálogo social. São os próprios interlocutores sociais e econômicos, os representantes dos cidadãos, que são chamados a determinar quais serão a velocidade, os caminhos ou vias e, definitivamente, as políticas, atuações ou processos adequados conforme as circunstâncias em cada momento. Para que o diálogo social exista e dê frutos, é essencial o respeito absoluto aos direitos fundamentais, o reconhecimento e fortalecimento dos agentes sociais e econômicos, garantindo que sejam verdadeiramente representativos da sociedade, fortes e independentes, e formas de promoção do diálogo social, acima das resistências políticas e com independência perante o governo (CORREA, 2003).

Nesse espaço de negociação, criado a partir dos arranjos neocorporativos, os atores e grupos de interesse vão "além da simples pressão sobre o Estado, formulando propostas e alternativas" (MARUGÁN, 2003, p. 77). "Governos novos que inspiram mudanças sociais significativas sem revoluções precisam obter o apoio social de empresários, trabalhadores e demais segmentos sociais" (SECCO, 2003, p. 15). Ao invés de lutas fratricidas (VERGARA, 2003), ou de manutenção de uma tradição de conciliação pelas elites ou de uma tradição de eliminação do outro no plano da política, torna-se necessário instituir uma tradição de concertação e de negociação. Os Pactos de Moncloa[9] revelam que, para obter êxito e sustentação na sociedade, qualquer mudança a ser incrementada deve "buscar benefícios para todos, não a derrota do oponente" (MARUGÁN, 2003, p. 53).

Muito além do simples fato de fazer uma leitura diferenciada sobre como se

9 Para uma visão geral, mas sucinta, sobre o contexto da época e os principais conteúdos expressos nos Pactos de Moncloa, ver MARUGÁN, Francisco Fernández. Pactos Sociais na Espanha e VEGARA, Antonio Gutiérrez. A concertação social na Espanha a partir da transição democrática. In: CORREA, Jaime Montalvo et al. *Novos Espaços Democráticos:* Diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

processam as relações de poder na sociedade, os conselhos instituídos na Europa representaram uma alternativa diante do "crescente descrédito em relação à democracia representativa como mecanismo eficaz de agregação de interesses e resolução de conflitos e os problemas de governabilidade que vêm sendo crescentemente enfrentados pela desconfiança nas autoridades governamentais e nos processos decisórios sobre as políticas públicas" (FLEURY, 2003, p. 2).

Um dos limites da democracia representativa seria a ausência de mecanismos que assegurem a prestação de contas, a influência e possibilidade de participação da população. O corporativismo, por sua vez, constituir-se-ia em uma forma de representação funcional dos interesses que têm como vantagens a introdução na classe política de pessoas que não são puramente políticos profissionais e a democratização da influência informal, que atualmente só existiria para os grupos mais poderosos.

> Assim, não precisamos de dispositivos sociais fixos para ter uma representação corporativa efetiva. Isto só ocorreria se atribuíssemos ao corporativismo as mesmas tarefas da democracia representativa e, portanto, procurássemos criar uma câmara ou assembléia corporativa formal e dotada de verdadeira 'representatividade' social. O corporativismo deveria suplementar a democracia representativa, não suplantá-la. Suas funções são muito diferentes: os fóruns corporativos servem para facilitar a consulta (e com isto a comunicação) e a coordenação (e com isto a negociação) entre interesses sociais e órgão públicos. Servem como canais para a influência recíproca de organismos governantes e governados. Isto propiciaria à influência governada e aos governantes os meios para orquestrar efetivamente a política, minimizando ao mesmo tempo a coerção (HIRSCH *apud* FLEURY, 2003, p. 3).

Na visão de Hirsch, os fóruns corporativos não têm o propósito de legislar ou supervisionar o governo. Seu objetivo é a consulta, a coordenação da atividade econômica e a negociação de ganhos e sacrifícios.

> Os conselhos europeus atendem plenamente a estas proposições, sendo concebidos como um mecanismo eficiente de geração de consenso entre os agente econômicos, a partir da institucionalização de uma arena pública, em geral regulada pelo Estado, para coordenação da atividade econômica. Apesar de não terem poder legislativo ou executivo, seu papel consultivo é reconhecido como necessário para assegurar legitimidade às decisões políticas e condições de governança (FLEURY, 2003, p. 3).

4 O CDES ENTRA NA CENA MIDIÁTICA

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social entra no cenário nacional a partir de 2003. O corporativismo, as práticas de concertação, o processo de diálogo social, o debate público, a tolerância com os diferentes, enfim, tudo o que, de alguma forma, diz respeito ao CDES e a este modo de interpretar a realidade surge na cena pública. Algo que não existia passa a existir.

A análise a ser feita sobre o CDES baseia-se em discursos. Ele chega até a opinião pública em forma de discursos. Não haverá acompanhamento presencial das atividades do Conselho, mas uma interpretação daquilo que é escrito sobre o CDES e suas atividades. A pesquisa pretende identificar como a mídia organiza o material simbólico que propõe sentidos sobre o Conselho e que vozes são autorizadas a participar do espaço por ela aberto. Portanto, as manifestações que serão objeto de análise são aquelas que estão escritas em material produzido pela imprensa. A questão central passa pela realização de uma análise de textos que anunciam, falam e, conseqüentemente, podem sugerir sentidos ao CDES e às atividades que realiza.

O CDES – constituído por representantes de diferentes segmentos sociais – foi criado com o intuito de propiciar o debate de diferentes questões que dizem respeito à nação brasileira. Trata-se de um espaço em que diferentes vozes, convidadas pelo Governo

Lula, podem manifestar-se e expressar sua posição a respeito de temas que compõem a agenda política do Governo. É a partir dessa pluralidade de vozes que o Governo se propõe a formar seu juízo para propor políticas públicas. Ao buscar analisar os sentidos que a mídia impressa pode estar sugerindo ao CDES e às atividades que este realiza, a presente pesquisa dá especial atenção a este aspecto: de que forma a pluralidade de vozes presente no CDES consegue espaço na tribuna aberta pela mídia para tratar dos mesmos temas.

Na análise procura-se identificar se a mídia deu preferência ou não a vozes de alguns segmentos sociais. Como a mídia ocupa espaço privilegiado na esfera pública, o fato de dar existência a alguns temas ou não, de privilegiar ou não a interpretação fornecida por um ou mais segmentos sociais e de sugerir, assim, determinados sentidos a tudo isso, pode, de alguma forma, influenciar a opinião pública. É preciso avaliar o conteúdo e o significado daquilo a que as pessoas se expõem (WOLF, 2001).

Todo discurso, para ser reconhecido, precisa estar legitimado. Cada ato de fala é inseparável de uma instituição. Cada ator fala de um lugar (MAINGUENEAU, 1993). O Governo, ao convidar os integrantes do CDES, os reconheceu como legítimos para falar em nome dos respectivos segmentos sociais do qual fazem parte. Essas pessoas foram autorizadas e legitimadas a participar das atividades do CDES e são reconhecidas como oriundas de um lugar social. Nesta pesquisa, o intuito é verificar quem foi autorizado e legitimado pela mídia para falar no espaço que ela coordena. A intenção é verificar quais são as fontes "dignas de crédito" (HALL, 1999, p. 229) que são convidadas pela mídia para interpretar os temas e atividades referentes ao CDES.

O material analisado é aquele que, produzido pela imprensa, chega ao público em forma de texto. Esse produto simbólico é traduzido pela linguagem. Conforme Orlandi (2001), a linguagem é uma prática, não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. O discurso, por sua vez, não se limita a apenas transmitir

informação, nem se iguala a um texto. O discurso produz sentidos. E a análise do discurso, por sua vez, se preocupa fundamentalmente com a questão do sentido. "O analista não está interessado no texto em si. O texto é o espaço significante, lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. O analista tem de compreender como ele produz sentidos" (ORLANDI, 2001, p. 72).

A presente pesquisa dedica-se não a identificar os sentidos produzidos pelo material simbólico da mídia, mas, sim, em fazer uma interpretação deste processo de construção de sentidos, coordenado pela mídia. A interpretação não busca atribuir sentidos, mas tenta explicitar e compreender como um objeto simbólico produz sentidos (ORLANDI, 1996). O propósito, portanto, é verificar como o material produzido pela mídia pode, de alguma forma, levar o leitor a promover uma certa injunção na direção de determinados sentidos.

Referindo-se ao modelo semiótico-textual, Wolf (2001) observa que há uma dissimetria dos papéis de emissor e receptor. Essa dissimetria caracteriza historicamente a organização das comunicações de massa. O poder do campo da comunicação está na sua capacidade de construir, via discursos, conceitos e referências que, em última análise, vão se tornando o cotidiano do receptor.

As diferentes mídias transformam-se em lugares de passagem daquilo que a sociedade produz discursivamente. Fatos, situações ou discursos viram realidade (tomam corpo) no tecido social por intermédio das representações feitas pela mídia através do discurso (FAUSTO NETO, 1999). O discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade, mas funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação. O discurso da mídia assume este papel: assegura a visibilidade ou permanência de uma certa representação e, conseqüentemente, de um certo sentido (VIGNAUX *apud* ORLANDI, 2001).

Os debates promovidos pelo CDES existem independente do fato de a mídia lhes conferir visibilidade ou não. Porém, a mediação através de dispositivos midiáticos permite o alargamento da visibilidade. Há de se enfatizar, no entanto, que não existe a "mediação passiva". A mídia dá uma visibilidade e face próprias a tudo que publiciza. E isso aponta para a importância das mídias como um dos dispositivos instituidores do espaço público, "na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão, não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, mas também se faz nelas" (FAUSTO NETO, 1999, p. 16).

Para a opinião pública, pode ser relevante o que estiver na agenda midiática. O que aí não aparecer pode, eventualmente, ser desconsiderado ou simplesmente ignorado. É como se simplesmente não existisse. O material simbólico organizado pela mídia em relação ao CDES e aos debates que este promove pode servir de subsídio para a formação da opinião pública. Pela sua competência de anunciabilidade e visibilidade em relação a qualquer tema, e também pelo fato de os processos de construção de inteligibilidade sobre qualquer assunto dependerem gradativamente cada vez mais das mídias e dos seus respectivos efeitos de sentido, não há como desconsiderar o papel estratégico que este campo assume na esfera pública (FAUSTO NETO, 1999).

Nesta pesquisa a análise concentra-se sobre matérias jornalísticas publicadas desde a eleição de Lula - final de 2002 – até o final de 2004. Em 2002 o Conselho sequer existia. No final desse ano, pouco depois da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, aparecem as primeiras informações na imprensa dando conta de que o novo governo iria implantar um conselho com o objetivo de instaurar o processo de concertação social. Já 2003 – primeiro ano do mandato de Lula - é o ano de implantação e de início das atividades do Conselho. Trata-se, portanto, de um período em que há uma

atenção maior da mídia e da sociedade para o CDES, uma vez que este constitui-se como uma novidade político-institucional e porque traz para a pauta de debate temas bem polêmicos. Mas, atenção maior não significa, necessariamente, que a visibilidade dada pela mídia tenha corroborado o sentido dado pelo governo a esse processo de concertação.

O material que serve como fonte para análise - escolhido dentro do período mencionado acima - foi publicado em cinco jornais de expressão nacional: Correio Braziliense (CB), Folha de São Paulo (FSP), Jornal do Brasil (JB), O Estado de São Paulo (ESP) e O Globo (Globo). São matérias das seções de Economia, Geral, Política e Editorial. O uso desse material contempla os propósitos deste trabalho, qual seja, verificar que tipo de tratamento esses veículos – de repercussão nacional - dão ao CDES e como organizam o material simbólico relativo ao trabalho desenvolvido pelo Conselho. É dada especial atenção à maneira de a mídia fazer a mediação da pluralidade de vozes contemplada no CDES. A intenção é verificar como essa diversidade é retratada nas matérias que são produzidas como subsídios para a opinião pública.

Quanto ao período do material analisado, a primeira parte das publicações deteve-se ao final de 2002 e o período inicial do governo – até 13 de fevereiro de 2003, data da instalação do CDES. Depois disso, a busca sempre foi feita entre um período que compreende os cinco dias que antecederam e os cinco que sucederam cada uma das dez reuniões ordinárias e uma extraordinária do Pleno do CDES realizadas entre 2003 e 2004. Nesses dias que circundavam a realização dessas reuniões, os jornais davam maior atenção ao Conselho, visto que ou anunciavam a realização da reunião que estava por acontecer ou, posteriormente, procuravam informar o leitor sobre o que havia ocorrido no encontro que acabara de se realizar.

Além do acompanhamento do material publicado sobre o período inicial do CDES e sobre suas atividades ao longo desses dois anos, o trabalho também lança um olhar

sobre editoriais dos cinco jornais, especificamente aqueles produzidos nos três primeiros meses de 2003, período em que o CDES surge como novidade. A análise concentra-se sobre treze editoriais que buscam caracterizar o Conselho. É uma análise que se propõe a verificar a opinião que esses veículos têm sobre a novidade institucional que surge no campo político e na cena pública.

A análise dos textos busca revelar o tipo de tratamento dispensado pela mídia a essa novidade institucional do Governo Lula. É feito um exercício de interpretação para verificar se a mídia organiza o material de modo a sugerir ou não determinados sentidos aos CDES e às atividades que este realiza. O objetivo foi identificar que tipo de leitura a mídia oferece à opinião pública, seja em relação à função do CDES, seja também em relação aos temas que o Conselho aborda e o tipo de interpretação dado aos mesmos. Como se trata de uma novidade, para grande parcela da população o conceito sobre o CDES e o seu significado podem traduzir a idéia central publicizada pela mídia, uma vez que é dela que recebem os únicos ou a maioria dos subsídios.

O trabalho mescla análise e interpretação. Na análise dos textos, o primeiro passo é descrever como se deu o anúncio do CDES, como ele passou a existir na cena midiática. Na seqüência, inicia-se o processo de interpretação dos textos, tanto dos editoriais como das matérias jornalísticas publicados em outras editorias. A partir desse material são feitas algumas inferências sobre os discursos produzidos pela mídia sobre o CDES. Enquanto objeto simbólico, o texto é multidimensional. No entanto, a sua construção deixa vestígios que provocam uma determinada interpretação. “E esta se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é que chamamos de política” (ORLANDI, 1996, p. 18). Conforme Orlandi (1996), diante de qualquer objeto simbólico “x” somos instados a interpretar o que “x” quer dizer. Nesse movimento de interpretação, aparece como evidência o sentido desse “x”. A análise feita neste trabalho é justamente

esta de procurar verificar quais foram os vestígios deixados nas matérias jornalísticas que podem sugerir determinado tipo de interpretação para a opinião pública.

Na análise do material divulgado pela mídia foi feita uma subdivisão. Num primeiro momento, são analisadas nove matérias jornalísticas que se caracterizam como as primeiras aparições do CDES na cena midiática. As matérias (disponíveis no Anexo I) têm essas manchetes:

1. Lula cria secretaria social; Tarso será titular (FSP – 14/12/2002);
2. Previdência: prioridade para Tarso (Globo – 26/12/2002);
3. Secretário do Desenvolvimento Econômico e Social é o canal entre Lula e o povo (entrevista com Tarso Genro) (CB – 07/01/2003);
4. MST vai integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Globo – 14/01/2003);
5. Cada um vai ter que ceder um pouco, diz Tarso (FSP – 16/01/2003);
6. Conselho assume pacote de reformas como prioridade (FSP – 06/02/2003);
7. Desequilíbrio no Conselho (Globo – 06/02/2003);
8. Para Planalto, só pacto evita turbulência social (ESP – 10/02/2003);
9. Diretriz para as mudanças (JB – 11/02/2003).

A leitura desse material permite observar como o CDES é apresentado pela mídia. O objetivo principal é verificar como a mídia descreve essa novidade e quem ela convida para apresentar o Conselho. A produção de material jornalístico com essa finalidade faz com que o CDES passe a existir na cena midiática, isto antes mesmo de ser instalado oficialmente.

Na seqüência deste trabalho, há uma análise da opinião emitida pelos veículos de comunicação sobre o CDES e o seu significado para o momento político brasileiro. O

propósito é verificar que tipo de posicionamento os veículos assumem ante à novidade que surge no cenário. Esse tipo de texto permite conhecer os argumentos que são trazidos à luz pelos veículos para se posicionar frente ao tema em questão. O editorial pode expressar anuência, elogios ou críticas. O editorial explicita o posicionamento do veículo. A atenção volta-se para treze editoriais, todos publicados nos três primeiros meses de 2003, período em que o CDES surge na cena pública. Os editoriais são os seguintes, com o respectivo título, nome do veículo e data de publicação (os textos estão disponíveis no Anexo II):

1. Bom ou mau conselho (FSP - edição do dia 11/01/2003);
2. Uma ameaça ao sistema representativo (ESP – 03/02/2003);
3. Todos empossados (FSP – 04/02/2003);
4. Sem burocracia (CB – 07/02/2003);
5. Muitos solistas (Globo – 07/02/2003);
6. O que o Conselho precisa provar (ESP – 12/02/2003);
7. Conselho instalado (FSP – 14/02/2003);
8. O Conselho e as dificuldades de Lula (ESP – 16/02/2003);
9. Agenda positiva (CB – 17/02/2003);
10. A incerta estratégia para as reformas (ESP – 19/02/2003);
11. Que venham os projetos (ESP – 21/02/2003);
12. Carta de Intenções (JB – 25/02/2003);
13. A vagarosa montagem do governo (ESP – 06/03/2003).

A etapa seguinte concentra-se na análise do material jornalístico produzido pelos veículos a partir do início dos debates realizados e/ou iniciados pelo e no CDES. O foco é dirigido para quatro momentos. Os dois primeiros concentram-se sobre temas que estiveram em pauta no início das atividades do CDES, no primeiro semestre de 2003:

reforma da Previdência e reforma tributária. Há uma análise específica sobre o material produzido para cada um dos temas. No terceiro momento, o foco dirige-se para as matérias que trataram da terceira, quarta e quinta sessões do Pleno do CDES, realizadas ainda em 2003. E o último bloco de notícias a ser analisado compreende todo o período de 2004.

Na análise dos editoriais e das matérias publicadas antes da instalação do CDES, a idéia central é verificar como a mídia introduziu o CDES na cena pública. Na segunda parte, no processo de análise das notícias que tratam dos debates e das atividades do Conselho, o objetivo é identificar como a diversidade presente no Conselho é expressa pela mídia. O Governo Lula convidou representantes de diversos segmentos para debater a agenda política. E a mídia convidou representantes de quais segmentos para participar do debate que apresenta para a opinião pública? Para essa análise, é feito um levantamento dos segmentos que ganharam voz no espaço aberto pela mídia. Além dos segmentos sociais presentes no CDES – conforme classificação apresentada em capítulo anterior, que descreve a formatação do Conselho: esfera empresarial, social, do trabalho e personalidades -, o trabalho ainda registrará as oportunidades que o Governo (que também está no Conselho) e outras vozes não representadas no Conselho têm para participar do debate midiático tendo como base os temas da agenda política lançados para o CDES.

Ainda com base nessa classificação, e com o intuito de verificar como a mídia organiza o material simbólico para produzir determinados sentidos ou interpretações, a pequisa busca verificar se, em relação aos temas em debate, a mídia fornece um enquadramento interpretativo “restrito” ou “plural”. E, se plural, é “plural-fechado” ou “plural-aberto” (PORTO, 2004, p.96). Para tanto, serão verificadas quais e quantas vozes são ouvidas para interpretar o tema em debate. A forma como o material jornalístico (o objeto simbólico) é construído é um indicativo de como podem ser produzidos determinados sentidos ou sugeridas determinadas interpretações para um tema em questão.

Não se trata, portanto, de identificar sentidos, mas de, através do processo de interpretação, verificar como o material é organizado para que venha a colaborar para que determinados sentidos surjam como evidências para o leitor.

As notícias que serão objeto de análise são as seguintes (disponibilizadas no Anexo III):

Bloco 1 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA

1.1 Previdência: fixação do teto é consenso (Globo – 13/03/2003);

1.2 Conselho quer fim de superaposentadorias (ESP – 13/03/2003);

1.3 Agora, depende de Lula (CB – 01/04/2003);

1.4 Tarso sugere cobrança parcial de inativos (FSP – 05/04/2003);

1.5 Tarso diz que conselho também apóia cobrança (ESP – 05/04/2003).

Bloco 2 - REFORMA TRIBUTÁRIA

2.1 Conselho deve fechar proposta hoje à tarde (ESP – 31/02/2003);

2.2 Reforma tributária ganha diretrizes (JB – 31/02/2003);

2.3 Esboço fica pronto em até um 1 mês, diz Tarso (ESP – 11/03/2003);

2.4 Conselho apóia transformação da CPMF em imposto permanente (Globo – 14/03/2003);

2.5 Conselho quer IVA cobrado no destino (Globo – 31/03/2003);

2.6 Lula diz que encaminha reformas antes do previsto (ESP – 01/04/2003);

2.7 Agora, depende de Lula (CB – 01/04/2003);

2.8 Empresários esperavam mudanças mais amplas (ESP – 01/04/2003);

2.9 “Reforma tributária será a aprovável”, diz Tarso (ESP – 04/04/20003);

2.10 Tarso diz que não quer criar a ilusão de uma reforma tributária perfeita (Globo – 04/04/2003).

Bloco 3 - TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA ATÉ A QUINTA

3.1 Conselho de Desenvolvimento ataca juro alto (ESP – 13/06/2003);

3.2 Conselho aprova reformas sindical e trabalhista (ESP – 13/06/2003);

3.3 Reforma trabalhista fortalece sindicatos (JB – 13/06/2003);

3.4 Conselho pede redução de juros (Globo – 13/06/2003);

3.5 Conselho pede queda do juro "o quanto antes" (FSP – 13/06/03);

3.6 Conselho prepara "fogo amigo" contra Palocci (ESP – 03/09/2003);

3.7 Presidente do CNI apóia texto do Conselho (ESP – 04/09/2003);

3.8 Sem queda drástica nos juros (CB – 05/09/2003);

3.9 Conselho pede mais ousadia ao governo (FSP – 05/09/2003);

3.10 Queda dos juros não será drástica, diz Lula (FSP – 05/09/2003);

3.11 "Podem ficar tranqüilos, porque a nau tem rumo" (ESP – 05/09/2003);

3.12 Conselheiros aprovam texto mais ameno (ESP – 05/09/2003);

3.13 Empresários divergem do otimismo oficial (FSP – 11/12/2003);

3.14 Empresários temem alta carga tributária (JB – 11/12/2003);

3.15 Conselho de Desenvolvimento critica Cofins (ESP – 11/12/2003);

3.16 No Conselho, sindicalistas criticam o governo (ESP – 11/12/2003).

Bloco 4 - SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA ATÉ A DÉCIMA

4.1Conselho vai discutir projeto para 2022 (ESP – 10/03/2004);

4.2 Política industrial vai a Conselho incompleta (FSP – 10/03/2004);

4.3 Lula vai pedir aval de membros do Conselhão (FSP – 11/03/2004);

4.4 CDES define hoje como investir mais R$ 2 bilhões (ESP – 11/03/04);

4.5 Política econômica não mudará, diz Lula (FSP – 12/03/2004);

4.6 Palocci foi o grande ausente (Globo – 12/03/2004);

4.7 Lula anunciará estímulo ao crédito (FSP – 13/05/2004);

4.8 As novas promessas do governo (CB – 14/05/2004);

4.9 Para Palocci, turbulência externa não afetará o Brasil (FSP – 14/05/2004);

4.10 Lula garante que política econômica do país não muda (Globo – 14/05/2004);

4.11 "Até agora, deu mais certo que errado", diz Lula (ESP – 14/05/2004);

4.12 Palocci pede coesão nacional pelo crescimento (ESP – 04/05/2004);

4.13 Acordos que jamais acontecem (JB – 18/05/2004);

4.14 Contra as "futricas" (CB – 05/08/2004);

4.15 "Intriga" não vai barrar progresso, diz Lula (FSP – 05/08/2004);

4.16 Lula critica "mentalidade subalterna" no país (FSP – 05/08/2004);

4.17 "Futrica e intriga não nos impedirão de crescer" (ESP – 05/08/2004);

4.18 Dirceu ataca herança e juros altos (CB – 06/08/2004);

4.19 Dirceu critica juros e condena herança (JB – 06/08/2004)

4.20 Empresários criticam dificuldade em obter financiamento no Pais (ESP – 06/08/2004);

4.21 Conselho de Lula vê risco em alta da Selic (ESP – 31/08/2004);

4.22 Lula: Congresso protege regiões ricas (CB – 03/09/2004);

4.23 Presidente diz que errou na Norte-Sul (FSP – 03/09/2004);

4.24 Lula faz mea-culpa em relação à Norte-Sul (Globo – 03/09/2004);

4.25 Lula critica pressão dos Estados ricos (JB – 03/09/2004);

4.26 Presidente defende Nordeste contra Estados ricos (ESP – 03/09/2004);

4.27 Conselhão, que se reúne hoje com Palocci, gastou R$ 1 mi em viagens (FSP – 10/11/04);

4.28 Palocci admite que carga tributária subiu (FSP – 11/11/2004);

4.29 Retomada não é vôo de galinha, diz ministro (FSP – 11/11/2004);

4.30 Palocci admite, enfim, que a carga tributária pode ser maior este ano (Globo – 11/10/2004);

4.31 Palocci admite aumento da carga tributária (JB – 11/11/2004);

4.32 Palocci solta o verbo (CB – 11/11/2004).

Na primeira parte, portanto, a análise concentra-se sobre matérias e editoriais que apresentam e caracterizam o CDES, a novidade que surge no cenário. Na segunda parte o olhar se volta exclusivamente para matérias jornalísticas. Dois blocos analisam a cobertura de duas reuniões[10] que trataram de temas específicos – reforma da Previdência e reforma tributária - e outros dois acompanham a cobertura feita das demais sessões do Pleno dentro de um período específico. Nessa segunda parte, a atenção maior volta-se para as vozes que ganham espaço toda vez que o CDES, ou sua pauta específica, vira notícia.

As duas figuras abaixo resumem o volume de material analisado em cada uma das duas partes da pesquisa, bem como a forma como foi feito o recorte para a análise. Também identificam o período que compreende a publicação dos textos coletados nos jornais[11] usados para esta pesquisa.

***Figura 02* – Apresentação e caracterização do CDES**

ITENS	QUANTIDADE	PERÍODO ANALISADO
Matérias jornalísticas	09	De 01/11/02 a 13/02/03
Editoriais	13	De 01/01/03 a 31/03/03

10 Segunda reunião do Pleno (10/03/03) e primeira reunião extraordinária (31/03/03).
11 ESP, JB, FSP, CB e Globo.

***Figura 03* – Agenda de debates e/ou atividades do CDES**

TEMA - REUNIÕES	NÚMERO DE MATÉRIAS	PERÍODO ANALISADO*
Reforma da Previdência	5	De 05/03/03 a 15/03/03 e de 26/03/03 a 05/04/03
Reforma tributária	10	De 05/03/03 a 15/03/03 e de 26/03/03 a 05/04/03
Terceira à quinta reunião	16	De 07/06/03 a 17/06/03; de 31/08/03 a 09/09/03; e de 05/12/03 a 15/12/03
Sexta à décima reunião	32	De 06/03/04 a 16/03/04; de 08/05/04 a 18/05/04; de 31/07/04 a 09/08/04; de 28/08/04 a 07/09/04; e de 05/11/04 a 15/11/04

* Os períodos desta segunda parte da pesquisa sempre compreendem cinco dias que antecederam e cinco que sucederam à realização de cada uma das reuniões ordinárias e da extraordinária do Pleno do CDES durante os anos de 2003 e 2004. Está excluída a primeira ordinária (dia 13/02/03), que foi a reunião de instalação do Conselho. As demais reuniões ordinárias ocorreram nas seguintes datas: 10/03/03; 12/06/03; 04/09/03; 10/12/03; 11/03/04; 13/05/04; 04/08/04; 02/09/04 e 10/11/04. No dia 31/03/03 foi realizada a primeira e única reunião extraordinária durante esses dois anos.

4.1 A caracterização do CDES pela mídia

Ninguém desconsidera a importância da mídia na sociedade contemporânea para "dar existência" a determinados fatos ou idéias. Isso se deve fundamentalmente à sua capacidade de atingir um grande contingente de pessoas. Nesse sentido, ingressar na cena pública controlada pela mídia é importante para qualquer ator político e para qualquer iniciativa que este venha a tomar. Em relação ao CDES, não é diferente. As primeiras representações feitas pela mídia podem ser orientadoras ou mesmo determinantes para a impressão ou opinião que o público venha a ter sobre o órgão e, mais que isto, sobre as atividades que o mesmo venha a realizar. A credibilidade do órgão pode estar associada a essa imagem perpassada pelas representações iniciais feitas pela imprensa.

Os acompanhantes da cena midiática tendem a assimilar as diversas informações disponíveis sobre um mesmo assunto. Para os propósitos deste trabalho, não foram coletadas manifestações de outros atores do campo político sobre o CDES. A idéia central é verificar que posição foi assumida pelo campo midiático, o ator privilegiado da esfera pública contemporânea. Em relação às mais diferentes áreas e assuntos, e não seria diferente em relação ao CDES, a mídia não se limita a veicular informações dos atores

diretamente envolvidos no campo em pauta. Ela mesma assume um posicionamento. É claro que, muitas vezes, ela acaba manifestando-se de uma forma não muito explícita, visto que o posicionamento pode estar implícito no processo de selecionar ou enfatizar determinados aspectos e/ou omitir outros nas matérias que veicula.

O editorial configura-se como o espaço em que o veículo de comunicação assume abertamente seu posicionamento. É o espaço reservado especialmente pelo veículo para que, através dele, possa manifestar sua posição, sem nenhum tipo de subterfúgio. O editorial é assumido, explicitamente, como sendo a posição do jornal. Uma vez que assume esse espaço como sendo de opinião, quer deixar subentendido que, nos demais espaços, nas matérias das demais editorias, o veículo não assume posição, a não ser a de informar imparcialmente o leitor sobre o que está ocorrendo.

É preciso relembrar – o que já foi enfatizado em capítulos anteriores – que o discurso do campo político é sempre interessado (GOMES, 2004). Para grande parte da opinião pública, diante do jogo político, a imprensa é vista como um "juiz" - um poder à parte – que, lançando um olhar sobre este campo, tem condições de emitir um parecer mais fidedigno e imparcial sobre o que aí se desenrola (CHAMPAGNE, 1998). Dentro dessa lógica – que é da essência do discurso da imparcialidade defendido pela mídia -, a análise de um fato feita por um jornal seria mais digna de crédito do que aquela oriunda de um ator envolvido diretamente no jogo político, uma vez que este teria interesse direto, enquanto o jornal não. A imprensa, na sua condição de quarto poder, limitar-se-ia a esclarecer a opinião pública (TRAQUINA, 2002).

Em se tratando de uma novidade, o CDES, ao ser lançado para a cena pública, também precisou ser caracterizado. Como qualquer novidade que aparece no cenário, ele foi apresentado ao leitor do jornal para que este pudesse ter ciência do que se tratava. Então, além da caracterização dada pelo próprio governo – que é um ator suspeito, por ter

criado o órgão -, a mídia também deu o seu parecer sobre essa novidade institucional. Afinal, ela não poderia furtar-se da sua "missão" de informar a opinião pública do que se tratava e quais seriam os "reais interesses" que teriam mobilizado o Governo Lula a criar o CDES.

Este capítulo – A caracterização do CDES pela mídia – procura dar conta desta tarefa: verificar como a novidade, o CDES, foi apresentada à opinião pública. O tópico inicial – As primeiras aparições – baseia-se em matérias jornalísticas publicadas antes mesmo da instalação oficial do CDES. Já num segundo momento – Editoriais -, o olhar volta-se para a caracterização que os jornais fazem através dos seus editoriais.

4.1.1 As primeiras aparições

Antes mesmo da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorreu no dia 1° de janeiro de 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social já começa a existir para uma parte da sociedade brasileira. Isso se dá a partir do material gerado pelo jornalismo. A FSP de 14 de dezembro de 2002, por exemplo, anuncia que Lula vai criar uma secretaria social que estará vinculada à Presidência da República e que terá como objetivo "elaborar o que os petistas vêm chamando de *novo contrato social*". Reproduzindo manifestação do então futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, a FSP ainda informa que o Conselho terá como missão "criar consensos para a aprovação de reformas cruciais para o próximo governo" de forma a garantir, a partir desse processo, "estabilidade econômica duradoura e avanços sociais significativos".

Ainda em 2002, o Globo também trouxe o CDES para a cena midiática. Em matéria divulgada no dia 26 de dezembro desse ano, traz manifestação de Tarso Genro[12] que informa que o Conselho deverá ter de noventa a cem integrantes e que caberá ao órgão

12 Na época, futuro titular da Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), que viria a dar sustentação ao CDES.

negociar as reformas com diversos setores da sociedade.

O CDES entra definitivamente na cena midiática com a posse de Lula, no início de 2003. No dia 07 de janeiro, por exemplo, o CB estampa em manchete que *Secretário do Desenvolvimento Econômico e Social é o canal entre Lula e o povo*. Na matéria, feita em forma de entrevista, Tarso Genro obtém espaço para falar sobre o Conselho, dizendo tratar-se de "uma síntese da sociedade brasileira", uma vez que seriam chamados a fazer parte representantes de credos religiosos, intelectuais, professores, empresários, sindicalistas, artistas, entre outros, para discutir assuntos da agenda política e encaminhar sugestões ao presidente da República.

Na FSP de 16 de janeiro de 2003, Tarso Genro também ganha espaço para falar sobre os objetivos do CDES, ressaltando que é salutar que diferentes entidades de classe venham a público defender seus interesses na reforma da Previdência. No entanto, dentro dos objetivos do CDES, complementa ainda dizendo que "cada um vai ter que ceder um pouco. Se não tiver contencioso, não tem reforma. Esse é o ponto de partida da democracia".

O ESP de 10 de fevereiro de 2003 também oferece espaço para que o governo possa anunciar à sociedade os objetivos dos debates que serão desenvolvidos pelo CDES. A matéria reproduz parte de um documento com algumas diretrizes do Conselho que a SEDES distribuiu aos conselheiros: "Poderemos dar um exemplo histórico, resolvendo alguns agudos problemas nacionais através de um processo conflitivo de debates e sustentações de pontos de vista, que podem poupar o país de instabilidades sociais e políticas futuras de gravidade".

O CDES foi institucionalizado no campo político com a edição da medida provisória que criou o órgão[13]. A partir desse momento, portanto, ele ganha existência

13 Medida Provisória n° 103, de 1º de janeiro de 2003, cria a SEDES e o CDES. Em 28 de maio de 2003, a Medida Provisória n° 103 é convertida na Lei nº 10.683.

legal. Porém, na esfera pública ele passou a ter existência no momento em que aparece na mídia. E, como visto anteriormente, isso ocorreu antes mesmo da legalização do órgão. As matérias elencadas acima, assim como outras não mencionadas aqui, levaram o CDES e sua pauta de debates ao conhecimento da opinião pública. Elas foram as responsáveis pelo "nascimento" do órgão e de sua respectiva agenda no campo midiático.

As matérias publicadas nas editorias de Economia, Geral e Política nos cinco jornais analisados[14] procuram, de um modo geral, informar o público sobre a criação deste novo órgão e destacam, cada qual, uma ou outra característica do CDES. Elas não reproduzem literalmente os objetivos do órgão, as diretrizes que este se propõe seguir e o discurso do Governo, que é o ator mais interessado no sucesso da iniciativa. Mas o fato de a mídia permitir a entrada do Conselho e sua respectiva pauta na cena midiática caracteriza, num primeiro momento, uma forma de "dar existência" ao mesmo. Como ator interessado no funcionamento do CDES, o Governo obtém, nesse momento, autorização para entrar na cena midiática com a sua proposta. Como "promotor do evento", é a fonte convidada a se manifestar para explicar de que se trata. Consegue, assim, de alguma forma, pautar a mídia e, por conseqüência, também a opinião pública. Na sociedade contemporânea, conforme Champagne (1998), o jogo político não tem como desconsiderar o terreno midiático. Conseguir a atenção da mídia é um dos passos – talvez o mais importante - para quem pretende disputar, formar ou mesmo chamar a atenção da opinião pública para questões específicas da agenda política.

A opinião pública é fruto da ação dos principais atores do espaço público – políticos formais, políticos informais e as mídias – e ainda dos cidadãos de um modo geral (SILVEIRINHA, 2004). Portanto, o CDES surge, num primeiro momento, como uma estratégia importante para fazer com que um dos principais atores do espaço público - a

14 Correio Braziliense (CB), Folha de São Paulo (FSP), Jornal do Brasil (JB), O Estado de São Paulo (ESP) e O Globo (Globo).

imprensa - também se ocupe da agenda proposta pelo Governo, que é outro ator que atua neste espaço. Chegar à opinião pública ou mesmo formar a opinião pública implica, muitas vezes, obter em primeiro lugar a autorização do campo midiático para, através da mediação deste, acessar a agenda pública. Ao ser lançada a idéia de criar um espaço de debates com a participação de diversos segmentos sociais, o Governo Lula obtém essa atenção. O CDES começa a ter visibilidade, passa a existir na esfera pública por intermédio da esfera midiática, conforme atestam as matérias citadas anteriormente.

4.1.2 Editoriais

Os editoriais analisados para este trabalho caracterizam-se por tentar descrever o CDES e, ainda, como complemento – que talvez acabe se constituindo na mais importante manifestação -, por procurar dar sentidos ou sugerir interpretações sobre a pertinência ou não da promoção deste evento por parte do Governo Lula. Orlandi (1996) afirma que todo texto é multidimensional enquanto espaço simbólico. Mas, por outro lado, sustenta que não é verdadeira a idéia de que o texto possa desenvolver-se em qualquer direção, uma vez que sempre há uma "necessidade que rege o texto e quem vem da relação com a exterioridade" (ORLANDI, 1996, p. 15).

Os jornais que foram acompanhados parecem não se furtar deste trabalho de sugerir, em seus editoriais, uma certa interpretação sobre a importância do Governo criar um órgão da natureza do CDES para debater temas da agenda política. Seguindo a reflexão de Orlandi (1996), é possível perceber que, na construção de seus textos, os veículos caminham na direção de deixar um sentido quase que evidente. Eles provocam uma injunção na direção de uma certa interpretação.

A seguir, é possível acompanhar algumas das idéias mais presentes nos

editoriais, que parecem revelar alguns sentidos sugeridos pelos jornais à iniciativa do Governo Lula. Essas idéias sempre aparecem após ser feita uma breve descrição do que viria a ser o CDES e de quais seriam os seus propósitos. Os elogios à iniciativa de ouvir a sociedade, quando aparecem, são seguidos de conjunções adversativas, que tratam de "chamar à realidade", de fazer a ligação com o que seria o posicionamento mais sensato, conforme os jornais.

4.1.2.1 Uma ameaça

O CDES como uma ameaça ao sistema representativo parece ser uma opinião quase que unânime dos editoriais nos jornais pesquisados. A posição é bem explícita nos editoriais da FSP (edição de 11/01/03) e do ESP (03/02/2003). Este último chega inclusive a fazer o alerta no próprio título do editorial - *Uma ameaça ao sistema representativo*. Para o ESP, com o CDES existe a real possibilidade de haver um atropelo dos trâmites normais da Câmara e dos fundamentos do sistema representativo. No entender da Folha, dependendo da forma como forem conduzidos os trabalhos, o CDES pode vir a se constituir em um mecanismo "nocivo à institucionalidade democrática".

O jornal Globo (07/02/2003) também caminha na mesma direção. Vê um perigo na existência do CDES, alertando para a possibilidade de ocorrer um "choque entre o Conselho nomeado e o Legislativo eleito".

O CB (17/02/2003) detectou um "receio infundado, mas recorrente" ante à criação do CDES. Também revelando seu "temor" diante de qualquer alteração ou questionamento em relação ao sistema representativo, o jornal reforça a tese de que "há quem enxergue no CDES tentativa de colocar um ´cabresto' no Congresso".

4.1.2.2 Mecanismo de pressão e de constrangimento

Além de ser visto como uma ameaça ao sistema representativo, o CDES também é encarado, pelos jornais, como um mecanismo que teria sido instituído pelo governo para pressionar o Congresso a aprovar determinadas matérias. A FSP (11/01/03) revela um temor presente (o jornal não identifica de quem parte este temor) de que o Conselho seja usado para constranger o Parlamento a aprovar na íntegra os projetos do Executivo. O mesmo jornal, na edição de 04/02/2003, reforça a idéia de que submeter os temas da reforma primeiro ao CDES configura-se como ameaça de "pressão indevida" sobre os trabalhos do Legislativo.

O ESP (12/02/2003) tem preocupação semelhante. Mostra sua posição ao reproduzir manifestação do senador Jéferson Peres (PDT/AM) de que o CDES tem este "inconveniente" de criar um certo constrangimento ao Congresso.

4.1.2.3 Um obstáculo (ou "Uma pedra no meio do caminho")

O fato de ter recebido a incumbência de também discutir todas as matérias relativas às reformas estruturais pode levar o CDES a virar um estorvo e, inclusive, ser o responsável pelo atraso do processo. Essa parece ser outra posição quase que unânime entre os jornais.

O CB (07/02/2003) enfatiza que "o país tem pressa" e que precisa ver aprovadas as reformas com certa urgência. Diante disso, prossegue o jornal, "cresce o temor de que o CDES possa ser mais um entrave a emperrar o processo. O governo precisa cuidar para que [o Conselho] não se torne mais uma pedra no meio do caminho". Ao descrever o Conselho, observa que nele estão presentes pessoas com visões completamente diferentes, e faz inclusive uma alusão a dois eventos antagônicos – o Fórum de Davos e o

Fórum Social Mundial de Porto Alegre -, que promovem debates a partir de pontos de vista divergentes. O CB não tem nenhuma dúvida de que Lula "criou um problema" ao reunir ao redor da mesma mesa para um debate simpatizantes dos dois Fóruns.

Considerando o CDES polêmico, o jornal ESP (06/03/2003) também manifesta seu temor de que o órgão "venha a se revelar mais um entrave ao processo decisório".

4.1.2.4 Urnas dispensam debate

Os editoriais dos jornais deixam transparecer que, diante do resultado obtido nas urnas, Lula não deveria perder tempo em consultar diversos representantes da sociedade para formular propostas de mudanças estruturais. A leitura predominante é de que Lula (o Governo) – que acabara de sair das urnas com o apoio de mais de 52 milhões de votos - estaria com um cheque em branco nas mãos, já avalizado por este contingente de votos, razão pela qual não se justificaria qualquer perda de tempo com debates. Até porque o cheque em branco (a alta popularidade) teria prazo de validade. Pelas experiências de governos anteriores, informam os jornais, o prazo restringe-se à fase inicial do mandato, o que se caracterizaria em mais um motivo para acelerar o processo de reformas antes que seja tarde.

A FSP (04/02/2003) acredita que o CDES pode tornar-se em fator a "atravancar o pleno usufruto da alta popularidade de Lula para aprovar reformas". Dez dias depois dessa manifestação, que é o dia seguinte à instalação oficial do CDES, a FSP (14/02/2003) insiste no seu alerta: "Colocar todas as fichas das principais reformas pretendidas por Lula no CDES pode significar a dissipação de preciosa energia política".

O CB (07/02/2003) também revela sua incompreensão com o fato de Lula dispor-se a perder tempo com o CDES: "É importante apressar o debate em um momento

em que o presidente dispõe de formidável trunfo de quem acaba de colher mais de 52 milhões de votos". No entender do CB, essa votação constitui-se em "uma força considerável para fazer projetos andarem rápido no Congresso".

4.1.2.5 Méritos obscurecidos

Entre os treze editoriais analisados, somente três[15] reconhecem pontos positivos na iniciativa do governo de instalar o CDES para debater temas da agenda política com representantes de segmentos sociais. Porém, todos, após fazer referência a um ou outro aspecto positivo dessa iniciativa, acabam, em contrapartida, por obscurecê-lo ou desmerecê-lo com a citação de um ponto negativo ou mesmo a apresentação de "temores" já presentes na sociedade.

O editorial do Globo, de 07/02/2003, considera "louvável" o objetivo do governo de promover o debate através do CDES. "Mas há margem para pessimismo" diante da agilidade nos debates "que é obviamente necessária".

O CB (17/02/2003) vê que as atividades do CDES podem representar "contribuição válida para que as proposições possam avançar no parlamento em ritmo mais acelerado, como convém ao interesse nacional". No entanto, no parágrafo imediatamente anterior, o editorial não deixa de lançar o "receio infundado, mas recorrente" de que o CDES pode vir a se tornar uma tentativa de colocar um "cabresto" no Congresso.

Desde que o CDES "não seja apenas" um órgão consultivo da Presidência e uma usina de idéias, mas, sim, um mecanismo para estabelecer o consenso, comprometendo "sobretudo o empresariado e o movimento sindical com as futuras decisões de governo, e para fazê-los compartilhar das responsabilidades pelo que vier a ser

15 "*Muitos solistas*", Globo, de 07/02/2003; "*Agenda positiva*", CB, de 17/02/2003; e "*O Conselho e as dificuldades de Lula*", ESP, de 16/02/2003.

decidido, então "o novo órgão será um bem-vindo instrumento de governo". Esta é a opinião do ESP (16/02/2003). Para o veículo, se não for assim, o CDES "resvalará para a irrelevância, como especulam alguns".

4.1.2.6 Uma instância que não é bem-vinda

Os treze editoriais analisados deixam pouca margem para dúvidas a respeito do que pensa a mídia em relação à criação de um espaço que promova debates e também dê contribuições acerca de temas tão palpitantes da agenda política. De um modo geral, a mídia acaba por desqualificar o CDES ao apresentá-lo como "uma ameaça ao sistema representativo"[16].

Nas palavras da mídia, expressas nos editoriais, o CDES surge no cenário para "atrasar" o processo de reformas. Configura-se como uma "pedra no meio do caminho"[17] que, assim, acaba prestando um desserviço à Nação. Ao invés de contribuir, o novo órgão tende a "perturbar"[18] o sistema decisório.

A leitura sugerida pelos editoriais é de que o CDES não é bem-vindo. Muito pelo contrário, é um intruso dentro de um processo que tem outra normalidade. Para o ESP (12/02/2003), já há instâncias - mídia, organizações sociais e instituições políticas – em que o debate público se trava "normalmente". Decorre dessa leitura dos editoriais que aquilo que foge a essa "normalidade" não é legítimo. É, portanto, uma ameaça a um sistema no qual cada um tem seu espaço e sua função. Há os que têm direito de opinar e de se manifestar publicamente sobre as questões da agenda política e/ou pública, desde que para isso obtenham a delegação dentro das regras do sistema vigente e que o façam no espaço onde o debate se trava "normalmente".

16 ESP de 03/02/2003.
17 CB de 07/02/2003.
18 ESP de 12/02/2003.

Para a mídia, o CDES surge como um "concorrente" no processo de geração de subsídios para a formação da opinião pública. O editorial do ESP citado no parágrafo anterior manifesta claramente essa preocupação ao acentuar que já há instâncias em que "normalmente" se realiza esse processo de debates públicos. A mídia – que, segundo ela mesma, seria uma dessas instâncias – vê assim surgir um outro espaço que se arvora o mesmo objetivo. Talvez isso justifique o ataque patrocinado pelos editoriais, conforme visto nos parágrafos anteriores. Ignorando qualquer possibilidade de contribuição que o novo fórum possa vir a trazer para o chamado debate público, os jornais se preocupam unicamente em "alertar" a opinião pública para o suposto perigo ao sistema representativo que teria se criado com o surgimento do CDES.

Os editoriais tentam situar o CDES dentro do contexto histórico, ressaltando a histórica agenda política de promover reformas estruturais, a legitimidade conquistada por Lula nas urnas e a necessidade de as propostas serem submetidas à apreciação do Congresso. Dentro disso, os textos são construídos e, inevitavelmente, oferecem sentidos ao leitor sobre a iniciativa do Governo Lula de criar um espaço que se ocupe dos debates dessas questões. Como objetos simbólicos, os editoriais acabam por produzir ou sugerir sentidos para o CDES (ORLANDI, 1996).

4.2 A agenda do CDES na mídia

A etapa seguinte deste trabalho concentra-se sobre a análise de matérias jornalísticas que tratam das atividades do CDES, mais precisamente da sua agenda de debates. Elas trazem para a cena pública a agenda política proposta pelo Governo ao Conselho. Esta etapa de análise está subdividida em quatro momentos: 1) cobertura dos debates sobre a reforma da Previdência; 2) cobertura dos debates sofre a reforma tributária;

3) cobertura da terceira à quinta reunião do Pleno do CDES e 4) da sexta à décima reunião. Os dois primeiros concentram-se sobre temas específicos, tratados especialmente na segunda reunião ordinária do Pleno e na primeira reunião extraordinária. Já os dois últimos têm como objetivo trazer um panorama geral sobre a cobertura das demais reuniões.

4.2.1 Os debates sobre a reforma da Previdência

O debate sobre a reforma da Previdência esteve na pauta da segunda reunião ordinária do CDES, realizada no dia 10 de março de 2003. Também acabou ganhando espaço na primeira reunião extraordinária, realizada dia 31 de março do mesmo ano, embora esta tenha sido dedicada especialmente ao debate sobre a reforma tributária.

As matérias que tratam do tema da reforma da previdência se resumem, na sua maioria, a apresentar um panorama geral sobre debates e propostas levantados pelo CDES. Dedicam mais espaço para a fala dos representantes do governo, especialmente ao secretário da SEDES, Tarso Genro, e para o então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Em somente duas das matérias – na da FSP, de 05/04/03, e na do ESP, de 05/04/03 – são ouvidas outras vozes, que não aquela originária de quem é "promotor do evento", o Governo Lula. Na FSP de 05/04/03 aparece a manifestação do conselheiro e representante da Central Única dos Trabalhadores, Irineu Messias de Araújo, e na do ESP do mesmo dia, a do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Mauro Aurélio Mello. Ao final da matéria da FSP ainda é feita menção a uma sugestão da conselheira e professora da Fundação Getúlio Vargas, Sônia Fleury, sem, no entanto, reproduzir qualquer comentário que ela tenha feito.

Dentre as cinco matérias pesquisadas, nas manchetes de dois jornais[19] Tarso

19 FSP de 05/04/2003 (*Tarso sugere cobrança parcial de inativos*) e ESP de 05/04/03 (*Tarso diz que conselho também apóia a cobrança*).

aparece como porta-voz do CDES para afirmar que a maioria dos conselheiros apóia a proposta de cobrar uma contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos que ganham acima do teto das aposentadorias do setor privado. Outras duas manchetes[20] destacam Tarso apresentando a posição favorável do Conselho em relação ao estabelecimento de um teto máximo para as aposentadorias, coibindo assim as "superaposentadorias".

Dessa forma, os cinco jornais limitaram-se a registrar, de forma genérica, algumas das propostas defendidas pelo Governo e que teriam o apoio do CDES, assim como algumas outras que teriam pouca aceitação ou que teriam gerado muita divisão entre os conselheiros. Há, no entanto, uma exceção. Sem ter feito nenhuma adjetivação explícita em relação às demais propostas, a FSP de 05/04/2003 registrou que um dos grupos temáticos chegou a aprovar "propostas ousadas que nunca fizeram parte dos planos anunciados pelo governo para a reforma da Previdência". Na lista das "propostas ousadas" estaria a criação de um "fundo solidário" destinado a ampliar a cobertura dos benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A idéia, que teria sido apresentada pela professora Sônia Fleury, da Fundação Getúlio Vargas, previa a taxação de bancos para a criação do fundo.

Uma análise das matérias relativas ao debate da reforma da Previdência permite perceber que, neste caso específico, os cinco jornais analisados assumem uma posição semelhante. Deixam o representante do governo e coordenador do CDES, Tarso Genro, com a tarefa de anunciar a intenção de efetuar cortes nas chamadas superaposentadorias e a proposta de taxar os inativos. Cortes e taxação não deixam de ser medidas impopulares, principalmente perante o público diretamente atingido. A forma como foram construídas

20 Globo de 13/03/2003 (*Previdência: fixação de teto é consenso*) e ESP de 13/03/03 (*Conselho quer fim de superaposentadorias*). A quinta matéria analisada é a do CB, edição do dia 01/04/03, cuja manchete é "*Agora, depende de Lula*".

aquelas notícias (o material simbólico) permite determinado tipo de inferências. Embora essas propostas tenham sido apresentadas como sendo fruto de uma espécie de consenso entre os conselheiros, a imprensa não convidou nenhum outro conselheiro a avalizar ou legitimar este posicionamento.

O debate patrocinado pela mídia em seus espaços foi muito limitado. Propostas divergentes que ganharam visibilidade limitaram-se ao posicionamento do representante da CUT, na FSP, e do ministro do STF, trazido pelo ESP. Portanto, o material simbólico da imprensa relativo a este debate sobre a reforma da Previdência traz pouca controvérsia, resumindo-se a dar visibilidade à proposta de cortes das aposentadorias e à taxação de inativos. Entre os que têm representação no CDES, afora o Governo Lula, somente a esfera do trabalho (com a manifestação de um sindicalista) obteve oportunidade de se expressar no espaço midiático analisado. Há ainda a contribuição do ministro do STF, que entra na categoria de outros convidados pela imprensa para o seu espaço de debates.

4.2.2 Os debates sobre a reforma tributária

De forma semelhante à cobertura feita sobre os debates que envolveram a reforma da Previdência, naquilo que foi produzido sobre as discussões em torno da reforma tributária, os representantes do Governo também foram bastante acionados para se manifestar, em especial o secretário da SEDES, Tarso Genro, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas ao contrário do que ocorreu na cobertura do debate sobre a reforma previdenciária, no que diz respeito à reforma tributária, houve maior abertura para outras vozes, notadamente aquelas do setor empresarial.

A grande maioria das matérias tem como ponto de partida as discussões

lançadas ou iniciadas pelo Governo – o "promotor do evento", seja através do secretário da SEDES e coordenador do CDES, Tarso Genro, do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ou do presidente Lula. Das dez matérias, somente em uma não é convidado nenhum representante do Governo Lula. É justamente a matéria[21] que é dedicada exclusivamente à fala de empresários e banqueiros (esfera empresarial). Na manchete, o jornal informa que *Empresários esperavam mudanças mais amplas*. São trazidos para a cena midiática somente os pontos de vista de empresários e banqueiros, todos integrantes do CDES: o então presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Horácio Lafer Piva; o presidente do grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz; o presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (FEBRABAN), Gabriel Jorge Ferreira; o vice-presidente do Santander Banespa, Miguel João Jorge Filho, e o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

No total de matérias analisadas sobre o debate da reforma tributária, em quatro o conteúdo restringe-se a manifestações exclusivas do "promotor do evento". Nas demais, há sempre espaço para outras vozes, na sua grande maioria oriundas de empresários e banqueiros. As exceções são pessoas não integrantes do Conselho, como o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto[22]; o coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Albérico Mascarenhas[23]; o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e o senador Aloízio Mercadante (PT-SP)[24].

Nas dez matérias sobre a reforma tributária, afora o governo e a classe empresarial, a imprensa não registra nenhuma voz de representantes de outros segmentos com assento no CDES (esfera do trabalho, social e personalidades). Dessa forma, nesse debate, os subsídios lançados para a opinião pública através do espaço midiático ficaram

21 ESP de 01/04/2003.
22 Globo de 14/03/2003 e ESP de 31/03/2003.
23 ESP de 31/03/2003.
24 CB de 01/04/03 .

restritos às intervenções do promotor do evento, o Governo, e da classe empresarial.

4.2.3 As três últimas reuniões de 2003

Os debates sobre as reformas previdenciária e tributária estiveram na pauta da segunda reunião ordinária do CDES, bem como da primeira extraordinária, razão pela qual os dois temas apareciam em destaque no material jornalístico produzido durante este período. As reformas sindical e trabalhista estiveram em pauta na terceira reunião ordinária do Pleno do CDES, embora deste encontro não tenham saído propostas conclusivas. Diferentemente do que ocorreu com os dois temas anteriores, as reformas sindical e trabalhista não chamaram tanto a atenção da imprensa, pelo menos no período analisado para esta pesquisa.

Dentro da sistemática adotada para este trabalho – conferindo os cinco dias anteriores e posteriores à data de realização das reuniões -, dos cinco jornais analisados, quatro traziam matérias sobre a terceira reunião ordinária do CDES (um veículo publicou duas matérias sobre o evento, o que totalizou cinco). Três deram maior destaque a um debate sobre o índice juros. A matéria da FSP (13/06/2003) – *Conselho pede queda de juro "o quanto antes"* - se limita a abordar o debate sobre a questão dos juros, enfatizando que conselheiros "mostraram-se preocupados" com a situação da economia. O texto não faz nenhuma referência ao tema da reforma sindical nem da trabalhista. Idêntica cobertura fez o Globo (13/06/2003). Na matéria, cuja manchete é *Conselho pede redução dos juros*, a reforma sindical e trabalhista é ignorada. Ela detém-se sobre a questão dos juros e, em seu final, traz alguns trechos do documento "Fundamentos para um novo contrato social", aprovado pelo CDES, e que traz reflexões relacionadas à política econômica. O ESP (13/06/2003) – *Conselho de Desenvolvimento ataca juro alto* - também destaca o tema dos

juros.

Na mesma edição de 13 de junho, o ESP ainda publica outra matéria – *Conselho aprova reformas sindical e trabalhista* - na qual o tema das reformas sindical e trabalhista é abordado. O ESP, portanto, não ignorou o debate sobre essas duas reformas, porém o espaço destinado a essas questões foi consideravelmente menor do que aquele que tratou da questão dos juros. O JB (13/06/2003) dedica a manchete - *Reforma trabalhista fortalece sindicatos* - e todo o texto ao tema das reformas sindical e trabalhista.

Ainda no tocante à terceira reunião ordinária, as duas matérias que abordam o tema "reforma sindical e trabalhista" resumem-se a informar o leitor sobre o debate que se instalou no CDES, e que é apresentado na fala do "promotor do evento" (o Governo Lula, através da manifestação de Tarso Genro). Não há contribuição de nenhum outro segmento representando no CDES. Já ao lançar subsídios sobre o debate em torno da questão dos juros, as matérias não se limitam à manifestação do promotor do evento. Em duas[25] há espaço para falas da classe empresarial (Antoninho Marmo Trevisan, Paulo Velhinho e Horácio Lafer Piva). Numa dessas matérias[26] é conferida a fala a uma representante do segmento das personalidades (Maria Victória Benevides).

Todas as matérias referentes à quarta reunião ordinária do CDES, realizada no dia 04 de setembro de 2003, deram ênfase a manifestações em relação à política econômica do Governo Lula. Grande parte delas dá visibilidade para a fala do presidente Lula durante a reunião. As vozes que não são as do "promotor do evento" provêm das esferas empresarial e do trabalho, todas com críticas ou sugestões para a política econômica. O ESP de 03 de setembro foi mais longe e buscou falas críticas fora do CDES. Ambas de integrantes do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso: o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola e do ex-secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da

25 Globo de 13/06/2003 e FSP de 13/06/2003.
26 FSP de 13/06/2003.

Fazenda Roberto Iglesias.

A política econômica e a carga tributária são destaques na cobertura relativa à quinta reunião ordinária do CDES, realizada dia 10 de dezembro de 2003. Nas quatro matérias analisadas, o posicionamento da esfera empresarial obtém grande destaque. Duas matérias estampam na manchete a interpretação dos empresários para os temas em debate. *Empresários divergem do otimismo oficial* é o que traz a FSP (11/12/2003) e *Empresários temem alta da carga tributária*, o JB (11/12/2003). Na manchete do ESP (11/12/2003) - *Conselho de Desenvolvimento critica Cofins* -, a preocupação dos empresários é apresentada como se fosse a de todos os integrantes do Conselho. Porém, nos dois primeiros parágrafos a matéria traz um texto mais preciso e afirma que a crítica partiu de "um grupo especial do Conselho", sem acrescentar mais detalhes. Todas essas matérias expõem publicamente o posicionamento do Governo e/ou de empresários.

Da quinta reunião ordinária, somente uma matéria - *No conselho, sindicalistas criticam o governo* (ESP, de 11/12/2003) - abre espaço para a esfera do trabalho. Mas a matéria não é "exclusiva" para esse tipo de posicionamento. Além de trazer a manifestação de dois representantes sindicais – João Felício, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e João Carlos Gonçalves, representante da Força Sindical -, a matéria destina igual espaço para o contraponto de quatro empresários (esfera empresarial) – Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do Grupo Gerdau), Rodrigo Loures (presidente da Federação da Indústria do Paraná), Paulo Skaf (presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil) e Benjamin Steinbruch (presidente da Companhia Siderúrgica Nacional).

Na cobertura feita da terceira à quinta reunião ordinária prevaleceu, portanto, um tema – política econômica –, enquanto que outros temas presentes na pauta de debates[27] sequer chegaram a ser mencionados. No debate dos temas que obtiveram visibilidade e no

27 Vide atas das reuniões, disponíveis em http://www.cdes.gov.br

fornecimento de um quadro interpretativo, os "definidores primários" apresentados pela imprensa foram, majoritariamente, as vozes do Governo (promotor do evento) e da classe empresarial. No total de dezesseis matérias analisadas, o Governo Lula conseguiu manifestar-se em doze delas (75%) e a classe empresarial, em onze (68,75%). Enquanto isso, outras vozes do CDES tiveram menos visibilidade para apresentar seu posicionamento: a esfera do trabalho apareceu em três matérias (18,75% do total); as personalidades, em duas (12,5%) e em uma ocasião (6,25%), uma voz de alguém que não integra o CDES. Vozes da esfera social não tiveram acesso ao espaço midiático.

4.2.4 Agenda temática do CDES na mídia em 2004

Durante o segundo ano de funcionamento do CDES – 2004 -, a cobertura jornalística se pautou principalmente pelas manifestações de representantes oficiais – os promotores do evento - presentes às reuniões, seja do presidente Lula ou de outros integrantes do Governo, como o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Das 32 matérias analisadas – que compreendem a cobertura da sexta reunião ordinária até a décima -, 29 já iniciam, na manchete, com alguma afirmação feita por um representante do Governo. Em catorze delas, o foco principal é a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na seqüência, quem mais aparece é o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Na maioria das matérias, independente do fato de Lula ou Palocci serem o centro da atenção, a política econômica é o foco central das coberturas.

Ao longo de 2004, o CDES aparece na cena midiática não pelos temas que estava debatendo, mas em função do fato de alguma autoridade – o presidente ou algum ministro – fazer uma manifestação durante a reunião do Conselho. A agenda de temas em debate no CDES pouco aparecia. Nas raras vezes que isso ocorria, eram feitas menções

isoladas. A exceção verificou-se em relação à cobertura da primeira reunião desse ano, realizada no dia 11 de março. Todas as seis matérias mencionaram, ou na manchete ou no corpo do texto, que os debates desenvolviam-se em torno da política industrial, que estava efetivamente na pauta dessa reunião.

Embora o foco de atenção da imprensa não estivesse tão dirigido para a agenda do CDES, vale registrar quais vozes conseguiram acessar a mídia a partir da cobertura que esta fazia do Conselho. Nas 32 matérias analisadas, o Governo Lula manifesta-se em 27 delas (84,37% do total); já a classe empresarial, em nove (28,12%); a esfera do trabalho, em uma (3,12%); igual índice obtém a esfera social, e as personalidades ganham voz em três destas matérias (9,37%). Nesse espaço, a imprensa ainda dá visibilidade a outras duas manifestações (6,25%) de pessoas que não integram o CDES.

5 O CDES NA CENA MIDIÁTICA: SURGIMENTO DE UMA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA NA DISPUTA PELA OPINIÃO PÚBLICA

A configuração das sociedades contemporâneas torna muito difícil a realização de um processo de discussão pública – debate este que é pressuposto de uma democracia – sem que haja necessidade de se valer dos recursos disponibilizados pelo campo da comunicação. Como sustenta Gomes (2004), os agentes políticos não podem mais desconsiderar essa realidade. Seja para promover debates, seja para participar da disputa pela imposição de uma determinada opinião ou visão de mundo, seja para buscar legitimidade para seus mandatos, seja para simplesmente publicizar e tornar acessíveis questões de interesse da coletividade, os atores do campo político precisam, de alguma forma, ter acesso à esfera de visibilidade pública dominante, controlada pelo campo da comunicação.

A disputa pelo poder propriamente dito – e a legitimação desta conquista – passa por um processo que necessita da concordância da sociedade em relação a um conjunto de questões que dizem respeito a essa coletividade. Essa sintonia não é obra do acaso. Qualquer disputa requer uma capacidade ou um tipo de poder que desloque a atenção da sociedade para um conjunto de temas considerados relevantes. Essa disputa,

num primeiro momento, revela-se fundamentalmente em estratégias que assegurem visibilidade. Obter a concordância de outros em relação a algumas questões pressupõe, antes, que estes outros conheçam e, posteriormente, reconheçam que elas são importantes. Trata-se de uma luta para conseguir visibilidade para alguns temas e posicionamentos.

Um governo que deseja propor mudanças estruturais necessita buscar alguma sustentação na sociedade para legitimar esse processo. Essa sintonia é necessária para minimizar eventuais resistências ao projeto de mudanças, para comprometer a sociedade e também para evitar rupturas que possam fragilizar o próprio governo na condução desse processo. A criação do CDES insere-se dentro dessa perspectiva. A agenda política do governo é apresentada aos representantes dos diversos segmentos sociais convidados para que participem da tarefa de discutir propostas de mudanças estruturais.

No entanto, o processo democrático exige que esse processo de debates não se restrinja à participação de alguns representantes da sociedade – os noventa integrantes do CDES – ou somente aos contornos do espaço físico usado pelo Conselho para realizar suas atividades. Uma vez que ele envolve questões de interesse da coletividade, precisa ser publicizado, ou seja, precisa ser levado ao conhecimento da sociedade. Dessa forma, além de atender a um princípio democrático, a aparição desses debates na esfera de visibilidade pública permite que se alcance a legitimidade necessária para implementar com segurança eventuais mudanças. E como já visto, o espaço privilegiado da esfera de visibilidade pública é controlado pela mídia. Para o Governo Lula, portanto, é importante que a agenda política proposta ao CDES também tenha entrada no campo midiático. Um dos objetivos do Governo – a legitimação do processo pela sociedade – passa, antes, pelo "reconhecimento" que a mídia conferir ao processo. O objetivo final, para ser alcançado, depende significativamente da "autorização" que a mídia der à agenda política do Governo, permitindo assim que ela entre na agenda midiática e, por conseqüência, faça parte da

agenda pública.

Apesar do formato e da sua pauta de debates, o CDES não é uma esfera de discussão pública no sentido habermasiano. É que, para tanto, o Conselho não contempla, por exemplo, uma das exigências fundamentais: ser um espaço de debates aberto e acessível a qualquer um. Nesse espaço criado pelo Governo participam atores convidados. No entanto, apesar de não se caracterizar como esfera de discussão pública, o processo desencadeado pelo CDES pode gerar uma esfera desta natureza – hipótese que é sustentada neste trabalho. Ao lançar subsídios para a opinião pública, permite que as pessoas ou outras instituições possam, em seu ambiente específico, dar seqüência a essas discussões, e, a partir disso, formar um conceito ou juízo a respeito da pauta em questão. Gomes (1999) observa que o conceito de esfera de discussão pública exige a contemplação de algumas características, quais sejam acessibilidade, visibilidade e vinculação com a comunidade. O resultado de um debate promovido publicamente não implica que, necessariamente, seja tomada uma deliberação. O fundamental é que esse processo sirva ou contribua para que se possa produzir uma idéia a respeito de uma matéria ou tema em pauta.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Gomes (1999) sustenta que a mídia pode gerar ou alimentar uma esfera de discussão pública quando lança subsídios que contribuem para que as pessoas se atualizem e obtenham informações em relação aos mais diversos temas. Esses subsídios podem ser fundamentais para formar a opinião delas ou ainda permite que elas municiem-se com dados e argumentos para participar de outras instâncias de debates ou de decisões. Essa leitura fundamenta a posição sustentada ao longo deste trabalho: pela sua característica, o CDES não pode ser caracterizado como esfera de discussão pública, uma vez que não é aberto a todos. No entanto, o processo que desencadeia é que é gerador de um debate público. Cada um dos integrantes do CDES pode levar o debate que ocorre dentro desta instância institucional para outros espaços, como

para uma entidade da qual eventualmente faça parte.

O foco central deste trabalho, porém, está voltado para a participação da mídia nesse processo. Ao dar visibilidade à agenda do CDES e aos debates que ali se desenrolam, ela potencializa o debate público. O acesso aos temas é ampliado, permitindo que um contingente maior de pessoas – em princípio, ilimitado – possa, de alguma forma, tomar conhecimento do tipo de discussão que se trava em torno de questões que dizem respeito à coletividade. Um debate sobre uma agenda que inicialmente é restrito aos integrantes do CDES passa a ser disponibilizado pela mídia ao público, abrindo assim a possibilidade de mais pessoas discutirem a mesma agenda.

A midiatização do CDES e de suas atividades potencializa o processo efetivamente público de debates. A partir do momento em que o CDES entra na pauta da mídia, o Governo consegue avançar no processo de tornar sua agenda de debates conhecida da sociedade. Pelo CDES, o Governo Lula consegue lançar para a opinião pública a sua agenda política. O CDES atrai a atenção da mídia. Nesse sentido, ele se revela estratégico. Via CDES, a agenda política do Governo Lula entra na agenda jornalística. O ponto de partida para a cobertura acaba por coincidir com um ou alguns dos temas propostos pelo Governo, o que não quer dizer que o enfoque seja o mesmo.

O volume de matérias produzido pelos veículos de comunicação – seja antes da instalação do Conselho, seja a partir do momento em que começou a desenvolver suas atividades - não deixa nenhuma dúvida de que o Governo conseguiu lançar para a cena pública temas da sua agenda política[28]. Não só lançou os temas, como também vários outros subsídios sobre o mesmos, gerando assim condições e informações para a promoção de um debate público.

28 Para este trabalho, que compreendeu um período bem específico, foram analisadas 72 matérias jornalísticas publicadas nas editorias de Economia, Política, Geral e Economia e 13 editoriais de cinco jornais de circulação nacional: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Jornal do Brasil e O Globo.

Com a criação do CDES, o Governo Lula conseguiu fazer chegar à agenda pública temas que, eventualmente, poderiam ficar restritos à agenda política. Ingressar na agenda pública, ou pautá-la, representa uma etapa importante na luta pela legitimação de um processo e/ou pela elaboração de um regramento comum. Arendt (2001) é quem alerta que, na definição e construção do espaço que é comum a todos, alguns têm mais visibilidade. Ao discursarem, podem ser vistos e ouvidos, participando assim mais ativamente da constituição do mundo comum e da formulação da vontade geral. Esteves (2003) igualmente aponta um tipo de dissimetria presente na sociedade contemporânea devido ao fortalecimento de alguns atores, especialmente o campo da comunicação, o que, do ponto de vista democrático, cria entraves para a constituição do mundo comum. O Governo Lula, ao conseguir tornar visível a sua agenda política, dá um passo importante diante deste novo jogo político. O passo seguinte é fazer com que dentro desse espaço de visibilidade, que ele não controla, sua agenda possa ser apresentada e discutida de forma a contribuir para o projeto que pretende implementar. Importante, nesse caso, é que o material simbólico que a mídia visibiliza possa sugerir sentidos que vão ao encontro do projeto desejado.

Nas nove matérias que dão conta das aparições iniciais do CDES na cena midiática e pública, o Governo Lula surge como um definidor primário (*primary definers*) (HALL *et al*, 1999), situação que favorece a criação e circulação de determinados sentidos que um ator queira imprimir a um evento por ele promovido. Por outro lado, os editoriais vistos fazem um contraponto, lançando para a opinião pública uma outra interpretação para o processo que o governo está por iniciar com a instalação do CDES.

O Governo Lula como definidor primário também é uma constante nos debates sobre as reformas previdenciária e tributária. Embora a mídia tenha exercido o papel de escolher o enfoque a ser dado a esses temas, no momento em que foram apresentados, eles

quase sempre foram lançados a partir de uma manifestação e de uma interpretação oriunda de um representante do Governo.

Nesse momento inicial, ao gerar e lançar subsídios para a opinião pública sobre os temas em debate no CDES, o Governo foi quase sempre uma das fontes primárias. Porém, na cena midiática o agendamento de temas e a oferta de subsídios não são controlados pelo Governo, embora este tenha recebido significativo espaço. Entre os representantes das esferas da sociedade que fazem parte do CDES, aqueles do segmento empresarial surgem como fonte privilegiada. Em muitas ocasiões, também se configuram como definidores primários. Os subsídios lançados pela mídia para a esfera pública são, portanto, majoritariamente aqueles gerados ou pelo Governo (fonte oficial e promotor do evento) ou pela classe empresarial. Ou seja, afora o Governo, que é o ator que incita o debate no CDES, no espaço de discussões aberto pela mídia somente tem voz um grupo muito restrito. A pluralidade presente no CDES não está representada da mesma forma no material simbólico gerado pela mídia.

A figura abaixo (04) é referente às 63 matérias que fazem cobertura das atividades do CDES. Procura indicar em quantas matérias cada esfera têm voz. "Outros" caracteriza a fala de pessoas que não são integrantes do CDES, mas que foram convidadas pelos jornais a se pronunciarem sobre os temas em pauta no Conselho.

***Figura 04* – Esferas convidadas para falar na mídia**

TEMA - REUNIÃO	*TOTAL DE MATÉRIAS*	*GOVERNO*	*EMPRESARIAL*	*TRABALHO*	*PERSONALIDADES*	*SOCIAL*	*OUTROS*
Tributária	10	9 (90%)	4 (40%)	-	-	-	4 (40%)
Previdenciária	5	5 (100%)	-	1 (20%)	-	-	1 (20%)
Terceira à quinta reunião	16	12 (75%)	11 (68,75%)	3 (18,75%)	2 (12,5%)	-	1 (6,25%)
Sexta à décima reunião	32	27 (84,37%)	9 (28,12%)	1 (3,12%)	3 (9,37%)	1 (3,12%)	2 (6,25%)
TOTAL	63	53 (84,12%)	24 (38,09%)	5 (7,93%)	5 (7,93%)	1 (1,59%)	8 (12,70%)

Das matérias produzidas pelos jornais sobre os debates em torno das reformas tributária e previdenciária e da terceira à décima reunião do Pleno do CDES, uma ou mais

vozes do Governo Lula se fez ouvir em 84,12% dos casos. Esse dado reforça a argumentação levantada anteriormente. Como promotor do evento, o Governo é chamado a se pronunciar e, desta forma, ingressa no espaço aberto pela mídia para tratar do tema. Em relação ao que foi divulgado sobre os debates em torno da reforma da Previdência, os subsídios lançados para a opinião pública estão embasados quase que unicamente na fala do Governo. Há uma exceção (uma fala da esfera do trabalho).

Em 38,09% das 63 matérias publicadas, ao menos uma voz da esfera empresarial foi convidada a dar sua interpretação sobre o tema em pauta. As demais esferas integrantes do CDES – trabalho, personalidades e social – não tiveram igual espaço. Somada, a participação de integrantes dessas chega a 17,45%.

No CDES, como foi visto no capítulo que trata da sua configuração, a esfera empresarial conta com 50% dos noventa representantes da sociedade. Se a mídia tivesse destinado espaço proporcional à representação que essas esferas têm no CDES, a soma das vozes das demais esferas presentes nas matérias deveria equivaler-se à da esfera empresarial. Mas enquanto essa viu sua voz presente em 38,09% das matérias produzidas, aquelas somadas atingiram tão somente 17,45%. A figura 05 (que é publicada na próxima página) traz um comparativo do número de vezes em que as vozes da sociedade que estão no CDES apareceram na mídia.

As vozes das esferas do trabalho e das personalidades ficaram equivalentes. Dentre o total produzido, elas obtiveram, cada qual, visibilidade em 7,93% das matérias. Já a esfera social foi a que obteve menor visibilidade no debate patrocinado pela mídia. Em apenas uma matéria – durante os dois anos – ela teve o privilégio de obter autorização para ingressar no campo midiático.

A figura também mostra que, para o seu debate, a mídia convidou outras vozes. Além dos que têm assento no CDES, no material analisado para esta pesquisa outras oito

vozes (12,70%) foram convidadas a se pronunciar sobre a agenda do Conselho. A metade delas opinou sobre a reforma tributária. O total destas outras vozes não ficou muito atrás da soma de três esferas do CDES (trabalho, personalidades e social) – onze participações (17,45%).

***Figura 05* – Esferas convidadas pelo Governo Lula na mídia**

TEMA - REUNIÃO	*TOTAL DE MATÉRIAS*	*EMPRESARIAL*	*TRABALHO*	*PERSONALIDADES*	*SOCIAL*
Tributária	4	4 (100%)	-	-	-
Previdenciária	1	-	1 (100%)	-	-
Terceira à quinta reunião	16	11 (68,75%)	3 (18,75%)	2 (12,5%)	-
Sexta à décima reunião	14	9 (64,28%)	1 (7,14%)	3 (21,43%)	1 (7,14%)
TOTAL	35	24 (68,57%)	5 (14,28%)	5 (14,28%)	1 (2,85%)

A figura acima – elaborada a partir da figura 04 - faz um comparativo entre as esferas convidadas pelo Governo Lula para integrar o CDES e sua visibilidade na mídia. Ela mostra de qual esfera, entre as que integram o CDES, excluído o Governo, foram chamadas mais vozes para se expressar. Ela apresenta somente o número de matérias que trazem a voz de integrantes do CDES, excluído o Governo. Nas 63 matérias, em 35 aparece uma ou mais vozes das quatro esferas – empresarial, trabalho, personalidades e social – que foram convidadas pelo Governo para integrar o CDES. O Governo Lula privilegiou a classe empresarial, uma vez que 50% dos representantes da sociedade são desta esfera (como é possível perceber na figura 01, que apresenta a configuração do CDES). A mídia, por sua vez, amplificou mais a voz dessa esfera. Comparando unicamente as vozes de representantes da sociedade no CDES, as da classe empresarial tiveram visibilidade em mais de 68% dessas matérias contra pouco mais de 31% das outras três esferas somadas.

Os números não deixam dúvidas de que a produção midiática decorrente da cobertura das atividades do CDES privilegiou a voz do Governo – o promotor do evento – e a da esfera empresarial. Na análise das matérias ainda foi possível perceber que, em

alguns casos, essas vozes obtiveram exclusividade na fala. Ora a interpretação do tema ficou por conta do Governo (isto se manifestou mais vezes) e em outras, da esfera empresarial.

Uma leitura habermasiana desses números permitiria concluir que o debate midiático se resumiu basicamente a uma exposição pública de posicionamentos de dois segmentos. Na tribuna privilegiada da esfera pública, dois atores – esfera governamental e esfera empresarial - tiveram maior espaço. Na disputa pela imposição de uma visão acerca dos temas em pauta, no espaço midiático esses dois atores levaram vantagem, uma vez que conseguiram maior visibilidade para suas falas. Dentro do novo jogo político – que é o de formar opinião, e que se trava no terreno midiático (CHAMPAGNE, 1998) -, é estratégico obter visibilidade para o ponto de vista que se quer impor aos demais.

A formação da opinião pública é um processo muito complexo. São vários fatores que precisam ser considerados. E, em razão disso, é "demasiado simplista ver a opinião pública como uma simples expressão mediada das ideologias dominantes" (SILVEIRINHA, 2004, p. 440). Por outro lado, não se deve desconsiderar que a mídia é um destes atores com grande capacidade para gerar e distribuir subsídios que contribuem para esse processo complexo de formação da opinião. Aqueles que, por ventura, estiveram sob a influência exclusiva dos jornais analisados nesta pesquisa tiveram acesso a subsídios gerados pelo Governo e empresários, desconsiderando outras eventuais contribuições dos integrantes do CDES.

A análise dos textos selecionados para este trabalho permite que se perceba que, dentre a pauta ofertada pelo Governo através do CDES, a mídia fez uma nova seleção e/ou um novo agendamento e, para a promoção do debate neste seu espaço, convidou somente alguns atores. O debate público promovido pela mídia resumiu-se a manifestações oficiais – as do promotor do evento - e, notadamente, aquelas oriundas de representantes da

classe empresarial.

A cobertura das atividades do CDES enquadra-se na prática do jornalismo de organizar sua agenda a partir de "acontecimentos de rotina" ou "pré-programados" (TRAQUINA, 2002). O CDES pode ser qualificado como um evento "pré-programado" pelo Governo. As fontes oficiais geralmente caracterizam-se como ponto de partida para a divulgação desses acontecimentos. Em decorrência, a agenda política do Governo, repassada para o CDES, obtém publicidade com a cobertura realizada pela mídia.

O relato desses acontecimentos, mesmo que pré-programados e eventualmente organizados para dar um certo sentido, podem ganhar um significado diferente através da mediação estabelecida pelo campo da comunicação. Inicialmente, o acontecimento – a criação do CDES e/ou as atividades que este realiza - é o responsável pelo surgimento de uma notícia. Mas a notícia apresenta esse acontecimento de uma determinada forma. Em outras palavras, a notícia também cria o acontecimento (TRAQUINA, 2002). A mídia, ao tentar fazer a mediação de qualquer acontecimento, acaba por fazer uma reconstrução do mesmo. Ela (re)constrói o acontecimento a partir de um determinado ponto de vista. Se a promoção de um determinado evento tem por objetivo sugerir determinados sentidos, a construção da notícia (o objeto simbólico) sobre o mesmo pode produzir sentidos semelhantes ou totalmente diversos.

Qualquer discurso sobre algo é uma tentativa de colocar uma ordem, um significado, um sentido sobre o que se está falando. O discurso dá a idéia de dar um curso, uma direção (ORLANDI, 2001). Então, no caso da cobertura do CDES, não foi diferente o posicionamento do discurso da mídia. O acontecimento foi transformado em notícia. Mas essa notícia, como discurso, foi construída de uma forma a ser compreendida pelo leitor.

Com base em Hall *et al.* (1999), seria possível concluir que, no caso da cobertura dos debates do CDES, a imprensa reproduziu as idéias do grupo dominante. O

curso que ela deu ao processo permite essa inferência. Isso porque ela ou introduziu e desenvolveu o debate a partir de manifestações oficiais – poder político, que também foi o promotor do evento (CDES e seus debates) – ou ela convocou, com maior freqüência, a esfera empresarial (empresários, banqueiros) – poder econômico – a dar a sua interpretação para os temas em debate.

Na perspectiva de uma pesquisa desenvolvida a partir de uma teoria do enquadramento, poder-se-ia dizer que as matérias produzidas pela mídia sobre o CDES ofereceram geralmente uma interpretação "restrita" - incluem apenas um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema político – ou, eventualmente, uma interpretação "plural-fechada" - quando aparecem diferentes pontos de vista, mas um é enfatizado ou privilegiado (PORTO, 2004, p. 96). Em todo o material analisado para esta pesquisa, o debate conduzido pela mídia quase sempre traz a orientação dada ou pelo Governo (o promotor do acontecimento) ou por representantes da classe empresarial. Outras esferas da sociedade – como representantes do trabalho, personalidades e da área social – representadas no CDES apareceram muito pouco no debate patrocinado pela mídia.

A mídia gerencia a interpretação (ORLANDI, 1996) que é possível do discurso sobre o acontecimento configurado pela criação e realização de atividades do CDES. Entre aqueles que foram convidados/autorizados pelo governo a se pronunciar no Conselho, e a partir dos debates deste, a mídia, por sua vez, também selecionou e, em conseqüência, autorizou alguns a se manifestarem em seu espaço de debates. E por ter reunido algumas fontes e dado um tratamento mais enfático a alguns temas, ela provocou uma "injunção" à determinada interpretação. Os textos produzidos traziam um "regime de necessidade" que acabaram por fornecer ou favorecer determinada interpretação (ORLANDI, 1996).

A partir da agenda do CDES, proposta pelo Governo, a mídia fez a sua agenda,

que, por sua vez, contribuiu para a formação da agenda pública. Os temas por ela selecionados foram lançados para a opinião pública a partir de um quadro interpretativo oferecido predominantemente pelo Governo e pela classe empresarial. A mídia deu mais visibilidade a essas vozes, sugerindo assim um quadro interpretativo.

O privilégio dado às vozes do Governo Lula encontra amparo nas teorias que afirmam que a mídia sempre procura ouvir o promotor do evento, ainda mais em se tratando de um poder constituído e legitimado socialmente. Da mesma forma, a justificativa para o espaço obtido pelo Governo também pode estar naquela visão que o qualifica como uma das fontes "autorizadas" e "dignas de crédito" ou, ainda, por fazer parte daquele grupo dos que "detêm posições institucionalizadas privilegiadas", ocupando assim "posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade" (HALL *et al* , 1999, p. 229).

E qual a razão da esfera empresarial obter tanto espaço na mídia se comparada às demais esferas da sociedade que têm representação no CDES? Uma primeira explicação poderia ser buscada na própria configuração do Conselho: 50% dos representantes da sociedade são originários da esfera empresarial. Como conseqüência, a cobertura da imprensa iria acabar reproduzindo essa proporcionalidade. No entanto, como visto anteriormente, no espaço midiático, a participação da esfera empresarial é ampliada. Num comparativo que é feito com o material em que somente vozes da sociedade obtiveram visibilidade na mídia, a esfera empresarial alcança mais de 68%, enquanto a soma das demais chega a pouco mais de 31%. No CDES, em termos de representação, a soma das demais esferas (50%) equivale-se à da esfera empresarial (50%).

Uma segunda explicação poderia ir ao encontro da tese sustentada por Hall *et al* (1999), que igualmente pode ser aplicada para justificar a presença do Governo: os empresários aparecem como "fontes dignas de crédito" ou, ainda, por ocuparem "posições poderosas e de elevados *status* na sociedade", são mais freqüentemente consultados para

opinarem sobre os temas em pauta. Nesse caso, uma leitura possível é a de que, para a mídia, os representantes das demais esferas presentes no CDES seriam considerados menos dignos de crédito ou detentores de pouco *status* para serem alçados à condição de intérpretes dos temas em questão.

O exercício de interpretação permite vários caminhos. No entanto, o que é indiscutível – e este trabalho mostra isso – é que no debate midiático as interpretações fornecidas pelo Governo e pela esfera empresarial conseguiram maior espaço. A mídia assegurou que certas representações tivessem maior visibilidade. Na oferta de subsídios para a opinião pública, as notícias foram estruturadas de tal forma que contemplaram majoritariamente o posicionamento de duas esferas, enquanto que outras tiveram poucas oportunidades para alargar a visibilidade de suas posições. Na disputa pela opinião pública, dois atores, por conta do material simbólico gerado pela mídia, levaram vantagem no ato de falar, enfim, de interpretar a pauta em questão.

A partir de várias pesquisas, nos últimos trinta anos vem ganhando força a tese de que a mídia de massa "é capaz de estruturar e organizar imagens, ao mesmo tempo contingentes e permanentes, tanto no plano sociológico (construção social da realidade e padrões de sociabilidade), como no político (formação da opinião pública e escolha eleitoral)" (AZEVEDO, 2004, p. 44).

Na disputa com o campo midiático para a imposição de temas na agenda pública e pela formação da opinião pública, o Governo conseguiu, através do CDES, promover o ingresso de alguns temas na esfera de visibilidade pública dominante e ainda fez circular alguns de seus discursos. No entanto, para a realização dessa tarefa, o Governo esteve dependente do campo da comunicação, que é quem controla esse processo. É esse campo, através do jornalismo, que define o que é notícia e, assim, acaba por dar existência pública a algo que vai constituir-se em recurso de discussão (TRAQUINA, 2002). Entre as

posições dos vários atores que estão em disputa no espaço público, a imprensa desempenha este papel significativo de escolher, hierarquizar e, por fim, dar existência a produtos simbólicos que passam a fazer parte da pauta das conversas que podem contribuir para o processo de formação da opinião pública.

6 CONCLUSÃO

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado pelo Governo Lula com o objetivo de fazer com que representantes da sociedade estabelecessem um debate acerca de alguns temas importantes da agenda política. Essas discussões serviriam de subsídios para a formulação de propostas e tomada de decisões do Poder Executivo. A estrutura de organização e funcionamento do CDES – que prevê um debate restrito aos seus integrantes – não o caracteriza como uma esfera de discussão pública. Mas a midiatização das atividades permitiu que os temas fossem lançados para a agenda pública, criando assim um ambiente favorável para que um público maior tomasse conhecimento da pauta, dos debates e dos subsídios aí gerados e, com base nisto tudo, pudesse formar opinião a respeito das questões em foco ou, ainda, participar de debates em outras instâncias. A visibilidade que a imprensa deu a esse processo produziu uma esfera de discussão pública. A agenda política do Governo, até então restrita ao foro interno do CDES, passou a também existir como agenda pública, a partir da midiatização dos debates.

O estudo desenvolvido lançou esse olhar específico sobre o CDES. Criado para ser um espaço de debates de diversos representantes da sociedade a partir do qual o Governo Lula orientaria suas decisões e políticas públicas, o CDES ultrapassou o campo político e gerou repercussões na esfera pública. Essa recebeu os influxos dos discursos

sobre o CDES e dos debates que ali se desenrolaram. Mas essas informações, na sua grande maioria, não chegaram à esfera pública diretamente, e muito menos em "estado puro", tal e qual foram produzidos pelo Governo ou pelos integrantes do CDES. O campo da comunicação fez a mediação, obedecendo a princípios e economias próprios do seu campo.

As matérias analisadas mostram que não houve uma simples reprodução ou mediação passiva dos discursos do Governo e dos outros integrantes do CDES. A pesquisa revela que o material produzido pela imprensa fornece ao leitor interpretações que não contemplam a pluralidade de vozes presentes no Conselho. Os elementos para interpretar os conteúdos em pauta são originários quase que exclusivamente de duas esferas: do Governo e da classe empresarial. Isso, contudo, não permite concluir que a recepção tenha adotado passivamente essa leitura. A constatação desta pesquisa é a de que, no debate patrocinado pela mídia, os integrantes dessas duas esferas tiveram maior visibilidade, comparados às de outras esferas que estão representadas no CDES.

A primeira conclusão deste estudo é a de que, ao criar o CDES, o Governo Lula desencadeou um processo que foi além da simples oferta de uma agenda política para a apreciação dos integrantes do Conselho. A partir da cobertura realizada pela mídia, esses temas também entraram na agenda midiática e, por conseqüência, na agenda pública. Com o CDES, o Governo Lula obteve êxito no processo de conseguir fazer ingressar nas agendas midiática e pública alguns temas da agenda política. Como promotor de um evento, o Governo atraiu a atenção da mídia para uma atividade específica – a reunião de representantes de diversos segmentos sociais – e, por conseqüência, viu também ser midiatizada a agenda política apresentada a este grupo.

Se as atividades do CDES não fossem midiatizadas, a agenda política sobre a qual o órgão se ocupa poderia ficar praticamente restrita a esta esfera de representação instituída e legitimada pelo Governo Lula. Caracterizar-se-ia como uma esfera de discussão

política, porém não teria um caráter público, uma vez que não haveria acesso e possibilidade de participação para outras pessoas que não aquelas convidadas pelo Governo. A esfera pública política toma corpo a partir da midiatização desse processo. A agenda política – que sem a midiatização poderia ficar restrita à esfera política criada com a instituição do CDES – passa a tomar um caráter público pois, obtendo visibilidade, passa a existir também na agenda pública. A partir da publicidade da agenda política e da discussão que ela incita, o processo de debate, que em princípio se restringiria a um espaço institucional, pode também se desenvolver em outras instâncias, públicas ou não.

O alargamento da visibilidade da agenda política apresentada pelo Governo Lula ao CDES contempla princípios democráticos. A midiatização do processo permite aos cidadãos acessar e conhecer questões de interesse público que estão em pauta. Mais pessoas podem atualizar-se acerca da pauta política. Sem a midiatização do processo, esses debates – que efetivamente envolvem o interesse público – poderiam ficar circunscritos a uma esfera muito restrita, situação que poderia levantar questionamentos quanto à sua legitimidade. Tendo conhecimento do que se desenrola nas instâncias de decisão, qualquer pessoa – na sua condição de cidadão – pode, em tese, mobilizar-se com vistas a participar, de alguma forma, deste processo, seja para intervir ou seja para simplesmente formar sua opinião acerca da agenda política. Aspecto importante, portanto, a partir do ponto de vista democrático, é o fato de que o debate não passa mais a se desenrolar num ambiente restrito e fechado. Se fosse realizado unicamente em instâncias fechadas e/ou com acesso restrito, poderia, aos olhos do cidadão, caracterizar-se como uma prática contrária aos princípios democráticos. Assim, a visibilidade através da mídia confere ao processo uma publicidade que lhe garante uma aura de legitimidade, uma vez que é realizado à vista de todos.

A midiatização desse processo instaura, portanto, uma esfera pública política. O debate da agenda política ganha caráter público. A pauta deixa de ser apenas do

conhecimento dos integrantes do CDES. Ela se torna pública através da publicidade que lhe conferiu a mídia.

Para a construção das notícias acerca desse processo desencadeado pelo Governo com a instituição do CDES, o campo da comunicação, através do jornalismo, obedeceu à sua lógica. No entanto, como faz em relação a qualquer pauta, sob pena de perda da credibilidade – seu maior capital perante a opinião pública -, no processo de construção das notícias ela não pode referir-se a determinado evento ou acontecimento sem ouvir ou ao menos fazer menção aos atores diretamente envolvidos. Como promotor do evento, o Governo não poderia deixar de ser chamado a participar da tribuna midiática quando o assunto em questão era o CDES, suas atividades e os temas da agenda política. Dessa forma, o Governo pôde também lançar para a cena midiática interpretações suas acerca dos temas em pauta.

Diferentemente do que se verifica no CDES, em que o Governo, como promotor do debate, apresenta a agenda e também coordena as atividades, na esfera de visibilidade pública dominante o controle do debate está nas mãos do campo midiático. É ele que define o que vai ter visibilidade e quem vai falar sobre isso. A pesquisa verificou que no debate público promovido pela mídia foram convidados integrantes do CDES – alguns mais vezes, como o Governo e representantes da esfera empresarial, outros menos, como os representantes oriundos da esfera social, do trabalho e as personalidades – e também algumas outras pessoas que não integravam o Conselho. A imprensa exerceu seu poder na escolha das vozes – as fontes, os entrevistados - que iriam interpretar e/ou dar sentidos ao que estava em pauta.

O CDES é formado por representantes do Governo e da sociedade. Conforme classificação usada neste trabalho, os representantes da sociedade são oriundos das esferas empresarial, social, do trabalho e personalidades. São essas as vozes que debatem a agenda

política apresentada pelo Governo Lula. A pesquisa mostra, porém, que na cena midiática o CDES surge como um debate quase que exclusivo entre o Governo e representantes da esfera empresarial. No debate patrocinado pela mídia, são esses os dois atores que ganham mais visibilidade e têm mais oportunidades para se expressar.

Para o leitor, o debate promovido pelo Governo Lula com representantes de diferentes segmentos sociais pode até assumir a aura de um autêntico debate público, o que também lhe impingiria um caráter de legitimidade. A midiatização das atividades do CDES permite que se considere essa hipótese. Porém, ficou evidente, neste trabalho, que aquilo que ganhou visibilidade pode ser classificado, usando as palavras de Habermas, como a exposição pública dos posicionamentos de alguns segmentos, no caso, majoritariamente os do Governo e os da classe empresarial. Fundamentalmente, foram essas as vozes que ganharam mais oportunidades de se manifestar na tribuna privilegiada do espaço público. O debate público promovido pela mídia caracterizou-se como exposição pública da posição de dois segmentos. Os subsídios que a imprensa oferece para o leitor atualizar-se acerca da pauta política são, portanto, na sua grande maioria, originários de somente duas esferas.

Se a visibilidade conferida aos debates do CDES pode eventualmente assumir uma aura de legitimidade e de autêntico debate público perante o leitor, não se pode, por outro lado, deixar de ressaltar que, antes do início desse processo de debates, a mesma imprensa foi também a responsável por dar visibilidade a materiais simbólicos que vão em sentido contrário aos desejos do Governo. Os editoriais analisados, na sua maioria, procuraram desqualificar esta iniciativa de promover um debate com os representantes da sociedade em torno da agenda política. Através de seus editoriais, a imprensa tentou descaracterizar o CDES e deslegitimar seus integrantes perante a opinião pública. Para a mídia, o CDES surgiu claramente como um concorrente na tarefa de discutir e mediar as questões de interesse público.

O processo desencadeado pela entrada do CDES e de sua agenda de debates no campo midiático reproduz os embates que se travam em outras instâncias sociais. Há uma disputa de atores para incluir na relação de prioridades certos temas e, posteriormente, para dar maior visibilidade aos seus pontos de vista. O objetivo, quase sempre, é conseguir a adesão do maior número de pessoas, legitimando assim determinado posicionamento. Só que nestas disputas, como foi verificado nesta pesquisa, há alguns atores que, pela posição que ocupam no corpo social, acabam por ter facilitado o acesso a tribunas de maior abrangência. E, assim, levam vantagem no ato de falar, representar e construir o mundo que é comum a todos. Os próprios controladores das tribunas de maior abrangência também assumem papel importante, pois participam da definição de quem e de qual pauta terá visibilidade.

Através do CDES, o Governo Lula colocou em discussão temas que poderiam implicar em mudanças estruturais na sociedade brasileira. Estava em debate a reorganização e uma redefinição do País. Embora não seja determinante no processo de definição das políticas públicas, o papel da mídia, ao assegurar vantagens a uma certa representação do mundo social, pode, de alguma forma, ter implicações no processo de legitimação destas mesmas políticas perante a sociedade. Ao atuar diretamente numa esfera que atinge a opinião pública, a mídia acaba também por chegar à esfera de decisão política. E em regimes democráticos, os governantes podem não seguir sempre a opinião pública, mas não podem ignorá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública: informação e representação no mundo globalizado. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AVRITZER, Leonardo. Governo Lula e o desafio da participação. *Teoria e Debate*. São Paulo, n.54, jun/jul/ago 2003, p.10-5.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política:* conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 41-71.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BERGER, Christa. *Campos em confronto:* a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

BRASIL – Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social – <http://www.planalto.gov.br/cdes>

CÉSAR, Benedito Tadeu. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o desafio da construção de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil*. 2005. Documento interno da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião:* o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLETIVO DE AUTORES IMPRENSA. A estrutura de imprensa no presente: fundamentos e formas de atuação no sistema de imprensa da economia privada. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984, p. 41-84.

CONCERTAÇÃO. Revista da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, n.01, ago/set. 2003.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – <http://www.cdes.gov.br>

CORREA, Jaime Montalvo. A experiência do Conselho Econômico e Social espanhol: funções e estrutura. In: CORREA, Jaime Montalvo *et al*. *Novos espaços democráticos:* diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

DAHLGREN, Peter. El espacio publico y los medios: una nueva era? In: VEYRAT - MASSON y DAYAN, Daniel. *Espacios publicos em imagines*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1997.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço público e democracia:* comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa:* estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker, 1999.

FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em Derrapagem* - Os Casos Corona e Cazuza no Discurso da Comunicação de Massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (orgs.). *Por uma nova esfera pública:* a experiência do orçamento participativo. Petrópolis: Vozes, 2000.

FLEURY, Sônia. Concertação e efetividade da ação política: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: *VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Panamá, 28 a 31/10/2003.

FREITAG, B.; ROUANET, S. *Habermas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GENRO, Tarso. *Concertação*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/cdes/> Acesso: 17 abr. 2004.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media - II. In: RUBIM, Antônio A. C.; BENTZ, Ione M. G.; PINTO, Milton J.(orgs.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos/Compós, 1999, p. 203-231.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antônio A.C; BENTZ, Ione M. G.; PINTO, Milton J.(orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes/Compós, 1998, p. 155-186.

GOMES, Wilson. Fato e interesse – o fato jornalístico como problema. *Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, n. 26, jul. 1991, p. 24-32.

GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje. In: *IX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação* (Compós), Porto Alegre/RS, 30/05 a 02/06/2000.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Verdade e Perspectiva – a questão da verdade e o fato jornalístico. *Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, n.29, 1° sem. 1993, p. 63-83.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro:* estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade:* doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. *Novos estudos do CEBRAP*, São Paulo, n.43, nov. 1995, p. 87-101.

HALL, Stuart *et al*. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo:* questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 224-248.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da Comunicação:* conceitos, escolas e tendências. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública:* a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 63-85.

KOWARICK, Lúcio. El Consejo de Desarollo Económico y Social: um proceso em construcción. *Ciudades*. Puebla. n.61, jan/mar 2004.

KOWARICK, Lúcio. Um processo em construção. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 58, maio/jun 2004b, p.16-19.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: Pontes/Educ, 1992.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia:* desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Venício A. *Mídia:* teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em Comunicação*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. In: *Comunicação & Política*, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Rio de Janeiro, vol.V, n° 1, jan/abr 1998, p. 131-155.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia:* jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa:* planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARRE, Jacques. A construção do objeto científico na investigação empírica. *Seminário de Pesquisa*. Porto Alegre: Ufrgs, 1981 (mimeo).

MARUGÁN, Francisco Fernández. Pactos sociais na Espanha. In: CORREA, Jaime Montalvo *et al*. *Novos espaços democráticos:* diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 45-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 89-111.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais:* investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento:* as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PORTANTIERO, Juan Carlos. A democratização do Estado. *Filosofia Política 4*. Porto Alegre: L&PM/Unicamp/Ufrgs, 1987, p.140-165.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política:* conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 73-104.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação:* questão comunicacional e formas de sociabilidade. 2. ed. Lisboa: Presença, 1997.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política:* conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa:* projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia:* os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECCO, Lincoln. A transição democrática na Espanha. In: CORREA, Jaime Montalvo et al. *Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha.* São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 11-17.

SILVEIRINHA, Maria João. Opinião Pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política:* conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 409-449.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (org.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117-145.

TAPIA, Jorge R. B. Concertação social, negociações coletivas e flexibilização: o caso italiano (1992:2002). *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, 2003, p. 215-263.

TAPIA, Jorge R. B.; ARAÚJO, A. M. C. Corporativismo ou neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 32, Rio de Janeiro, 1991, p. 3-30.

TAPIA, Jorge R. B.; GOMES, Eduardo. R. Concertações sociais, integração européia e a reforma da regulação social: redefinindo a agenda clássica do neocorporativismo? In: *3° Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política*, UFF, Niterói, 31/07/2002.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade:* uma teoria social da mídia. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna:* teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo:* questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

TRINDADE, Hélgio. Tentativa de reconstituição empírica de um movimento político radical. In: NUNES, E. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VATTA, Alessia. Neocorporativismo na Europa: desenvolvimentos recentes e perspectivas para o futuro. *Revista de Sociologia e Política*, n.10/11. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p.153-194.

VEGARA, Antonio Gutiérrez. A concertação social na Espanha a partir da transição democrática. In: CORREA, Jaime Montalvo et al. *Novos espaços democráticos:* diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 79-95.

WEBER, Maria Helena, BENTZ, Ione, HOHLFELDT, Antônio (orgs). *Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina/Compós, 2002.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 2000.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política:* conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 259-307.

WEBER, Maria Helena. *Na imagem pública, o benefício da dúvida*. Porto Alegre, Ufrgs, 2002 (mimeo).

WEBER, Maria Helena. Política, refém da imagem pública. In: PIMENTA, Marcelo *et al*. *Tendências da Comunicação 2*. Porto Alegre: L&PM/RBS, 1999, p. 70-85.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

ANEXOS

ANEXO I

Lula cria secretaria social; Tarso será titular
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
14/12/2002

O ex-prefeito de Porto Alegre e candidato derrotado do PT ao governo do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, será o titular de uma nova secretaria especial vinculada à Presidência da República, que será criada para elaborar o que os petistas vêm chamando de "novo contrato social".
A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social terá a função de ser o órgão executor das decisões tomadas pelo Conselho Nacional de mesmo nome, que teve sua segunda reunião ontem em Brasília.
A idéia de criação da secretaria, com status de instância de primeiro escalão, foi anunciada ontem pelo próprio Tarso, após reunião com Lula na residência oficial da Granja do Torto.
"O presidente eleito pediu-me que elaborasse um projeto para uma secretaria que atue junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no sentido de articular um novo contrato social para o país", disse Tarso, que entregará documento com sua proposta na próxima quarta-feira. Ele disse que já recolheu de 50 a 80 sugestões.
O ex-prefeito negou que tenha sido convidado para ser o titular da nova pasta, mas Lula já decidiu nomeá-lo para o cargo, segundo a Folha apurou. Tarso não soube especificar o que exatamente a secretaria fará.

Função
Genericamente, o ex-prefeito afirmou que a instância articulará, com empresários, sindicatos e organizações não-governamentais, propostas de reformas e de ações de governo. Ele afirmou que o trabalho será paralelo ao do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
"A secretaria é pensada para dar caráter institucional à participação do governo nesta articulação, de forma a que seja a mais produtiva possível", disse o petista.
Ele afirmou que a função do novo órgão não será de coordenar o conselho, muito menos de controlá-lo. "O conselho não será subordinado à secretaria, nem poderia ser, pelo próprio fato de reunir toda a sociedade civil", disse.
Segundo Tarso Genro, a intenção de Lula é implantar a secretaria já nos primeiros dias de seu governo.

Conselho
Um dos principais objetivos do conselho será criar consensos para a aprovação de reformas cruciais para o próximo governo, segundo o futuro ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho.
"O Brasil precisa ter acordos e consenso em torno das reformas de que precisa: a reforma tributária, a previdenciária e a trabalhista", disse Palocci, minutos antes de entrar para a reunião que discutiria o formato do conselho.
O coordenador da equipe de transição afirmou que é preciso pactuar essas reformas, pois elas "são essenciais para que se tenha estabilidade econômica duradoura e avanços sociais significativos". Para ele, para levar adiante as reformas, é

preciso haver um pacto entre o governo, os trabalhadores e os empresários.

##

Previdência: prioridade para Tarso
Higinio Barros
O Globo
26/12/2002

PORTO ALEGRE. O ex-prefeito Tarso Genro (PT), futuro titular da Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico e Social, disse ontem que a prioridade do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva no campo de reformas, em 2003, é a da Previdência Social. Segundo Tarso, incumbido de negociar as reformas com setores da sociedade, Lula já falou sobre o tema em três ocasiões depois que ele foi indicado para o cargo. A segunda reforma que Tarso terá que negociar entre a máquina do governo e o conselho político idealizado pelo presidente eleito é a da legislação do trabalho.
- A reforma da Previdência Social é vista como fundamental pelo presidente Lula, porque ele deseja melhorar as aposentadorias de baixa renda e porque ela é a fonte de um estrangulamento financeiro brutal do governo. A reforma ainda atingiria mais pessoas necessitadas no país, como os aposentados - explicou Tarso.
O ex-prefeito de Porto Alegre explicou que sua secretaria terá cerca de 50 a 60 funcionários e terá a tarefa de fazer a costura de formulação de projetos e idéias entre a administração
Lula e o Conselho Político, composto por nomes representativos de todos os setores da sociedade brasileira. " O Conselho deverá ter de 90 a 100 integrantes. Até agora cerca de 150 pessoas e entidades entraram em contato conosco para fazer parte dele. Vamos ter que fazer uma triagem entre os nomes que temos à disposição. E um dos critérios de escolha será de representatividade e pluralidade desses integrantes".
Tarso Genro não vê possibilidade de conflito em sua atuação com outros ministérios, nem com o poder Legislativo. Segundo ele, vai trabalhar em estreita colaboração com os ministro da Fazenda, Antônio Palocci e o chefe da casa Civil, José Dirceu, entre os ministros mais próximos do presidente eleito. " Nossa tarefa será de uma costura política e de formular questões. Não temos poder decisório, nem é essa nossa tarefa".
Genro considera o ministério de Lula de acordo com sua vitória eleitoral, afirmando que a não participação do PMDB nele, foi uma decisão da sigla pemedebista. " O próprio PMDB se auto excluiu do governo Lula. De qualquer maneira, teremos muitos canais de comunicação entre seus representantes e o governo Lula", concluiu Genro

##

Entrevista / Tarso Genro
Verene Wolke e Arlete Salvador
Correio Braziliense
7/1/2003

Secretário do Desenvolvimento Econômico e Social é o canal entre Lula e o povo

"Pela primeira vez na história, os grupos sociais exercerão influência direta sobre o presidente da República na definição das leis"

O advogado gaúcho Tarso Genro está entusiasmado com a tarefa que lhe foi confiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No comando da nova Secretária de Desenvolvimento Econômico e Social, o ex-prefeito de Porto Alegre vai coordenar o diálogo entre Lula e a população, um projeto inovador que amplia o conceito de governabilidade.
O primeiro passo nesse sentido é a instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o grande fórum nacional que reunirá 82 representantes da sociedade civil e do governo. Os nomes dos conselheiros devem ser definidos por Lula, a partir de uma lista de cem indicações feitas por Tarso. ‘‘O Conselho é uma síntese da sociedade brasileira. Tem representantes de credos religiosos, intelectuais, professores, empresários, sindicalistas, artistas’’, resume o secretário. A idéia é que os conselheiros se reúnam a cada dois meses. No intervalo entre as reuniões, grupos temáticos vão discutir assuntos da agenda política. As propostas consensuais serão encaminhadas ao presidente da República e transformadas em projetos de lei do Executivo.
Tarso Genro, 55, casado e pai de duas filhas, está hospedado em flat da cidade. No futuro, ele pensa em encontrar outro local para morar. Por enquanto, sua preocupação é montar o Conselho e a estrutura da nova secretaria, que funcionará no Palácio do Planalto e contará com cerca de 60 funcionários.
A voz da sociedade

CORREIO BRAZILIENSE - Qual o papel que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social terá no governo?
Tarso Genro - O Conselho terá um papel estratégico. Pela primeira vez na história, os diversos grupos sociais exercerão influência direta sobre o presidente da República na definição das leis. Os conselheiros vão discutir os temas da agenda do governo, como as reformas tributária, da Previdência e da legislação trabalhista. A partir dessas discussões, apresentarão princípios e diretrizes consensuais ou majoritários ao presidente. Esses princípios serão transformados em projeto de lei e encaminhados ao Congresso. Com isso, teremos uma produção normativa do Executivo, que não será feita exclusivamente pelos quadros do governo e nem pela burocracia estatal. A produção normativa terá a participação

ativa da sociedade.

Correio - O fato de um projeto de lei ter sido elaborado com base nas sugestões do Conselho servirá como um instrumento de pressão para que o Congresso aprove as propostas do governo?
TARSO - O Conselho não avançará um milímetro nas funções do Congresso. Ele dará opiniões sobre o que o presidente deve encaminhar ao Congresso, e os parlamentares decidirão com autonomia se aprovam ou não o projeto. Com o Conselho, o Congresso poderá agregar valor à sua decisão, porque estará informado do que tem maior ou menor aceitação na sociedade. O Congresso permanece o centro fundamental de manutenção da governabilidade e a nova relação do governo com a sociedade é um valor agregado.

Correio - O Conselho ajudará o governo a buscar os votos da oposição?
TARSO - Pode ajudar ou atrapalhar. Depende da proposta que for costurada. O objetivo é fortalecer a relação do governo com o Congresso. O Executivo passa a estar tão colado com a sociedade, quanto os parlamentares estão com a representatividade e o poder que recebem da população nas eleições.

Correio - Quais os temas que serão apresentados para discussão no Conselho?
TARSO - São três os temas-chave para o Conselho buscar o consenso da sociedade: as reformas da Previdência, da legislação trabalhista e a tributária. Primeiro será discutida a reforma da Previdência e por último a reforma tributária.

Correio - Quais os pressupostos de reforma na Previdência que o governo apresentará ao Conselho?
TARSO - Nós vamos buscar, com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, uma legislação e uma norma constitucional que cassem os futuros privilégios, sem atingir os direitos adquiridos, por mais absurdos que sejam. É preciso também proteger as pensões e aposentadorias médias e melhorar significativamente as pensões e aposentadorias baixas. O Conselho dirá como essa estrutura previdenciária será montada.

Correio - O que é, na sua opinião, um direito adquirido absurdo?
TARSO - Eu considero uma aposentadoria de R$ 38 mil um absurdo. Esse tipo de privilégio não pode ser permitido daqui para a frente.

Correio - O ministro do Trabalho, Jacques Wagner, sugeriu que o presidente retire do Congresso o projeto de lei que muda a legislação trabalhista. Quais as propostas do governo para alterar o texto que está em tramitação?
TARSO - Essas propostas serão construídas no Fórum Nacional do Trabalho, sintetizadas pelo ministro Jacques Wagner e pelo Conselho. O PT é contra a castração de direitos. É favorável à desburocratização das contratações, de forma que se facilite as relações de trabalho e se reduza a informalidade. É a favor de uma legislação positiva para as cooperativas de trabalho. Essas cooperativas precisam ter normas rigorosas, para que não sejam instrumento de exploração dos trabalhadores e possam oferecer credibilidade na relação com os contratadores de serviços.

Correio - O governo anterior não se empenhou em fazer a reforma tributária porque temia uma queda na arrecadação. Como o presidente pretende tocar essa reforma no momento em que também precisa fazer caixa para equilibrar as contas públicas?
TARSO - Todo o problema é que ao longo dos anos, reforma tributária significava, para o governo, aumento de arrecadação. Para os empresários, a reforma tributária significava pagamento de menos impostos para os empresários. Então, é preciso que se apresentem propostas que desonerem os empresários e não reduzam a receita do Estado. Temos de buscar uma arrecadação justa, que crie um clima de confiança e que os empresários possam deslocar os investimentos no setor financeiro para a produção.

Correio - O governo fixou prazos para promover essas reformas?
TARSO - O presidente Lula quer que o Conselho seja instalado até o final do mês, para que tenhamos algumas propostas ainda neste primeiro semestre. Nós queremos fazer as reformas o mais rápido possível. Mas não há prazos, porque a rapidez não pode atropelar o diálogo.

##

MST vai integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Higino Barros
O Globo
14/1/2003

PORTO ALEGRE. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, anunciou ontem que um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Roberto Baggio, integrará o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo Tarso, já foram escolhidos 42 dos 92 integrantes do conselho. Ele acredita que até o fim da semana todos os nomes estejam confirmados.
Até o fim de maio o conselho apresentará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o plano de reforma da Previdência. Tarso ontem se encontrou, em Porto Alegre, com cinco futuros conselheiros. Ele disse que, apesar de o tempo para a formulação de uma proposta ser curto, vai procurar cumprir o prazo, já que a reforma da Previdência é considerada

prioridade. As outras duas reformas que o governo quer ver tramitando em 2003 são as da legislação trabalhista e a tributária.
Participaram da reunião de ontem a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Jussara Dutra, o presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Cláudio Baldino Maciel, o representante da CUT Altemir Tortelli e os empresários Paulo Vellinho e Mauro Knijnick. O empresário Jorge Gerdau Johannpeter, que foi convidado a integrar o conselho, não compareceu porque tinha compromissos em Belo Horizonte.

##

"Cada um vai ter que ceder um pouco", diz Tarso
LEILA SUWWAN
Folha de S. Paulo
16/1/2003

O secretário especial de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, disse ontem que considera salutar que diferentes entidades de classe venham a público defender seus interesses na reforma da Previdência, mas avisou que todos os setores terão que ceder a mudanças nas aposentadorias dos que já estão no mercado de trabalho, não apenas nos que ingressem depois da reforma.
"Se não tiver contencioso, não tem reforma. Esse é o ponto de partida da democracia", disse. Ele se reuniu ontem com representantes da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) e com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.
"Cada um vai ter que ceder um pouco. É tarefa do Congresso Nacional decidir quem vai ter que ceder e o quanto vão ter que ceder", afirmou Tarso. Ele reiterou que os direitos adquiridos não serão afetados, explicando que se refere aos benefícios de inativos e de trabalhadores prestes a se aposentar.
O governo não trata a "expectativa de direito" -isto é, a aposentadoria que um trabalhador na ativa espera ganhar de acordo com a lei que vigora atualmente- como um direito adquirido, ao contrário da tese que vem ganhando força entre juizes.
Hugo Melo, presidente da Anamatra, disse que sua categoria não abre mão dos seguintes pontos: que a aposentadoria seja igual ao salário integral, que o reajuste dos ativos seja repassado igualmente aos inativos e que qualquer mudança não afete os juizes que já estão na ativa.
"A regra de transição previdenciários peca por romper com uma expectativa. Não se pode mudar as regras do jogo no meio do caminho", declarou Melo.
Tarso rebateu a questão indiretamente. "A pauta da transição de um modelo para o outro não vai ser obstaculizada por uma ou outra corporação", afirmou.
Segundo Tarso, o governo sabe que não haverá mudanças instantâneas com a reforma, mas também não pretende trabalhar com horizontes de 30 anos.

##

Conselho assume pacote de reformas como prioridade
FÁBIO ZANINI
Folha de S. Paulo
6/2/2003

AGENDA PETISTA

Órgão discutirá ao mesmo tempo Previdência e mudanças tributárias

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão consultivo da Presidência da República a ser instalado oficialmente em 13 de fevereiro, discutirá simultaneamente e dará a mesma prioridade às reformas previdenciária e tributária.
O anúncio foi feito ontem pelo secretário-executivo do Conselho, Tarso Genro, e é mais um exemplo do recuo do governo em sua idéia original de jogar a questão tributária para o segundo semestre deste ano.
O conselho visa analisar propostas do Executivo para, depois de consultados vários setores da sociedade, apresentá-las ao Congresso.
A intenção inicial do Conselho, condizente com a prioridade estabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva logo após a posse, era dar prioridade à questão previdenciária e, após avançar nessa discussão, iniciar o debate relativo à área tributária.
"O Conselho está disposto a tratar de forma imediata da reforma previdenciária, ao mesmo tempo em que aprofundará a discussão sobre a reforma tributária. Os assuntos estão conectados", declarou Tarso.
Como sinal desta mudança nas prioridades, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, deverá fazer uma palestra a respeito da questão tributária, com ênfase no que o governo espera obter, para os 82 integrantes do Conselho na instalação do órgão, que ocorrerá em cerimônia no Palácio do Planalto. A princípio, apenas o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, discursaria, sobre a reforma na sua área.
"A decisão de realizar uma exposição do ministro Palocci foi amadurecida ao longo dos últimos dias e decidida hoje

[ontem] pela manhã", declarou Tarso.
Ontem, Palocci, Lula, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o ministro de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, e Tarso, em reunião, chegaram à conclusão de que Palocci falaria ao Conselho.
Lula chegou a ser criticado por empresários, sindicalistas e até mesmo dentro de seu partido por ter demonstrado, logo após a posse, pouco entusiasmo pela reforma tributária.
Desde então, o presidente vem conversando com governadores a respeito do tema e planeja uma reunião em Brasília para os dias 21 e 22 de fevereiro.
"Há grande acúmulo sobre a questão tributária, assim como a previdenciária, além da disposição dos governadores de debater o tema. Temos de aproveitar essas condições", disse Tarso.

Reforma trabalhista
Na reunião do dia 13, serão definidos grupos temáticos específicos dentro do Conselho para tratar das reformas previdenciária e tributária.
Cada um terá 21 pessoas, entre conselheiros e assessores técnicos. As propostas dos grupos temáticos terão de ser referendadas pelo Conselho.
Ao contrário da questão previdenciária, em que há o prazo até maio para que seja fechada uma proposta, não há cronograma estabelecido para a tributária.
Na primeira reunião do Conselho, também deverá ser designado um grupo de trabalho para tratar da reforma trabalhista, mas esse tema deverá ficar em segundo plano em relação aos outros dois.
A proposta oficial do Conselho é auxiliar o Executivo a, segundo Tarso, "fazer um trabalho de concentração social". Em outras palavras, identificar pontos consensuais para auxiliar o governo na hora de enviar projetos de lei ao Congresso.
A idéia gera resistências entre parlamentares de partidos como PFL e PSDB, que criticam suposta interferência no trabalho do Legislativo.
"O que estamos fazendo é promover o debate, respeitando a autonomia dos Poderes", afirmou Tarso.

##

Desequilíbrio no Conselho
Cristiane Jungblut
O Globo
6/2/2003

Criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir um pacto social entre capital e trabalho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja composição foi anunciada ontem, é dominado por representantes do setor empresarial e do Estado de São Paulo. Nada menos que 45 paulistas têm lugar no Conselho, sendo que apenas três representantes do Nordeste foram convidados. O setor industrial é o segmento que tem o maior número de conselheiros: 23. Ao todo, o Conselho tem 82 representantes da sociedade e 11 do governo (o presidente e dez ministros).
A lista inclui banqueiros e mega-empresários como o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter; o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horário Lafer Piva; e o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch. Há ainda sete representantes do setor financeiro: dirigentes de grandes bancos, como Bradesco, Itaú e Citibank, e o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Raymundo Magliano.
Ao divulgar a lista, o secretário-executivo do Conselho, Tarso Genro, disse que sua composição é equilibrada, argumentando que há 41 representantes do setor produtivo e 41 da sociedade. Entre as dez personalidades escolhidas como representantes da sociedade, no entanto, há pessoas que também são ligadas ao meio empresarial, como Cosette Alves, herdeira do grupo Mappin. Somente dez mulheres foram escolhidas.
- Acredito que a divisão está parelha: há 41 representantes das forças produtivas e 41 da sociedade. Não queremos jogar um grupo social contra o outro e sim chegar a um consenso - disse Tarso, acrescentando que não se pode fazer "adivinhações ideológicas" sobre como cada um votará.
O Rio tem apenas sete representantes, entre eles o presidente da Federação das Indústrias do estado (Firjan), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, e a atriz Lucélia Santos.

Reforma tributária será acelerada
Tarso anunciou ainda que Lula decidiu agilizar a discussão da reforma tributária. O governo cedeu às pressões dos governadores e dos empresários para que acelerasse o debate sobre o modelo tributário. Inicialmente, o Conselho iria concentrar a discussão na reforma da Previdência, cuja proposta deve estar concluída até maio.
Diante da nova decisão de Lula, o Conselho se reúne pela primeira vez no dia 13 para ouvir as propostas do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para a reforma tributária. Antes, estava prevista apenas uma apresentação do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.
- Há uma inquietação da sociedade em relação à reforma tributária. Há uma pressão e uma tensão, nesse caso positivas, por parte dos governadores para que se discuta a reforma tributária. Por isso, há condições para que essa discussão seja apressada - disse Tarso.
Dos 41 nomes classificados como representantes do setor produtivo, há 23 da indústria; sete do setor financeiro; cinco do setor agropecuário; dois do comércio e quatro da área de serviços. Já dos 41 representantes da sociedade, 13 são do movimento sindical; 11 do movimento social; três de entidades de classe; dois da cultura; dois de religiosos; e dez personalidades. No movimento social, o destaque é a coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e um

coordenador nacional do MST, Roberto Baggio.
Presidido por Lula, o Conselho deverá chegar a 97 pessoas. É que ainda têm ser aprovados pela Câmara os nomes dos deputados Delfim Netto (PPB-SP) e Armando Monteiro (PMDB-PE), que também é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Serão indicados também dois representantes do Senado.

Empresários apontam obstáculos para participar do Fome Zero
Ricardo Galhardo

SÃO PAULO. O empresário Sérgio Haberfeld, integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), afirmou que os altos impostos dificultam a adesão de empresas nacionais ao Fome Zero. Empresários ouvidos ontem pelo GLOBO concordaram sobre a necessidade de as empresas se engajarem no programa, como pretende o governo, mas apontaram dificuldades.
- Sou favorável ao engajamento porque é uma forma de o governo dirigir o curso das empresas na área social. Mas com os impostos aumentando desse jeito fica difícil. As empresas têm de ter algum resultado para poder participar de uma maneira mais engajada no programa - disse Haberfeld, que preside a Associação Brasileira de Embalagens.
Já Synesio Batista, da CCE, presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e vice-presidente da Fiesp, criticou a forma como o governo está conduzindo o programa.
- A falta de logística pode matar a campanha ou torná-la ineficiente. Nós é que estamos tendo que ligar para Brasília para saber como e onde colaborar - criticou.
Batista, que chegou a ser cogitado para integrar o Consea, fez questão de salientar que tanto a CCE quanto a Fundação Abrinq estão engajadíssimas no programa, mas disse ter ficado desapontado com a composição do órgão. Segundo ele, faltam empresários de peso, capazes de liderar a mobilização entre seus pares.
- A representação do empresariado está muito ruim. Tem muitos pensadores e nenhum operador. São pessoas a favor do bem, mas que não têm condições de fazer o bem - disse Batista.

Presidente da Abit diz que é cedo para apontar falhas
Também integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Têxteis (Abit), diz que é cedo para apontar falhas.
- Qualquer programa em fase inicial, ainda mais com a magnitude e o ineditismo do Fome Zero, tem direito a dificuldades no começo. É lógico que, quanto mais planejamento houver antes da ação, melhor. Mas acredito que aqueles que apontam falhas devem responder oferecendo seu trabalho - disse Skaf, um dos primeiros líderes empresariais a declarar apoio ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.
Oded Grajew, assessor especial da Presidência encarregado de atrair empresários, disse que os resultados já estão surgindo. A Nestlé anunciou a doação de um milhão de quilos de alimentos para a Pastoral da Criança e a contratação de dois mil jovens de baixa renda para ajudar no Fome Zero. O grupo Pão de Açúcar deverá contratar 500 jovens para coletar alimentos nas lojas da rede, distribuir folhetos com sugestões alimentares e até ajudar na fiscalização das entidades encarregadas de distribuir a comida. Grajew, porém, discordou da proposta feita anteontem por Frei Betto, de atrair mil empresas que adotariam, cada uma, um município carente:
- Podemos engajar as maiores empresas, mas não necessariamente uma para cada município.

Gerdau: reforma da Previdência é mais urgente

BRASÍLIA. O presidente da Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, um dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, disse ontem que a aprovação da reforma da Previdência é a curto prazo mais importante para a economia do que a reforma tributária. Segundo ele, com um modelo previdenciário auto-sustentável, o Brasil ganhará credibilidade no mercado internacional e, com isso, conseguirá reduzir os custos de financiamento da produção, receber mais investimentos e ganhar competitividade.
- Sem a reforma da Previdência, além do impacto negativo do déficit previdenciário sobre as contas públicas, esse número tende a ser crescente - disse Gerdau, que foi ontem ao Ministério do Desenvolvimento participar do Movimento Brasil Competitivo.
Para ele, a curto prazo a alta do câmbio tem favorecido as exportações brasileiras e, por isso, a reforma tributária exige um pouco menos de pressa do que a da Previdência.

##

Para Planalto, só pacto evita turbulência social
LUIZ RILA
O Estado de S. Paulo
10/2/2003

Carta entregue a conselheiros diz que é preciso evitar "confronto de ricos e pobres"

BRASÍLIA - Os 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social receberam uma carta redigida pela equipe do ministro Tarso Genro em que é apresentado o roteiro pelo qual o governo Lula tentará estabelecer um novo pacto nacional. Com três páginas divididas em dez tópicos, o texto de estilo palavroso aponta o trabalho do grupo vai

como um antídoto capaz de evitar graves turbulências, com "confronto de ricos e pobres".
"Poderemos dar um exemplo histórico, resolvendo alguns agudos problemas nacionais através de um processo conflitivo de debates e sustentações de pontos de vista, que podem poupar o país de instabilidades sociais e políticas futuras de gravidade", alerta o documento entregue aos conselheiros encarregados de definir as reformas estruturais que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai propor ao Congresso. A ameaça de confrontos motivados pelas desigualdades sociais aparece em outra passagem da carta.
Num dos tópicos introdutórios do texto, é apresentada como "grande desafio do nosso País" a tarefa de "promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição" com o objetivo de "bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poderá levar a um confronto de ricos e pobres".
Reivindicações - O texto, curiosamente, evita a palavra "pacto", citada apenas uma vez, substituindo-a por "concertação", com três menções. Uma das preocupações é a de deixar claro que para se chegar a um acordo os grupos de pressão representados ou não pelos conselheiros terão de abrir mão de reivindicações corporativas.
"A agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos e setores da sociedade", avaliam os autores da carta. "É necessário que se processem conflitos regulados, abertos a toda a sociedade, para que se dê visibilidade a pontos comuns que interessam ao Brasil como nação, acima dos interesses setoriais e de classes."
A cautela no uso do termo "pacto" pode ser atribuída às lembranças negativas deixadas pelas experiências que, no Brasil, foram batizadas dessa forma, sempre com resultados modestos. A ambição do Palácio do Planalto, porém, parece ser a de repetir outro pacto, o de Moncloa - pelo qual, nos anos 70, os espanhóis definiram a transição da ditadura franquista para a democracia parlamentarista, criando as bases para a modernização política e econômica do país.
"O processo de concertação (...) pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes (...) para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um esforço que objetiva a celebração de um novo contrato social", registra o texto à certa altura. A carta se encerra com um apelo para que os conselheiros mantenham o ânimo: "Num país em que não estamos ainda acostumados à interlocução social ampla, poderemos ser tentados a esmorecer. Comprometemo-nos que isso não ocorrerá."

##

Diretriz para as mudanças
Erika Klingl
Jornal do Brasil
11/2/2003

BRASÍLIA - Entre os documentos distribuídos para os 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social neste fim de semana, uma mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção. São quatro páginas com 13 pontos, com uma espécie de diretriz da discussão das reformas. Curiosamente, o texto é idêntico à introdução do Programa de Governo Um Brasil para Todos, defendido por Lula na campanha eleitoral.
O documento foi entregue aos membros do conselho que será instalado na próxima quinta-feira. Segundo o texto, é fundamental a diminuição da dependência externa para reduzir as desigualdades existentes no Brasil. Também é necessário combater o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo para beneficiar os setores historicamente marginalizados.
"A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu", diz o documento.
A elaboração de um novo pacto federativo merece destaque na mensagem. Aparece como única possibilidade de correção das desigualdades regionais. "Nosso governo vai agir no sentido de fortalecer e ampliar as relações plurais e democráticas, baseadas na eqüidade, sem preconceitos de raça e etnia."
Na posse dos conselheiros, estão previstos pronunciamentos do presidente Lula, do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, e do secretário do Conselho, Tarso Genro. Na reunião, após a posse, os conselheiros vão elaborar um regimento interno e ouvir um relato do ministro Ricardo Berzoini sobre a reforma da Previdência.
Junto com a pauta da reunião, eles receberam um diagnóstico da situação da Previdência. Está prevista também uma exposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a reforma tributária.

ANEXO II

EDITORIAIS

Bom ou mau conselho
Editorial
Folha de S. Paulo
11/1/2003

Uma das "inovações" prometidas por Luiz Inácio Lula da Silva foi a de fazer um governo mais aberto à participação da sociedade. Em parte, a nomeação do ministério respondeu a essa expectativa. Pessoas com articulação com os setores que vão administrar foram nomeadas, por exemplo, na Agricultura, no Desenvolvimento, no Meio Ambiente e no Trabalho, sem que se possa ainda vislumbrar as linhas de força que transformarão essa constituição heterogênea numa equipe de governo propriamente dita.
Nesta semana começou a constituição daquela que será, segundo a propaganda petista, a instituição-síntese da abertura do governo à participação social. Trata-se do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para cuja formação Lula designou um assessor específico, o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro. Circulou uma lista com os primeiros representantes de setores da sociedade a serem convidados. Entre eles estão o presidente da Fiesp, Horacio Lafer Piva, os líderes sindicais José Felício (CUT) e Paulo Pereira da Silva (Força Sindical), o empresário Jorge Gerdau e o deputado Delfim Netto (PPB-SP).
As dúvidas sobre a organicidade de um time tão diversificado, que se manifestam no ministério, se repetem no conselho. Será possível, por exemplo, chegar a uma proposta comum acerca da reforma da Previdência -segundo os petistas, o primeiro tema a ser discutido- que não seja esterilizada em meio a tamanha dissonância de interesse e opinião?
Mas a principal questão acerca do novo conselho é sobre o seu caráter institucional. Isso porque a esfera legítima em que as reformas serão discutidas, votadas e aprovadas é o Congresso. Teme-se que o conselho seja usado pelo Executivo como uma forma de constranger o Parlamento a aprovar, na íntegra e a toque de caixa, seus projetos. Seria um meio nocivo à institucionalidade democrática de utilizar o nascituro Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

##

Uma ameaça ao sistema representativo
Editorial
O Estado de S. Paulo
3/2/2003

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP), eleito ontem presidente da Câmara dos Deputados, considera indispensável acelerar o processo de tramitação dos projetos de reformas que o governo apresentará ao Congresso.
Mas não tem mais que uma vaga idéia sobre como fazê-lo. Acha que é necessário alterar as normas de tramitação dos projetos de emenda constitucional para que eles corram "em paralelo" com as demais atividades da Câmara. "Se as reformas seguirem pelo rito ordinário, não sabemos quando vão terminar" - e o governo quer aprovar as reformas previdenciária e tributária ainda este ano.
Sugere, portanto, que algumas etapas da tramitação dos projetos sejam abreviadas, entre elas o prazo de discussão das propostas. Na verdade, quer antecipar a discussão. Antes mesmo de o governo enviar o projeto ao Congresso, a discussão seria iniciada, para efeito de contagem de prazo. Mas como discutir um projeto que não existe? "A Câmara não está alheia ao que acontece na sociedade", responde o deputado. "Acompanha tudo."
Num grêmio acadêmico, essa proposta faria sucesso. Aplicada à tarefa mais nobre e difícil do Poder Legislativo, que é fazer o ordenamento constitucional do País, ela é desastre à vista. Nos parlamentos - e não apenas no brasileiro - nada se discute sem que antes seja distribuído a cada congressista um opúsculo, o chamado avulso, contendo os textos do projeto, das emendas, dos pareceres. Abrem-se exceções apenas para os pareceres emitidos em plenário, perante todo o corpo congressual. Esse procedimento existe para que cada parlamentar possa conhecer, em detalhes, a matéria em discussão e, assim, decidir com conhecimento de causa.

De resto, a lentidão do Congresso em votar as reformas - venham elas por projetos de emenda constitucional ou de lei complementar ou ordinária - não se deve ao rito da tramitação. Os projetos de lei podem tramitar em regime de urgência, com o que são eliminadas todas as formalidades normais e todos os interstícios. Os projetos de emenda constitucional podem, também, ter tramitação expedita. Na Comissão de Constituição e Justiça, que examina a sua admissibilidade, o projeto fica 5 sessões. Na Comissão Especial, que examina mérito, fica 40 sessões para discussão, sendo que nas primeiras 10 sessões podem ser apresentadas emendas. Após um interstício de duas sessões, o projeto vai para a Ordem do Dia, isto é, à votação em primeiro turno.
Depois de um interstício de 5 sessões, há a votação final em segundo turno.
Respeitados sábados e domingos, um projeto de emenda constitucional pode ser aprovado em pouco mais de dois meses - o que não é nada mal, principalmente quando se considera que a Constituição dos Estados Unidos, sempre citada como exemplo de perfeição, demorou 11 anos para ser aprovada.
Se isso não ocorre, é ou porque os parlamentares não são assíduos no trabalho ou porque o proponente da emenda não consegue consenso entre os parlamentares para sua aprovação. Quando acontece isso, as sessões não obedecem a dias corridos e, de fato, os projetos podem modorrar anos a fio no Congresso.
O problema, portanto, não está no rito de tramitação, mas na capacidade do governo de apresentar projetos consistentes e de reunir uma sólida maioria para aprová-los. Isso não se conseguirá com o atropelo do regimento da Câmara dos Deputados e, muito menos, dos fundamentos do sistema representativo. Afinal, é intenção declarada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva submeter os projetos de reformas à discussão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, constituído por 82 pessoas que não pertencem ao governo e por 9 ministros. É óbvio que a tal discussão prévia sugerida pelo deputado João Paulo Cunha para abreviar a tramitação legislativa se daria nesse Conselho. Por mais eminentes que sejam os seus membros, eles não foram eleitos para representar o povo e os Estados. Não podem e não devem desempenhar o papel que é reservado ao Congresso, numa democracia representativa.

##

Todos emposssados
Editorial
Folha de S. Paulo
4/2/2003

Completou-se o ritual de posse dos políticos eleitos em outubro do ano passado. No plano federal, a investidura de 54 senadores e de 513 deputados, que ocorreu no sábado, começou a definir os termos em que se dará a governabilidade da gestão Luiz Inácio Lula da Silva. Faltam agora as definições sobre a agenda legislativa propriamente dita do novo Poder Executivo.
O resultado das articulações recentes do governismo aponta para a dissolução do problema da formação de maiorias. O troca-troca de legendas (prática que avilta o sistema representativo) carreou dezenas de parlamentares para partidos que dão apoio formal a Lula. Além disso, foram eleitos para as presidências da Câmara e do Senado, respectivamente, um político da ala moderada do PT -João Paulo Cunha- e um senador que apoiou a chapa de Lula desde o primeiro turno da campanha presidencial -José Sarney.
Apesar de a base governista de Lula ser formalmente menor do que a conquistada por Fernando Henrique Cardoso, as recentes articulações do PT com o PMDB, a dificuldade do PFL de seguir uma trilha autenticamente oposicionista e a adoção, pelo governo Lula, de um discurso reformista à moda de FHC são fatores a minimizar os obstáculos para a obtenção de maiorias parlamentares, inclusive as requeridas para aprovar emendas constitucionais. A variável que pode ameaçar a ação legislativa do novo governo é o tempo. Se demorar demais para apresentar seus projetos prioritários ao Congresso, Lula poderá desperdiçar o seu grande cacife inicial de popularidade.
A disposição do presidente de submeter os temas de reforma primeiro ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para depois levar as propostas ao Parlamento, portanto, não é apenas uma ameaça de pressão indevida sobre os trabalhos do Legislativo. Também pode tornar-se um fator a atravancar o pleno usufruto da alta popularidade de Lula para aprovar as reformas.

##

Sem burocracia
Editorial
Correio Braziliense
7/2/2003

O país tem pressa. Mais ainda diante de um quadro de instabilidade crescente com a iminência de um ataque norte-americano ao Iraque e suas previsíveis conseqüências na economia mundial. O governo, portanto, deve estar empenhado em apresentar com urgência ao Congresso Nacional suas propostas de solução para problemas estruturais como a questão tributária e a reforma da Previdência. Em vez disso, corre o risco de implantar uma instância a mais de debates.
Com uma composição tão heterogênea que junta superempresários e megabanqueiros a sindicalistas, profissionais liberais e artistas, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) será oficialmente instalado na próxima quinta-feira. O governo precisa cuidar para que não se torne mais uma pedra no meio do caminho. Caberá aos 93 integrantes do CDES, 82 deles representantes da sociedade e 11 do Executivo, discutir os temas da agenda do governo,

conforme definição do ministro Tarso Genro, coordenador do grupo.
Se o CDES será capaz de se antecipar a polêmicas e aparar arestas de antemão, não se sabe. Os conselheiros receberam cartilhas com as regras de funcionamento do órgão, que será dividido em grupos temáticos. As reformas previdenciária e tributária serão tratadas simultaneamente e com a mesma prioridade. Mas apenas a proposta da primeira tem prazo para ser concluída: até maio.
Falta clareza. E cresce o temor de que o CDES possa ser mais um entrave a emperrar o processo. É importante apressar o debate em um momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dispõe do formidável trunfo de quem acaba de colher mais de 52 milhões de votos nas urnas. É uma força considerável para fazer projetos andarem rápido no Congresso. Mas popularidade costuma evaporar em momentos de crise. E o país não está em condições de queimar cartuchos em vão.
Lula também está na confortável posição de um líder internacional com brilho próprio depois do sucesso no despojado Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e no pomposo Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça. Ao participar de ambos, criou uma ponte entre os que buscam alternativa à economia de mercado e os que empunham as bandeiras capitalistas. Seu governo acabou formando o CDES com pessoas afeitas a um e a outro lado. Se vão se entender, e rápido, é esperar — e aí está o problema — para ver.

##

Muitos solistas
O Globo
7/2/2003

O CONSELHO de Desenvolvimento Econômico e Social está escalado. Além do presidente e dez ministros, 82 representantes da sociedade discutirão um pacto social entre capital e trabalho. É muita gente, dividida em categorias profissionais e incluindo um grupo sob o guarda-chuva genérico de "personalidades".
O OBJETIVO não pode ser mais louvável. A agilidade nos debates é obviamente necessária. Mas há margem para pessimismo.
O CONSELHO discutirá as duas mais importantes prioridades do governo: reforma tributária e reforma da Previdência. Ambas tramitarão no Congresso. Se o órgão consultivo apresentar em tempo curto suas posições sobre metas e medidas das duas reformas, o Legislativo certamente agradecerá a contribuição. Embora a receba como soma de sugestões, nada mais.
NÃO SE deve condenar o governo por seu interesse em ouvir a sociedade. Mas é preciso lembrar o risco de formalizar essa consulta de maneira a criar um risco de choques entre o conselho nomeado e o Legislativo eleito. E sem o perigo de perda de tempo num plenário com 82 vozes — das quais pode-se temer muitos solistas e pouco coro.

##

O que o Conselho precisa provar
Editorial
O Estado de S. Paulo
12/2/2003

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja instalação solene se dará amanhã, em Brasília, tem diante de si o desafio de demonstrar que estão equivocados todos quantos receiam que esse órgão consultivo do Planalto, criado pelo presidente Lula, será ou inócuo ou contraproducente para o andamento das grandes reformas prometidas pelo governo:
previdenciária, tributária, trabalhista e política. Em muitos sentidos, o Conselho é uma versão amplificada das câmaras setoriais em voga no início dos anos 90, em que capital, trabalho e poder público deveriam chegar a comum acordo sobre preços, salários e política de impostos para os segmentos produtivos envolvidos. Agora, o objetivo é construir consensos sociais que confiram legitimidade às propostas subseqüentes do Executivo e, decerto, indiquem ao Legislativo, que deverá se pronunciar sobre elas, qual a "vontade coletiva" da Nação, em cada caso.
A analogia esbarra, de saída, na questão da legitimidade do próprio Conselho como porta-voz do País. Nas câmaras, esse problema inexistia: os interlocutores do Estado eram dirigentes sindicais eleitos por patrões e empregados. Já no conselho, 10 ministros se entenderão com 82 "representantes da sociedade" (empresários, sindicalistas, membros de movimentos sociais, religiosos e "personalidades" diversas) que não receberam delegação de quem quer que seja para falar em seu nome, mas foram indicados pelo governo. O presidente tem todo o direito de escolher quem lhe apeteça para formar um corpo consultivo que o ajude a tomar decisões. Não tem o direito de fazer crer que esse colegiado representa os brasileiros.
Inumeráveis conselhos similares poderiam ser constituídos - e nenhum deles tampouco poderia ser invocado para respaldar futuros atos do Executivo. A única representação institucional da sociedade se chama Congresso Nacional.
Isso está longe de ser uma filigrana. Prova de que o Conselho é impropriamente concebido como uma amostra fiel da sociedade organizada é a queixa das centrais sindicais de trabalhadores de que o órgão abriga empresários demais (41) e empregados de menos (13), como se devesse ser paritário. E, folcloricamente, os evangélicos se dizem insatisfeitos porque apenas um dos seus foi convidado a participar, como se os convites devessem resultar de um cálculo estatístico de proporcionalidade entre os brasileiros que têm religião. Mais relevante é a preocupação de não poucos parlamentares de

que as conclusões a que chegarem os conselheiros em matérias extremamente polêmicas - como as reformas da Previdência e do sistema tributário - constituam fontes de pressão para que o Congresso - a voz do Brasil - não contrarie esse desiderato expresso nos projetos a seguir elaborados pelo Planalto.
É verdade que, tecnicamente, o Conselho "nada tem a ver com o Congresso", como ressalta o secretário-executivo da entidade, ministro Tarso Genro. Mas o sinal de alerta está ligado no Legislativo. "(O Conselho) tem esse inconveniente de criar um certo constrangimento ao Congresso, dizendo 'isso já foi discutido, isso é um somatório das demandas da sociedade'. Então o Congresso ficaria quase compelido a aceitar aquilo", adverte, por exemplo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ao problema político, soma-se o operacional. Se o Conselho devesse produzir diretrizes e encaminhá-las ao presidente, como diz Tarso Genro, então o Congresso só teria matéria-prima substantiva para tratar das reformas depois que o Conselho e o Executivo se manifestassem, o que retardaria mais ainda o processo.
Nesse caso, o Conselho seria contraproducente. Será, por outro lado, inócuo, se o Legislativo, até para se afirmar, reabrir por conta própria o debate das matérias - partindo do projeto do governo anterior, no caso da Previdência, e das premissas a que chegou a legislatura precedente, no caso dos impostos. Diz o ministro Genro que "é bom que as discussões sejam paralelas". Mas isso não invalida os prognósticos de que o Conselho, se não for um fator de perturbação do sistema decisório, será uma instância redundante do debate público que se trava normalmente na mídia, nas organizações sociais e nas instituições políticas. Aos seus membros, a tarefa de desmentir uma coisa e outra.

##

Conselho instalado
Editorial
Folha de S. Paulo
14/2/2003

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, agora oficialmente implantado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma cópia de conselhos consultivos existentes em outros países. No Brasil, nasce sob o signo do experimentalismo. Talvez por isso desperte tanta atenção e mesmo preocupação de alguns setores, que acusam o órgão de não ter representatividade ou que temem que ele se sobreponha ao papel do Congresso Nacional.
Todas essas preocupações e temores fazem sentido. Mas é impossível dizer, de antemão, se irão se consubstanciar na prática. Já que se fala do terreno das possibilidades, não é desprezível a chance de o conselho nem sequer "emplacar", de esvaziar-se ao longo do tempo.
O entrave que parece mais sólido, neste momento, diz respeito ao tempo consumido nas discussões internas do conselho, e a tendência do governo Lula de esperar o final dessas discussões para depois dar início aos trâmites propriamente parlamentares de seus projetos.
Não custa lembrar que a popularidade do presidente, neste início de gestão, se encontra em patamares elevados. Esse fato tem conferido ao governismo relativa facilidade na obtenção de seus objetivos parlamentares. Um político do PT, João Paulo Cunha, e um da ala peemedebista alinhada a Lula desde a campanha, José Sarney, foram eleitos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente. Além disso, o PMDB já discute a hipótese de aderir formalmente à base governista.
No entanto, os ventos da popularidade costumam parar de soprar a favor do governante à medida que o tempo passa. Colocar todas as fichas das principais reformas pretendidas por Lula no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, portanto, pode significar a dissipação de preciosa energia política.

##

O Conselho e as dificuldades de Lula
Editorial
O Estado de S. Paulo
16/2/2003

A instalação solene e a primeira reunião de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social puseram em evidência três questões substantivas: a dificuldade do presidente Lula de justificar perante setores presumivelmente ponderáveis do seu partido as acertadas medidas que vem tomando na frente econômica; os embaraços de seu governo em decantar os esperados projetos de reforma da Previdência e do sistema tributário; e a definição ainda inacabada do efetivo papel que o novo organismo poderá desempenhar no processo decisório do Executivo.
A dificuldade do presidente é compreensível. Poucas vezes há de se ter visto no mundo uma reviravolta tão rápida e radical de posições do que foi dito (anos a fio) para o que vem sendo feito (nestes primeiros 45 dias de governo petista) em matéria de gestão das finanças públicas. "Mudança tão pronunciada seria difícil de ser absorvida em qualquer agremiação política.
Mais ainda no caso de uma organização extraordinariamente complexa como o PT", pondera, com razão, o economista Rogério Werneck, em artigo publicado ontem no Estado, à página B 2. Achando, quem sabe, que a teoria da "evolução da espécie", como repetia durante a campanha, não é explicação bastante boa para a metamorfose, Lula tratou de experimentar outras fórmulas.
Dias atrás, numa reunião dos prefeitos petistas, disse que "o Brasil não é um fusquinha, que pode dar um cavalo-de-pau. É um transatlântico. Se a virada não for feita aos poucos, pode afundar" - que o que mudou não foi o projeto histórico do

PT, mas apenas o timing do seu advento. Já na fala ao Conselho, tratou de debitar as "medidas amargas" adotadas à situação "gravíssima" herdada do governo anterior. Conseguiu ser ao mesmo tempo eloqüente e incoerente. "Do ponto de vista social, as carências seculares de grande parte do nosso povo foram agravadas, nos últimos anos, por políticas públicas que não priorizaram, como seria necessário, o crescimento econômico, a geração de empregos, a distribuição de renda e a inclusão social", discursou. "Do ponto de vista econômico, herdamos um quadro de extrema vulnerabilidade, com o brutal aumento da dívida pública, a suspensão das linhas internacionais de crédito, a elevação vertiginosa do risco Brasil e o perigo da inflação."
A incoerência se manifesta quando Lula diz que as medidas tomadas "são imprescindíveis para que a situação econômico-financeira não saia do controle". E citou "o que precisa ser feito": o combate à inflação, a retomada das linhas de crédito e a redução do risco Brasil. Ou seja, ele está fazendo o mesmo - e muito mais do mesmo - que fez o seu antecessor. E por fazê-lo merece aplausos, porque, antes como agora, esse é o preço a que um governo responsável não se pode furtar se quiser abreviar a sofrida passagem para uma situação econômico-financeira controlada, sem a qual o crescimento novamente terá vida breve.
Tal controle, sabem todos, passa pela concretização das reformas tributária - por seus efeitos para a economia - e previdenciária, por estar aí o principal foco gerador dos déficits públicos. Ora, a julgar pelos pronunciamentos ao Conselho dos ministros Antônio Palocci, da Fazenda, e Ricardo Berzoini, da Previdência, o governo ainda tateia em busca das melhores alternativas entre as viáveis em cada caso. O Executivo sabe apenas o que não pode (instituir desde já um regime único de aposentadorias para os setores público e privado) e o que não quer (perder receita, aliviando a formidável carga tributária de 36,4% do PIB que onera os brasileiros).
Isso deixa claro que o Conselho foi criado não apenas para ser um órgão consultivo da Presidência, uma usina de idéias, mas para comprometer sobretudo o empresariado e o movimento sindical com as futuras decisões de governo, e para fazê-los compartilhar das responsabilidades pelo que vier a ser decidido. Daí a ênfase na busca de consenso, nos seus trabalhos, como uma espécie de chancela das relações Estado-sociedade. O que não está claro é em que medida o Conselho aceitará legitimar, por definição, atos sobre os quais não terá, nem teria cabimento que tivesse, qualquer controle. Dizem os sociólogos que as instituições são aquilo que delas fazem os seus membros.
Se assim é, o novo órgão será um bem-vindo instrumento de governo ou resvalará para a irrelevância, como especulam alguns, dependendo da atuação dos seus 82 "representantes da sociedade".

##

Agenda positiva
Editorial
Correio Braziliense
17/2/2003

Desde 1934, na gestão Getúlio Vargas, a mensagem do Executivo ao Congresso no início de nova legislatura não é lida pessoalmente pelo presidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva retoma a iniciativa a fim de abrir maiores espaços políticos para pavimentar o trânsito das propostas básicas do governo. Sua decisão de encarecer ao Legislativo uma ‘‘agenda positiva’’ reitera, ainda uma vez, a convicção de que a parceria parlamentar é ferramenta indispensável ao êxito da ação governamental.
Entre as prioridades constantes da fala presidencial, em sessão especial do Congresso hoje, figuram as reformas previdenciária e tributária. Ambas carregam complexidades, interesses antagônicos e conflitos doutrinários que não conseguem consenso legislativo desde 1995.
É bem verdade que a gestão anterior, posta em confronto com as dificuldades, tratou os dois desafios com certa lassidão política. No caso da mudança do sistema previdenciário, trouxe inovações inviáveis, como a insistência na cobrança de contribuições aos funcionários aposentados. E agiu embora fosse óbvia a inconstitucionalidade da iniciativa, que veio a ser declarada em diversas decisões do Supremo Tribunal Federal.
Quanto à reforma tributária, restou evidenciada a resistência da burocracia fiscal. A omissão em levá-la adiante cevou-se no temor injustificável de que as alterações no sistema reduzissem a arrecadação. Afinal, o fluxo de recursos para a Receita Federal observava escalada crescente.
Nada, porém, obscurece os obstáculos políticos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de superar para formar opinião convergente no Congresso. Sem adequada solidariedade parlamentar, tudo poderá fracassar. Já há os que enxergam no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tentativa de colocar um ‘‘cabresto’’ no Congresso.
Sem dúvida, trata-se de receio infundado mas recorrente, com elevado grau de alvoroço, no âmbito de minorias oposicionistas. O Conselho, muito ao contrário, arbitrará o consenso na esfera do Poder Executivo para formular as diretrizes do governo e submetê-las aos debates e às decisões soberanas do Poder Legislativo. É, pois, antes de tudo, contribuição válida para que as proposições possam avançar no parlamento em ritmo mais acelerado, como convém ao interesse nacional.
A decisão do presidente da República de dirigir-se em pessoa à legislatura iniciante corresponde ao primeiro esforço para obter a união suprapartidária pregada na campanha eleitoral. Um gesto, em suma, que prefigura o compromisso do governo com a estabilidade das instituições, a fim se sanear as finanças do Estado, garantir a reinserção do Brasil na confiança internacional, assegurar a retomada do crescimento econômico e promover o resgate social de milhões de brasileiros condenados à penúria extrema.

##

A incerta estratégia para as reformas
Editorial
O Estado de S. Paulo
19/2/2003

De um discurso de exortação à convergência política e à parceria com o Executivo, como o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leu segunda-feira no Congresso, não teria cabimento esperar algo além de enunciados de ordem geral sobre "as reformas indispensáveis ao País" e "o sentido de urgência que o momento histórico cobra de todos nós". Tampouco seria apropriado fazer reparos ao que há de utopia e voluntarismo na fala presidencial - "não importa quantas pedras a gente tenha pelo caminho, é preciso sempre manter o olhar no futuro e na esperança". Um líder que acaba de chegar ao governo com o "enorme capital político que generosamente o País nos oferece" só pode mesmo voltar-se para um horizonte comensurável com as esperanças que despertou. E, justiça se lhe faça, Lula não escamoteou os "tempos difíceis pela frente".
Mas é impossível ignorar o descompasso entre o ânimo reformista do presidente - que citou no discurso 7 grandes mudanças desejáveis - e a escassez de planos estruturados a respeito, a julgar pelo que transpira do governo. As prioridades da sua agenda legislativa, nela incluídas também as mudanças infraconstitucionais, estão por definir. E é ostensiva a falta de consenso na nova administração sobre a reforma da Previdência. Num dia, o ministro do setor, Ricardo Berzoini, anuncia que o governo abriu mão de unificar os regimes de aposentadoria das áreas pública e privada, que ele mesmo anunciara. No dia seguinte, o titular da Casa Civil, José Dirceu, vem a público desmenti-lo. Enquanto isso, noticia-se que nada foi feito para instalar as comissões parlamentares que tratarão das reformas. "Ainda não está decidido qual será o caminho", admitiu o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, citado pelo jornal Valor. Adverte o líder do PPS, deputado Roberto Freire: "Nesta Casa não há debate sem projeto."
Mesmo que, por um passe de mágica, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - que, assegurou Lula, "não vai relativizar o poder do Congresso Nacional" - chegasse num abrir e fechar de olhos a um consenso sobre as reformas, e esse consenso, no mesmo ritmo, se materializasse em propostas do Executivo, a sua tramitação no Congresso dependerá em primeiro lugar da presteza com que os deputados votarem as cerca de 30 medidas provisórias que ameaçam obstruir a pauta da Câmara. Este é apenas um aspecto - nem sequer o mais importante - do que se poderia denominar, em linguagem burocrática, a "operacionalização" das reformas. É um processo que não se limita, como se fosse pouco, à construção das necessárias maiorias de 2/3, na Câmara e no Senado, para assegurar a aprovação das emendas constitucionais do governo, sem alterações que as desfigurem. Em terrenos minados como os dos sistemas previdenciário e tributário, a negociação política demanda também a participação de especialistas que ao menos impeçam que o texto negociado contenha incoerências ou enormidades que tornem a emenda pior do que o soneto.
Além disso, a aprovação das alterações constitucionais é apenas o passo inicial de uma longa e certamente acidentada jornada. As mudanças nos princípios gerais e abstratos consagrados na Carta apenas abrem caminho para as leis complementares e ordinárias, sem as quais as reformas permanecerão, literalmente, no papel. O traçado dessas leis tende a ser tão ou mais decisivo para os fins almejados do que as reformas na Constituição. Tudo isso exige de qualquer governo um grau de competência técnica e habilidade política tanto mais difícil de alcançar quanto mais numerosos os projetos em pauta. Desse ângulo, aliás, o governo Lula ainda não tem do que se orgulhar.
Ao contrário, a menina de seus olhos, o Fome Zero, é um mau exemplo. Para o presidente, trata-se do maior programa do gênero no mundo. Na realidade, nem o programa existe, como tal, nem foram superadas as divergências que o cercam, muito menos é o maior do globo. (A primazia é do Iraque, onde 14 milhões de pessoas, ou 60% da população, sobrevivem graças às cestas básicas do governo.) Diante dessas dificuldades, talvez o Planalto não devesse investir desde logo em mais de uma reforma. Parece preferível adotar a estratégia das aproximações sucessivas, concentrando por ora os esforços em uma única frente, não só para aumentar as chances de êxito no caso, mas para facilitar, pelo "efeito demonstração", a travessia das reformas subseqüentes. Previdência ou tributação? O presidente que escolha a mais fecunda, a seu ver. Afinal, governar é estabelecer prioridades.

##

Que venham os projetos
Editorial
O Estado de S. Paulo
21/2/2003

O governo tem de se apressar, se quiser ver aprovada alguma reforma ainda este ano. Mudanças na Previdência e no sistema tributário estão entre as prioridades, segundo o presidente. Na quarta-feira, ele pediu aos líderes aliados que se esforcem para conseguir aprová-las em poucos meses. Mas onde estão os projetos? Não se trata de um desafio, mas de uma questão prática.
Não se chegará a nenhum resultado, nos próximos dois anos, talvez nos próximos quatro, se o Executivo não apresentar, logo, propostas completas, que as pessoas possam ler, criticar e discutir. Sem que as idéias sejam organizadas e apresentadas oficialmente de modo completo, com início, meio e fim, as discussões não são mais que um desperdício de tempo.
O presidente, segundo seu porta-voz, não quer mandar ao Congresso os projetos da reforma da Previdência e da tributária a toque de caixa, sem antes ouvir os diversos setores da sociedade. Tudo bem, até aí. Não se espera outra coisa de um

governo democrático. Mas não basta pedir que os interessados se manifestem. Também não se deve esperar que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social forneça os elementos para elaboração das propostas. Cabe ao Executivo assumir a liderança, que é uma responsabilidade indivisível, e apresentar logo os projetos para debate. Haverá críticas e reações desfavoráveis, naturalmente, porque nenhuma reforma séria deixa de afetar interesses. É isso que justifica, numa democracia, o debate aberto.
Mas só um debate organizado pode ser produtivo.
Já foram apresentados, nos últimos dez anos, projetos e estudos a respeito de todas as principais reformas. Projetos de reformas previdenciária e tributária já foram exaustivamente debatidos no Congresso. Por isso, todos têm alguma noção dos ingredientes que poderão constar de cada receita. Mas é inútil discutir cada ingrediente, em separado, como vem ocorrendo. Por que debater como será a compensação dos Estados, no caso de cobrança de um imposto no destino, se não se sabe, ainda, que tributos serão mudados e como ficará o conjunto?
Há dez anos, era muito mais difícil do que hoje a elaboração de projetos para qualquer das grandes reformas. Com as propostas e os debates da última década, acumulou-se enorme capital de informações e de estudos sobre os vários temas. Além disso, novos trabalhos têm aparecido e os técnicos do governo provavelmente os conhecem, ou pelo menos sabem de sua existência.
Dispõem, portanto, de farto material, em grande parte já avaliado, para montar os projetos necessários.
É urgente que esses projetos sejam apresentados ao público e enviados ao Congresso Nacional, se o governo quiser, mesmo, obter resultados em poucos meses. No governo anterior, as principais reformas consumiram de 34 a 46 meses, desde o envio da proposta ao Parlamento até a sanção final pelo Executivo. O levantamento foi apresentado pelo cientista político Christopher Garman, num relatório especial da consultoria Tendências. Não só os debates e as negociações consomem tempo. Há também o processo legislativo, especialmente complexo quando se trata de uma proposta de emenda constitucional. Com a demora, adverte o especialista, "o governo pode estar desperdiçando uma importante parcela de sua lua-de-mel com o Congresso".
No caso deste governo, é preciso notar, além do mais, que a lua-de-mel não é inteiramente pacífica. Os partidos da oposição podem estar dispostos a apoiar a rápida tramitação de vários projetos. As principais dificuldades poderão surgir no interior do PT, por causa das divergências internas em relação às reformas. Há quem calcule, por exemplo, que a do Banco Central deva ser deixada para mais tarde, porque muitos petistas se opõem à autonomia operacional da instituição. Muitos provavelmente não entenderam em que consiste essa autonomia e será preciso, antes de mais nada, esclarecer esse ponto. Seria uma tarefa mais simples, se dependesse apenas de explicações técnicas. O ofuscamento ideológico poderá atrapalhar essa tarefa didática.
Também por essas dificuldades será conveniente que o governo passe a agir com maior presteza, cuidando de apresentar os projetos prioritários no menor prazo possível. Nenhum conselho de representantes da sociedade civil poderá substituí-lo nessa tarefa.

##

Carta de Intenções
Editorial
Jornal do Brasil
25/2/2003

A Carta de Brasília, divulgada no fim de semana, tem um sentido histórico importante. Em primeiro lugar porque é assinada coletivamente pela mão do presidente da República e dos governadores dos 27 Estados da Federação. Além disso, é a primeiro manifestação coletiva com razoável acordo em torno da questão tributária e da Previdência, dois dos mais angustiantes assuntos que estão na origem do déficit público e da governabilidade do país.
O diagnóstico apresentado na Carta é preciso. Mostra que a situação de gravidade da Previdência tem origem na coexistência quase impossível de um duplo sistema, que coloca em campos distintos o regime que atende aos trabalhadores do setor privado e o que é próprio de servidores públicos.
O regime geral é auto-sustentável em mais de 80%, chegando a 97% na parte urbana do sistema. Já no regime próprio dos servidores a auto-sustentação é inferior a 50%, e a tendência é que a situação se agrave ainda mais nos próximos anos. Há Estados, como o Rio de Janeiro, em que a Previdência pública simplesmente quebrou.
Em síntese, a Carta confirmou o que já se sabia e não adianta mais discutir: a reforma da Previdência tem que ser feita já. E é bom que seja encaminhada à votação ainda no primeiro semestre para atender a vontade do país inteiro manifestada pelos governadores. Seu modelo ideal é conhecido: mexe-se pouco na Previdência geral - cuidando-se mais do combate à fraude e à sonegação - e trabalham-se em profundidade as mudanças na Previdência dos servidores.
Nesse contexto o maior desafio do governo é mobilizar a sociedade - e em especial os servidores - para discutir francamente a proposta de reforma. Argumento a favor é o que não falta. A partir da Carta de Brasília o presidente Lula terá como demonstrar que o que está em jogo não é apenas o conjunto amplo de privilégios que abrangem muito poucos. A questão é mais séria. É o rombo apotéótico e insustentável de mais de R$ 50 bilhões, que põe em risco a própria aposentadoria futura dos servidores.
Não há mais como protelar. O presidente Lula recebeu no fim de semana o aval dos governadores para botar o bloco dos parlamentares em votação no Congresso. E, para convencer os segmentos que ainda resistem, o governo pode acionar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que hoje realizará nova reunião.
Nunca se chegou tão perto de um pacto nacional de vontades. A hora para reformar não podia ser melhor. É agora.

##

A vagarosa montagem do governo
Editorial
O Estado de S. Paulo
6/3/2003

Decerto porque esta é a sua primeira experiência administrativa no setor público, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só agora está descobrindo uma realidade familiar a todos quantos já se viram envolvidos na operação de governo - de qualquer governo - no Brasil. Essa realidade, que se impõe mesmo aos mais decididos reformadores políticos, é o freqüentemente errático rolamento das engrenagens do poder, agravado pelos sossegados costumes da cultura burocrática. Os desencontros, as rivalidades e a politicagem no interior da máquina só em circunstâncias excepcionais se atenuam para ela dar conta da urgência com que a autoridade bem-intencionada quer tirar do papel os seus projetos. Não bastasse isso, muitas vezes o próprio governante contribui para agravar o contraste entre o desejado e o realizado.

Tivesse Lula dirigido uma prefeitura que fosse antes de assumir o Planalto, saberia que "o Estado brasileiro caminha muito devagar", como se queixou recentemente a um interlocutor. Se tivesse a experiência anterior, talvez tratasse de formar idéias claras para, no mínimo, não acentuar a lentidão da caminhada. Também estaria ciente de que a sua disposição pessoal para o trabalho, por louvável que seja, pouca diferença fará para o funcionamento de uma estrutura administrativa que ele mesmo tornou ainda mais problemática, criando secretarias com status ministerial, cujas atribuições não raro se sobrepõem e cujos titulares competem abertamente entre si, além de um polêmico Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para a sua assessoria direta, que alguns temem venha a se revelar mais um entrave ao processo decisório.

A isso se acrescenta, como já se observou neste espaço, o formidável turn-over de pessoal, em curso nos escalões intermediários e superiores do Executivo, que tanto carece de uma elite burocrática estável - sem falar na propensão de muitos dos recém-chegados, cujas credenciais petistas são mais luzidias do que as suas trajetórias profissionais ou a sua competência técnica, para fazer tábula rasa de programas que a muito custo, em todos os sentidos, o governo anterior conseguiu implantar, principalmente na área social. E nenhuma instância da administração parece imune à doença do reunismo, um falso substituto para a ação objetiva. Não sabendo, por exemplo, como desatar o nó das divergências entre autoridades federais sobre os critérios e a atribuição de competências para a liberação dos transgênicos, o presidente determinou que nada menos de 9 ministérios tratassem da questão.

A ponta desse iceberg ameaçador são as topadas dentro do governo a propósito das reformas da Previdência e do sistema tributário. O vaivém de pronunciamentos, nos dois casos, começa a testar a paciência da esperançosa sociedade brasileira, que já começa a desconfiar que a bagagem reformista com que o PT desembarcou em Brasília contém apenas ou pouco mais do que generalidades insuficientes para a construção de projetos viáveis. Atento aos humores da opinião pública, o presidente do partido, José Genoíno, cobra do governo, para ganhar tempo, ao menos "um modelo para as reformas", que seria depois complementado no Conselho, nas negociações com governadores e prefeitos, e no Congresso Nacional. "A questão agora é puxar o governo para o ritmo do presidente", adverte ele. "Temos de botar a máquina para funcionar mais rapidamente. Pôr o carro em velocidade maior."

O ex-parlamentar releva o imobilismo dos primeiros dois meses da gestão Lula com o argumento de que "até agora o governo estava sendo montado". Na realidade, à parte a questão ainda em aberto da entrega de cargos ao PMDB, não apenas essa montagem não terminou, como o que foi montado sugere que a estrutura esteja sendo fatiada em "reservas de mercado" para corporações de servidores (Ministério da Saúde, por exemplo), movimentos populares (Desenvolvimento Agrário) e apadrinhados políticos (estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia).

Varia enormemente, enquanto isso, a autonomia de cada ministro para formar a sua equipe. Reportagem do jornal Valor mostra que o titular da Educação, Cristovam Buarque, nomeou 7 ex-auxiliares seus do tempo de governador do Distrito Federal, ao passo que o dos Transportes, Anderson Adauto, do PL, nem sequer escolheu o seu secretário-executivo (indicado pelo governador Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul). São claros sinais de que, em cada ministério e no Gabinete como um todo, o carro de que fala Genoino sofrerá um sem-fim de colisões.

ANEXO III

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Previdência: fixação de teto é consenso
Isabela Abdala
O Globo
13/3/2003

BRASÍLIA. Na segunda reunião sobre reforma da Previdência da subcomissão vinculada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, anunciou quatro diretrizes que já podem ser consideradas consensuais pela maioria dos 82 conselheiros.
A primeira é a fixação de um teto para a aposentadoria dos servidores públicos. Mas embora Tarso diga que o conselho tem legitimidade para sugerir um valor para tais aposentadorias, ainda não há proposta objetiva. Da mesma forma, os conselheiros querem aumentar o período de carência no cargo para efeito de aposentadoria.
Hoje, o funcionário precisa ter dez anos de serviço público e cinco no cargo para se aposentar com a mesma remuneração. Mas novamente o conselho não apresentou sugestões de tempo mínimo no cargo para aposentadoria.
O terceiro ponto de consenso, segundo Tarso, é a percepção de que a idade mínima para aposentadoria do serviço público é muito baixa. Hoje a idade mínima para as mulheres é 48 anos e, para os homens, 53. Uma das possibilidades estudadas pelos conselheiros é a criação de um incentivo financeiro para que esses funcionários continuem na ativa.
O quarto ponto consensual é sobre a previdência complementar. A idéia que surgiu nos debates é que mais de um fundo de previdência complementar seja criado para o funcionalismo público.
Além disso, que a previdência complementar possa servir para os futuros funcionários e para os atuais. Tarso vê com bons olhos a possibilidade de se criar uma concorrência entre a previdência pública e a privada, de forma que o trabalhador possa escolher na qual investir.
— Essas tendências são visivelmente majoritárias — disse o secretário.

##

Conselho quer fim de superaposentadorias
VÂNIA CRISTINO
O Estado de S. Paulo
13/3/2003

Este é o primeiro consenso obtido pelos grupos que debatem a Previdência

BRASÍLIA - O setor público e o setor privado não deverão pagar mais aposentadorias milionárias para os trabalhadores. Este foi o primeiro consenso obtido ontem nos grupos temáticos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que cuidam da Previdência Social. Por falta de um teto máximo para o benefício previdenciário, as aposentadorias no setor público alcançam níveis elevados em alguns segmentos, e até no próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que chega a pagar R$ 53 mil por mês a alguns poucos privilegiados.
O ministro da Secretaria Especial do conselho, Tarso Genro, explicou que o grupo não chegou a definir o valor do teto, o que pode ser feito nas próximas reuniões. Satisfeito com o andamento dos trabalhos, que desta vez tratou de itens concretos, Tarso adiantou que outro ponto comum da reunião foi a decisão de aumentar o período de carência para que um trabalhador da iniciativa privada possa se aposentar no setor público. A lei atual exige apenas 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.
Segundo Tarso, a ampla maioria dos conselheiros considerou que não é aceitável a concessão da aposentadoria aos 48 anos para a mulher e aos 53 para o homem no serviço público. "É uma idade muito baixa", disse. A discussão vai prosseguir. Alguns participantes do encontro sugeriram que se crie um estímulo para quem permanecer na ativa.

Na audiência que terá hoje com Lula, Tarso repassará as datas para o fim dos trabalhos. "Se o presidente quiser, temos condições de concluí-los em 30 dias", garantiu. Assim, os relatórios finais seriam entregues em meados de maio.
Tarso explicou que, como órgão consultivo, o conselho não votará as propostas. Na reunião de ontem, os conselheiros também apoiaram a elevação do piso dos benefícios, hoje equivalente ao salário mínimo, e de uma modificação radical na forma de cobrança dos créditos previdenciários.

##

Agora, depende de Lula
Adriano Ceolin
Correio Braziliense
1/4/2003

Presidente deve apresentar ao Congresso Nacional até o dia 20 os projetos de mudanças na área tributária e na Previdência. Apesar da pressa em aprovar os dois projetos, ele garantiu que todo o rito no Legislativo será cumprido
Falta a ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentação da reforma tributária ao Congresso. Os 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) cumpriram a sua parte ontem e definiram os pontos convergentes da proposta. ‘‘O presidente da República tem à sua disposição um conjunto de dados suficientes para encaminhar a reforma na próxima semana ou em dias. É ele quem definirá a data correta’’, afirmou o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho.
Em encontro com lideranças sindicais pela manhã, Lula afirmou que pretende apresentar tanto a reforma tributária quanto a previdenciária até o dia 20 deste mês. No entanto à tarde, durante discurso aos integrantes do CDES, o presidente não quis precisar uma data. ‘‘As propostas estão tão avançadas que a gente vai conseguir enviá-las ainda neste primeiro semestre’’, disse. ‘‘As reformas têm urgência porque são de interesse de toda a sociedade brasileira’’, ressaltou.
A definição do que é consenso na reforma previdenciária deverá ocorrer numa reunião marcada para o próximo dia 10. Porém, o governo não vê dificuldades e já acertou a estratégia de apresentação das duas reformas. ‘‘A tributária irá para o Senado e a previdenciária para a Câmara’’, contou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo do Senado. ‘‘Para isso, temos o apoio das principais lideranças do Senado e do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP)’’, diz Mercadante.
A idéia, no entanto, não agrada ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP). ‘‘A Constituição define um rito que estabelece que as discussões comecem pela Câmara’’, disse. ‘‘Todo mundo pode ter a vontade que quiser. Mas é bom seguir o rito constitucional’’, afirmou. O líder governista no Senado tentou rebater. ‘‘O Brasil ganharia muito por acelerar a tramitação de matérias tão importantes’’, disse.
Apesar da polêmica entre Mercadante e João Paulo, o presidente foi claro quando afirmou, durante discurso no CDES, que os prazos de tramitação do Congresso serão cumpridos. ‘‘Obviamente que temos de respeitar todo o ritual que existe nas comissões para que, da forma mais democrática possível, o Congresso vote uma proposta que retrate as necessidades do país’’, disse Lula.

Entraves restantes
Os consensos sobre a reforma tributária foram vistos com otimismo pelo ministro Palocci, mas também com uma boa dose realista. ‘‘Muitos podem não ver nesta reforma tudo aquilo que o Brasil precisa, mas certamente ela será um grande avanço em relação àquilo que temos hoje’’, disse. Palocci dividiu o processo de mudanças em duas etapas.
Segundo ele, o CDES acertou como se darão as alterações na Constituição. Nesse caso, a principal proposta do governo é a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que substituirá o Imposto Sobre Circulação de Serviços e Mercadorias (ICMS). Contudo, faltou definir se a cobrança se dará no destino ou na origem da mercadoria. Sobre esse caso, o CDES não obteve consenso, apesar e a maioria dos conselheiros ter recomendado a cobrança no destino.

Colaborou Rudolfo Lago

A REFORMA DE LULA

Novo ICMS
Imposto estadual unificado em todo o país, com legislação e normatização uniformes. O objetivo é reduzir o número de alíquotas e eliminar as 27 legislações diferentes que existem atualmente.
Contribuição Previdenciária
Substituição parcial ou total da base de cálculo — folha de pagamentos — da contribuição patronal para a seguridade social.
CPMF
Redução progressiva, tornando-a permanente com alíquota baixa para controle fiscal. Outro objetivo é buscar fontes alternativas de receitas para compensar a perda de arrecadação.
Incidência não-cumulativa das contribuições
Redução gradual da incidência cumulativa das contribuições sociais, com o objetivo de aperfeiçoamento da tributação.

##

Tarso sugere cobrança parcial de inativos
JULIANNA SOFIA GUSTAVO PATÚ
Folha de S. Paulo
5/4/2003

Servidores com benefício acima do teto pagariam contribuição; regra só valeria para novos contratados

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, fórum encarregado de debater as reformas do governo, deverá aprovar a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos que ganham acima do teto das aposentadorias do setor privado, disse ontem o ministro Tarso Genro, secretário do conselho.
"Eu tenho convicção, pelo que conheço da plenária, pelos debates que observei no grupos, de que a proposta provavelmente tem muita possibilidade de ser aprovada por consenso na plenária do conselho", disse Genro.
O ministro chegou a ser dizer que a proposta -que equivaleria a taxar as aposentadorias superiores a R$ 1.561- havia sido aprovada pelos dois grupos temáticos que concluíram ontem os debates sobre o tema.
Um dos grupos, porém, nem chegou a discutir a taxação dos inativos, segundo relato feito à Folha por um representante da CUT no conselho, Irineu Messias de Araújo. "Foi entendimento claríssimo no nosso grupo que a proposta nem deveria ser debatida, por ser inconstitucional", diz.
Consultada, a assessoria de imprensa de Genro retificou a informação do ministro. Segundo a assessoria, o ministro se referia ao consenso obtido no outro grupo.
A proposta, com as demais medidas sugeridas pelos grupos que debateram a reforma previdenciária, será apresentada ao presidente Lula na próxima quarta. Na quinta, a plenária do CDES votará o conjunto das medidas.
No esqueleto da reforma proposta pelo governo, a contribuição dos inativos valeria apenas para futuros servidores.
O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, disse que não há nenhum impedimento técnico para a cobrança, mas há dúvidas jurídicas sobre a taxação. "Os pareceres jurídicos serão enviados ao presidente, que decidirá."

Governadores
A Folha apurou que o governo não faz questão da cobrança de inativos. Essa seria uma demanda principalmente de governadores e não traria uma arrecadação significativa para a União - menos de R$ 2 bilhões por ano.
Na "Carta de Brasília", documento de consenso entre governadores e o governo federal sobre as reformas tributária e da Previdência, o governo incluiu a possibilidade da cobrança, que dependeria de uma análise sobre a viabilidade jurídica da medida.
Segundo Genro, a taxação dos inativos acima do teto do INSS resolveria o impasse jurídico sobre a questão. "Isso vai dirimir o problema e não vai ferir a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto", disse ele.
O ministro afirmou ainda que várias possibilidades para um novo teto do INSS foram discutidas pelos grupos. Não houve definição. "Uma possibilidade seria um teto albanês [baixo] para o setor público, outro seria de R$ 4.000, como defende a CUT, e ainda um de R$ 15 mil, como pediram os magistrados", disse. O governo trabalha com a hipótese de um teto de R$ 2.400.

Previdência divide os grupos do conselho
Ao contrário do que ocorreu com a reforma tributária, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social encerrou as discussões técnicas sobre a reforma da Previdência sem chegar a consensos em várias das propostas apresentadas pelo governo.
Um caso emblemático é a idéia de criar um teto único para as aposentadorias dos setores público e privado, que rachou os dois grupos temáticos encarregados de debater o assunto.
Em um deles, 60% dos participantes votaram contra a proposta, e mesmo os 40% favoráveis se dividiram entre os que consideram o atual teto do setor privado suficiente e os que defendem a elevação do valor.
No outro grupo, as três correntes se repetiram, mas sem uma tendência majoritária.
A hipótese de estabelecer a aposentadoria dos servidores públicos a partir do salário líquido na ativa, aventada na reunião entre o governo e os 27 governadores, em fevereiro, foi rejeitada pelos dois grupos. A proposta era considerada uma forma de driblar a controvérsia jurídica em torno da contribuição dos inativos.

Idade mínima
Também não houve acordo sobre a elevação da idade mínima para a aposentadoria no serviço público. Enquanto um dos grupos, rachado, votou majoritariamente a favor da medida, o outro não definiu uma posição.
Houve até a aprovação de propostas ousadas que nunca fizeram parte dos planos anunciados pelo governo para a reforma da Previdência. Um dos grupos apoiou, por exemplo, a criação de um "fundo solidário" destinado a ampliar a cobertura dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).
Apresentada pela professora Sônia Fleury, da Fundação Getúlio Vargas, a idéia prevê a taxação de bancos -segundo a argumentação, setor da economia com lucros desproporcionais- para a criação do fundo.
Só houve concordância clara em torno da ampliação do prazo mínimo a ser exigido no serviço público para a aposentadoria e da criação de tetos e subtetos salariais -ainda assim, a segunda proposta foi debatida genericamente, sem especificar valores.

Estratégias diferentes
As divisões ajudam a explicar por que a reforma tributária, embora esteja abaixo da previdenciária na escala de

prioridades do governo, acabou sendo aprovada antes pelo conselho.
Isso não quer dizer, porém, que uma proposta seja menos polêmica que a outra.
A diferença é que o governo apresentou um projeto básico de reforma tributária ao conselho já no início das discussões, propondo que o detalhamento fosse deixado para uma segunda etapa. Com isso, os grupos temáticos encerraram seus trabalhos em um único dia de debates.

##

Tarso diz que conselho também apóia cobrança
VÂNIA CRISTINO
O Estado de S. Paulo
5/4/2003

BRASÍLIA - Na última reunião dos grupos temáticos da reforma previdenciária, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) chegou a um consenso em favor da taxação dos servidores inativos que ganham acima de R$ 1.561,00. A informação é do ministro chefe da secretaria do CDES, Tarso Genro.
Os participantes dos grupos temáticos defenderam que a contribuição para os funcionários públicos aposentados que ganham acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não fere a posição do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Tarso, os dois grupos técnicos não chegaram a indicar uma alíquota de contribuição que, para os servidores ativos, é de 11% sobre o salário total.
Assim que soube da decisão, o presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello, voltou a se manifestar contra a medida. Segundo o ministro, a cobrança é inconstitucional. Marco Aurélio não quis se posicionar sobre a mudança em estudo ser feita via modificação da Constituição.
Outra indicação dos grupos temáticos foi pela ampliação da cobertura da Previdência Social. Para isso eles defenderam a adoção de porcentuais de contribuição inferiores aos cobrados dos trabalhadores com carteira assinada para poder estender o seguro social também aos trabalhadores informais.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Conselho deve fechar proposta hoje à tarde
O Estado de S. Paulo
31/3/2003

Detalhes finais foram acertados na sexta-feira entre Lula e Palocci

BRASÍLIA - O governo aproveitará o encontro de hoje do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para bater o martelo sobre a proposta de reforma tributária. Na sexta-feira à tarde, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para definir os detalhes finais.
"No fim da tarde de segunda-feira, vamos ter provavelmente as diretrizes da reforma tributária", disse ontem o secretário-executivo do CDES, Tarso Genro. "Existem vários pontos de convergência com a proposta do governo." O objetivo do Palácio do Planalto é avalizar os eixos da reforma tributária no Conselho, como sinal de apoio da sociedade, e redigir o texto da emenda constitucional o mais breve possível. Tanto parlamentares como governadores estão reclamando a falta de uma proposta por escrito para avançar nas negociações.
"Do ponto de vista filosófico, está mais ou menos amarrado, mas é preciso que tenhamos o texto em mãos, porque, como dizem, o diabo mora nos detalhes", afirma o secretário da Fazenda da Bahia e coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Albérico Mascarenhas. Para ele, a promessa de Palocci de que a reforma será "neutra" ainda não foi suficiente para dar segurança a alguns Estados de que não terão perdas com a mudança do local da cobrança do ICMS para o destino.
Um dos Estados mais resistentes a essa alteração é São Paulo, que pode perder até 15% da atual receita. Para contornar essa polêmica, o governo federal quer adiar a definição do princípio de tributação do ICMS para as leis complementares posteriores às mudanças constitucionais, mas o governo paulista e outros exigem uma garantia prévia.
Por enquanto o Planalto não tem nenhuma fórmula de compensação pronta para viabilizar o acordo com os perdedores do novo sistema tributário, apenas estuda uma fórmula de transição, a partir de 2005, e aposta em um crescimento de 10% na arrecadação de todos os Estados a partir da unificação da legislação do ICMS.
No que se refere ao fim da guerra fiscal o governo federal assumiu o compromisso genérico de adotar uma política de desenvolvimento regional.
Na sexta-feira, Palocci deve levar uma proposta aos secretários de Fazenda, em Salvador. Eles participarão de uma reunião do Confaz, possivelmente a última antes do envio da reforma ao Congresso. (S.G)

##

Reforma tributária ganha diretrizes
Luís Osvaldo Grossmann
Jornal do Brasil
31/3/2003

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social conclui hoje a proposta de diretrizes gerais para a reforma tributária. Vão ser apontadas sugestões genéricas que obtiveram consenso entre os 82 conselheiros para nortear a proposta de mudança na Constituição que será apresentada pelo governo.
São pontos semelhantes aos discutidos entre o presidente e os 27 governadores, no fim de fevereiro, e ao que tem sido defendido pelo ministro Palocci: a unificação do ICMS, com uma só lei para todos os Estados; a permanência da CPMF e a mudança na incidência na contribuição patronal para a Previdência Social, que sai da folha de pagamentos para o faturamento ou para o lucro das empresas.
Para o governo, o mais importante é manter a arrecadação com a CPMF - cerca de R$ 20 bilhões por ano - que, por decisão do Congresso, deveria ter a alíquota reduzida no próximo ano dos 0,38% atuais para 0,08%. Palocci tem dito que não é possível abrir mão dessa receita no momento. Como os Estados temem perder recursos com as mudanças, Lula e os governadores acertaram fazer uma reforma "neutra" - cada esfera de governo manterá sua fatia tributária.
Não houve consenso no Conselho sobre a CPMF. Por sugestão do governo, a solução que será apontada hoje prevê uma transição. No ano que vem, a alíquota seria mantida em 0,38%, sendo progressivamente reduzida até chegar a um patamar em que funcionaria como imposto fiscalizador. A proposta do Conselho não deve mencionar prazo para essa transição.
Os conselheiros tampouco farão uma proposta sobre a cobrança do ICMS unificado, que pode virar Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Na maior polêmica sobre o assunto - se o IVA incidiria no Estado de origem ou de destino dos produtos - não há consenso no conselho, assim como não houve entendimento sobre como combater a guerra fiscal entre os Estados.

##

Esboço fica pronto em até 1 mês, diz Tarso
TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
11/3/2003

Segundo ele, se depender do Conselho de Desenvolvimento, reformas não vão atrasar

BRASÍLIA – O ministro-chefe da Secretaria de Política Econômica e Social, Tarso Genro, disse ontem que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quiser, em três semanas, ou um mês, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poderá apresentar "as diretrizes" das reformas da Previdência e Tributária.
No caso da tributária, segundo ele, as diretrizes poderão ser apresentadas já na próxima quinta-feira. "Por nós, as reformas não vão atrasar", declarou Tarso Genro. Para isso, comentou, são necessárias mais duas ou três reuniões extraordinárias do conselho.
"Nossa máquina está totalmente azeitada. Estamos funcionando a 100 por hora e em permanente contato, interatividade com todos os conselheiros e eles entre si, em reuniões eletrônicas permanentes", observou o ministro. Genro convocou para amanhã a reunião do subgrupo de conselheiros da reforma da Previdência. Na quinta-feira será a vez do subgrupo da Reforma Tributária e, na terça-feira seguinte, a da reforma trabalhista.
Indagado se o conselho poderia mandar as propostas direto para o Congresso, o ministro respondeu que o conselho "é órgão de assessoria, que só se dirige ao presidente. O Congresso é um outro poder".
Minirreforma – Em reunião com o ministro Antônio Palocci, ontem, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau, fez algumas sugestões para que sejam ampliados os efeitos da minirreforma tributária. Ele sugeriu que a eliminação parcial da cumulatividade da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) seja estendida à totalidade do tributo e também à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). "Há indicações de que essa minirreforma pode ter sua continuidade na Cofins", disse o empresário. Gerdau levou as propostas ao ministro em nome da Ação Empresarial.
A mudança entrou em vigor no início do ano e, por enquanto, só há informações oficiais sobre a arrecadação em janeiro. "Mas já há um patamar sobre o qual se pode construir uma evolução", afirmou.
O governo também acha necessário acabar com a incidência cumulativa das contribuições federais, mas não aceita perder arrecadação. Por isso, o fim da cumulatividade tem sido feita aos poucos – mas o problema é que, para manter o mesmo nível de receitas, o governo reduziu a tributação sobre alguns setores e teve de aumentar em outros.
O fim da incidência em cascata desses tributos aumentaria a competitividade das exportações brasileiras. Foi por essa razão que a eliminação da cumulatividade do PIS constou do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. (Colaboraram Lu Aiko Otta e Renato Andrade)

##

Conselho apóia transformação da CPMF em imposto permanente
Valderez Caetano
O Globo
14/3/2003

BRASÍLIA. Os petistas, que sempre fizeram restrições à CPMF, deverão ser os responsáveis por perpetuar a cobrança do imposto. Ontem o subgrupo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que cuida da reforma tributária endossou a proposta do governo do PT que transforma a CPMF em imposto permanente. A aprovação foi unânime, com a ressalva de que as alíquotas devem cair gradativamente ao longo dos anos. As propostas aprovadas ontem serão apresentadas ao conselho no dia 3 de abril.
Apesar da recomendação de que a CPMF seja reduzida gradualmente depois de virar imposto, dentro do governo e mesmo entre os empresários muitos defendem uma alíquota maior, que possibilitaria o repasse de parte da arrecadação.
— Os estados e municípios estão propondo a prorrogação do ICMS para que possam ficar com parte do recursos — disse o secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro.
O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confecção, Ivo Rosset, defende alíquota maior para a CPMF, mas quer que outros impostos desapareçam.
— Sou pela simplificação da legislação e acho a CPMF um instrumento melhor de arrecadação — disse ele.
O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, disse que é contra a CPMF, mas que teve que se curvar diante da evidência de que não é possível substituir uma arrecadação de R$ 20 bilhões anuais.
O consultor Antoninho Trevisan também acha que a alíquota da CPMF poderia ser aumentada, desde que o governo crie formas de compensar quem já paga outros tributos.
— Se for permitido compensar, qualquer alíquota seria eficaz. Inclusive seria uma maneira de compensar quem paga os tributos e punir quem está fora da legalidade — disse.

Reforma segue linhas de Palocci
O espírito da reforma tributária proposta ontem pelo miniconselho de desenvolvimento foi exatamente o que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, vem defendendo: mudança no ICMS, permanência da CPMF, desoneração da folha de salários e desoneração das exportações através de mudanças na cobrança da Cofins. Alterações mais profundas implicariam mudar o pacto federativo, o que o ministro considera impossível.
No encontro de ontem, que durou o dia inteiro, além da transformação da CPMF em imposto permanente, os conselheiros aprovaram a redução do número de alíquotas do ICMS, que é cobrado pelos estados, e a unificação em apenas uma lei das 27 legislações do imposto. Embora não tenha havido consenso, a maioria dos conselheiros defende a tese de que o ICMS passe a ser cobrado no destino, no estado que consome, e não no que produz.
O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), comemorou as decisões do conselho. Segundo ele, tudo o que foi aprovado fora sugerido pelos governadores.
— As propostas aprovadas são as mesmas da Carta de Brasília — disse, referindo-se ao documento extraído da reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os governadores.
COLABOROU Adriana Vasconcelos

Imposto mais caro para os mais ricos
BRASÍLIA. Os consumidores mais ricos poderão pagar mais impostos para que a cesta básica seja desonerada na reforma tributária. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem que a tributação sobre alimentos poderá ter alíquota de zero por cento, ou perto disso, o que seria obtido com a unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a redução para cerca de cinco das dezenas de alíquotas existentes em cada estado. O ministro abriu a reunião do subgrupo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que debate os principais pontos da reforma tributária.
Mas o ministro deu a entender que, se os consumidores de baixa renda vão ser beneficiados com a medida, os produtos de luxo e alguns serviços ficarão mais caros. Como exemplo, Palocci disse que poderá ser criada dentro da lei do ICMS uma alíquota popular, que beneficia os alimentos, a alíquota padrão para produtos semi-elaborados e outros e uma alíquota seletiva. Essa recairia sobre cigarros, bebidas, carros, bens de consumo e serviços como telecomunicações, energia elétrica e telefonia, que hoje já têm as maiores alíquotas.
O ministro voltou a afirmar que o governo poderá propor mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física se os estudos da Receita Federal indicarem um sistema mais justo para a população, mas que também não represente perdas de receita.
Segundo o ministro, a intenção do governo não é fazer uma reforma tributária para os governos, mas para a sociedade. Palocci disse que a forma como os impostos são cobrados tem forte grau de injustiça. Por isso, a intenção do governo é fazer uma reforma na qual os tributos tenham mais progressividade. Segundo ele, a mudança desse quadro será o princípio da reforma tributária. Outro aspecto será desonerar as exportações.
— As políticas de distribuição de renda não se fazem só nas despesas do governo. O problema no Brasil é que a arrecadação e a distribuição dos recursos resultantes dos impostos são feitas de forma regressiva — disse.

‘O diabo não existe’

BRASÍLIA. É certo que Guimarães Rosa conhecia profundamente a alma e a miséria dos brasileiros. Mas ele mesmo jamais pensaria ser citado para explicar os imbróglios da economia brasileira. O poderoso dono da chave do cofre, o

ministro da Fazenda, Antônio Palocci, recorreu ontem ao escritor para falar das muitas pedras que existem no caminho da reforma tributária. Perguntado durante sua exposição na reunião da subcomissão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social se o detalhamento das dificuldades iria provocar reações que possam paralisar o andamento da reforma tributária, o ministro Palocci não titubeou:
— O diabo não mora só nos detalhes, ele mora em todo lugar. E, como disse Guimarães Rosa, o problema do diabo é que ele não existe, e por isso ele é tão grande.
A sombra do diabo talvez justifique o fato de o ministro não querer ousar muito na reforma. Cauteloso, Palocci com veia de poeta tem advertido que nada será feito se for constatado que o governo pode perder receitas num momento em se busca o ajuste fiscal:
— Não vamos fazer experimentalismo tributário. Vamos propor as medidas que julgarmos adequadas.

##

Conselho quer IVA cobrado no destino
Valderez Caetano e Catia Seabra
O Globo
31/3/2003

BRASÍLIA. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social deve propor hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) — substituto do ICMS — seja feita no estado em que o produto é consumido e não onde é produzido. Objeto de polêmica entre governadores, a proposta tem apoio da maioria do conselho.
Três dos quatro grupos do conselho defendem que o imposto seja cobrado no destino final. Lula convocou a reunião do conselho hoje para fechar a proposta de reforma tributária que será enviada ao Congresso no mês que vem. O regime Simples — para a tributação de pequenas e médias empresas — deve ser mantido.
O governo vai apresentar hoje ao conselho um projeto de reforma tributária enxuto e sem muita ousadia. Para não criar nenhum tipo de polêmica que possa atrasar a reforma, a minuta de emenda do governo vai tratar apenas dos princípios constitucionais para unificação da legislação do ICMS, a transformação da CPMF em imposto permanente, o fim do acúmulo de impostos — Cofins, PIS/Pasep — e a desoneração da folha de pagamentos.
Temas polêmicos, como as mudanças do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e a criação de uma alíquota de 35% para os salários mais altos, devem ficar de fora da discussão no Congresso por enquanto. Os integrantes do conselho são contra a proposta de aumento de 0,38% para 0,50% na alíquota da CPMF, defendida por governadores e prefeitos.
— Nossa proposta original propunha uma contribuição desta natureza, mas desde que com alíquota simbólica. Imaginá-la como está e ainda majorada é um mau passo — afirma o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, que faz parte do conselho e elogia a intenção de desonerar a cesta básica da cobrança de impostos.
O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que há dez anos tenta aprovar a reforma tributária, diz que uma alíquota de 0,50% para a CPMF seria insuportável para a economia:
— Essa alíquota é excessivamente alta. A partir de um determinado patamar, o imposto passa a ser muito prejudicial para a economia.
Ele defende que os recursos para compensar estados que terão perdas na arrecadação devem vir de um fundo que seria formado por 10% da arrecadação de ICMS. A minuta da emenda constitucional encerra uma fase de dezenas de audiências públicas, reunião de governadores, prefeitos, empresários e representantes da sociedade civil. Segundo o ministro Tarso Genro, secretário-executivo do conselho, é importante compreender que a reforma será feita em etapas.
O ministro ressaltou a importância da proposta de unificação da legislação do ICMS, como forma de restabelecer o princípio federativo no país. Para ele, a proposta acabaria com a guerra fiscal. O ministro acha que reforma será aprovada sem dificuldades.
— Pela primeira vez, a sociedade está consciente da necessidade de reforma e também motivou o parlamento a responder com a maior rapidez — argumentou.

O que prevê a reforma
ICMS/ IVA: O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estadual terá uma única legislação, com cinco alíquotas específicas para os cinco diferentes grupos de produtos. O novo imposto que será criado com a extinção do ICMS será cobrado sobre o valor agregado
ALÍQUOTAS DO IVA: Serão detalhadas em lei complementar e deverão variar entre 7% (para os produtos da cesta básica) e 25% (para os produtos de luxo)
PREVIDÊNCIA: Os impostos que incidem sobre a folha de salários migrarão gradualmente para a receita das empresas sobre o valor agregado. A redução de 22% para 11% da incidência de impostos sobre a folha de pagamento deverá ser aprovada por lei complementar, assim como o imposto de 2,5% sobre a receita agregada da empresa
CUMULATIVIDADE: Os impostos deixarão de ser cobrados de forma cumulativa. Esse artigo vai se referir ao PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social (Cofins)
CMPF: A contribuição passa a ser permanente e terá uma alíquota máxima e uma mínima fixada por lei complementar
COMPENSAÇÃO: Será criado um fundo com 10% das receitas do ICMS para ressarcir perdas de alguns estados com o novo ICMS.
IRPF: O projeto de reforma tributária não prevê mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física. Elas serão feitas por lei complementar. O IRPF poderá ter até cinco diferentes faixas de incidência. A maior alíquota proposta

pelo governo deverá ser de 35% e a menor de 10%. A proposta só comecará a ser discutida no segundo semestre.
HERANÇA: Quem recebe mais herança pagará mais. Hoje a alíquota é de 4% para todos

##

Lula diz que encaminha reformas antes do previsto
TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
1/4/2003

Presidente volta a criticar 'incrédulos' e espera ter projetos para Previdência e área tributária até dia 30

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em encontro com sindicalistas, que até o dia 20 quer ter em mãos todo o material sobre as reformas tributária e da Previdência, para encaminhar ao Congresso. Mais tarde, aproveitou a segunda reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para falar sobre os avanços positivos que estão ocorrendo na economia, com a queda do dólar e do risco Brasil. "Quero dizer aos incrédulos que parem de ser pessimistas, porque eu sou um otimista", avisou, ao salientar que as reformas chegarão ao Congresso "antes do previsto".
Mas o presidente reconheceu que a situação internacional preocupa. "Vocês sabem que a situação econômica mundial não é das mais promissoras, pelo menos neste momento, mas vocês sabem também que nós conseguimos um certo milagre diante dos descrentes", declarou. E acrescentou: "Só que estamos remando num rumo muito mais promissor do que muita gente otimista acreditava."
Ele assegurou que, apesar da urgência para as reformas, "obviamente todo o ritual do Congresso será respeitado". Lula deu ainda um recado aos que ainda criticam as reformas. "É importante trabalhar com a seguinte clareza: a reforma tributária não é de interesse do presidente ou do governo. Ela tem urgência porque é de interesse da sociedade brasileira. A Reforma Tributária sairá mais ou menos perfeita a depender da capacidade de discussão e de pressão que a sociedade tenha que fazer."
Convicções - O presidente respondeu, mais uma vez, às críticas ao conselho, ao dizer que tinha gente que não acreditava que as discussões fossem possíveis. "Vocês estão provando que nenhum ser humano precisa abrir mão de suas convicções para exercitar a democracia."
Lula comentou que muita gente não acreditava, quando ele dizia na campanha, que todos seriam chamados a participar das discussões no governo. "Achavam que era blefe porque como o Lula que nós conhecemos como radical vai chamar a gente para debater?", comentou ele, avisando que "isso é apenas o início".

(Colaborou Sérgio Gobetti)

##

Agora, depende de Lula
Adriano Ceolin
Correio Braziliense
1/4/2003

Presidente deve apresentar ao Congresso Nacional até o dia 20 os projetos de mudanças na área tributária e na Previdência. Apesar da pressa em aprovar os dois projetos, ele garantiu que todo o rito no Legislativo será cumprido

Falta a ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentação da reforma tributária ao Congresso. Os 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) cumpriram a sua parte ontem e definiram os pontos convergentes da proposta. ‘‘O presidente da República tem à sua disposição um conjunto de dados suficientes para encaminhar a reforma na próxima semana ou em dias. É ele quem definirá a data correta’’, afirmou o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho.
Em encontro com lideranças sindicais pela manhã, Lula afirmou que pretende apresentar tanto a reforma tributária quanto a previdenciária até o dia 20 deste mês. No entanto à tarde, durante discurso aos integrantes do CDES, o presidente não quis precisar uma data. ‘‘As propostas estão tão avançadas que a gente vai conseguir enviá-las ainda neste primeiro semestre’’, disse. ‘‘As reformas têm urgência porque são de interesse de toda a sociedade brasileira’’, ressaltou.
A definição do que é consenso na reforma previdenciária deverá ocorrer numa reunião marcada para o próximo dia 10. Porém, o governo não vê dificuldades e já acertou a estratégia de apresentação das duas reformas. ‘‘A tributária irá para o Senado e a previdenciária para a Câmara’’, contou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo do Senado. ‘‘Para isso, temos o apoio das principais lideranças do Senado e do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP)’’, diz Mercadante.
A idéia, no entanto, não agrada ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP). ‘‘A Constituição define um rito que estabelece que as discussões comecem pela Câmara’’, disse. ‘‘Todo mundo pode ter a vontade que quiser. Mas é bom seguir o rito constitucional’’, afirmou. O líder governista no Senado tentou rebater. ‘‘O Brasil ganharia muito por acelerar a tramitação de matérias tão importantes’’, disse.
Apesar da polêmica entre Mercadante e João Paulo, o presidente foi claro quando afirmou, durante discurso no CDES,

que os prazos de tramitação do Congresso serão cumpridos. ‘‘Obviamente que temos de respeitar todo o ritual que existe nas comissões para que, da forma mais democrática possível, o Congresso vote uma proposta que retrate as necessidades do país’’, disse Lula.

Entraves restantes
Os consensos sobre a reforma tributária foram vistos com otimismo pelo ministro Palocci, mas também com uma boa dose realista. ‘‘Muitos podem não ver nesta reforma tudo aquilo que o Brasil precisa, mas certamente ela será um grande avanço em relação àquilo que temos hoje’’, disse. Palocci dividiu o processo de mudanças em duas etapas.
Segundo ele, o CDES acertou como se darão as alterações na Constituição. Nesse caso, a principal proposta do governo é a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que substituirá o Imposto Sobre Circulação de Serviços e Mercadorias (ICMS). Contudo, faltou definir se a cobrança se dará no destino ou na origem da mercadoria. Sobre esse caso, o CDES não obteve consenso, apesar e a maioria dos conselheiros ter recomendado a cobrança no destino.

Colaborou Rudolfo Lago

##

Empresários esperavam mudanças mais amplas
PRISCILLA MURPHY e LEONENCIO NOSSA
O Estado de S. Paulo
1/4/2003

Avaliam, no entanto, que a proposta fechada pelo governo é positiva para o momento

BRASÍLIA - Empresários ouvidos pelo Estado avaliaram como positiva a proposta de reforma tributária discutida ontem no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No entanto, acreditam que ela deveria ser mais ampla. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, já vinha defendendo esta posição e a reiterou ontem.
Ele não quis detalhar suas críticas ao discutido no conselho, apenas declarou que o governo deveria aproveitar a oportunidade e fazer mudanças mais profundas. Mas disse que tais modificações poderão avançar numa segunda fase de debate. "Estou contente com a proposta de consenso", afirmou.
Na mesma linha, o presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, também deixou o Palácio do Planalto afirmando que a proposta de reforma tributária definida no Conselho não é a ideal, mas deverá corrigir uma série de problemas enfrentados pelo setor produtivo. "Trata-se de de uma reforma inteligente e viável, que passará sem dificuldades no Congresso", disse.
Outros conselheiros saíram mais animados com a proposta. "A discussão foi muito boa", disse o presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), Gabriel Jorge Ferreira, acrescentando que não considerou a proposta tímida.
Mesmo preferindo uma proposta mais ampla, o vice-presidente do Santander Banespa, Miguel Jorge, conformou-se com o resultado. "Você pode sofrer uma indigestão ao tentar comer um elefante. O melhor jeito às vezes é comer o elefante fatiado", ressaltou.
Transparência - O presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, disse que Lula tornou "transparente" a relação entre o Palácio do Planalto e os empresários. "Agora, somos ouvidos formalmente pelo governo", declarou ele.

##

'Reforma tributária será a aprovável', diz Tarso
MARIANA BARBOSA
O Estado de S. Paulo
4/4/2003

Para ministro, 'nem que não seja o melhor', projeto dever ser satisfatório para o País

O secretário-geral do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, ministro Tarso Genro, admitiu ontem que a reforma tributária não será perfeita ou ideal, mas uma proposta possível. "O governo tem de remeter para o Congresso uma reforma que seja aprovável. Nem que não seja a melhor reforma, mas que seja uma reforma boa e satisfatória para o País", disse.
O ministro afirmou ainda que o governo não quer criar "ilusão" na sociedade de que as reformas que o governo irá apresentar serão perfeitas. "O que é bom derrota o ótimo, mas isso é o que é efetivamente possível."
Na avaliação do ministro, as reformas a serem enviadas ao Congresso precisam refletir o "sentimento majoritário de mudança" compartilhado por trabalhadores, empresários, ONGs e partidos e não o que o "PT em particular acha que é o ideal". "Nós não somos maioria no cenário, somos 33%. A maioria da coalizão política do governo Lula é heterogênea, vai do centro até a esquerda."
Diante desse realismo, Genro disse estar confiante de que as reformas irão tramitar com sucesso no Congresso. "Os indícios são bons", afirmou. Ele citou a aprovação da proposta de emenda constitucional que regulamenta o artigo 192

(sobre o sistema financeiro) como demonstração de que o ambiente é favorável ao governo. "A emenda é diferente pois tem tem um grau enorme de universalidade, mas é um sintoma favorável de que o ambiente de diálogo, de concertação política já está em curso."
Genro considerou natural as divergências de opinião manifestadas por deputados do próprio PT na sessão da Câmara em que foi a provada a emenda do sistema financeiro, na quarta-feira. "O nosso partido reflete divergências que existem na sociedade", afirmou o ministro, que é pai de uma das representantes da ala radical do PT, a deputada Luciana Genro (RS). "O PT não é um partido monolítico. Monolíticos são os fascistas e stalinistas. Nós temos de construir nossa unidade através da política e das normas internas que o partido dispõe."
Na sua opinião, as críticas da oposição - de dentro e fora do partido -, são fundamentais para a consolidação da democracia. "A democracia só se realiza com a legitimação do conflito. Quando o (ex-presidente) Fernando Henrique disse que nós éramos neobobos, ele desqualificou completamente a relação da oposição com o governo."
Genro acredita que não será difícil conquistar a unidade do partido, uma vez que 80% a 85% da bancada do PT no Congresso está "plenamente alinhada" com o governo. "Vamos mandar em três ou quatro meses reformas que não foram mandadas em oito anos. É um bom feito", comemorou.
ICMS - Genro disse estar confiante na negociação com os governadores para que a definição sobre o sistema de recolhimento do ICMS seja feita posteriormente por lei complementar, e não na reforma tributária, como querem alguns governadores, entre eles o paulista Geraldo Alckmin. "Minha visão particular é que a negociação com os governadores vai permitir isso e que já na própria norma constitucional se indique a necessidade da transição", afirmou.
O conselho irá concluir as discussões técnicas sobre a reforma da Previdência no próximo dia 4. Já a deliberação final do conselho será apresentada na próxima plenária, marcada para o dia 10. Na opinião do ministro, um dos pontos mais polêmicos será a definição de um teto para a aposentadoria. "Se não tiver uma unidade, o conselho fará recomendação em cima da posição majoritária. Mas a decisão final será do presidente", afirmou Genro.
O calendário do envio das reformas para o Congresso dependerá exclusivamente da "vontade política" do presidente. "O conselho não vai ser impedimento para o presidente enviar as reformas em abril se ele assim desejar."

##

Tarso diz que não quer criar a ilusão de uma reforma tributária perfeita
Flávio Freire
O Globo
4/4/2003

SÃO PAULO. O secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, disse ontem, em São Paulo, que não pretende criar a ilusão de que será encaminhada ao Congresso uma proposta de reforma tributária perfeita. O governo federal, segundo ele, tem de se preocupar em enviar imediatamente uma proposta "aprovável, nem que não seja a melhor".
Ao falar sobre as dificuldades que o governo deve ter para obter consenso na aprovação do projeto, uma vez que alguns dos 27 governadores têm criado obstáculos principalmente em relação às mudanças no sistema de recolhimento do ICMS, Tarso foi enfático:
— O governo tem que remeter uma proposta aprovável, nem que não seja a melhor reforma, mas que seja boa ou satisfatória. Esta questão (divergência sobre se a cobrança do imposto deve ser na origem ou no destino) deve ser medida na relação dos governadores com o governo, que não pode incluir na reforma questões que possam prejudicar a sua aprovação — disse Tarso, antes de participar de um debate com empresários no Sindicato da Habitação e Construção, em São Paulo.
Para o secretário, que aposta na aprovação ainda este ano de duas das principais reformas em discussão — a tributária e a previdenciária — as propostas devem refletir exclusivamente o que ele chama de "sentimento majoritário de mudança da sociedade".
— Temos que mandar uma reforma que reflita esse sentimento majoritário de mudança, e não a reforma que o PT acha que é a ideal. Afinal, não somos maioria no cenário. Somos 33% da coalizão política do governo. A maioria da base do Lula é heterogênea, e vai do centro à esquerda. E por isso temos que achar não um termo médio, mas uma boa síntese — afirmou.
Embora não tenha escondido a satisfação com a aprovação no Congresso, anteontem, da emenda que regulamenta o sistema financeiro, ele evitou fazer um prognóstico sobre as futuras reformas que serão encaminhadas até maio.
— Foi um sintoma favorável de que, agora, o ambiente de diálogo está em curso no nosso país — disse.
O secretário não poupou o governo anterior. Disse que em três ou quatro meses o presidente Lula enviará as propostas de reformas que não foram feitas em oito anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso.
Tarso evitou dar opinião sobre a proposta do governo de encaminhar simultaneamente as reformas tributária e previdenciária ao Congresso. O governo queria enviar a proposta de reforma tributária ao Senado e a previdenciária à Câmara. Mas o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, protestou. Pelo regimento, todo projeto enviado pelo governo ao Congresso deve começar a tramitar pela Câmara. Mas nada impediria que um senador petista apresentasse a proposta do governo como se fosse sua ao Senado.
— Precisamos respeitar as duas Casas, mas quem coordena o encaminhamento das proposta é o José Dirceu (chefe da Casa Civil) — concluiu Tarso Genro.

Em campos opostos

SÃO PAULO. Um dia depois de sua filha, a deputada federal Luciana Genro (PT-RS), assinar a declaração de voto em separado contra a autonomia do Banco Central durante a votação da regulamentação do sistema financeiro, o secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, disse que ela é uma deputada de oposição dentro do partido e que, por isso, deve responder por seus atos.
Luciana, com outros 32 deputados petistas, subscreveu o documento que afirma que a autonomia operacional do Banco Central, defendida pelo governo Lula, fere a soberania nacional.
Durante entrevista no Sindicato da Habitação de São Paulo, Tarso ressalvou, porém, que a posição política da deputada não prejudica a relação entre os dois.
— Tenho imenso amor e respeito por ela e ela por mim. Mas a Luciana tem suas posições e é exclusivamente responsável por elas perante a sociedade e o partido — afirmou o secretário.
Antes mesmo de ser eleita deputada federal, Luciana já era conhecida por nem sempre concordar com as idéias do pai, apesar de pertencerem ao mesmo partido. Ela filiou-se ao PT aos 14 anos e pouco depois já demonstrava inclinação para a ala mais à esquerda do partido. Participou do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e hoje faz parte do Movimento da Esquerda Socialista (MES), corrente abrigada no PT.
— As posições políticas da Luciana, completamente diferentes das minhas, não nos afastam de uma relação amorosa e afetiva. Do ponto de vista político, ela é para mim mais uma deputada que o partido tem na oposição, mas isso não interfere em nossas relações pessoais — disse Genro, visivelmente constrangido ao falar sobre o assunto.

TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA ATÉ A QUINTA

Conselho de Desenvolvimento ataca juro alto
Tania Monteiro
O Estado de S. Paulo
13/6/2003

Texto aprovado pelo órgão de aconselhamento do presidente pede 'gradativa redução' das taxas
BRASÍLIA - O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social engrossou ontem a pressão sobre o governo para redução das taxas de juros, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para a semana que vem. No documento, aprovado depois da terceira reunião do órgão de aconselhamento ao presidente da República, o Conselho pede "uma gradativa redução das taxas de juros, o que deve iniciar o quanto antes".
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na reunião, antes de tomar conhecimento do documento, voltou a pedir paciência à sociedade, alegando que está apenas há cinco meses no governo, mas as medidas estão sendo tomadas para garantir a retomada do crescimento, com segurança.
O ministro Tarso Genro, que preside o conselho, não concorda que esteja havendo pressão, mas sim uma recomendação, embora assegure que as posições adotadas pelo órgão sejam "vitais" para que o governo tome suas decisões.
Disse também que a decisão sobre redução de juros tem de ser técnica, mas deve levar em consideração uma avaliação política, porque toda decisão que vem da esfera do Estado tem componente técnico e político, além de revelar uma sensibilidade social.
"A decisão pública do Copom tem de ser fundada em dados técnicos e também, obviamente, na sensibilidade política do governo e não só através de uma visão de vontades, de voluntarismo", declarou o ministro, em entrevista, depois da reunião, realizada no Palácio do Planalto.
Indagado se o Copom poderia reduzir os juros com base nesse pedido dos conselheiros, o ministro respondeu: "Não desejaria que o Copom tomasse uma iniciativa que fosse fundada apenas numa posição do conselho. O Copom deve tomar medidas calcado em dados técnicos e em segurança de irreversibilidade, e não simplesmente porque o Conselho pediu".
Tarso Genro avisou, ainda, que o que estava sendo encaminhado, neste documento do Conselho, "é um projeto de transição para um outro modelo econômico". O ministro lembrou que o próprio presidente Lula tem dito que o governo está preparando o País para reduzir a taxa de juros. "O presidente tem a mesma opinião dos conselheiros e disse que o governo está tomando todas as medidas para baixar a taxa de juros", observou Tarso Genro, acrescentando que Lula tem dito também que não vai tomar este tipo de decisão "de maneira voluntarista". E, ressalvou, o próprio Conselho não recomendou que essa redução seja " voluntarista", até porque apóia a forma como o governo vem conduzindo a política macroeconômica.
Ansiedade - Mais tarde, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, respondeu à pressão dos integrantes do Conselho, alegando que o desejo de reduzir juros não é só deles, mas de todo o governo. "O Conselho expressa uma ansiedade do País, inclusive uma ansiedade dos ministros. Todos nós queremos uma redução das taxas de juros, porém tem de ser uma ansiedade responsável, porque nós não podemos nos precipitar", afirmou.
Para Mantega, é preciso ter cuidado porque "dar um passo em falso num momento como esse seria perigoso". E acrescentou: "Então, temos de aguardar o momento adequado, no qual o Copom é que faz análises técnicas, analisa com profundidade as pressões inflacionárias e aí chega o momento que é possível baixar os juros com tranqüilidade, de uma maneira estável e permanente".
A reunião do Conselho de Desenvolvimento Social de ontem foi convocada para receber sugestões para o Plano Plurianual (PPA), aprovar a proposta de reforma sindical e trabalhista, apresentar o programa de primeiro emprego e empossar oito novos conselheiros, indicados para atender a uma queixa de que faltavam representantes do Norte e Nordeste. Mas boa parte do encontro foi consumido com a discussão sobre a atual política econômica do País e a

necessidade de medidas que permitam a retomada do crescimento.
Na reunião, o conselheiro Antoninho Trevisan chegou a sugerir que fosse apresentada uma nota tratando da preocupação de todos com a inadimplência, o desemprego e com os problemas causados pelas altas taxas de juros, que precisavam ser revistas, para que houvesse a retomada do crescimento. A nota seria independente do artigo que constava da "Carta de Concertação", produzido pelo conselho. A proposta foi rejeitada pelo empresário agrícola Paulo Vellinho, que classificou a nota como "arrogante", acompanhado pelos representantes dos bancos, de acordo com outros conselheiros, que preferiram não se identificar.
Trevisan disse que a proposta da nota não era contra o governo, que garantiu apoiar e acreditava estar no caminho certo. "Não acabou a lua-de-mel. Muito pelo contrário, estamos apoiando as suas posições, apesar da situação crítica que o País enfrenta", disse ele, ressalvando que "o governo está no caminho certo".

Nas metáforas de Lula, a defesa das reformas

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou várias metáforas na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para defender a política econômica do governo e a necessidade das reformas previdenciária e tributária.
Ao falar das resistências que o governo enfrenta e lembrar que é preciso "coragem" para realizar as mudanças necessárias para o País, o presidente lembrou os problemas enfrentados pelo cientista Oswaldo Cruz, ao descobrir a vacina contra a febre amarela. "A resistência às reformas é como a vacina da febre amarela", comentou o presidente. "As primeiras doses tiveram que ser aplicadas à força."
Lula também comparou a necessidade das reformas a um casamento que se arrasta há anos, com problemas, mas o casal prefere empurrar com a barriga a sentar e conversar. E disse que, às vezes, é preferível comprar uma casa nova a reformar a antiga. "Às vezes, por causa dos problemas que vai enfrentar, é mais fácil vender a casa do que fazer uma reforma", teria dito o presidente, de acordo com conselheiros. (T.M.)

##

Conselho aprova reformas sindical e trabalhista
(T. M.)
O Estado de S. Paulo
13/6/2003

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou ontem a proposta da reforma trabalhista e sindical, que será discutida no Fórum Trabalhista. Segundo o ministro Tarso Genro, presidente do Conselho, até outubro o presidente Lula pretende encaminhar essa reforma ao Congresso.
Entre as propostas, o ministro admite a possibilidade de estudar o parcelamento do 13.º salário, embora ressalve que o tema não foi discutido na reunião de ontem.
Genro disse que o Conselho, sugeriu a criação do Simples Trabalhista, com objetivo de simplificar a contratação e baratear os custos para as pequenas e micro empresas, sem prejudicar os direitos fundamentais. "Aí haverá redução dos ônus, dos encargos trabalhistas para aumentar a contratação na micro e pequena empresa e proporcionar sua formalização", declarou o ministro. No caso da reforma sindical, o Conselho recomendou o fim do financiamento da estrutura sindical pelo Estado.
O ministro listou algumas das propostas do Conselho para a reforma trabalhista. Houve recomendação, por exemplo, para que as centrais sindicais tenham o direito de fazer convenções coletivas. Outra proposta é de que as convenções e acordos coletivos sejam transformados em instrumentos básicos para modernizar e aperfeiçoar as relações entre capital e trabalho .
Na reunião, foi apresentada ainda a proposta do projeto de primeiro emprego, para jovens de 16 a 24 anos, que está sendo elaborada pelo secretário de Emprego do Ministério do Trabalho, Remiggio Todeschini.

##

Reforma trabalhista fortalece sindicatos
Jornal do Brasil
13/6/2003

BRASÍLIA - A reforma trabalhista deverá conferir superpoderes para as centrais sindicais negociarem direitos e salários com o setor patronal. A proposta de reforma sindical e trabalhista, concluída ontem pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) - instância consultiva da Presidência da República -, prevê a possibilidade de as centrais sindicais negociarem o chamado contrato nacional de trabalho.
Pela atual legislação, a negociação dos contratos coletivos de trabalho tem uma abrangência limitada pela localização dos sindicatos de representação profissional. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi e Região não pode negociar o acordo coletivo dos operários de Curitiba (PR), por exemplo.
Os dois sindicatos, no entanto, são filiados à Força Sindical, que como central sindical poderá ter poder para negociar um contrato coletivo em todo o território nacional.
A expectativa do secretário-executivo do conselho, o ministro Tarso Genro, é que a mudança possa beneficiar os

trabalhadores de pequenas cidades ou de categorias com pouca articulação sindical.
- O sindicato de uma cidade pequena não tem a mesma força e o mesmo poder de pressão que uma central sindical para negociar um contrato de trabalho - afirmou Genro.
A proposta para a reforma trabalhista e sindical será encaminhada para o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) - composto por representantes do governo, empresas, trabalhadores e Justiça trabalhista -, que será instalado no fim do mês.
Após analisar, modificar, incluir ou retirar itens da proposta do conselho, o Fórum Nacional do Trabalho deverá ser responsável pela elaboração de um novo texto.
Esse texto retornará para o conselho, que fará uma segunda discussão sobre o assunto e depois encaminhará a proposta para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caberá ao presidente enviar a proposta para o Congresso.

##

Conselho pede redução dos juros
Cristiane Jungblut, Ana Paula Macedo e Maria Lima
O Globo
13/6/2003

A menos de uma semana da reunião do Comitê de Política Econômica (Copom), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, engrossou ontem o coro pela queda da taxa de juros, hoje de 26,5% ao ano. Após cinco horas de reunião no Planalto, o conselho divulgou documento de 28 pontos pedindo uma "gradativa redução da taxa de juros, que deve se iniciar o quanto antes" e fazendo um alerta sobre o risco de recessão.
Parte da reunião foi tomada por tensa discussão sobre a política econômica e a questão dos juros. Já sem a presença de Lula, que participou apenas do início, o consultor Antoninho Marmo Trevisan sugeriu que fosse aprovada uma nota específica sobre a política econômica.
Trevisan redigiu uma nota alertando para a inadimplência do setor produtivo, o desemprego e os juros altos, pedindo medidas imediatas. O texto dividiu os conselheiros e acabou sendo descartado pelo secretário-executivo do conselho, ministro Tarso Genro. A solução encontrada foi incluir dois itens sobre política econômica na terceira carta do conselho, chamada "Fundamentos para um novo contrato social". Já a nota de Trevisan, que não foi aprovada, será transformada num relatório informal a ser entregue por Tarso ao presidente Lula.

Tarso: decisão deve ser também política
Evitando falar sobre a polêmica, Tarso disse apenas que a carta do conselho "expressou o que pode ser o sentimento majoritário da sociedade". Ele afirmou que o Copom deve levar em conta aspectos políticos, e não apenas técnicos, para decidir sobre as taxas de juros. Na semana passada, o vice-presidente José Alencar criara constrangimentos para o governo ao dizer que a decisão era eminentemente política. Tarso disse que a carta a Lula não significa pressão dos 103 conselheiros (90 representantes da sociedade e 12 ministros).
— O presidente tem a mesma opinião dos conselheiros. Só não vai fazer (a redução de juros) de maneira voluntarista — disse Tarso.

Documento tem elogios e alertas
No documento final, o conselho elogia a "política econômica responsável e o arrefecimento da inflação", mas alerta para o risco de uma recessão no Brasil: "Existe uma perspectiva inicial de redução da dívida relativamente ao produto, seja pela própria queda do dólar, seja pelas medidas de ajuste e controle fiscal, que somente pode ser mantida desde que ocorra uma gradativa redução nas taxas de juros, o que deve iniciar o quanto antes".
Até chegar ao tom conciliador da carta, os conselheiros se envolveram num acalorado debate. Trevisan, nomeado recentemente para o Conselho de Ética Pública, insistiu na necessidade de divulgação de uma nota mais dura:
— Quem vive na ponta vê uma onda de inadimplência, demissões, falências. E o papel do conselho é alertar o presidente.
— Estamos aqui para discutir questões estruturais — respondeu o empresário Paulo Vellinho.
Empresários como o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, e representantes das centrais sindicais apoiaram Trevisan. Mas a maioria considerou a nota dura e arrogante.
— Seria possível redução já dos juros, nem que seja para ter um impacto psicológico junto à sociedade — disse Piva, para quem a intenção era dar um recado ao governo.

'Queda de juros o quanto antes'
Os principais trechos do documento "Fundamentos para um novo contrato social", aprovado ontem pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:
"O advento da eleição deste novo governo representou a esperança de construir, a partir de um novo contrato social, um projeto nacional de desenvolvimento, com sentido estratégico voltado para o crescimento econômico ambientalmente sustentável, a inclusão social e uma inserção soberana e competitiva na ordem global."
"Nesse sentido, a atual política econômica pode ser considerada como responsável, pois em pouco tempo vem ganhando confiança e criando um clima mais favorável junto aos mercados financeiros, o que se reflete inclusive na redução do risco país. Ademais, já se verifica, apesar do risco de uma crise recessiva, o arrefecimento da inflação, obtido por meio do mecanismo de metas e garantido tanto pela desvalorização do dólar quanto pelo controle mais rigoroso nos reajustes de tarifas. Existe uma perspectiva inicial de redução da dívida relativamente ao produto, seja pela própria queda do dólar,

seja pelas medidas de ajuste e controle fiscal, que somente pode ser mantida desde que ocorra uma gradativa redução nas taxas de juros, o que deve iniciar o quanto antes. No mesmo atual vivenciado pelo Brasil, devem ser imediatamente apresentados dados positivos para alentar a esperança de uma progressiva superação dos condicionantes que limitam o crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais."
"Vale ressaltar que não existe precedente de países que saíram de uma situação de extrema exposição externa, fruto da adoção de uma agenda liberalizante de desenvolvimento, para uma nova postura de defesa dos interesses nacionais com uma inserção internacional soberana, solidária e estratégica. Por conta disso, parece necessário que o governo crie um clima de confiança e aprove as reformas estruturais requeridas para o equilíbrio fiscal do país, com o objetivo de retomar o crescimento econômico com sentido social, superando os limites objetivos determinados pelo endividamento público, pelo financiamento do investimento e pelo cenário externo."
"A noção de crescimento econômico descolado da inclusão social deve ser considerada superada, pois já está mais do que comprovado que o crescimento econômico sustentado deve estar acompanhado de políticas de inclusão social."
"Para que o Brasil possa dar um salto em direção ao desenvolvimento, se faz necessária a retomada do crescimento do país com a implantação prévia de reformas estruturais, de modo que este processo represente efetivamente um novo ciclo."
"A retomada do crescimento da economia do país não é incompatível com o combate à inflação, desde que seja conduzida por um conjunto de iniciativas no âmbito econômico e político que proporcionem previsibilidade e confiança aos investidores. Ao contrário, não existe qualquer precedente de que políticas preponderantemente recessivas tenham propiciado desenvolvimento com crescimento sustentado e inclusão social."

##

Conselho pede queda do juro "o quanto antes"
JULIANNA SOFIAWILSON SILVEIRA
Folha de S. Paulo
13/6/2003

Órgão consultivo de Lula diz que políticas recessivas não geram desenvolvimento com inclusão social
Os defensores da queda das taxas de juros ganharam ontem um aliado de peso: o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), órgão consultivo do presidente da República, recomendou ao governo a redução da taxa de juros "o quanto antes".
A sugestão foi formalizada em um documento entregue a Lula a menos de uma semana da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) que vai decidir a trajetória dos juros, hoje em 26,5% ao ano.
No documento, chamado de Terceira Carta de Concertação, o conselho elenca em 28 tópicos os fundamentos para um "novo contrato social". A carta foi aprovada por unanimidade pelo conselho, que se reuniu com Lula.
Essa foi a primeira vez que o CDES tratou de juros. Composto de 90 representantes dos diversos segmentos da sociedade e 12 ministros, o conselho foi criado por Lula para discutir e apresentar propostas de reformas estruturais -tributária, previdenciária, trabalhista etc.
"Existe uma perspectiva inicial de redução da dívida relativamente ao produto [PIB, o Produto Interno Bruto], seja pela própria queda do dólar, seja pelas medidas de ajuste e controle fiscal, que somente pode ser mantida desde que ocorra uma gradativa redução nas taxas de juros, o que deve iniciar o quanto antes", diz o documento.
"Não existe precedente de que políticas preponderantemente recessivas [juros altos] tenham propiciado desenvolvimento com crescimento sustentado e inclusão social", acrescenta.
O ministro Tarso Genro, secretário-executivo do CDES, explicou que esse trecho do documento não afirma que o governo Lula tem praticado uma política econômica recessiva. "Estamos apenas advertindo para que isso não aconteça", afirmou.
Segundo o texto, o Brasil passa por um momento em que precisam ser "apresentados dados positivos para alentar a esperança de uma progressiva superação dos condicionantes que limitam o crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais".
A carta afirma também que "a retomada do crescimento da economia do país não é incompatível com o combate à inflação".

Apoio
Na saída da reunião, empresários, sindicalistas e intelectuais mostraram-se preocupados com a situação da economia, mas enfatizaram seu apoio ao governo. Segundo relato dos conselheiros, a preocupação foi externada durante o encontro com Lula.
"Todos colocaram [na reunião] esse momento difícil pelo qual o país passa, essa percepção de que o governo está compreendendo a necessidade de fazer uma redução das taxas de juros", disse o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Horacio Lafer Piva.
Para o consultor Antoninho Marmo Trevisan, a situação do país está difícil. "Mas o governo está no caminho certo", declarou.
"Estou muito confiante, mas muito aflita com a situação porque não está boa, principalmente para os trabalhadores, devido ao aumento do desemprego", ressaltou a intelectual e conselheira Maria Victória Benevides.
Na reunião do CDES também foi apresentada uma proposta de divulgação de uma nota em defesa da redução da taxa de juros -além da defesa já contida na carta. Segundo participantes, conselheiros ligados ao sistema financeiro se opuseram e

a nota acabou não sendo aprovada.

Origem da concertação
O termo concertação usado na carta, que pode ser entendido como harmonização, foi inspirado no processo de negociação entre o governo português após a revolução dos Cravos (1974), quando o país retomou a democracia, e a sociedade civil. A idéia é que as propostas discutidas no CDES possam ajudar a conciliar os diversos interesses da sociedade.

##

Conselho prepara 'fogo amigo' contra Palocci
VERA ROSA e LU AIKO OTTA
O Estado de S. Paulo
3/9/2003

Política econômica será alvo de críticas em documento do órgão presidido por Tarso Genro

BRASÍLIA - A política econômica do ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, deverá ser posta novamente em xeque por um braço do próprio governo. Desta vez, o "fogo amigo" virá do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que se reúne amanhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com Palocci, no Palácio do Planalto. Em cinco páginas, os conselheiros deixam clara sua impaciência com a demora na colheita dos frutos da austeridade palocciana e sugerem uma direção alternativa "para reverter as baixas expectativas de crescimento e de investimento para os próximos 12 meses".
Na lista de 17 "medidas imediatas" para a retomada do crescimento, o grupo propõe "metas de redução drástica da taxa básica de juros em termos reais".
Quer, ainda, mais flexibilidade para que Estados, municípios e estatais aumentem seus investimentos e reivindica uma taxa de câmbio "com baixa volatilidade e maior previsibilidade".
Nos corredores do Ministério da Fazenda, o documento foi considerado "um libelo contra a política econômica do governo", em papel timbrado da Presidência da República. "Não se trata de conflito, mas de contribuição", afirmou o ministro Tarso Genro, que preside o Conselho. "Que Conselho seria esse onde toda a sociedade estivesse discutindo câmbio e juros e ninguém dissesse nada? Seria um Conselho de idiotas."
Em viagem à Europa, o presidente da Gradiente, Eugênio Staub, não estará na reunião, mas enviou sua colaboração por escrito, com reparo à segunda proposta. O texto diz que deve ser buscado "o estabelecimento de compromissos, entre os empresários e os trabalhadores, para a manutenção do poder de compra com base na inflação futura, garantindo a recomposição das perdas passadas em prazos negociados, com o objetivo de evitar efeitos inflacionários nos contratos".
Para Staub, é "muito perigoso" instituir o conceito de reajuste, seja de preços ou salários, baseado em inflação futura. Na sua opinião, trata-se de "sacrifício", principalmente para os assalariados. "Nesse momento, parece-me mais adequado preservar salários através do combate ao desemprego."
Tarso admite que o documento poderá causar desconforto no governo. "Só que as pessoas têm de entender que o Conselho reproduz as tensões da sociedade."
Ele negou, porém, que as propostas estejam em rota de colisão com a política econômica. "Estamos sugerindo rumos para o crescimento e nunca pretendemos enquadrar qualquer ministro, muito menos o Palocci".
Intitulado "Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento", o texto do Conselho é alvo de críticas. "Do ponto de vista da política econômica, é uma proposta ridícula", fustigou o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada, ao comentar a idéia de metas para reduzir a taxa de juros.
"A taxa de juros é um instrumento para baixar a inflação, e o governo já tem como meta a inflação baixa", completou Roberto Iglesias, professor da Coppead e ex-secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Não se pode ter as duas metas ao mesmo tempo. Isso é nonsense."
"O que se pode ler nas entrelinhas é um pedido para afrouxar os gastos", argumentou Loyola. "Isso vai contra o espírito de contenção do déficit público."
A reação de Tarso não tardou. "Precisamos é acabar com essa visão de que o desenvolvimento só ocorre naturalmente por normativas técnicas, bastando conter os gastos e combater a inflação", respondeu o ministro. "Isso, sim, é uma bobagem rematada."

##

Presidente da CNI apóia texto do Conselho
EDUARDO KATTAH
O Estado de S. Paulo
4/9/2003

BELO HORIZONTE - O presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro, endossou ontem a posição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cujos representantes apresentarão hoje, em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, um documento cobrando medidas para a retomada imediata do crescimento econômico do País.

"A posição do Conselho traduz essa inquietação de vários setores da sociedade com a queda muito acentuada que nós observamos na atividade econômica, configurando um quadro recessivo", afirmou Monteiro, que visitou a sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). "É bom que o conselho também vocalize posições nessa direção."
Para o presidente da CNI, as medidas que o governo vem adotando para flexibilizar a política monetária acontecem numa "cadência" ainda "tímida".
"Era preciso ousar mais, era preciso intensificar essa posição que tem sido conservadoramente muito gradualista."

##

Sem queda drástica nos juros
Correio Braziliense
5/9/2003

Em reunião com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, presidente diz que política econômica atual não é a dos seus sonhos, ouve pedidos de centrais sindicais e afirma que não adotará medidas precipitadas
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) descartou ontem, em encontro com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), uma redução drástica na taxa de juros (Selic), hoje fixada pelo Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) em 22%. A redução drástica é uma das 21 reivindicações que constam de documento elaborado por cinco centrais sindicais de trabalhadores e entregue ontem ao presidente e ao Conselho. ‘‘Que vai acontecer vai (a redução), talvez não tão drástica como alguns querem‘‘, afirmou Lula.
No documento ‘‘A pauta do crescimento’’, as centrais sindicais sugerem que até dezembro de 2004 a Selic chegue a 13,4%. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, classificou como ‘‘natural’’ a negativa do presidente. ‘‘É preciso que alguém peça a redução drástica para compensar quem não quer nenhuma redução.’’
Em relação à atual política econômica, Lula disse que apenas a estabilidade da economia e da política pode estabilizar a moeda. ‘‘Não vai ser o tacão do presidente do Banco Central (Henrique Meirelles), do ministro da Fazenda (Antonio Palocci) ou do presidente da República, vai ser a lógica da confiabilidade que nós conquistamos no mundo’’, afirmou. ‘‘A nau tem comandante e não vai ser nenhuma onda, até porque eu não sou surfista, que vai me fazer tomar medidas precipitadas’’, discursou Lula. ‘‘Nossa política econômica talvez não seja a dos sonhos do Palocci, meus ou de vocês. Mas é a que é possível fazer neste momento.’’
Segundo conselheiros do CDES, a reunião de ontem não foi marcada, como outras vezes, por críticas à política econômica. ‘‘Hoje (ontem), o conselho praticamente não conseguiu tirar nenhum encaminhamento concreto. Foi uma boa reunião de debate, de diagnóstico da situação da economia. Mas faltam as decisões reais para que o crescimento seja acelerado de forma sustentável’’, afirmou Luiz Marinho, após a reunião. ‘‘Não teve muita discussão. Ficou claro para o Conselho que existe um caminho para a retomada do crescimento econômico’’, disse Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).
Ao final da reunião, o CDES entregou a Lula carta de cinco páginas, onde reconhece que ‘‘não há saídas fáceis nem miraculosas’’ para resolver os problemas sociais. ‘‘O crescimento (econômico) reduz tensões políticas, eleva a arrecadação pública e permite a continuidade das reformas estruturais num ambiente de otimismo e diálogo público’’, diz a carta. No entanto, o documento ressalta que os indicadores sociais e econômicos continuam preocupantes, pois apontam para o crescimento das diferenças entre incluídos e excluídos.
FMI
O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse durante a reunião com o CDES que uma possível renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) será determinada apenas pela retomada do crescimento econômico. ‘‘Se for necessário para a retomada do crescimento, renovamos (o acordo)’’, ratificou o ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro.

##

Conselho pede mais ousadia ao governo
Folha de S. Paulo
5/9/2003

O CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) pediu ao governo que seja mais "ousado" e "forte" para promover o desenvolvimento econômico, segundo a versão preliminar do quarto documento, fechado na reunião de ontem com o presidente Lula e ministros.
Na parte reservada da reunião, membros do conselho questionaram o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) sobre metas para a redução da taxa de juros, uma das premissas do crescimento.
A maioria dos empresários que integram o conselho defende o mecanismo, já que o governo tem metas para a inflação.
O conselho é composto por 92 representantes da sociedade civil -empresários, religiosos, sindicalistas e militantes de movimentos sociais- e 11 ministros. Sua função é ser um órgão consultivo da Presidência.
O documento reflete a tensão social do país, especialmente em relação aos conflitos agrários. Para acelerar o desenvolvimento, é preciso, diz o documento, democratizar a propriedade da terra e fortalecer a agricultura familiar.
"No Brasil é absolutamente compatível a coexistência da empresa rural, moderna e produtiva, que tem enorme importância econômica e social, com a pequena propriedade familiar." A convivência pacífica entre esses dois pólos deve

ser promovida pelo governo, ressalta o documento.
As cinco centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, CGTB e CAT) do país apresentaram documento alternativo, intitulado "A pauta do crescimento".
Os sindicalistas pediram "redução drástica nos juros", classificaram o momento atual como recessivo e alertaram que a estagnação cria um círculo vicioso que resulta em desemprego, retração de consumo e de investimentos.
No documento das centrais há 21 propostas, como a criação de postos de trabalho e a redução da jornada. O documento será analisado pelos conselheiros. Se aprovado, será incorporado ao documento oficial apresentado ontem.

##

Queda de juros não será drástica, diz Lula
WILSON SILVEIRA
Folha de S. Paulo
5/9/2003

Presidente diz que economia não é a de seus sonhos, mas critica a pressa de empresários e trabalhadores

No Palácio do Planalto, em discurso recheado de metáforas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a redução da taxa de juros não será "drástica" e cobrou mais ação dos empresários na solução de problemas sociais.
A fala do presidente, de improviso, durou cerca de 40 minutos e foi dirigida aos membros do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), que debateram um documento que pede, entre outras coisas, "redução drástica" da taxa de juros.
Com o documento na mão, Lula leu a frase em que defende a redução drástica de juros e questionou: "Por que a palavra drástica? Não bastaria falar em redução da taxa de juros?".
Lula afirmou que a queda de juros vai ocorrer, mas que "talvez não seja tão drástica como alguns querem". A próxima reunião do Banco Central para definir a taxa de juros, hoje em 22%, será nos dias 16 e 17. A expectativa do mercado é que ocorra uma queda de 1,5 ponto percentual.
Segundo Lula, a política econômica do governo é a possível: "A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do Palocci [Antonio Palocci Filho, ministro da Fazenda], do meu sonho, mas é a política econômica possível neste momento".
Falando a uma platéia de cem representantes da sociedade civil, entre os quais empresários insatisfeitos com a reforma tributária, Lula afirmou que os apressados, que cobram rapidez do governo, são os mesmos que há oito meses imaginavam o desastre.
Segundo o presidente, ninguém mais do que ele deseja o crescimento econômico: "Mais do que ninguém, eu desejo criar os empregos que eu reivindiquei. A minha vida inteira foi reivindicar".
Lula usou metáforas e imagens para rechaçar os apressados e classificar sua gestão de serena [veja quadro ao lado]. Disse que "a nau tem comandante" e que não será influenciado por "ondas" porque não é surfista. Para pedir paciência, citou o período de fertilidade das mulheres.
Ao avaliar que a economia brasileira está entrando em uma nova fase, criou outra metáfora, desta vez utilizando os pés de jabuticaba do Palácio da Alvorada.
O presidente também fez uma crítica à lógica pouco sentimental de empresários e de setores da sociedade. "Os empresários e a sociedade não podem pensar apenas com a cabeça. Nós, seres humanos, somos tocados a sentimentos. O número é gelado demais, ele não dá sentimento."
Lula mencionou também as pressões de exportadores para que o dólar fique acima de R$ 3,20 e dos empresários que têm dívida em dólar para que a moeda americana fique abaixo de R$ 3,00.
"O que vai estabilizar a nossa moeda é a estabilização da economia e da política. Não vai ser o tacão do presidente do Banco Central, do ministro da Fazenda ou do presidente da República. Vai ser a lógica da confiabilidade que conquistamos no mundo", disse.
Lula disse que o governo vai fazer tudo o que puder ser feito "no sentido de colocar um dinheirinho no mercado" para aumentar o consumo. Citou linhas de crédito, liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a possibilidade de novos acordos no setor automotivo, que teve redução de impostos.
Citando iniciativas de empresas na área social -abertura de restaurantes comunitários pela Coca-Cola, construção de cisternas por bancos e projetos de alfabetização pela Confederação Nacional da Indústria-, Lula cobrou maior participação do setor privado na solução dos problemas do país.
"Gente, vamos parar de pensar em nós mesmos. Vamos parar de sentar atrás de uma mesa e ficar dizendo: "Não, eu preciso disso, eu preciso daquilo, porque o dólar não sei das quantas, porque o juro não sei das quantas". Tudo isso é muito importante, a gente tem de discutir, mas vamos discutir o que cada um de nós pode fazer por aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que todos nós tivemos", afirmou.
"Muitas vezes, nós cobramos muito dos outros e cobramos pouco de nós. Alguns problemas do Brasil não serão resolvidos por nenhum governo. Nós temos alguns problemas no Brasil que só serão resolvidos no dia em que a sociedade brasileira chamar para si a responsabilidade de resolvê-los", acrescentou.

Conselho pede mais ousadia ao governo
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
O CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) pediu ao governo que seja mais "ousado" e "forte" para

promover o desenvolvimento econômico, segundo a versão preliminar do quarto documento, fechado na reunião de ontem com o presidente Lula e ministros.
Na parte reservada da reunião, membros do conselho questionaram o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) sobre metas para a redução da taxa de juros, uma das premissas do crescimento.
A maioria dos empresários que integram o conselho defende o mecanismo, já que o governo tem metas para a inflação.
O conselho é composto por 92 representantes da sociedade civil -empresários, religiosos, sindicalistas e militantes de movimentos sociais- e 11 ministros. Sua função é ser um órgão consultivo da Presidência.
O documento reflete a tensão social do país, especialmente em relação aos conflitos agrários. Para acelerar o desenvolvimento, é preciso, diz o documento, democratizar a propriedade da terra e fortalecer a agricultura familiar.
"No Brasil é absolutamente compatível a coexistência da empresa rural, moderna e produtiva, que tem enorme importância econômica e social, com a pequena propriedade familiar." A convivência pacífica entre esses dois pólos deve ser promovida pelo governo, ressalta o documento.
As cinco centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, CGTB e CAT) do país apresentaram documento alternativo, intitulado "A pauta do crescimento".
Os sindicalistas pediram "redução drástica nos juros", classificaram o momento atual como recessivo e alertaram que a estagnação cria um círculo vicioso que resulta em desemprego, retração de consumo e de investimentos.
No documento das centrais há 21 propostas, como a criação de postos de trabalho e a redução da jornada. O documento será analisado pelos conselheiros. Se aprovado, será incorporado ao documento oficial apresentado ontem.

##

'Podem ficar tranqüilos, porque a nau tem rumo'
TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
5/9/2003

Lula rebate críticas e diz que a política econômica não é a que ele quer, mas a possível
BRASÍLIA - Em longo discurso de improviso, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu ontem críticas à política econômica do governo, reconhecendo que esse não é o modelo que desejava adotar, mas o possível. "A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do (ministro da Fazenda, Antônio) Palocci, do meu sonho, do sonho de vocês, mas é a política que temos consciência que é possível fazer neste momento", declarou o presidente, dirigindo-se aos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que aprovaram um documento com ressalvas à política econômica.
Ao falar que seu governo age com cautela, o presidente sugeriu que nem sob pressão fará correção de rumo na economia, se o cenário não permitir: "Todos podem ficar tranqüilos porque a nau tem comandante e não vai ser nenhuma onda, porque eu não sou surfista, que vai fazer eu tomar medidas precipitadas." Lula insistiu em que as mudanças serão feitas "na hora e na medida certas".
O presidente abriu seu discurso respondendo ao primeiro pleito da pauta das centrais sindicais: redução drástica dos juros. "Ela vai acontecer, mas talvez não tão drástica como alguns querem." Em outro momento, afirmou que o que vai estabilizar a moeda não é "um tacão" do presidente da República ou do presidente do Banco Central. "É a estabilização da economia e da política. Vai ser a lógica da confiabilidade que nós conquistamos no mundo."
No discurso, o presidente rebateu ainda críticas sobre as negociações políticas do governo com o Congresso para aprovar as reformas. "Se meu partido não fizesse acordo com ninguém e aprovasse tudo, os que nos criticam nos chamariam de inábeis." Indiretamente, respondeu ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, que criticou o número de viagens que faz ao exterior, dizendo que são importantes para as relações do Brasil com o mundo, e brincou: "Se não viajasse, diriam que é porque não sei falar inglês."
A seguir, os principais pontos do discurso:
Eleição - "Não estou pensando na próxima eleição. Estou pensando é em uma próxima geração. Nós temos de ter responsabilidade. Não de pensar na eleição de prefeito, de governador, de presidente."
Orçamento - "Eu aprendi uma lição na reunião com os ministros. No próximo ano eu vou mandar um esboço de Orçamento um mês antes e vou dizer para os ministros: cada um vai ter 30 dias para me dizer aonde nós vamos arrumar a totalidade do dinheiro que todo ministro acha que deveria ter."
Subsídios - "A experiência de negociação nos leva a entender que ninguém respeita subalternos. Ninguém respeita a pessoa que vai negociar de cabeça baixa. Ninguém respeita um pedinte. Nós temos de chegar lá com força. Por isso, nós consolidamos e estamos consolidando a América do Sul."
Empresários - "O empresário brasileiro também precisa começar a pensar em ser grande. Não é nenhuma vergonha ser empresário, ser multinacional. Se quiser ser multinacional, tem de deixar de ser pessimista e procurar outros espaços."
Tacão - "Imagina se o Palocci tivesse o poder de dizer quanto é que vai ser o dólar. O que vai estabilizar a nossa moeda é a estabilização da economia e da política. Não vai ser o tacão do presidente do Banco Central, do ministro da Fazenda ou do presidente da República. Vai ser a lógica da confiabilidade que conquistamos no mundo. Sem brincar, sem mentir, sem vender facilidades."
Reivindicações - "Mais do que ninguém eu desejo criar os empregos que eu reivindiquei. A minha vida inteira foi reivindicar. Eu agora não questiono ninguém, só me questiono: eu tenho de atender às minhas próprias reivindicações."
Investimentos - "Não vamos conversar com empresários oferecendo discurso, vamos conversar oferecendo projeto. Vocês sabem que no frigir dos ovos o dinheiro que fica para os investimentos é sempre muito pouco. Então temos de

procurar quem tem dinheiro. São os nossos amigos empresários espanhóis, italianos, portugueses, franceses, chineses, libaneses. Sei lá."
Jabuticaba - "Estava andando com a Marisa e tem um monte de pé de jabuticaba... Eu estou desde janeiro na casa e nunca tem jabuticaba porque Brasília é muito seca e o sol bebe a água antes de ela chegar à raiz. Neste mês e pouco nós colocamos lá um gotejamentozinho. Está acontecendo com meu pé de jabuticaba o que vai acontecer com este país, o que vai acontecer na economia nacional."

##

Conselheiros aprovam texto mais ameno
Adriana Fernandes, Leonência Nossa, Renato Andrade e Vera Rosa)
O Estado de S. Paulo
5/9/2003

Conselho questionou ministro sobre transição para um novo modelo econômico
BRASÍLIA - Depois de cobrar 17 medidas imediatas para retomar o crescimento, como "metas de redução drástica na taxa básica de juros", o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social produziu ontem uma Carta de Concertação bem mais amena em relação às suas propostas. Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, cerca de 90 conselheiros - entre empresários, sindicalistas e representantes de organizações não-governamentais - concordaram com o novo texto, sustentando que o papel do colegiado não é o de se limitar à "crítica fácil".
Mesmo assim, Lula aproveitou a oportunidade para dar uma estocada em público em antigos companheiros. Ao receber dois documentos - um exclusivo das centrais sindicais e outro do Conselho, reivindicando a tesourada nos juros, Lula não se conteve. "Aqui está dizendo assim: é necessária uma redução drástica dos juros. E eu fico me perguntando por que a palavra drástica. Não bastaria falar redução da taxa de juros?", provocou.
O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, foi irônico. "É preciso que alguém peça a redução drástica dos juros para compensar aquelas pessoas do governo que não querem redução nenhuma", afirmou.
O ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, fez questão de destacar que, ao apresentar suas propostas ao Planalto, o grupo não pretendia produzir "fogo amigo" contra Palocci. "Quase me causam uma crise no governo", disse, numa referência às reportagens do Estado, contendo as críticas dos conselheiros à política econômica.
Apesar de publicamente abrandarem o tom, na reunião a portas fechadas empresários e sindicalistas questionaram Palocci sobre a demora da transição para um novo modelo econômico.
FMI - Uma das perguntas foi se o País já poderia caminhar com suas próprias pernas, sem necessidade de renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Palocci, mais uma vez, defendeu a retirada dos investimentos das estatais do cálculo do superávit primário (economia de gastos para pagamento dos juros da dívida) na negociação com o FMI.
"A renovação do acordo não é necessariamente ruim para o País", afirmou o ministro. "Nós gostaríamos que Palocci tivesse dado uma sinalização mais clara", resumiu o empresário Antoninho Marmo Trevisan.
Na conversa reservada com os conselheiros, o ministro disse que muitos governantes jogam a culpa pela ineficácia de suas administrações nas costas do FMI. "E aí o FMI assume o papel: vem aqui e faz aquele espetáculo das malinhas", brincou, numa referência aos dirigentes do FMI que sempre aparecem nas fotos carregando malas escuras. "Saí daqui frustrado", disse o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva. "Mais uma vez, não houve nada de concreto." (

##

Empresários divergem de otimismo oficial
Folha de S. Paulo
11/12/2003

Pesos-pesados da indústria contestam a avaliação do governo de que já teve início a retomada do crescimento
Em reunião ontem para avaliar o desempenho econômico da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, empresários pesos-pesados do setor industrial contestaram a avaliação do governo de que já teve início a retomada do crescimento. Os sinais não teriam chegado ainda "ao chão da fábrica", disse Paulo Skaf, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção).
Os ministros Antonio Palocci Filho (Fazenda) e Guido Mantega (Planejamento) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, insistiram em que a economia já voltou a crescer. Segundo Mantega, a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) neste último trimestre alcançará 3% em termos anualizados.
Entre as medidas que poderão ser tomadas no futuro para estimular o crescimento, Palocci falou da proposta de reduzir os tributos cobrados das empresas sobre a folha de pagamento dos empregados. A medida aumentaria o número de trabalhadores com carteira assinada.
A cúpula da equipe econômica participou de debate com os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Apesar de os empresários estarem otimistas com as perspectivas traçadas pelo governo, não concordam que o ritmo da atividade econômica já esteja mais forte.
"Achei boa [a apresentação do ministro Palocci]. Na teoria está certa, na prática a gente ainda não está sentindo isso

[retomada do crescimento]. Na ponta do varejo, do consumo e de produção a gente não está ainda tão certo desse crescimento, mas estamos apostando junto", disse Benjamin Steinbruch, presidente da siderúrgica CSN.
Paulo Skaf comparou o comportamento dos empresários ao do motorista que, diante do mau tempo, pára o carro no acostamento. "Se o tempo melhorar, vamos ligar o motor, sinalizar e, só depois, voltar à estrada", disse.
As perspectivas apresentadas pelo governo foram bem mais modestas do que as taxas de crescimento defendidas pelo Conselho (entre 5% e 7% ao ano),
Em 2004, o crescimento não terá "ritmo alucinante", teria previsto Henrique Meirelles, segundo relato do secretário-executivo do conselho, ministro Tarso Genro. A expectativa oficial levada à reunião é que a economia cresça entre 3% e 4% no ano que vem.
Para Steinbruch, a meta do governo deveria ser "um pouco mais audaciosa". Segundo ele, um crescimento inferior a uma faixa entre 4% e 5% não necessariamente vai reduzir o nível do desemprego e melhorar a renda do trabalhador. As empresas poderiam se basear no aumento da produtividade e da capacidade ociosa para crescer sem ter de contratar mais pessoal.
O conselheiro Luís Fernandes, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), estranhou a falta de medidas concretas no discurso da equipe econômica para estimular o financiamento público do desenvolvimento. "É extremamente preocupante que o governo mantenha o diagnóstico de que a crise decorre da desorganização das finanças públicas."

##

Empresários temem alta da carga tributária
Edna Simão
Jornal do Brasil
11/12/2003

Presidente do Banco Central promete que 2004 vai ser melhor

BRASÍLIA - A melhora dos indicadores econômicos brasileiros ainda não está sendo sentida pelos empresários. Ontem, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o consenso entre o governo e os empresários foi de que o país está preparado para crescer em 2004. O que ninguém sabe dizer é o momento exato em que este otimismo será transformado, por exemplo, em queda do desemprego.
O impacto da elevação da alíquota da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) de 3% para 7,6% também esteve na pauta do encontro. Isso porque um dos objetivos do conselho é evitar aumento da carga tributária. Durante a reunião, o conselheiro Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, apresentou ao ministro Tarso Genro uma proposta para reduzir os impactos setoriais do aumento da Cofins. Entre as sugestões que serão encaminhadas por Genro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o uso do acréscimo de R$ 4,8 bilhões na arrecadação da Cofins, nos dez primeiros meses do ano que vem, para fazer ajustes setoriais.
O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, participaram da reunião e traçaram um cenário otimista para 2004. Palocci reiterou a certeza da retomada do crescimento, que, segundo ele, já foi iniciada, e prometeu que 2004 será bem melhor.
- Todos os indicadores mostram que o Brasil está na rota sustentável do crescimento - afirmou o presidente do BC. Apesar da queda da produção industrial de outubro, Meirelles afirmou que há outros indicadores positivos.
- Isso depende do critério. É normal. O crescimento da produção não é uma reta, mas uma curva - disse, acrescentando que desde novembro os números de produção vêm apresentando melhora.

##

Conselho de Desenvolvimento critica Cofins
LU AIKO OTTA e VERA ROSA
O Estado de S. Paulo
11/12/2003

BRASÍLIA - Um grupo especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social preparou um documento que será entregue ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com críticas ao aumento da carga tributária embutido na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
O texto aborda o que os empresários chamaram de "preocupações e recomendações" sobre a Medida Provisória 135, que trata da cobrança cumulativa da Cofins.
Pela proposta dos conselheiros, setores que sofrem mais impacto da nova Cofins devem ser mantidos no atual regime, como educação, informática e tecnologia, administradoras de consórcios, transportes, indústria da construção civil e mercado imobiliário. Outra proposta é de que a folha de pagamentos seja desonerada, como forma de compensar o aumento nos recolhimentos da Cofins. Mais: que os ganhos de arrecadação sobre os importados sejam utilizados como "crédito compensatório para ajustes setoriais".
O consultor Antoninho Marmo Trevisan pôs em dúvida os cálculos do governo:
disse que a alíquota da nova Cofins, que passará de 3% sobre o faturamento para 7,6% sobre o valor adicionado, foi estimada da mesma forma como ocorreu com o PIS não cumulativo, adotado no início do ano. "A Fazenda sustenta que a

alíquota do PIS está calibrada, porque a arrecadação se manteve, mas o problema é que isso foi feito numa economia em queda", argumentou.
O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, Paulo Skaf, insistiu na necessidade de uma válvula de escape. "Isso é preciso para que o Executivo possa conceder créditos posteriores para os setores mais prejudicados", disse.

##

No conselho, sindicalistas criticam o governo
LU AIKO OTTA e VERA ROSA
O Estado de S. Paulo
11/12/2003

Secretário-geral da CUT pede a mudança do modelo econômico

BRASÍLIA - Os debates no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que se seguiram às apresentações do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro interino do Desenvolvimento, Márcio Fortes de Almeida, foram marcados por críticas à política econômica por parte de sindicalistas e pela defesa da condução da economia, por parte dos empresários. Houve protestos porque as autoridades fizeram suas exposições mas não ficaram para discutir os rumos da política econômica em 2004.
"É fato que o governo se aproximou mais da agenda da administração anterior, que era classificada como de direita. Então, temos essas críticas por parte dos aliados tradicionais, ditos de esquerda", afirmou um membro do Conselho, que não quis ser identificado. As críticas, porém, foram aceitas com naturalidade pelo secretário especial do Conselho, ministro Tarso Genro. "O Conselho não é uma estrutura coletiva para agradar aos ouvidos do príncipe", comentou.
Coube ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, que não fez nenhuma apresentação mas esteve na reunião, dar o tom otimista. "Já estamos crescendo a um ritmo de 3% a 4%", afirmou. Respondendo a críticas do próprio PT, que defenderá a flexibilização da política econômica em 2004 na reunião do diretório programada para este fim de semana, Mantega disse que o governo já vem adotando medidas para estimular a geração de empregos e o crescimento.
Tanto ele quanto Palocci descartaram mudanças na política fiscal em 2004, mesmo sendo ano eleitoral. "Esta é a garantia para que a taxa de juros continue baixa e o investimento privado aumente", acrescentou. Ele ponderou que em 2004 haverá mais recursos públicos para gastar, porque o País estará em rota de crescimento. "Mas é o setor privado que vai capitanear o crescimento", disse.
O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, disse que é necessário alertar a sociedade sobre a "necessidade de mudar o modelo econômico", pois só o controle da inflação não é suficiente para crescer. Ele quer que 2004 seja um ano destinado a colocar o salário e o emprego como questão central.
As críticas mais duras, porém, foram reservadas ao documento sobre Política Industrial, discutido no Conselho. "O documento não fala da questão do emprego, e num governo Lula isso não poderia acontecer", disse Felício. "Num governo Lula, em qualquer documento sobre política industrial deveria aparecer o contrato coletivo de trabalho, mas esse documento não fala disso."
O representante da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, lembrou que os sindicalistas conseguiram, neste semestre, fechar acordos com as empresas que levaram a ganhos reais nos salários. "Mas o que conquistamos com o patronato, a Fazenda nos tira via Imposto de Renda", disse. Ele acrescentou que a falta de correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) faz com que os ganhos reais de salários acabem lançando alguns trabalhadores, antes isentos, na lista de contribuintes do IR.
O contraponto aos sindicalistas ficou com os empresários, que apoiaram a política econômica mas cobraram avanços. Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, disse ter convicção "de que a política econômica é a correta", mas defendeu maior ambição por parte do governo, no sentido de perseguir uma taxa de juros real de 2% a 3%. Propôs que o governo estabeleça metas mínimas de US$ 25 bilhões para o saldo comercial e que a administração tenha por objetivo ganhar de 3% a 5% de produtividade, evitando o desperdício do dinheiro público. O presidente da Federação da Indústria do Paraná, Rodrigo Loures, disse que o governo Lula obteve um bom resultado na sua inédita decisão de manter uma política fiscal austera. "O superávit primário é a melhor âncora para o crescimento", afirmou. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Skaf, a avaliação de Palocci e Meirelles de que o Brasil já passou pelo pior ainda não foi sentida "na pele" por quem atua na economia real. "Meirelles e Palocci têm visão técnica do que estão fazendo, mas as boas notícias ainda não chegaram aos pontos de venda", concordou o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch.

SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA ATÉ A DÉCIMA

Conselho vai discutir projeto para 2022
Vera Rosa, Lu Aiko e Tânia Monteiro
O Estado de S. Paulo
10/3/2004

Quinze meses após sua criação, o CDES ainda tenta definir o foco de seus debates
BRASÍLIA - Um ano e três meses após sua criação, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tentará, na sua reunião marcada para amanhã, definir o foco de seus debates. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará o lançamento do Projeto Brasil 2022. Com ele, os integrantes do conselho discutirão um projeto de País.
As referências serão as metas fixadas no Plano Plurianual (PPA), que abrange o período de 2004 a 2007, as Metas do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015 e um projeto para 2022, quando se completam 200 anos da independência do País. "Os conselheiros se queixavam da falta de foco", disse o ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner. "A pauta tinha 360 graus, discutia-se de tudo", completou.
Com o Projeto Brasil 2022, ele acredita que haverá uma linha condutora para as discussões do Conselho. "Se quiserem discutir a taxa de juros, podem, mas o que o presidente quer é que o Conselho ajude na construção dos entendimentos sobre como criar um ambiente favorável ao desenvolvimento."
O ministro afirmou que não se trata de "reinventar a roda". O conhecimento reunido sobre esses temas ao longo do governo anterior será aproveitado. Até ontem, ainda não estava certa a presença do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, na reunião.
Além do projeto 2022, o Conselho discutirá as linhas gerais da política industrial. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, fará exposição de meia hora sobre os incentivos que estão sendo formulados para quatro setores: semicondutores, software, fármacos e medicamentos e bens de capital.
A política industrial, que prevê concessão de incentivos fiscais e crédito facilitado em troca de metas como a geração de empregos e o desenvolvimento regional, será discutida hoje na reunião da Câmara de Política Econômica. O conjunto das medidas que comporão essa nova política será divulgado até o dia 31 de março, segundo o governo.
Jogo combinado - Para Wagner, o importante da política industrial é que se trata de um "jogo combinado" de todo o governo.
Em outras palavras: ainda que as medidas envolvam novos incentivos fiscais, não haverá oposição do Ministério da Fazenda.
O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, já avisou que pedirá a formulação de medidas para outros setores além dos quatro que foram escolhidos pelo governo. Wagner, porém, alega que algumas das medidas vão beneficiar a economia como um todo. É o caso dos incentivos aos bens de capital.
Segundo o ministro, o presidente Lula quer pôr em andamento, ao longo do ano, uma agenda voltada para o crescimento econômico. Além da política industrial, avançam no Congresso medidas como o novo marco regulatório para o setor elétrico e a nova legislação sobre falências.
Esses anúncios, porém, não têm sido suficientes para animar o setor produtivo, principalmente depois que o Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu sua sucessão de cortes na taxa de juros básica da economia. "O anúncio por si só não tem o condão de acalmar", admitiu Jaques Wagner. O ministro acha que resultados concretos da política econômica serão visíveis em meados deste ano.

##

Política industrial vai a conselho incompleta
MARTA SALOMON
Folha de S. Paulo
10/3/2004

Depois de quase um ano em discussão no governo, a política industrial será submetida ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, amanhã, sem que estejam definidos os custos dos novos incentivos fiscais.
Ontem, o ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) não quis confirmar informação divulgada pelo diário inglês "Financial Times" de que o estímulo à produção de máquinas (bens de capital) alcançaria R$ 2 bilhões.
O setor é um dos já escolhidos pelo governo como estratégicos para o desenvolvimento econômico. Os outros três setores são fármacos e medicamentos genéricos, semicondutores e programas de computador, os softwares.
Esses setores estão definidos desde meados do ano passado. Eles aparecem relacionados em documento divulgado pelo governo em novembro, com o título "Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior". Desde então, representantes de cinco ministérios buscam detalhar o custo das medidas.
O anúncio desses detalhes estava previsto, desde então, para março. Segundo o ministro Jaques Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, as medidas serão anunciadas em detalhes até o final do mês.
Amanhã, a política industrial será o principal tema da reunião dos 90 conselheiros com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com exposição de Furlan.
Pressões
Wagner já reagiu antecipadamente a pressões de vários setores da economia descontentes por não terem sido escolhidos para beneficiários da nova política industrial. "Se não tiver foco, não tem política industrial nenhuma", afirmou o ministro. "Mas isso não quer dizer que vamos fazer o céu para alguns e inferno para os demais."
A política industrial será tema de mais uma reunião hoje da Câmara de Política Econômica (grupo de ministros que discute a situação da economia). Até o momento, o governo aparentemente superou as restrições a benefícios dirigidos a determinados setores da economia e até a recorrer a incentivos fiscais. Falta definir os detalhes da política industrial.

##

Lula vai pedir aval de membros do Conselhão
MARTA SALOMON
Folha de S. Paulo
11/3/2004

Texto será lido hoje
No documento que submeterá hoje ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedirá o aval dos representantes de empresários e trabalhadores à política econômica em vigor, sob ataque até dentro do PT, e à transição segura para um novo modelo de desenvolvimento econômico e distribuição de renda.
"As conquistas já alcançadas exigem a manutenção de um quadro político de tranqüilidade e de um conjunto de resultados macroeconômicos adequados", diz o texto sobre enunciados da política industrial, que será apresentada hoje aos membros.
O governo se preparou para ouvir críticas dos trabalhadores e empresários representados no conselho nesta quinta. O texto se antecipa às críticas e tenta contê-las. Foi redigido em conjunto pelos ministros Antonio Palocci Filho (Fazenda), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) e Jaques Wagner (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e afasta a possibilidade de mudanças na política econômica.
"Essas requeridas definições [a retomada do crescimento e a redução das desigualdades sociais] deverão ocorrer em uma conjuntura de consolidação de uma estabilidade duradoura", diz o texto.
O controle da inflação e dos gastos públicos não seria o único objetivo da política econômica, como reitera o documento: "O sucesso desse sistema no longo prazo, no entanto, está vinculado à capacidade de retomada dos investimentos, a recuperação do crescimento e o afastamento das expectativas inflacionárias paralisantes".
Política do setor sai dia 30, diz governo
O ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, disse ontem que a política industrial do governo só será detalhada no próximo dia 30. Hoje, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o presidente Lula deverá apresentar apenas as "linhas gerais" da política.
Em novembro do ano passado, o governo já havia apresentado as "diretrizes" em um documento divulgado no Ministério do Desenvolvimento. "Não esperem números amanhã [hoje]", disse Campos ao sair de uma conversa com o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda).
Campos disse apenas que os fundos ligados à ciência e tecnologia têm R$ 600 milhões para investir neste ano. "Cerca de R$ 260 milhões já estão comprometidos, mas o restante poderá ser destinado à política industrial", afirmou.
O ministro explicou que existe um compromisso do governo de liberar todos os recursos. Os fundos setoriais tiveram R$ 1,5 bilhão bloqueados para gasto nos últimos anos. Embora o dinheiro seja vinculado a despesas definidas, o bloqueio eleva o superávit primário do governo.
Segundo Campos, os financiamentos que serão concedidos no âmbito da política industrial virão do BNDES e de outros bancos oficiais, mas também estão previstos outros recursos orçamentários. Ainda não se divulgou o custo dos incentivos fiscais do novo programa. A política industrial foi um dos temas da reunião da Câmara de Política Econômica ontem.
Campos afirmou que o objetivo da política industrial em construção é aumentar a produção nacional tanto para exportação quanto para o mercado interno.

##

CDES define hoje como investir mais R$ 2 bilhões
TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
11/3/2004

Na pauta do Conselho, a discussão de caminhos para garantir retomada do crescimento

BRASÍLIA - Em meio a questionamentos do próprio PT sobre a política econômica do governo, o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) se reúne hoje pela primeira vez sob o comando do novo ministro Jaques Wagner para discutir a retomada do crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e a análise de um conjunto de medidas de política industrial que deverão injetar mais de R$ 2 bilhões na economia. A reunião será aberta com um pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contará com a participação dos ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Furlan.
Entre cobranças sobre os rumos da política econômica, integrantes do conselho também deverão pedir ao governo que mude sua relação com a instituição. "Nossa intenção é que o conselho possa produzir efeitos objetivos, mostrar caminhos. Produzimos muitos documentos, foram muitas discussões, mas agora é hora de agir para garantir o desenvolvimento do País", afirmou o 1.º vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy.
O governo ainda não ouviu de fato o setor produtivo, mesmo considerando sua representação no CDES, disse o presidente da Federação das Indústrias do Paraná e da Nutrimental, Rodrigo da Rocha Loures. Isso ficou claro na aprovação da reforma tributária. "Havia o compromisso de que não haveria aumento da carga e a realidade é outra. Precisamos de uma revisão total do sistema tributário, o que vai além da reforma constitucional."
De modo geral, porém, a disposição de o governo adotar uma política industrial é vista com otimismo. A carta de concertação que será debatida na reunião, distribuída previamente aos conselheiros, tem como princípio base a retomada

do crescimento econômico. No seu discurso, o presidente Lula deverá tratar das recentes polêmicas em torno da política econômica, mas com um tom de amenizar as divergências manifestadas por alguns setores do governo e do PT. A expectativa de fontes do Planalto é que Lula reafirme aos conselheiros que a política econômica executada por Palocci é a que ele, Lula, definiu.
O debate em torno da necessidade de modificar a política econômica se ampliou anteontem com as declarações do ministro Jaques Wagner, que considerou "normal" a discussão no PT sobre este tema. Por causa dessa entrevista, Wagner foi chamado por Lula ao Planalto ontem à tarde para se explicar. Pouco antes, foi a vez do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, defender ajustes na economia.
O Planalto está ciente de que os conselheiros farão coro às vozes discordantes do conservadorismo que tem marcado a atuação do Banco Central na redução das taxas de juros. O ministro Antonio Palocci não pretende polemizar com o colegiado. "O silêncio continuará sendo a posição do ministro", comentou um assessor. Até porque a própria carta de concertação a ser discutida na reunião defende a necessidade de o governo incentivar o crescimento.
O ministro Luiz Furlan apresentará as metas da política industrial e o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, apresentará o projeto Brasil 2022. As referências para os planos serão as metas fixadas no Plano Plurianual (PPA) - de 2004 a 2007, as Metas do milênio, fixadas pela ONU para 2015 e um projeto para 2022, quando se comemora os 200 anos da independência do Brasil.
Na sua exposição, Furlan apresentará os incentivos formulados para quatro setores: semicondutores, software, fármacos e medicamentos e bens de capital. No encontro, também serão debatidas as políticas de inovação tecnológica e de comércio exterior, além do texto da VI Carta de Concertação Política Industrial como Consenso para uma Agenda de Desenvolvimento. "Nossa expectativa é que realmente exista a disposição para construir uma agenda positiva", disse Paulo Godoy. Para Rodrigo Loures, o governo deve incluir "incentivos para o agronegócio e à biotecnologia."

##

Política econômica não mudará, diz Lula
RICARDO WESTIN
Folha de S. Paulo
12/3/2004

Reagindo a críticas vindas até do PT, presidente afirma que juro virou "bode expiatório" e que crescimento já é certo
No mais forte discurso em defesa da política econômica do governo até agora, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o país vai voltar a crescer neste ano e que a inflação está sob controle. Lula criticou ainda o aumento de preços para uma platéia formada por empresários e sindicalistas.
O presidente reconheceu também que os juros no país, hoje em 16,5% ao ano, estão altos, mas afirmou que são os menores juros reais em dez anos. Ao dizer que não discute se as críticas aos juros altos são "justas ou injustas", ele afirmou que eles se transformaram no "bode expiatório de todo o problema do governo".
Sem fazer referência direta ao ajuste fiscal, criticado até por governistas, Lula disse que, na política, vem tentando fazer aquilo que faz na vida pessoal: nunca gastar mais do que recebe.
O discurso de Lula, que durou 56 minutos, foi feito durante reunião do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), realizada ontem no Palácio do Planalto, para apresentação da política industrial do governo.
"Não há como a economia brasileira não crescer neste ano. Possivelmente não vai crescer o tanto que nós gostaríamos que ela cresça, mas vai crescer", disse Lula.
Seu discurso foi uma resposta às críticas à condução da política econômica feitas pela oposição, pelo PT e por membros do próprio governo. Críticas que aumentaram após a divulgação, no final de março, de que a economia brasileira encolheu 0,2% em 2003.
Lula reconheceu que a política econômica "certamente merece críticas", mas afirmou que não pretende alterá-la. Para justificar, usou uma metáfora: "Quando uma criança pequena tem crise de bronquite, você leva ao médico. Tem médico que a primeira coisa que faz é meter antibiótico no moleque. A criança fica com problemas causados pela enorme quantidade de antibióticos. Nós não teremos antibiótico".
Sobre a inflação, disse que "estamos mais próximos de atingir a meta de 5,5% de inflação do que em qualquer outro momento deste país". Com isso, deixou claro que não pretende alterar a meta de inflação, medida defendida por empresários e sindicalistas como forma de reduzir os juros.
Ao comentar medidas de estímulo à construção civil, anunciadas na semana passada, afirmou: "Teve gente que não gostou, mas também nem Jesus Cristo conseguiu unanimidade. Por que nós haveríamos de construir para cada coisa uma unanimidade? Vamos fazendo a arte do possível".
Ao defender a política econômica, Lula defendeu o trabalho do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda). Apesar de integrar o Conselhão, como é conhecido o CDES, ele não foi à reunião. A seguir, os principais trechos do discurso do presidente.
DEMORA - No início do discurso, Lula dirigiu-se aos que cobram crescimento econômico imediato. Disse que "fazer a coisa com seriedade leva mais tempo (...) Como nós não estamos pensando em fazer um programa para um governo ou um programa para uma eleição, não temos pressa de demorar um mês a mais ou dois meses a mais, de receber mais ou menos críticas. Queremos fazer as coisas com a solidez que uma nação precisa ter para que ela possa crescer de forma sustentável".
"PLANO LULA" - "Cada ministro da Fazenda que entrava inventava um plano, o seu plano, o seu nome, o seu sucesso", disse, citando planos feitos por outros governos. "Então, tomei a decisão: não é justo que inventemos o Plano Palocci, o

Plano Lula ou um plano qualquer para ter sucesso de meio dia ou de meia hora. Porque depois alguém vai ter arcar com o prejuízo. E vai ser o próprio povo."
DESEMPREGO - O presidente também rebateu as críticas daqueles que cobram a criação de 10 milhões de empregos, prometida por ele durante a campanha presidencial. "Preparar o Brasil que queremos não é inventar como gerar emprego. O emprego que precisamos construir é um emprego sólido. E, para isso, resta a economia voltar a crescer. E vocês sabem que ela vai crescer."
TAXA DE JUROS - "Ela é alta mesmo, mas é a mais baixa dos últimos dez anos do ponto de vista dos juros reais [sem contar a inflação]. E ainda é alta", disse Lula. "Todo mundo reconhece, do mais simples mortal brasileiro ao mais importante dirigente do país, que as taxas de juros reais ainda são elevadas se comparadas às de outros países." Segundo ele, "qualquer investidor sabe que alguém que está aí oferecendo juros astronômicos é porque alguma coisa não está bem".
INFLAÇÃO - Lula fez uma provocação aos empresários que acompanhavam o discurso. Deu a entender que setores da economia seriam gananciosos e teriam sido os responsáveis pela retomada da inflação em janeiro. "Quem sabe fosse importante que o Conselho discutisse o que fazer quando um determinado setor da economia tem sede de ganhar mais, aproveitando o poder de compra de alguns segmentos e, em vez de vender mais, aumenta o preço."
Em seguida, lançou a pergunta: "Quais instrumentos vocês indicariam para o governo evitar que isso [aumento de preços] aconteça?". Dirigindo-se à platéia, integrada por empresários, ele respondeu: "Não conheço muitos. Um deles são os juros, mas o outro poderia ser a redução de alíquotas de importação daquele produto similar a zero. Aí [citando nomes de sindicalistas], iriam fazer passeata dizendo que isso estaria causando desemprego".
Em seguida, descartou o controle de preços como instrumento a ser usado para baixar a inflação: "Está provado que não dá certo".
META DE INFLAÇÃO - O presidente defendeu a meta de inflação deste ano, de 5,5%. "Mas aparece alguém e diz assim: "Por que 5,5%? Não pode ser 6%". Ora, quem quer que chegue aos 6% vai querer que chegue aos 7%. Sempre é possível 1% [sic] a mais. Nós poderemos até ter 1% a mais de inflação se não tivermos competência para cumprir aquilo que nós mesmos determinamos."
Ainda recorreu a uma metáfora para falar da meta de inflação: "É como uma criança que vai para a escola. Ela sabe que o mínimo é cinco e não estuda nunca para ter mais que cinco. Está sempre na rebarba. Chega ao fim do ano e fica para recuperação. Nós não queremos ficar para recuperação. Queremos controlar a inflação".

##

Palocci foi o grande ausente
O Globo
12/3/2004

BRASÍLIA. A ausência do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) chamou a atenção. Apesar de ter participado de todas as discussões sobre a nova política industrial anunciada ontem pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, Palocci decidiu na última hora faltar à reunião para não ofuscar Furlan. Além disso, antevendo as cobranças de empresários e sindicalistas, ficou acertado que o próprio Lula faria a defesa veemente da política econômica.
O teor do discurso foi discutido na véspera, em reunião entre Lula, Palocci e Jaques Wagner, presidente do CDES. Mesmo assim, a fala de Lula não foi capaz de pôr um ponto final na discussão sobre os rumos da política econômica que consome seu partido. O próprio ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, disse que o partido não é obrigado a compartilhar da mesma opinião do governo. Mas amenizou:
— Que o PT compreenda que a natureza do processo decorre de um conjunto de decisões tomadas nos últimos 20 anos. Não é apenas com voluntarismo que vamos romper condições preestabelecidas.
O ministro da Educação, Tarso Genro, também brincou que o debate sobre juros seria inevitável:
— Onde tem empresário, tem trabalhador, está presente a discussão sobre juros. Petistas? Ah, pode incluir também.
Oficialmente, assessores do Planalto e do Ministério da Fazenda alegaram compromissos de agenda para a ausência de Palocci e Furlan se apressou em dizer que havia total unidade em relação à política industrial.
— Não há divergência. O Palocci está cansado de me ver esta semana — brincou, lembrando das muitas reuniões que fizeram.
Numa sala sem microfones para os conselheiros, Lula tentou quebrar o gelo e até brincou com a falta de um copo d'água à sua disposição, dizendo que deveria ser efeito dos cortes no Orçamento. (CJ, CS e EO)

##

Lula anunciará estímulo ao crédito
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
13/5/2004

Medidas devem ser divulgadas em reunião do Conselho Social
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar hoje alterações no programa Primeiro Emprego e outras medidas de estímulo ao crédito e à criação de vagas no mercado de trabalho, como parte da agenda positiva que o governo tenta

contrapor aos sucessivos desgastes dos últimos meses.
O anúncio é esperado em reunião do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) no Palácio do Planalto, cujo tema será "a retomada do crescimento sustentado".
Criado por Lula e formado por representantes da sociedade, especialmente do empresariado, o conselho tem sido um veículo de críticas à política econômica.
A pedido dos conselheiros, o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) participará do encontro. Fará uma exposição sobre os resultados obtidos até aqui, que será seguida por debates.
Depois, Lula fará o seu pronunciamento, no qual deve anunciar medidas -a maior parte delas já antecipada em outros pronunciamentos.
No caso do Primeiro Emprego, deve cair a regra que proíbe os empresários beneficiados pelo programa de reduzir o quadro de pessoal por um ano.
Avalia-se que essa restrição afastou o empresariado do programa, que subsidia a contratação de jovens carentes de 16 a 24 anos.
Também há intenção de elevar os subsídios, que hoje vão de R$ 600 a R$ 1.200 por ano, para o valor único de R$ 1.500.
Lançado em junho do ano passado como uma das prioridades de Lula, o Primeiro Emprego não deslanchou -como o próprio presidente reconheceu em discurso na semana passada.
Até o mês passado, o Ministério do Trabalho contabilizava 707 contratados por meio do programa. A meta é, ou era, chegar a 250 mil até dezembro.
As alterações no programa serão feitas por meio de uma medida provisória que vem sendo discutida pelos integrantes do governo nas últimas semanas. Não é certo, porém, se a medida provisória será editada hoje.
Aposentados e empresas
Segundo o deputado Renato Casagrande (PSB-ES), Lula disse ontem, em reunião com os líderes partidários da Câmara, que deve anunciar ainda medidas para facilitar o crédito aos aposentados e a criação de empresas.
No primeiro caso, pretende-se permitir que aposentados e pensionistas tomem empréstimos e tenham os pagamentos descontados diretamente dos benefícios que recebem do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).
Além de facilitar a vida dos aposentados, essa forma de "pagamento", via desconto, reduzirá o risco para os bancos e, conseqüentemente, os juros que serão cobrados dos tomadores dos empréstimos. Com essa medida o governo pretende também aumentar as vendas.
O presidente da CEF (Caixa Econômica Federal), Jorge Mattoso, já disse que as taxas de juros dessa linha serão de 1,75% a 2,8% ao mês.
Quanto à criação de empresas, o governo estuda permitir que pessoas físicas constituam "pré-empresas", uma nova modalidade de empreendimento cujo objetivo é reduzir a burocracia envolvida na abertura de uma microempresa.

##

As novas promessas do governo
Lilian Tahan e Vicente Nunes
Correio Braziliense
14/5/2004

Presidente anuncia, entre outras medidas, a liberação de recursos para investimentos em obras rodoviárias e de saneamento. O grande objetivo é promover o crescimento da economia e a geração de empregos
Em meio à crise política instalada depois da decisão do governo de expulsar do país o correspondente do The New York Times, Larry Rohter, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva redobrou os esforços para criar uma agenda positiva. Ao participar da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDS), Lula divulgou um pacote de medidas nas áreas de investimento em estradas, obras de saneamento e benefícios a aposentados, prometendo reativar a economia e gerar mais empregos (leia quadro nesta página). Somente com o pagamento da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), defasado por planos econômicos, os idosos com mais de 60 anos vão receber cerca de R$ 2,7 bilhões. Para obras de saneamento, foram disponibilizados R$ 2,9 bilhões.
O pacote já estava pronto há duas semanas. Mas Lula desistiu de divulgá-lo naquele momento ao avaliar que a coincidência com o minguado reajuste do salário mínimo, de R$ 240 para R$ 260, poderia tirar o peso das medidas. Ontem, Lula aproveitou a reunião com os conselheiros para mostrar que o governo está disposto a investir e convocou os empresários, mais uma vez, a se engajarem nos projeto de retomada do crescimento. A resistência é grande. ‘‘Os empresários só se sentem confortáveis para investir no aumento da produção quando têm a garantia do retorno do capital’’, disse o presidente do Grupo J Macedo, Amarílio Macedo, que integra o CEDS.
Queixas
Procurando mostrar bom humor e confiança de que seu governo está no caminho certo, Lula comemorou os avanços que o país tem conseguido no comércio exterior, graças à avaliação positiva do Brasil em outros países. Para que o país avance mais, no entanto, o presidente admitiu que o crescimento econômico precisa estar sustentado em ações práticas. ‘‘Falar em crescimento econômico e inclusão social requer também medidas concretas. Quero marcar a reunião de hoje com iniciativas que beneficiarão, de modo direto e muito significativo, a nossa sociedade, especialmente os setores mais pobres do nosso país’’.
Certo de que sem investimentos o país não vai crescer nem gerar emprego e renda, Lula alfinetou os empresários ao dizer que, muitas vezes, o problema não é de dinheiro, mas, sim, de projetos concretos. ‘‘Muitas vezes nós nos queixamos de que não tem crédito, muitas vezes nós nos queixamos de que o spread (ganho dos bancos) é alto, muitas vezes nós nos

queixamos de uma série de coisas. Mas muitas vezes nós deixamos de dizer que não tem projeto. Só que não é o dinheiro que faz o projeto, é o projeto que faz o dinheiro'', afirmou. ''Com os grandes projetos, certamente teremos mais facilidade de arrumar dinheiro para elaborar os grandes investimentos, ou aqui ou lá fora.''

Indicadores

Em perfeita sintonia com o discurso otimista de Lula, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pintou um quadro cor-de-rosa para a economia brasileira durante a reunião do CDES. Segundo ele, as condições para o crescimento econômico estão consolidadas e o Brasil está muito mais resistente a choques externos. Munido de gráficos e tabelas, Palocci procurou convencer empresários e sindicalistas integrantes do conselho, que os indicadores da economia estão muito melhores, mesmo quando comparados aos de 2000, considerado o melhor ano da era Fernando Henrique Cardoso.

Pelas contas de Palocci, em 2000 a taxa média de juros (Selic) ficou em 17,6% ao ano, caindo para 16,3% no primeiro trimestre de 2004. Há quatro anos, assinalou o ministro, a balança comercial registrava déficit de US$ 700 milhões. Nos últimos 12, o saldo ficou positivo em US$ 27,2 bilhões. Dos indicadores apresentados por Palocci, o único que piorou foi a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 48,8% para 57,4%. É justamente o tamanho da dívida a principal preocupação dos investidores em relação ao país. ''O provável aumento dos juros nos EUA não deverá comprometer a retomada do crescimento brasileiro'', afirmou.

Agenda positiva

Programa Universidade para Todos

Em cinco anos o governo espera incluir 300 mil estudantes de baixa renda nas universidades brasileiras. Para tanto, a presidência enviará projeto de lei ao Congresso Nacional para criar alternativas de permitir acesso aos jovens pobres ao ensino superior gratuito. Uma delas será a reserva de 10% das vagas nas instituições privadas e 20% nas filantrópicas para bolsas de estudo em troca de isenção fiscal por parte do governo. O programa também visa a atender professores da rede pública que ainda não possuem curso superior.

Sistema de Reserva de Vagas

O governo enviará projeto de lei ao Congresso Nacional para reservar metade de todas as vagas em universidades públicas federais a estudantes que cursarem pelo menos o ensino médio em escolas públicas. Com a medida, o Ministério da Educação estima preencher 60 mil vagas com alunos da rede de ensino público. Uma parcela dessas vagas será reservada para negros e índios, de acordo com a população indicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Soldado Cidadão

A partir de agosto, serão abertas 30 mil para recrutas nas Forças Armadas. Os jovens em idade de alistamento militar vão receber atenção diferenciada pelo programa Soldado Cidadão que vai disponibilizar cursos de educação profissionalizante. Quando desligados das Forças Armadas, os ex-recrutas serão encaminhados para o mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine). A proposta será executa em parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação.

Primeiro Emprego

O programa de geração de emprego para jovens entre 16 a 24 anos sofrerá alterações. Ao contrário da versão original, não haverá mais restrição à participação de jovens com ensino médio completo. Será permitido o contrato temporário dos candidatos, o que abre a prerrogativa para as empresas de demitirem os recém-contratados. O incentivo às empresas por jovem contratado passa de R$ 600 a R$ 1200 ao final de 12 meses para R$ 1500.

Crédito para aposentados e pensionistas do INSS

Projeto de Lei da presidência da República cria o crédito com desconto em folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS. A parcela descontada no salário será maior que 30% do valor do salário recebido pelo aposentado. A expectativa do governo é que com o desconto em folha, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil poderão atingir 19 milhões de empréstimos a baixas taxas de juros, que variam entre 1,75% em 12 meses, 2% em 24 meses ou 2,8% por 36 meses.

Liberação integral do FGTS para pessoas acima de 60 anos

O governo vai antecipar o pagamento de R$ 2,7 bilhões das parcelas da correção do FGTS referente a planos econômicos passados às pessoas com mais de 60 anos de idade que já assinaram o termo de adesão com a Caixa Econômica Federal. Até então, o acerto do governo para o pagamento do FGTS era em parcelas semestrais.

Restauração das estradas brasileiras

A partir de junho, o governo inicia a restauração de 7,8 mil quilômetros de estradas federais. até abril de 2005. A previsão de gastos é de R$ 2 bilhões. A prioridade do projeto com prazo para ser finalizado até abril de 2005 serão os trechos por onde o escoamento da produção para as exportações é mais intenso. Estados produtores de soja, por exemplo, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão na lista de prioridades para investimentos rodoviários. O projeto da recuperação será feito em parceria entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Agricultura.

Liberação de recursos para saneamento básico

O governo pretende firmar, até o fim de maio, contratos com estados, municípios e empresas de saneamento no valor de R$ 2,9 bilhões para construir estações de esgoto e redes de abastecimento de água. A fonte de financiamento desses contratos será o FGTS. Na semana que vem serão anunciadas as cidades beneficiadas.

##

Para Palocci, turbulência externa não afetará o Brasil
GUSTAVO PATU , SÍLVIA MUGNATTO
Folha de S. Paulo
14/5/2004

Governo defende política econômica e mantém previsão para o PIB
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, defenderam ontem a política econômica e disseram a uma platéia formada majoritariamente por empresários e sindicalistas que a atual turbulência financeira não prejudicará o crescimento econômico esperado neste ano, de 3,5%.
"Não há razão para acreditar que essa movimentação que ocorre hoje [a expectativa de alta dos juros nos EUA] possa trazer uma deterioração das nossas contas e da nossa retomada de crescimento", disse Palocci, que incluiu o tema na exposição que fez ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
No encontro, cujo tema era "a retomada do crescimento sustentado", vários dos presentes manifestaram sua preocupação com os efeitos do aumento dos juros americanos sobre o setor produtivo brasileiro.
"Nós sabemos o que representa a economia mundial, sabemos o que pode significar o aprofundamento da crise para os países emergentes, mas aqui no Brasil estamos totalmente tranqüilos e espero que o Palocci tenha passado essa tranqüilidade para vocês", disse Lula aos conselheiros.
"Não há nada pior para um político, para um governo, do que o chamado medo premeditado ou a tomada de posição em razão de uma coisa que nem sabemos se vai acontecer. Nós tomamos uma decisão, um rumo e vamos seguir nele até porque até agora ele deu mais certo do que errado", disse.
A estratégia de convencimento de Palocci foi comparar sete indicadores atuais com os do ano 2000 -que não foi escolhido por acaso: foi um ano de alta nos juros dos Estados Unidos, que não impediu, porém, o crescimento de 4,36% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.
Foram comparados inflação, taxa de juros, superávit primário (a economia de receitas públicas destinada a pagar juros da dívida), balança comercial, volume de títulos indexados à variação cambial, juros pagos pelos títulos da dívida externa e relação entre dívida pública e PIB.
Segundo o quadro exibido por Palocci com o título "Uma economia menos vulnerável", o país ostenta números melhores que os de 2000 em seis dos sete indicadores. O raciocínio, porém, merece ressalvas. O indicador que apresenta piora é justamente o mais importante deles: a dívida pública, que passou de 48,8% do PIB, em 2000, para 57,4% agora. Para os investidores, o alto endividamento do setor público é o principal fator de incerteza em relação à solidez da economia.
Ainda na tabela de Palocci, o título mais negociado da dívida externa brasileira, o C-Bond, pagou no primeiro trimestre juros 5,69 pontos percentuais acima da taxa dos papéis americanos, contra 7,24 pontos em 2000. No entanto, o risco-país, calculado com critérios similares, tem subido fortemente neste ano. Ontem, caiu 1,80%, para 763 pontos.
Aos conselheiros, tradicionalmente críticos da política ortodoxa da Fazenda, o ministro disse que "o Brasil precisa de um período prolongado de ajuste" para chegar a um equilíbrio permanente. "A ousadia consiste em ser persistente", afirmou.
Empresários
Os empresários e economistas que são membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social estão, diferentemente do governo, divididos em relação aos efeitos da conjuntura internacional sobre a economia brasileira.
O economista José Carlos Braga, professor da Unicamp, disse que o Brasil ainda é bastante vulnerável aos choques externos. "Não podemos deitar falação definitiva sobre o que vai acontecer. O grau de névoa é muito grande."
Essa também é a opinião do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Horacio Lafer Piva. "Tudo vai depender do desenvolvimento da economia mundial e da economia americana. Se a economia mundial não andar com o vigor necessário, o Brasil vai sofrer."
Embora não tenha comentado possíveis efeitos sobre a economia brasileira, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), ressaltou o lado positivo da instabilidade atual.
"Seria pior se fosse um quadro recessivo. Mas, para enfrentar isso, os fundamentos da economia brasileira estão mais sólidos."

##

Lula garante que política econômica do país não muda
Cristiane Jungblut e Martha Beck
O Globo
14/5/2004

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou ontem a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para assegurar que o Brasil está tranqüilo em relação a uma eventual crise mundial e que a política macroeconômica não vai mudar. Lula disse que o governo tem conseguido mais acertos do que erros e que não há nada pior do que tomar medidas premeditadas com base no medo do que pode acontecer. Ele também lembrou que o país precisa ter mais responsabilidade na área econômica, principalmente num momento em que a imprensa mostra a crise mundial todos os dias.
— Sabemos o que pode significar o aprofundamento da crise em países emergentes, mas, aqui no Brasil, estamos tranqüilos. Vamos continuar com a mesma consistência com que começamos. Não tem nada pior para um governo do que o chamado medo premeditado, ou a tomada de posição em função de uma coisa que nem sabemos se vai acontecer. Tomamos um rumo e vamos seguir nele, até porque até agora ele deu mais certo do que errado — disse Lula.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deixou claro que ainda não é possível tornar o ajuste fiscal ou a meta de superávit primário (4,25% do PIB) mais flexíveis. Segundo ele, o ajuste do governo Lula tem apenas um ano e quatro meses e precisa ser mantido para que tenha resultado no longo prazo.
— Para conquistar um ajuste definitivo em suas contas, o país precisa de um período prolongado de acerto para que ele seja definitivo e tenha como características mínimas não contar com nova carga tributária, contar com corte de despesas e reduzir a relação dívida-PIB. É isso que vai dar condições de o Brasil crescer no longo prazo com taxas mais elevadas — disse Palocci.
O ministro também afirmou que o Brasil está menos vulnerável a crises externas. Ele fez uma comparação entre os indicadores econômicos deste ano e de 2000, quando também houve turbulência no mercado internacional devido à queda nas ações das grandes empresas de internet.
— A economia está bastante menos vulnerável a crises externas. Não há razões para pensar que vai haver deterioração das nossas contas — disse Palocci.

Lula: 'Palocci tem um coração maior que o corpo'
Lula ressaltou que sua equipe vai atuar com a mesma seriedade e consistência com que começou e elogiou o ministro da Fazenda:
— O Palocci é um homem do coração maior que o corpo. Se tiver bom projeto, você pode ficar certo que as políticas públicas serão infinitamente maiores do que foram até agora.
Lula disse aos conselheiros que nem sempre o governo pode fazer o que gostaria:
— Todos vocês sabem que não existe milagre, não existe possibilidade de trazermos para cá alguém que possa fazer mágica. Muitas vezes, no governo, temos os mesmos desejos que vocês (integrantes do CDES) têm. Há uma pequena diferença: é que nós, às vezes, temos que assinar o cheque. E quando você tem que assinar o cheque aumenta um pouquinho o nervosismo da decisão. É como um jogador que vai bater o pênalti, ou seja, ele pode ser bom de bola, na hora que ele fica na frente do goleiro, ele tem que contar até dez — disse o presidente.
Ao cobrar mais uma vez dos empresários a apresentação de projetos viáveis de infra-estrutura, Lula lembrou que o Estado não tem condições de ser o grande indutor para o crescimento da economia e que por isso mesmo foi criado o projeto das parcerias Público Privada (PPPs).
— Quando mandamos para o Congresso o PPP, foi exatamente para criar alternativas à fragilidade do Estado.

##

'Até agora, deu mais certo que errado', diz Lula
TÂNIA MONTEIRO e VÂNIA CRISTINO
O Estado de S. Paulo
14/5/2004

Presidente anuncia pacote de medidas e garante que o governo está tranqüilo e não vai mudar o rumo
BRASÍLIA - Depois de ouvir previsões pessimistas sobre o futuro do País por causa das turbulências externas e receber cobranças de medidas que beneficiem o crescimento e criem mais empregos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou ontem acalmar os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES): "Aqui, no Brasil, estamos totalmente tranqüilos." O presidente avisou que vai persistir na política econômica, que o governo tomou um rumo "e vai seguir nele, até porque até agora ele deu mais certo do que errado".
Lula advertiu que "não existe milagre" e "não existe possibilidade de trazermos para cá alguém que possa fazer mágica". Afirmou ainda "não tem nada pior para um político, para um governo, do que o medo premeditado ou a tomada de posição em função de uma coisa que nós nem sabemos se vai acontecer". Em discurso, parte lido, parte improvisado, o presidente afirmou que sabe, perfeitamente "o que pode significar o aprofundamento da crise em países emergentes".
Por isso, acentuou, esperava que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tivesse passado essa tranqüilidade para os conselheiros, a quem pediu que continuassem colaborando com o País. "Iremos continuar com a mesma seriedade que começamos, com a mesma consistência que começamos", declarou, ao justificar as medidas adotadas pelo governo.
Pênalti - "Muitas vezes, no governo, temos os mesmos desejos que vocês têm", disse ele, fazendo uma ressalva. "Há uma pequena diferença: é que nós, às vezes, temos que assinar o cheque. E quando você tem que assinar o cheque aumenta um pouquinho a nervosismo da decisão", salientou o presidente, que voltou a comparar a situação da economia com o futebol.
"É como um jogador que vai bater o pênalti. Ele pode ser bom de bola, mas na hora que fica na frente do goleiro tem de contar até 10", comentou Lula.
"Nós, então, temos que ter mais, eu diria, responsabilidade, na medida em que a imprensa publica todo dia a crise mundial."
Lula aproveitou para rebater as queixas de que falta dinheiro para muitos projetos. "Muitas vezes nos queixamos de que não tem crédito, muitas vezes nos queixamos de que o spread é alto, muitas vezes nos queixamos de uma série de coisas, mas nós muitas vezes deixamos de dizer que não tem projeto", afirmou Lula, citando palavras de Palocci: "Não é o dinheiro que faz o projeto, é o projeto que faz o dinheiro."
Em seguida, fez questão de elogiar o ministro da Fazenda: "É um homem do coração maior que o corpo e, se tiver um bom projeto, você pode ficar certo que as políticas públicas serão infinitamente maiores do que foram até agora". Segundo ele, muitas vezes, quando há o anúncio de medidas no Planalto, "as pessoas saem daqui achando que ao abrirem a porta e saírem na rua já vão ver uma máquina trabalhando". O presidente afirmou que o dinheiro está sendo posto à

disposição e às vezes não é usado porque os beneficiários estão inadimplentes ou enfrentam outras dificuldades para tocar o projeto.
O pacote para reduzir o desemprego e reaquecer a economia anunciado trouxe medidas já conhecidas e esperadas. Muitas delas, como a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os idosos e a alteração na lei do Primeiro Emprego estavam prontas desde fevereiro. Só faltava o anúncio oficial. A liberação de dinheiro do saneamento, por exemplo, de R$ 2,9 bilhões, foi decidida no ano passado. A mesma coisa ocorre em relação ao empréstimo com desconto em folha para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
Em seu discurso, o presidente disse que o empréstimo para os aposentados com desconto em folha seria adotado via projeto de lei. Foi um equívoco, pois a medida já está na mesma legislação que permitiu o crédito com desconto em folha para os trabalhadores na ativa.
O pacote trouxe apenas uma novidade. O governo enviou projeto de lei para que as faculdades privadas ofereçam vagas gratuitas aos jovens de menor renda. Outro proposta prevê que as universidades federais terão de reservar metade das vagas para alunos que concluíram o segundo grau nas escolas públicas.

##

Palocci pede coesão nacional pelo crescimento
ADRIANA FERNANDES
O Estado de S. Paulo
14/5/2004

Em reunião do Conselho, ministro reafirma ainda compromisso com controle de gasto público
BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fez ontem, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um apelo a empresários e sindicalistas para que participem do esforço de coesão nacional em torno de uma agenda de crescimento econômico, .
Palocci exibiu dados que apontam para o crescimento de diversos setores da economia este ano. "O processo de desenvolvimento econômico está começando a se disseminar pela economia", garantiu ele.
O ministro reafirmou a política econômica e afastou a possibilidade de o governo reverter o controle de gastos praticado desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Àqueles que ainda defendem ousadia do governo na condução da política econômica, Palocci mandou um recado direto: "A ousadia consiste em ser consistente na busca das metas".
A agenda para o desenvolvimento econômico, segundo o ministro, não se constrói apenas com esforço solitário do governo. "Uma agenda como essa não se faz pelo esforço só do governo. Ou há uma coesão no País em torno desses objetivos fundamentais e de outros que possam ser de comum acordo compartilhados ou os avanços não serão significativos", afirmou.
O crescimento econômico sustentado, na avaliação de Palocci, será alcançado, mas para isso o governo ainda tem de persistir, por mais alguns anos, no ajuste fiscal. "O Brasil precisa de um ajuste prolongado para que seja definitivo", disse ainda o ministro a platéia de empresários e sindicalistas. "É preciso esforço. É preciso ter unidade nos objetivos do País", acrescentou.
Palocci contou que muitas vezes é indagado se já não é hora de o governo abrandar o aperto fiscal. Quando isso ocorre, lembra, a resposta é que a política fiscal "segura e responsável" tem apenas um ano e quatro meses.
"Que saia de nosso dicionário, da nossa agenda, os desequilíbrios freqüentes que marcaram a história econômica do País", disse. Só assim, explicou, haverá crescimento consistente, que possa interferir de maneira sadia no desenvolvimento econômico do País.
Sem citar a expressão "herança maldita", Palocci disse que nos primeiros quatro anos do real não houve superávit fiscal suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, que foram financiadas com o aumento da carga tributária. No primeiro ano do governo Lula, o ajuste fiscal foi praticado sem que houvesse um aumento da carga tributária, insistiu.
Medidas - Antonio Palocci enumerou as medidas que estão sendo adotadas dentro da chamada Agenda de Desenvolvimento, entre elas a redução do custo de capital, para melhorar a eficiência, a produtividade e o ambiente de negócios.
"Estamos criando melhor ambiente de negócios para as empresas", disse. Além disso, ele destacou os projetos de incentivo à Construção civil e para o desenvolvimento do mercado imobiliário, que estão em tramitação no Congresso.
O ministro se referiu também à possibilidade da concessão de empréstimos em consignação com a folha de pagamento e a conta investimento - que permite a troca de aplicações financeiras sem a incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), além do projeto de Lei de Falências, em tramitação no Senado.
Palocci adiantou outras medidas que serão anunciadas em breve pelo governo, como a concessão de incentivos á formalização das atividades dos pequenos empreendedores, às de turismo e obras de saneamento, habitação popular e agricultura familiar.
No pronunciamento, exibiu dados sobre o crescimento da produção industrial no primeiro trimestre do ano, o aumento das vendas e do número de horas trabalhadas na indústria e da recuperação na produção de bens semi e não-duráveis, que considera como um importante indicador.
Sobre o emprego, o ministro lembrou que foram criadas liquidamente (abertura de vagas menos fechamento) 347 mil novos empregos formais nos últimos três meses, o maior indicador dos últimos 12 anos.
Aos conselheiros, ele explicou que, apesar disso, a taxa de desemprego tem aumentado em razão do crescimento do número de pessoas que estão à procura de novos empregos. Há também, destacou, o importante deslocamento do emprego de regiões metropolitanas para o interior do País.

Custos - O ministro fez uma análise retrospectiva do cenário econômico nas últimas décadas para afirmar que a economia brasileira teve um longo período de financiamento do déficit por meio de imposto inflacionário.
Os planos econômicos, lembrou, conseguiam, num primeiro momento, levar a inflação para baixo, mas acabavam tendo curta duração e fazendo com que a inflação voltasse num patamar ainda mais elevado. "As medidas de combate à inflação tiveram seu valor, mas não significaram um ajuste definitivo."
O Plano Real, disse o ministro, trouxe o controle inflacionário, mas, ao mesmo tempo, trouxe fragilidade para as contas públicas. O prolongamento da âncora cambial, por sua vez, provocou grave deterioração das contas externas, levando o País a ter um período de dez anos com déficit em conta corrente e seis anos de déficit na balança comercial.
O desequilíbrio fiscal, ressaltou, passou então a ser financiado pelo aumento da carga tributária, que chegou a 36% do Produto Interno Bruto (PIB). "Deixamos de nos financiar com inflação e passamos a nos financiar com impostos", afirmou.
Ele reconheceu, no entanto, que um dos indicadores econômicos se deteriorou nos últimos quatro anos: a relação dívida pública/PIB. Ao final de 2000, essa dívida correspondia a 48,8% do PIB, ante 57,5% em abril.

##

Acordos que jamais acontecem
Israel Tabak
Jornal do Brasil
18/5/2004

O apelo por um pacto nacional, pacto social, governo de união nacional e outras variantes é um dos temas recorrentes na política brasileira recente, até agora sem exemplos de sucesso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a governar com essa proposta, largamente difundida ainda na campanha. O caso de Lula, de certa forma lembra o de João Goulart, em sua primeira fase, parlamentarista.
O ponto em comum entre ambos era a aura de radical, "esquerdista" e outros epítetos mais pesados conferidos pela oposição. Quando assumiu, Jango procurou mostrar uma face moderada, conversou com empresários, políticos do outro lado, donos de jornais radicalmente antitrabalhistas, sempre propondo um governo de conciliação nacional. Depois do plebiscito, na fase presidencialista, endureceu o discurso e voltou às origens.
Lula também teve contra si a maré da desconfiança de algumas áreas conservadoras. Difundia-se o medo de que a economia entraria em colapso, com uma provável reorientação da ortodoxia vigente. Tanto que o então candidato fez questão de dizer que cumpriria fielmente os contratos e que os credores internacionais poderiam ficar descansados. A promessa de governar para "todos os brasileiros", o cuidado de moderar o discurso e de se aproximar do centro eram pilares da estratégia baseada nos dados das campanhas presidenciais anteriores, quando a esquerda, sozinha, não conseguia ultrapassar a barreira dos 30%.
O slogan atual "Um País de todos", continua na mesma linha de evitar a todo custo a ruptura. Esta foi, aliás, a principal motivação que levou o atual ministro da Educação, Tarso Genro, a propor a a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a primeira tentativa do governo de costurar um entendimento nacional.
Assim como é recorrente propor pactos sociais, também é comum a má vontade das oposições em aceitá-los. Que o diga o próprio Tarso Genro, que no início do segundo mandato Fernando Henrique, em meio a uma crise econômica, criticou a proposta de uma pacto sócio-político para enfrentar aquele momento difícil:
- Essa é a metodologia que as elites sempre adotaram para apresentar um novo plano econômico e assim piorar a situação do povo, chamando-o à união nacional. A democracia se configura pela diferença, pelo contraditório e alternativa de projetos diferenciados. Se fizermos a união nacional em torno do presidente, vamos acabar de afundar o país - dizia Genro, com todas as letras, no fim de janeiro de 1999.
A necessidade de salvar o país de um caos existente ou iminente tem sido a justificativa costumeira para as propostas de união nacional, compreendendo um projeto a ser apoiado pelos diferentes partidos, grupos empresariais e sindicatos operários. No governo Itamar Franco, antes do Plano Real, com Fernando Henrique ministro e a inflação ainda não debelada, já se falava num entendimento nacional para melhorar o quadro econômico. A mesma situação apareceu no fim do primeiro mandato e no início do segundo governo Fernando Henrique, em meio a uma crise que levou o governo a pedir ajuda ao FMI.
Em conjuntura favorável, só uma vez se retomou o tema, nos últimos anos. Isso ocorreu quando a primeira administração Fernando Henrique, ainda saboreando o sucesso do Plano Real, pediu um pacto nacional em favor da aprovação do pacote de reformas.

##

Contra as ‘‘futricas’’
Sandro Lima
Correio Braziliense
5/8/2004

Em discurso durante cerimônia no Planalto, Presidente da República diz que denúncias contra membros do governo são fruto de intrigas e interesses políticos que não irão impedir o crescimento do país
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou ontem a abertura da reunião do Conselho de Desenvolvimento

Econômico e Social (CDES) para mais uma vez defender o governo e rebater as críticas da oposição em relação às denúncias que envolvem os presidentes do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cassio Casseb, acusados de terem cometido irregularidades fiscais.
Em seu discurso, Lula enviou um recado à oposição e afirmou que ‘‘não haverá intriga, futrica ou eleição que possa brecar ou frear o desenvolvimento que esse país precisa e que deve ter’’. Como exemplo do bom momento econômico, Lula anunciou que até julho deste ano foram criados mais de 1,2 milhão de empregos com carteira assinada.
‘‘Acho que está na hora de nós entrarmos na rota dos países desenvolvidos, definitivamente, e isso não depende de ninguém. Vai depender, única e exclusivamente, de nós’’, afirmou Lula. ‘‘E não temos o direito de, como em outros momentos da nossa história, jogarmos fora o alicerce que nós construímos, desmanchá-lo a troco de vaidade, a troco de interesses políticos menores, a troco de disputas menores’’, completou.
Para o presidente, os sinais da economia são de crescimento real. ‘‘As conquistas na economia já são muito palpáveis: avançamos para um superávit comercial recorde este ano, superior a US$ 30 bilhões de dólares, com saldo já acumulado de US$ 18,5 bilhões’’, disse.
Durante o discurso, Lula aproveitou para criticar a oposição. Segundo o presidente, as recentes denúncias que surgiram contra funcionários de alto escalão do governo não passam de intrigas. ‘‘Muitas vezes eu tenho sido duro. Muitas vezes tenho cobrado dos empresários. Muitas vezes tenho sido duro com os meus companheiros trabalhadores. Mas a verdade é que não há espaço para política pequena neste momento (...), não haverá intriga, não haverá futrica, não haverá eleição que possa brecar, frear o desenvolvimento que este país precisa e deve ter’’, afirmou.
O presidente também cutucou seus antecessores no cargo. ‘‘A verdade, nua e crua, é que o Brasil viveu, nos últimos anos, nos subterrâneos da sua capacidade econômica, alienado de grande parte da sua criatividade política, atrofiado em relação à sua enorme energia social.’’
LULA COMPARADO A ADOLF HITLER
A oposição não deixou sem resposta as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder da bancada do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), chegou a comparar o presidente a Adolf Hitler. ‘‘O presidente deveria lembrar que futrica e intriga quem fazia era o PT na oposição. Nós fazemos oposição séria. Ele está usando a mesma tática que Hitler usou para mandar eliminar sumariamente os seus adversários’’, acusou o pefelista. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, ficou surpreso ao saber da comparação e desqualificou o ataque. ‘‘Ele não entende nem de Hitler nem do presidente Lula.’’
Senador vai enfrentar o governo
Acusado pelo governo de ser a principal fonte das denúncias contra integrantes da administração petista, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também usou o dia de ontem para o contra-ataque. Utilizou a melhor arma que tem em mãos: a CPI do Banestado. Paes de Barros marcou para a próxima terça-feira, às 13h, reunião da comissão, que promete ser tumultuada.
Os pedidos de convocação do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e do ex-diretor de política monetária, Luiz Augusto Candiota, estão sobre a mesa da CPI. Se depender do tucano, todos os requerimentos irão à votação. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), avisou que o desejo da oposição é acertar as contas com a ala governista na comissão, capitaneada pelo relator, deputado José Mentor (PT-SP). ‘‘É preciso ter uma reunião ou para definir de uma vez os rumos da CPI ou para lavar a roupa suja’’, anuncia o líder tucano.
Há acusações mútuas de uso da comissão parlamentar de inquérito para fins políticos. A oposição diz que o governo não quer investigar denúncias que envolvem autoridades e pessoas ligadas aos petistas. Já o Palácio do Planalto está convencido de que foi Paes de Barros quem liberou documentos com acusações contra Casseb e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O tucano, porém, defende-se. ‘‘O que eles querem é encontrar um bode expiatório para esconder a brigalhada que há no PT’’, rebate o presidente da CPI. Ele alega também que não forneceu à imprensa dados sobre Meirelles porque não há, na CPI, informações sobre a vida financeira do presidente do BC. Quanto a Casseb, diz, a imprensa divulgou documentos que não passaram por ele.

##

"Intriga" não vai barrar progresso, diz Lula
EDUARDO SCOLESE, JULIA DUAILIBI
Folha de S. Paulo
5/8/2004

Presidente afirma que agora 'não há espaço para política pequena'; pefelista o compara a Hitler
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou ontem a oposição ao afirmar não haver "intrigas", "futricas" e "eleição" que possam impedir o desenvolvimento do país.
Seguiu a mesma linha de discurso adotada pelo ministro José Dirceu, anteontem, que deu um cunho eleitoral às denúncias que envolvem os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb.
A expressão "futrica", dita pelo presidente ontem pela manhã, no Planalto, na abertura de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, foi usada em 15 de março de 2002 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, o tucano queixou-se de "tricas e futricas" em referência à obstrução do PFL para a aprovação da CPMF.
Aos conselheiros, Lula falou por cerca de meia hora. Leu e improvisou o discurso. Disse que habitualmente vai às reuniões do conselho para "dar bronca", mas que ontem estava "mais paz e amor do que nunca". Assim como fizera em discursos recentes, Lula voltou a falar da necessidade de os brasileiros retomarem a "auto-estima". E atacou: "Se todos

nós formos tomados desse desejo e dessa força interior, certamente, não haverá intriga, não haverá futrica, não haverá eleição que possa brecar, frear o desenvolvimento que este país precisa e deve ter".
Para Lula, com os indicadores de produção, emprego, exportações e renda já disponíveis "podemos dizer com razoável dose de consenso: o Brasil entrou na rota do desenvolvimento". Anteontem, no Planalto, Dirceu afirmou que as denúncias contra os presidentes do BC e do BB ocorreram em razão do período eleitoral e do "inconformismo" por parte da oposição diante dos sinais de avanços da economia brasileira.
No discurso, Lula aproveitou para justificar seus atritos com empresários e trabalhadores, setores representados no conselho: "Muitas vezes eu tenho sido duro; muitas vezes tenho cobrado pelos empresários; muitas vezes tenho sido duro com os meus companheiros trabalhadores. Mas a verdade é que não há espaço para política pequena neste momento".
Em trecho do discurso preparado por sua assessoria, Lula afirmou que o governo está "avançando cada vez mais" numa reforma agrária "tranqüila" e "pacífica" -o que não é confirmado por números oficiais.
Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário mostram que o governo Lula não cumpriu as metas de assentamentos de 2003 e do primeiro semestre deste ano e, desde o ano passado, acumula recordes de invasões de terra. "Eu não conheço ninguém que pense como o presidente. Eu estou morrendo de preocupação com as seguidas ondas de invasões", afirmou Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.
Hitler
Os líderes da oposição reagiram às afirmações do presidente de que eles querem tirar proveito eleitoral das acusações. "Esse rapaz [Cássio Casseb] e o [Henrique] Meirelles deveriam vir aqui para esganar a gente. Deveriam colocar uma barraca aqui na frente [do Senado] para limpar o nome deles, mas nesse governo tudo é pragmatismo. Estão beirando o cinismo", disse o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.
Sobre a declaração de que as acusações não passam de "futrica", o deputado José Carlos Aleluia (BA), líder do PFL na Câmara, comparou Lula a Hitler. "O presidente deveria lembrar que futrica e intriga quem fazia era o PT na oposição. Nós fazemos oposição séria. Ele está usando a mesma tática que Hitler usou para mandar eliminar sumariamente os seus adversários".
De acordo com o líder do PFL na Câmara, "Hitler, quando assumiu o poder, começou a desenvolver a idéia de que havia conspiração contra a economia alemã; com isso, mandou eliminar seus adversários sumariamente, através de sua polícia secreta".

##

Lula critica "mentalidade subalterna" no país
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
5/8/2004

Presidente ataca a gestão FHC ao falar de "anos de neoliberalismo hegemônico" e rebate tucano
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o discurso de ontem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para dizer que o Brasil passou os últimos anos "nos subterrâneos" de sua capacidade econômica. Ele criticou "anos de neoliberalismo hegemônico" e disse que não faltam pessoas com "mentalidade subalterna" no país.
As críticas de Lula se dirigem -ainda que de forma indireta- à administração tucana (1995-2002) do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e às recentes manifestações feitas por ele.
Lula afirmou que ajustes econômicos "podem cegar se assumem formas de dogmatismo, como ocorreu nos anos de neoliberalismo hegemônico". "A verdade nua e crua é que o Brasil viveu, nos últimos anos, no subterrâneo da sua capacidade econômica, alienado de grande parte de sua criatividade política, atrofiado em relação à sua enorme energia social", disse o presidente durante a reunião do conselho no Planalto.
Criticou "ajustes econômicos" -mas não mencionou o esforço fiscal feito por sua gestão.
Disse ainda que o Brasil "definhou" tanto estruturalmente que "talvez saiba menos do que precisa saber sobre suas capacidades".
Sem citar nomes, o presidente Lula disse que "não faltam, no Brasil, pessoas com mentalidade subalterna, acreditando que precisamos depender das políticas que os países ricos fazem. Pessoas que não acreditam que o Brasil tenha autonomia, competência para fazer o jogo que interessa".
Anteontem, em São Paulo, FHC, em crítica à política externa, ironizou as negociações que entrem em confronto com os EUA.
Lula arrancou aplausos da platéia quando, em referência às negociações comerciais, disse: "Ninguém respeita interlocutor que não se respeita, interlocutor que ande de cabeça baixa. E o que fizemos foi dizer: gostamos de nós, acreditamos em nós. Temos direitos e brigamos por eles".
O presidente citou haver conquistas "palpáveis" da economia. Afirmou que o país conseguiu se livrar da "imobilidade recessiva de muitos anos" e que assumiu o cargo diante de uma nação "materialmente tolhida e espiritualmente inferiorizada". Disse que suas palavras eram um "chamamento" à sociedade, e não um "desabafo". (EDUARDO SCOLESE E JULIA DUAILIBI)

##

'Futrica e intriga não nos impedirão de crescer'
TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
5/8/2004

Em discurso na reunião do CDES, presidente responde às pressões pela demissão de Meirelles e Casseb
BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o discurso na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para responder à oposição, que cobra a demissão dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb. "Não haverá intriga, não haverá futrica, não haverá eleição que possa brecar, frear o desenvolvimento que este país precisa e deve ter", afirmou.
Ao repetir o tom otimista dos últimos dias, ele pediu "a união do País em torno de um projeto estratégico de desenvolvimento" e compreensão e apoio na "travessia que o País está fazendo para superar os problemas sociais e consolidar o desenvolvimento econômico".
Depois de admitir que tem sido duro nos discursos e ressaltar que "não há espaço para política pequena neste momento", Lula lembrou a música Os Argonautas, que diz "navegar é preciso" (ver ao lado), para uma comparação.
"Pela primeira vez na história temos, talvez, uma confluência inédita de fatores positivos ao alcance de nossas mãos. Temos vento, leme e as velas.
Vamos içar mais alto ainda a nossa coragem e lançarmo-nos ao mar do futuro."
Lula chegou à reunião dizendo que não ia falar, mas acabou fazendo discurso de meia hora, na maior parte comemorando o bom momento da economia. "Está na hora de entramos na rota dos países desenvolvidos", disse. "Não temos o direito de, como em outros momentos da história, jogarmos fora o alicerce que construímos, desmanchá-lo a troco de vaidade, a troco de interesses políticos menores, de disputas menores."
Conquistas - Vários dados foram citados para mostrar que "as conquistas já são muito palpáveis" na economia. Lula disse que o País avança para superávit comercial recorde, superior a US$ 30 bilhões, com saldo acumulado de US$ 18,5 bilhões até julho. As últimas estimativas do BC eram que o superávit comercial seria de US$ 26 bilhões.
Ele também falou dos empregos. "Até julho ultrapassamos 1,2 milhão de empregos com carteira assinada, o que não é pouca coisa, é o maior número desde 92", contou, dizendo que o País saiu da imobilidade recessiva de muitos anos.
Lula voltou a criticar o governo FHC. "O Brasil viveu nos últimos anos nos subterrâneos de sua capacidade econômica, alienado de grande parte de sua criatividade política. Ajustes econômicos às vezes são inevitáveis, mas podem cegar se assumem formas de dogmatismo, como nos anos de neoliberalismo hegemônico", afirmou. "Para enfrentar a lógica da estagnação tivemos de remar com o que tínhamos nas mãos e todos pagaram um preço. Estamos há 18 meses nessa viagem em busca do Brasil novo que pulsa dentro desta nação materialmente tolhida e espiritualmente inferiorizada que herdamos, e que, felizmente, já está mudando."
EUA - Sem citá-lo, Lula respondeu à crítica de Fernando Henrique, de que entrar em atrito com os Estados Unidos é perder.
"Pessoas diziam que o País não ia conseguir muita coisa se ficasse brigando com os EUA na relação comercial." E lembrou que a Embraer terá boa participação nos US$ 8 bilhões acertados pelo Pentágono para compra de aviões militares. "Ninguém respeita interlocutor que não se respeita, ninguém respeita interlocutor que ande de cabeça baixa.'
No fim Lula brincou, dizendo que "habitualmente" participava das reuniões para dar bronca em seus ministros, mas naquele momento estava "mais paz e amor do que nunca".

##

Dirceu ataca herança e juros altos
Correio Braziliense
6/8/2004

GOVERNO
No mesmo momento em que tem seu presidente sob cerrado ataque da oposição, Banco Central é atingido por críticas do chefe da Casa Civil e de integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Em reunião ontem do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Planalto, o ministro José Dirceu (Casa Civil) disse que uma das ‘‘heranças’’ recebidas pelo governo Lula é a ‘‘infra-estrutura estrangulada’’, numa referência, segundo ele, sobretudo aos problemas na área de transporte.
Um jargão comum entre os petistas para rotular o legado do governo FHC é a expressão “herança maldita”. Dirceu se expressou de outra forma no ataque aos antecessores da gestão Lula. ‘‘É um país que tem profundas desigualdades sociais, uma parcela importante do seu povo excluído e problemas gravíssimos do ponto de vista econômico. Particularmente, temos como herança também que recebemos uma infra-estrutura estrangulada, na área de transportes principalmente.’’
Em linhas gerais, mas não de forma direta, os participantes condenaram, na reunião, a opção do Banco Central de conter a inflação por meio de juros altos. O ministro Dirceu atacou as taxas de juros e disse que uma herança ‘‘benéfica’’ é a potencialidade dos bancos estatais, que, segundo ele, incentivam os investimentos privados, mesmo diante dos altos juros do sistema bancário em geral. ‘‘Pelas taxas de juros, pela estrutura do sistema bancário, seria inviável a maioria dos financiamentos que estamos fazendo no país.’’
Segundo Dirceu, o Brasil deve investir 3% de seu PIB em infra-estrutura. ‘‘É preciso que se recapacite o Estado para investimentos. O Estado brasileiro tem que investir no mínimo 3% do PIB, o que significaria R$ 45 bilhões. Mal

conseguimos investir 0,75%''.
O ministro disse que a gestão Lula herdou um país ''desorganizado'', com um endividamento ''grave'' e sem capacidade de gestão.
Dirceu citou duas vezes a importância do fortalecimento militar. Para ele, o país precisa de ''força econômica, tecnológica e militar'' para ser desenvolvido. ''Sem isso, jogamos palavras ao vento, e o Brasil precisa tomar isso ao pé da letra, porque o mundo em que vivemos é de conflitos.'' Falou ainda em revolução educacional. ''É inconcebível pensar em desenvolvimento com quatro anos de ensino, em média, da população.''

##

Dirceu critica juros e condena herança
Romoaldo de Souza
Jornal do Brasil
6/8/2004

Em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, chefe da Casa Civil reclama de "infra-estrutura estrangulada"
BRASÍLIA - Ao fazer uma defesa veemente do desenvolvimento sustentado, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, condenou ontem a herança de "infra-estrutura estrangulada" recebida pelo governo e cobrou mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado.
- Temos um grave endividamento do Estado e um passivo externo que precisamos administrar porque temos de pagar juros, royaltes e dividendos sobre esse passivo - afirmou, em reunião a portas fechadas com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).
Dirceu cobrou a redução dos juros para que o país possa financiar investimentos de longo prazo. Segundo ele, as taxas de hoje e os spreads bancários tornam inviável o financiamento de projetos de infra-estrutura.
- É preciso recapacitar o Estado para investir no mínimo 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mal conseguimos investir 0,75% - afirmou, ressaltando que é preciso reestruturar a Previdência, sem o que seria impossível aplicar reajustes maiores ao salário mínimo.
Dirceu afirmou que o Brasil "tem infra-estrutura moderna em alguns setores" e outras áreas em que a modernização pode ser atingida com facilidade. Ressaltou, no entanto, que este é um país de "profundas desigualdades sociais", que mantém "uma parcela importante do povo excluída", além de enfrentar problemas econômicos "gravíssimos". Por fim, culpou as gestões anteriores pelos gargalos nos investimentos.
- Temos problemas gravíssimos do ponto-de-vista econômico e recebemos como herança uma infra-estrutura estrangulada - acusou Dirceu.
O chefe da Casa Civil avalia que, para o Brasil sair dessa situação, é preciso vontade política em torno de uma coalizão do governo com os partidos políticos e a sociedade. O ministro defendeu ainda um planejamento estratégico para o país que leve em conta a "reorganização do Estado e de sua capacidade de planejar" e o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento baseado no apoio da sociedade e do Congresso.
- Temos uma herança de um Estado desorganizado, sem capacidade de planejar, sem capacidade de gestão. Só vamos retomar o projeto de desenvolvimento nacional se retomarmos a capacidade de planejamento do Estado, organizando a máquina administrativa - salientou.
Em sua palestra, o economista Luiz Gonzaga Belluzo cobrou que o governo "recupere o nível de investimento público" para fazer crescer o volume de empregos.
- Com esse nível de investimento público, não vai recuperar a infra-estrutura. Se não recuperar a infra-estrutura, daqui a pouco vai encontrar obstáculos para exportações - previu.
Belluzo disse concordar com José Dirceu quando o ministro afirma que o mercado não é tudo. Ressaltou, contudo, que o país precisa acabar com a idéia de que gastar não é bom para o crescimento econômico.
- Para mim, o bom é gastar. Se não gasta não gera renda. A renda não existe por milagre. Ela existe porque os empresários e o governo gastam e geram renda monetária.

##

Empresários criticam dificuldade em obter financiamentos no País
VÂNIA CRISTINO e ISABEL SOBRAL
O Estado de S. Paulo
6/8/2004

Principal alvo dos ataques são os juros altos e os elevados 'spreads' do sistema financeiro
BRASÍLIA - Preocupados em tornar o desenvolvimento da economia sustentável a longo prazo, os empresários reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) criticaram as dificuldades de obter financiamento no País. Eles se referiam aos juros altos da economia e mais uma vez acusaram o sistema financeiro de praticar elevados "spreads" (diferença entre os juros da captação de recursos e os cobrados nos empréstimos).
"O custo financeiro é inviável no Brasil", disse o empresário da área de siderurgia e mineração, César Pires, que participou da mesa redonda ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.
Pires contou que o debate teve como foco a preocupação de constituir novas formas de financiamentos para o

investimento produtivo e eliminar as dificuldade de acesso ao crédito para os novos empreendimentos. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), também presente ao encontro, disse que o empresário Eugênio Staub, dono da Gradiente, cobrou um entendimento maior com as instituições financeiras para que a queda das taxas de juros bancárias seja efetiva.
O representante do sistema financeiro na reunião, Décio Tenerello, vice-presidente do Bradesco, não tentou defender os bancos na reunião.
"Atendi a um pedido do ministro (Jaques Wagner) para não interromper os palestrantes", disse Tenerello, em tom de brincadeira. Ele afirmou que no ataque ao sistema financeiro todos se esquecem que os bancos têm pouca margem para ampliar os empréstimos e culpou os depósitos compulsórios e os direcionamentos de recursos para áreas específicas por isso.
Ele garantiu que os bancos investirão por conta própria em áreas como financiamento habitacional, assim que contarem com segurança jurídica e taxas de juros reais de 8% ao ano. Segundo ele, isso pode ocorrer no fim do primeiro semestre de 2005, quando a taxa Selic estiver em torno de 13% ao ano. Tenerello também cobrou do governo a redução das despesas para que o tesouro fique menos dependente de pegar recursos no mercado.
Segundo o economista e consultor de empresas, Luciano Coutinho, apesar de não ter definido alternativas, a reunião foi construtiva. Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, o momento atual de reaquecimento da economia é a "parte fácil", pois o País estaria saindo de uma recessão de quase dois anos. "Daqui para frente é que a coisa fica mais difícil porque é preciso remover os obstáculos à manutenção desse aquecimento."

##

Conselho de Lula vê risco em alta da Selic
CONRADO CORSALETTE
O Estado de S. Paulo
31/8/2004

Sindicalistas e empresários mostram preocupação com rumos do crescimento
Empresários e sindicalistas demonstraram ontem sua preocupação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao possível aumento da taxa básica de juros e as conseqüências que tal medida pode trazer à retomada do desenvolvimento da economia do País. As observações foram feitas em reunião de integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social realizada no escritório da Presidência em São Paulo.
Na semana passada, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) divulgou ata que prepara o terreno para a elevação dos juros. Segundo o documento, a manutenção da taxa em 16% ao ano não é suficiente para que a inflação se mantenha dentro da meta estabelecida. Uma das principais ameaças é a alta do petróleo.
Lula participou de parte do encontro, comandado pelo secretário do conselho, ministro Jaques Wagner. O presidente ouviu mais do que falou. Em uma de suas poucas intervenções, ele ressaltou a necessidade de parceria do Estado com o setor privado para evitar a manutenção do ciclo de crescimento. "Temos de tirar da agenda a ata do Copom para não ficarmos num círculo vicioso", disse Wagner após a reunião.
O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, defendeu um acordo para segurar a inflação sem que alta nos juros. "Se temos indicador de inflação, resta ao BC lançar mão do remédio que dispõe, que são os juros, mas isso tem um efeito colateral muito grande", disse. "São necessários outros remédios, como o aumento da produção para criar mais ofertas ou até a importação, com isenção de impostos, de certos produtos."
O grupo discutiu ainda saídas para a diminuição dos juros bancários e as articulações para a aprovação no Senado da Parceria Público-Privada.
Além Marinho, a CUT também foi representada por seu secretário-geral, João Felício. Entre os empresários presentes estavam Eugênio Staub, Antoninho Trevisan, Horacio Lafer Piva, Ivo Rosset e Paulo Francini.
Encontros como o de ontem são promovidos de forma constante por Jacques Wagner. A reunião ampliada do Conselho de Desenvolvimento, com todos seus integrantes, está marcada para 23 de setembro.

##

Lula: Congresso protege regiões ricas
Sandro Lima
Correio Braziliense
3/9/2004

Presidente da República afirma que parlamentares cedem às pressões do Sudeste e do Sul e aponta necessidade de investimento estatal no Norte e Nordeste para reduzir desigualdades regionais
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que o mapa de desenvolvimento do país é desigual e que é preciso investir mais nas regiões Norte e Nordeste. Para Lula, mesmo a maior parte dos parlamentares do Congresso sendo das regiões Norte e Nordeste, a maioria das políticas aprovadas no Congresso beneficia as regiões Sul e Sudeste. Segundo o presidente, isso ocorre por causa do poder de pressão, dos interesses da parte mais rica do país.
Lula também considerou ‘‘irracional’’ a briga entre os estados do Sul e do Sudeste por recursos destinados ao desenvolvimento das regiões mais pobres do país. ‘‘A verdade é que o Sul e o Sudeste do país já tiveram, por vários fatores, todas as vantagens comparativas para se tornarem o que são hoje’’.

O presidente defendeu a revitalização e a transposição das águas do rio São Francisco. ‘‘Tem gente que é contra sem saber porque é contra. Tem gente que é favorável sem saber porque é favorável. Tem gente que coloca isso em um debate ideológico. As pessoas não se dão conta de que nós temos uma região onde moram milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que há 300 anos foram vítimas do governo da época, que detectava a seca, e que até agora não teve solução’’, afirmou.
Apesar da disposição do governo, evidente na proposta orçamentária para 2005 que destina mais de R$ 1 bilhão à obra, há muita resistência ao projeto, principalmente do Comitê da Bacia do São Francisco, responsável direto pela gestão do rio. O comitê informou que entrará na Justiça para impedir o início da transposição. Para o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a disputa na Justiça significa a derrota da negociação e do diálogo.
‘‘Todas as questões deles (integrantes do comitê) foram aceitas. Tudo foi incorporado. Quando chega a hora de atender a nove milhões de brasileiros com sede, que precisam de uma condição básica para o desenvolvimento que é a água, alguns se refugiam na posição mais fácil, mais paroquial, mais bairrista e mais egoísta de sua agenda’’, protestou Ciro, que disse temer que o cronograma de obras, cuja conclusão está prevista para 2006, seja atrasado por problemas jurídicos.
O custo total da transposição será de cerca de R$ 4,2 bilhões e inclui obras no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco.
UM SÓ COFRE
O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social decidiu ontem recomendar ao presidente Lula que o governo federal assuma a gestão do Fundo de Desenvolvimento Regional. A proposta de criação do fundo está emperrada no Congresso e a decisão do conselho, reivindicada pelo ministro Ciro Gomes, atropela acordo firmado no ano passado entre os governos da União e dos estados. Pelo projeto em tramitação, 2% do que for arrecadado com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serão destinados a políticas de desenvolvimento regional. Respeitado o acordo de 2003, os recursos — cerca de R$ 2,3 bilhões — seriam divididos entre os estados e administrados por eles. É o que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social quer evitar.

##

Presidente diz que errou na Norte-Sul
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
3/9/2004

Ao dizer ontem que é normal pessoas cometerem erros por "paixões", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu que, nos anos 80, foi contrário à construção da ferrovia Norte-Sul, a qual, hoje, diz ser "imprescindível".
"Eu fui muito contra a ferrovia Norte-Sul, em 1987, mas hoje a ferrovia Norte-Sul é imprescindível. Se o governo não tem dinheiro, o governo precisa fazer um esforço incomensurável para garantir que essa ferrovia saia, para interligar os nossos portos, senão não acontecem as coisas no Brasil", afirmou Lula, na abertura de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
Reportagem publicada em 1987 pela Folha mostrou que foi fraudulenta a concorrência pública para a construção da ferrovia Norte-Sul, que ligaria o Maranhão a Brasília.

##

Lula faz mea-culpa em relação à Norte-Sul
Cristiane Jungblut
O Globo
3/9/2004

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem um mea-culpa e admitiu que errou ao criticar o projeto de construção da Ferrovia Norte-Sul, durante o governo Sarney. A obra, na época avaliada em US$ 2,5 bilhões, foi muito contestada principalmente depois que surgiram denúncias de fraude na licitação para contratação das empreiteiras. Lula disse que errou por paixão. Segundo ele, o mapa de desenvolvimento do país é desigual e que, por isso, é preciso investir mais nas regiões Norte e Nordeste.
— Fui muito contra a Ferrovia Norte-Sul, em 1987. Mas hoje é imprescindível. Se o governo não tem dinheiro, precisa fazer um esforço incomensurável para garantir que essa ferrovia saia. Para interligar os nossos portos, senão não acontecem as coisas no Brasil. (...) De vez em quando, cometemos erros por paixão — disse Lula.
A declaração foi feita durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para discutir políticas de desenvolvimento regional, ontem no Palácio do Planalto. Para o presidente, há regiões que não são atrativas para a iniciativa privada e nelas o Estado é obrigado a investir para mudar a situação.
— Às vezes, se o Estado não ajuda as coisas não acontecem. Não é intervir de forma paternalista, é tentar construir parcerias necessárias. Para que o Brasil não tenha um mapa tão desigual.
Mais ricos têm mais poder de pressão, diz Lula
Reforçando a necessidade de interferência do Estado, Lula justificou que nas regiões empobrecidas do país nada interessará aos empresários nem dentro do programa das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Numa crítica ao Congresso, Lula disse que a maioria das políticas aprovadas beneficia as regiões Sul e Sudeste, porque os mais ricos têm poder de pressão maior que os mais pobres.

— Nem tudo é resolvido pela maioria. Um somatório no Congresso vai mostrar que a maioria dos congressistas é do Norte e do Nordeste. E eles próprios acusam que a maioria das políticas é para o Sul e o Sudeste. Então, significa que tem muito deputado do Norte e Nordeste votando nas políticas do Sul e do Sudeste. E por que predomina isso? Por causa do poder de pressão, dos interesses da parte mais rica do país — disse Lula.
Num recado a governadores e prefeitos que reclamam dos incentivos dados às regiões Norte e Nordeste, Lula afirmou que o governo tem que brigar pelo país e que "cheira a irracionalidade" a divergência em torno do dinheiro dado para esses locais.
Presidente defende transposição
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, defenderam ontem o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, que terá R$ 1 bilhão no Orçamento de 2005. Lula classificou como um erro histórico a não realização desse projeto e lembrou que a obra é proposta desde o Império.
— Dom Pedro, em 1847, já achava que era preciso fazer a transposição. E até hoje ficamos discutindo, como se a água do São Francisco tivesse dono. O dono, na verdade, é o povo. Grave é que sabemos que há o problema da seca e da fome na beira do São Francisco, porque não houve projeto de desenvolvimento naquela região — disse Lula.
O presidente lembrou que, nas reuniões com seu Ministério, sempre afirmou que era preciso fazer a revitalização do Rio São Francisco para tentar resolver o problema da falta de água no Nordeste.
— As pessoas não se dão conta de que temos uma região em que moram milhões e milhões de brasileiras e brasileiros, que há 300 anos foram vítimas do governo da época, que detectou seca e até agora não houve solução. Levar água para aquela gente beber, para irrigar alguma coisa, é uma revolução que vai produzir efeitos extraordinários daqui a cinco, seis ou dez anos — disse Lula.
Ciro Gomes, em defesa do projeto, reagiu às críticas do Comitê da Bacia do São Francisco, que se declarou surpreendido com a inclusão no Orçamento de R$ 1 bilhão para as obras:
— Na hora em que milhões de brasileiros com sede, precisando de uma condição básica para o desenvolvimento, que é água, alguns se refugiam na posição mais fácil, mais paroquial, mais bairrista, mais egoísta da sua agenda. Isso é humano. Quero ver qual é o mérito.
Mais R$ 1 bi
Quase 20 anos depois de iniciada, a obra da Ferrovia Norte-Sul precisará de mais R$ 1 bilhão para ser concluída. A previsão é de que deverá ficar pronta em 2006. Mas o governo ainda aposta nas Parcerias Público-Privadas para concluir o empreendimento. A ferrovia terá 1.550 quilômetros de extensão, passando pelos estados de Maranhão, Tocantins e Goiás. Já estão prontos 215 quilômetros entre os municípios de Açailândia e Estreito, no Maranhão, incluindo a ponte sobre o Rio Tocantins. A operação da ferrovia neste trecho está sendo feita pela Companhia Vale do Rio Doce. Estão em andamento as obras da ferrovia em 40 quilômetros em Tocantins. Além disso, também está sendo construído um trecho de 40 quilômetros em Goiás, próximo a Anápolis.

##

Lula critica pressão dos Estados ricos
Jornal do Brasil
3/9/2004

Presidente considera irracional políticos da Região Sul brigarem por verbas destinadas ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste
Em discurso improvisado ontem na abertura de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou um desenvolvimento igualitário para todo o país. Lula disse que deputados das regiões Norte e Nordeste são pressionados pelos interesses da "parte mais rica do Brasil" no momento em que aprovam projetos que acabam beneficiando o Sul e o Sudeste.
Para o presidente, "cheira a irracionalidade" as regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste) disputarem verbas de desenvolvimento com o Centro-Oeste, Norte e Nordeste.
- É uma coisa contraditória. Vocês percebem que nem tudo é resolvido pela maioria, porque, se for fazer o somatório no Congresso, concluiremos que a maioria dos congressistas é do Norte e Nordeste. E dizem que eles próprios admitem que a maioria das políticas é para ajudar o Sul e o Sudeste. Então, isso significa que tem muito deputado do Norte e Nordeste votando nas políticas que interessam ao Sul e Sudeste e não ao Nordeste. E por que predomina isso? Por causa do poder de pressão, dos interesses da parte mais rica do país - afirmou o presidente.
A reunião de ontem do Conselho tratou de políticas nacionais de desenvolvimento regional. Antes de falar, Lula ouviu uma explanação de 45 minutos do ministro Ciro Gomes, que mostrou mapas e dados nos quais indicou a necessidade de um direcionamento de investimentos para as regiões Norte e Nordeste.
Logo no início de sua fala, Lula tocou no tema:
- Vira e mexe, eu vejo na imprensa uma divergência que me cheira a irracionalidade, ou seja, vira e mexe vejo o Sul ou o Sudeste do país brigando pelo dinheiro do desenvolvimento para o Norte, para o Nordeste ou para o Centro-Oeste, como se fosse tudo a mesma coisa.
Lula disse que o Sul e o Sudeste, por vários fatores, já têm vantagens comparativas, para contar hoje com melhores profissionais, estradas e universidades. Depois disso, o presidente buscou evitar que suas declarações causassem polêmica entre governadores e prefeitos.
- Eu acho normal que cada governador tente brigar pelo seu Estado; o prefeito, brigar pela sua cidade; mas nós temos que brigar pelo país. Quando eu era dirigente sindical, meu único interesse eram os metalúrgicos. O mundo, para mim, se

resumia aos metalúrgicos. Agora, que eu sou Presidente, o mundo se resume ao Brasil - explicou Lula.

##

Presidente defende Nordeste contra Estados ricos
LEONENCIO NOSSA e TÂNIA MONTEIRO
O Estado de S. Paulo
3/9/2004

Para Lula, “cheira a irracionalidade” a queixa de governadores sobre repasses a áreas pobres
BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que muitos deputados do Norte e Nordeste votam projetos de interesse do Sul e Sudeste por causa do poder de pressão da parte mais rica do País. "É uma coisa contraditória. Vocês percebem que nem tudo é resolvido pela maioria.
Se for fazer uma somatória do Congresso, vão perceber que a maioria dos parlamentares é do Norte e Nordeste", disse Lula na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que debateu a proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional elaborada pelo Ministério da Integração Nacional.
Coordenador do conselho, o ministro Jaques Wagner, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, disse que o presidente apenas "relatou" as reclamações de parlamentares nordestinos. No discurso, Lula queixou-se dos governadores que criticam o repasse de recursos para regiões menos desenvolvidas. "Cada governador deve brigar por seu Estado e cada prefeito por sua cidade, mas nós temos de brigar pelo País", defendeu, acrescentando que "cheiram a irracionalidade" as notícias de governadores que reclamam de recursos repassados para o Norte e o Nordeste.
Lula afirmou que as regiões mais desenvolvidas do País já tiveram todas as vantagens ao longo das últimas décadas, recebendo mais atenção do governo federal. Ele defendeu a intervenção do Estado no desenvolvimento de regiões carentes e em obras como a transposição das águas do Rio São Francisco, a melhoria da BR-101, do trecho Natal-Salvador, e a construção da Transnordestina.
Típico - "Em algumas áreas, o Estado intervém mesmo sabendo que num primeiro momento, do ponto de vista econômico, não será rentável e, portanto, o Estado tem de pôr dinheiro até que isso se torne rentável e se possa fazer parcerias para que isso possa ser administrado de forma diferente", explicou, contando que isso "é muito típico" em algumas regiões do Nordeste e do Norte. "Ou seja, se o Estado não intervir, as coisas não acontecem", disse. "E não é intervir de forma paternalista, como historicamente foi feito no Brasil. É tentar intervir de outro jeito, tentando construir as parcerias necessárias, tentando focar corretamente o tipo de coisa que se vai fazer, para que a gente possa permitir que o Brasil não tenha um mapa tão desigual como vimos aí."
Ele fez uma mea-culpa, lembrando que nos anos 80 se opôs à construção da Ferrovia Norte-Sul. vez em quando cometemos erros de paixões", reconheceu.
No discurso para representantes do CDES, Lula também rebateu críticas de setores da sociedade que o acusam de olhar o País com olhos de dirigente sindical, atendendo corporações e interesses de classe. "Quando eu era dirigente sindical, meu único interesse eram os metalúrgicos. O mundo para mim se resumia aos metalúrgicos. Agora que sou presidente o mundo se resume ao Brasil."

##

Conselhão, que se reúne hoje com Palocci, gastou R$ 1 mi em viagens
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
10/11/2004

Despesas foram contabilizadas até o mês de junho
Criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como órgão de consulta e assessoramento e formado majoritariamente por empresários, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social já consumiu mais de R$ 1 milhão em passagens e diárias.
O gasto foi calculado pelo ministro Jaques Wagner, secretário do conselho, em resposta a um requerimento da Câmara. Nos primeiros 16 meses e meio de atividades do órgão, até 30 de junho de 2004, foram compradas 842 passagens aéreas (R$ 754,8 mil) e pagas 1.389 diárias (R$ 247,3 mil). Alguns dos 90 conselheiros abriram mão da ajuda de custo, mas seus nomes não são revelados.
Não foram incluídos na conta os gastos com mais duas reuniões plenárias realizadas nos últimos três meses e a marcada para hoje, com a presença do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Por meio da assessoria, a secretaria do Conselho avaliou ontem que o gasto "valeu a pena, foi um investimento na democracia e no diálogo social".
Segundo a assessoria, os gastos indicam a participação dos conselheiros e atestam o funcionamento do órgão.
O R$ 1 milhão consumido é pouco se comparado com o custo do Airbus encomendado por Lula, estimado em mais de R$ 170 milhões, mas é igual ao valor pago de janeiro a outubro pelo programa do Ministério da Saúde de implantação e melhoria de coleta de lixo em municípios de até 30 mil habitantes ou com elevado risco de transmissão da dengue.
O principal resultado formal das reuniões do conselho foram seis cartas de concertação, nome dado à tentativa de entendimento entre governo e sociedade. Nos textos, os conselheiros vêm avalizando propostas do governo, como as Parcerias Público-Privadas.

Na quarta carta, divulgada há pouco mais de um ano, quando se somavam sinais de que a economia encolheria em 2003, os conselheiros escreveram: "Sabemos que não há saídas fáceis. Não existem soluções miraculosas, que resolvam, de um dia para outro, os problemas agravados durante décadas. A pirotecnia na economia e na política nos leva, inevitavelmente, a um círculo vicioso, alternando bolhas de crescimento com processos de profunda recessão. A sociedade já viveu essas experiências e rejeita esse caminho".
Os conselheiros foram ouvidos antes da reforma da Previdência, e o governo ignorou o racha no quesito da cobrança de contribuição dos servidores aposentados à Previdência, pilar da proposta. Na reforma tributária, foram "fiadores" do compromisso do governo de não aumentar a carga tributária. Dados da Receita indicam que a carga subiu em 2003 e no 1º semestre de 2004. Na posse do conselho, Lula disse que queria fazer uma "escuta forte" do que a sociedade tinha a dizer. Logo depois, o conselho apoiou modelo de desenvolvimento que promovesse taxas anuais de 7% de crescimento até o final do mandato de Lula, percentual bem distante do limite considerado nas últimas atas do BC. (MARTA SALOMON)

##

Palocci admite que carga tributária subiu
NEY HAYASHI DA CRUZ
Folha de S. Paulo
11/11/2004

Ministro reconhece que contribuintes pagaram mais impostos do que em 2003 e promete devolver o "excesso"
O ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) admitiu ontem, pela primeira vez, que houve, efetivamente, aumento da carga tributária neste ano. Diante das críticas que recebeu durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palocci acabou reconhecendo que houve elevação dos tributos no país.
"Acredito que, neste ano, por causa do crescimento econômico e da Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social] sobre a importação, nós devemos ter uma carga [tributária] superior à do ano passado."
Tentando amenizar os efeitos desse aumento, o ministro voltou a afirmar que, caso a arrecadação de tributos realmente fique acima do esperado, novas medidas de redução de impostos serão anunciadas. "Todo o aumento de carga que vier nós vamos devolver [aos contribuintes]."
Na saída do evento, Palocci disse a jornalistas que "não houve aumento de imposto, mas aumento de arrecadação". De acordo com a avaliação do ministro, o próprio crescimento da economia fez com que as empresas, que estariam vendendo e lucrando mais, pagassem mais impostos.
Além disso, Palocci diz que parte do aumento da carga tributária se deve à cobrança da Cofins sobre bens importados, que, antes, eram isentos da contribuição.
Isso rendeu, segundo dados da Receita Federal, R$ 1,287 bilhão ao governo entre maio e setembro deste ano.
Outros aumentos
Mas não foi apenas a Cofins sobre os importados a maior responsável pelo aumento da carga tributária. A cobrança do PIS sobre os importados também deu a sua contribuição.
O aumento da Cofins de 3% para 7,6% desde fevereiro deste ano também ajudou a elevar a carga tributária que será registrada no país em 2004 (R$ 11,2 bilhões a mais entre janeiro e setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado).
A não-correção da tabela de desconto do IR na fonte sobre as pessoas físicas é outro importante fator para que o governo arrecade mais neste ano. Estima-se que somente pelo fato de o limite de isenção ter permanecido em R$ 1.058 tirará cerca de R$ 4,5 bilhões dos contribuintes neste ano.
Críticas da Fiesp
Na reunião de ontem, Palocci ocupou boa parte do seu tempo rebatendo as críticas dirigidas à atual política econômica -em especial à carga tributária e aos juros praticados no país. Teve a ajuda do presidente do BC, Henrique Meirelles. O presidente Lula, presente à sessão inicial do encontro, ouviu parte da discussão, mas não se pronunciou.
Os ataques à carga tributária vieram do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf. Segundo estimativa da Fiesp, o total de tributos arrecadados no país neste ano deve chegar a um valor equivalente a 36,84% do PIB (Produto Interno Bruto), acima dos 35,68% de 2003.
Ao deixar a reunião, Skaf classificou de "positivo" o "compromisso" de Palocci em reduzir a tributação caso a arrecadação suba mais do que o previsto. Neste ano, o governo já tomou algumas medidas nessa direção, como a redução dos tributos cobrados na compra de bens de capital.
Já o presidente da Abong (Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais), Sérgio Haddad, criticou o aperto fiscal, pois a economia feita pelo governo para o pagamento de juros, de acordo com ele, acaba desviando recursos que poderiam ser utilizados na área social.
Palocci, porém, defendeu a política do governo. "Eu, como você, também queria usar o superávit primário na saúde ou na educação. Eu seria uma pessoa mais feliz. Mas isso teria um custo", afirmou o ministro. Para ele, o esforço feito para o pagamento da dívida pública é importante para garantir o fluxo de investimentos para o Brasil.

##

Retomada não é vôo de galinha, diz ministro
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Folha de S. Paulo
11/11/2004

Em resposta às críticas à carga tributária e aos juros praticados no país, o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) voltou a dizer que a política econômica está sendo conduzida de maneira a fazer com que a economia cresça de maneira sustentada ao longo dos próximos anos.
"Nossa retomada nada tem a ver com um vôo de galinha", disse o ministro após participar da reunião de ontem do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
Assuntos como juros, impostos e superávit primário predominaram no encontro, em que sobraram críticas à política econômica. Segundo levantamento da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) apresentado durante a reunião, a taxa de juros cobrada pelos bancos no Brasil é a segunda mais alta do mundo.
O presidente da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), Márcio Cypriano, disse que a redução dos juros depende do governo. "Muita tinta tem sido gasta para culpar os bancos pelas altas taxas de juros, mas essa questão envolve fatores que estão fora do sistema financeiro."
Ele voltou a citar a carga tributária que incide sobre as operações financeiras e a dificuldade em executar garantias oferecidas por devedores inadimplentes como alguns dos motivos para a elevada taxa de juros observada no país.
Inflação é pior
O Banco Central também foi criticado por ter elevados os juros básicos da economia nos últimos dois meses. Atualmente, a taxa está em 16,75% ao ano e, segundo analistas de mercado, deve subir novamente neste mês.
"Juro alto não é bom, mas inflação alta é pior ainda", disse o presidente do BC, Henrique Meirelles, para defender a política conduzida pela instituição. Ele citou ainda o chamado direcionamento de crédito como um dos fatores que explicam as elevadas taxas cobradas pelos bancos.
Crédito direcionado é aquele em que os juros são controladas pelo governo. Estão nessa categoria o financiamento habitacional, o crédito rural e os empréstimos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
"Exigir a concessão de taxas menores do que as livremente pactuadas no mercado a certas atividades obriga a instituição [financeira] a elevar suas taxas em outras operações. Há, portanto, um mecanismo de subsídio cruzado que onera grande parte dos tomadores [de empréstimos]", dizia texto distribuído por Meirelles aos membros do conselho.
Mesmo com esse diagnóstico, Palocci disse que o governo não pretende modificar as regras do direcionamento de crédito. "Não há nenhum estudo para isso", afirmou o ministro.

##

Palocci admite, enfim, que a carga tributária pode ser maior este ano
Martha Beck
O Globo
11/11/2004

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, admitiu ontem, pela primeira vez, que a carga tributária do país poderá ser maior este ano do que em 2003 (35,68% do PIB). Na última reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) de 2004, ele disse ainda que o governo estuda novas medidas para reduzir os custos dos empréstimos, que vão vigorar já a partir do ano que vem. E assegurou que o crescimento da economia brasileira é sólido, e não um vôo de curta de duração.
— Não estamos num vôo de curta duração. Nossa retomada nada tem a ver com vôo de galinha — garantiu.
Ele justificou o possível aumento da carga tributária, afirmando que a arrecadação de impostos e contribuições tem crescido acima do PIB em 2004. Mas frisou que qualquer ganho de receita será repassado para a sociedade. Palocci lembrou que a produção industrial está mais aquecida e o governo começou a cobrar PIS e Cofins dos importados. No entanto, deixou claro que o compromisso da equipe econômica é repassar ganhos de arrecadação para o setor produtivo, como já ocorreu este ano com o pacote tributário de 21 medidas, que incluem a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital e o regime especial de tributação para a modernização dos portos (Reporto).
— Este ano, já tomamos medidas para devolver imposto a mais. Nosso compromisso é de que todo aumento de carga que vier nós vamos devolver. Essas 21 medidas visam a recolocar a carga nos termos anteriores, mas certamente, penso que, este ano, por causa do crescimento econômico e por causa da Cofins sobre importações devemos ter uma carga superior à do ano passado. Mas acho que ao longo do tempo voltaremos à carga anterior — explicou o ministro.
'BC tem que ficar vigilante quanto à inflação'
Segundo Palocci, apenas as medidas tributárias para estimular o setor produtivo representam perda de arrecadação entre R$ 3 bilhões e R$ 4 bilhões por ano, mas vão levar a um aumento de 1,5% do PIB nos próximos cinco a sete anos:
— A perda de receita vai ser rapidamente compensada pelo crescimento — afirmou.
O ministro enfatizou que o atual ciclo de crescimento é regular e que, pela primeira vez, o Brasil está conseguindo combinar controle da inflação com equilíbrio fiscal e das contas externas. Palocci também afirmou que o Banco Central terá que ficar vigilante em relação à inflação porque ela é uma preocupação.
— Não há nada mais venenoso que a inflação, que corrói a renda e aborta o crescimento — disse o ministro da Fazenda.
— A inflação não é uma ameaça, é uma preocupação sempre — acrescentou.

##

Palocci admite aumento da carga tributária
Jornal do Brasil
11/11/2004

Cofins sobre importações e crescimento explicariam arrecadação maior
BRASÍLIA - Diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de uma platéia formada, em sua maioria, por empresários, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci admitiu que a carga tributária vai aumentar neste ano, confirmando a projeção de analistas. O que todo o Brasil paga em impostos atualmente corresponde a 35,68% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) e, segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf - que apóia o governo Lula - deve subir para até 37,2% em 2004.
- Temos uma carga tributária de primeiro mundo, porém condições que não são. Seria importante uma decisão muito rápida - queixou-se Skaf.
- Certamente eu creio que este ano, por causa do crescimento econômico e por causa da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre importação, nós devemos ter uma carga superior ao ano passado - disse o ministro, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).
Palocci defendeu, no entanto, que a arrecadação será devolvida à sociedade. No ano passado, a alíquota da Cofins foi elevada de 3% para 7,6%, valendo somente a partir deste ano. Além disso, o crescimento da economia engrossa o caldo da arrecadação tributária. Nos nove primeiros meses de 2004, o montante recebido pelo governo com a cobrança de tributos atingiu o recorde de R$ 240,417 bilhões, 11,72% acima do apurado em igual período de 2003.
Palocci não fez uma previsão do número fechado previsto para este ano, mas disse que o governo já analisa novas medidas para redução do peso dos impostos sobre a sociedade, entre elas a redução do custo da folha de pagamento.
De acordo com Palocci, esse aumento ocorreu também porque no ano passado o setor de agronegócio, que tem uma carga tributária menor, cresceu muito. Já neste ano o crescimento maior está na indústria, que paga mais impostos.
Ainda ontem, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, jogou mais um balde de água fria, afastando a possibilidade de correção da tabela do Imposto de Renda (IR) no ano que vem. Ele se disse "preocupado" com os efeitos de possíveis modificações na tabela. O governo tem dialogado com o Legislativo na elaboração de uma lei que altera o valor e o número de alíquotas em vigor atualmente. Essa negociação teria de ser fechada até dezembro.
- Nossa preocupação é o número reduzido de pessoas físicas que pagam IR pela própria concentração de renda no país - afirmou.
O secretário alega que, ao se corrigir ou alterar a tabela, pode haver perda de arrecadação não só para a União, mas um efeito no caixa dos estados e municípios que não abrangeria apenas os 47% que o governo federal deve partilhar com prefeituras e governos estaduais.
Palocci foi além e saiu em defesa do ajuste fiscal. Segundo ele, o esforço é necessário para que no futuro os ganhos sociais ocorram. O governo alcançou superávit fiscal (receitas menos despesas, excluindo os gastos com os juros) de mais de R$ 12 bilhões acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no período de janeiro a setembro.
O ministro disse que "seria uma pessoa muito mais feliz" se pudesse usar esses recursos em outras áreas, mas é importante manter o equilíbrio fiscal para ter mais recursos sociais no futuro.
- O nosso compromisso fiscal não é definitivamente um programa com o FMI. É possível que no ano que vem nós não tenhamos (acordo com o FMI). Mas nós continuaremos a fazer um superávit primário. Não é o FMI que precisa, é o Brasil que precisa - disse.
Palocci, no entanto, afastou qualquer possibilidade de desinvestimento, apesar do aperto. E um dos indicadores disso, segundo ele, é o fato de a taxa de formação do capital fixo (indicador de investimento) ter variado 11,8% em 12 meses, ante crescimento de 5,5% no mesmo período.
- O nosso crescimento tem à frente desafios, mas ameaça não. Temos preocupações com o petróleo, com o crescimento mundial e com as reformas. Isso tudo é desafio. O que mostra que estamos muito longe de um desinvestimento - afirmou.

Romoaldo de Souza, com InvestNews e Folhapress

##

Palocci solta o verbo
Vicente Nunes
Correio Braziliense
11/11/2004

Ministro da Fazenda faz defesa veemente da política econômica e justifica juro alto como forma de impedir que inflação corroa renda da população. Em 2005, país vai manter superávits elevados
O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, usou ontem a última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para fazer uma defesa enfática da atual política econômica. Segundo ele, muitas pessoas têm cobrado mais ousadia do governo na condução da economia, sobretudo por manter uma política de juros altos que, na avaliação de economistas e empresários, impede o crescimento mais acelerado do Produto Interno Bruto (PIB).
‘‘Na nossa história econômica, o que não faltou foi ousadia. Houve excesso de coragem e os resultados, todo mundo

sabe, foram desastrosos e a nossa geração está pagando a conta. A ousadia do governo está na nossa persistência em seguir uma política que tem se mostrado acertada'', afirmou o ministro, numa resposta direta a Sérgio Haddad, presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong) e integrante do conselho.

Em sua exposição, Haddad disse que a política econômica estimula o desemprego e só favorece os mais ricos, que se beneficiam dos juros altos no mercado financeiro. Ele também criticou o arrocho fiscal, que, nos nove primeiros meses do ano, ficou quase R$ 13 bilhões acima do acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), impedindo mais investimentos na área social.

Veneno

Nos mais de dez minutos de defesa, Palocci afirmou que, por conta da reativação da economia, serão criados quase dois milhões de empregos formais no país neste ano. Ele disse que todos os indicadores mostram ganho na renda das famílias depois da queda da inflação. ''Não há nada mais venenoso para o processo econômico do que a inflação'', comentou. Por isso, a política de juros altos é mais do que justificada. ''Juro alto não é bom, mas às vezes é importante para combater a inflação alta, que corrói a renda da população.''

O ministro afirmou ainda que o compromisso com o ajuste fiscal é um problema do país, e não do FMI. ''Ou economizamos recursos para botar a dívida pública em trajetória descendente, ou vamos abortar o processo de crescimento'', enfatizou. Segundo Palocci, é possível que, no ano que vem, o país não renove o acordo com o fundo, mas os superávits primários serão mantidos. ''Eu gostaria muito de pegar metade do superávit e dar para a educação ou para políticas industriais que estimulem o emprego. Com certeza, eu seria mais feliz. Mas isso implica em dobrar ou triplicar o custo da dívida'', frisou.

Na avaliação de Palocci, a queda nos juros e a redução do ajuste fiscal não podem ser um processo voluntário. Têm de ser um processo consistente. ''O fundamental é que não transformemos nossas vontades em decretos ou projetos de lei. Devemos trabalhar de forma persistente para termos juros mais baixos e crescimento sustentado'', assinalou, reforçando, mais uma vez, que o governo não está respondendo, com a política econômica, a exigências externas. ''Estamos, sim, respondendo aos nossos compromissos'', afirmou.

Alicerce

O Brasil, segundo o ministro, está registrando o sexto trimestre consecutivo de crescimento sustentado. O ritmo da expansão está em torno de 5,5% ao ano. ''É o mais forte ciclo de crescimento dos últimos quatro períodos de retomada da atividade econômica'', garantiu. Os quatro ciclos citados por ele foram os iniciados em agosto de 1995, dezembro de 1998, outubro de 2001 e junho de 2003.

''O Brasil entrou em um processo de crescimento longo, que nada tem a ver com um vôo de galinha, de curto prazo. O país reúne as melhores condições para crescer dos últimos 30 anos: ajuste fiscal, inflação sob controle e contas externas superavitárias'', ressaltou. ''O crescimento atual tem alicerce, paredes e meta. O alicerce é a estabilidade macroeconômica que estamos consolidando, o que se reflete na queda no risco-país'', emendou.

Sobre o recrudescimento da inflação, que deve levar o Comitê de Política Monetária (Copom) a aumentar em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic) na próxima semana, o ministro disse que o Banco Central está bastante atento ao comportamento dos preços. ''Não vejo a inflação como uma ameaça, mas como um desafio constante, o que exige um BC sempre vigilante'', destacou.

Também no entender do presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, os riscos de a inflação fugir ao controle são mínimos. Ele ressaltou que, mesmo com a alta dos juros, a economia manterá um ritmo de crescimento consistente no próximo ano, em torno de 3,5%. Para o presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, a economia crescerá 5% neste ano e o faturamento de Natal será o melhor em muitos anos, independentemente do recuo das vendas a prazo por causa juros mais elevados.

ANEXO IV

CARTA AO POVO BRASILEIRO

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. É nítida a preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o

país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.
Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.
Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.
Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.
O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.
Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.
Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.
Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.
Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.
Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.
Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.
Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.
Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.
Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores.
Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.
A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.
O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.
Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.
A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.
Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.
Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.
O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.
Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.
O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças

corajosas e responsáveis.
Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

##

Lula evita confrontar com ex-adversários
Folha de São Paulo
13/08/2002
Editoria: BRASIL Página: A8 a A-9

Lula evita confrontar com ex-adversários
Candidato petista recusa-se a apontar setores perdedores diante de seu eventual governo, cuja prioridade definiu como sendo inclusão digital
DA REPORTAGEM LOCAL
O presidenciável petista Luiz Inácio Lula da Silva, 56, empenhou-se em evitar qualquer espécie de confronto político e foi evasivo ao responder sobre quais setores econômicos ou sociais perderiam em seu eventual governo, cuja prioridade será a "inclusão social", conforme ele mesmo definiu na abertura da série "Candidatos na Folha", realizada ontem no Teatro Folha, em Higienópolis, zona central de São Paulo.
"Estou numa fase positivista", disse Lula, quando indagado sobre quem deveria sair perdendo diante da sua proposta de reforma tributária. O petista recusou-se a dizer claramente se os bancos, por exemplo, vão pagar mais impostos. "Depende. Os bancos ganham muito porque o governo gosta que eles ganhem muito".
Lula foi sabatinado durante cerca de duas horas e 15 minutos por Eleonora de Lucena, editora-executiva da Folha, Clóvis Rossi, Gilberto Dimenstein e Luís Nassif, todos os três colunistas e membros do Conselho Editorial da Folha, além de leitores do jornal presentes na platéia.
Valendo-se em vários momentos do debate de exemplos familiares e domésticos para justificar suas opções políticas, Lula disse que "um avô é mais carinhoso com o neto do que o pai foi com um filho" ao se referir ao abrandamento das posições anteriores do PT, que o candidato definiu como sinal de "amadurecimento". Ao ser questionado por sua falta de experiência na administração pública, o petista recorreu ao ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela. "A única experiência que ele tinha quando assumiu eram os 27 anos que passou na cadeia. Tornou-se o maior estadista de seu país", disse, estabelecendo uma identificação entre si mesmo e o líder sul-africano.
Afirmando estar mais bem preparado hoje do que há 13 anos, quando foi candidato pela primeira vez, Lula foi aplaudido ao responder se o eleitor teria então acertado em não alçá-lo à Presidência em 1989: "Não, porque votou em gente pior", disse, sobre Fernando Collor.
A seguir, os principais trechos da abertura da série "Candidatos na Folha", que prossegue hoje com o presidenciável Ciro Gomes (PPS).
DA REPORTAGEM LOCAL
A participação de Lula começou com uma apresentação em que o candidato expôs as razões de tentar novamente a Presidência."Compreendemos que era preciso assumirmos um compromisso de resgatarmos as dívidas que o Estado brasileiro tem com uma parcela significativa da sociedade brasileira, principalmente os setores oprimidos da sociedade, aquela parte que não trabalha, aquela parte que ainda é vítima de preconceito e aqueles que desejam conquistar um pouco da sua cidadania", declarou.
"Um país do tamanho do Brasil com o potencial do Brasil, com vocação do Brasil não pode ficar à mercê da especulação, seja interna ou externa. Temos que acreditar que a produção é a única possibilidade que temos de gerar os empregos que o Brasil precisa, o crescimento da riqueza que o Brasil precisa e a distribuição de renda que o Brasil precisa.""Poderiam perguntar para mim: bom, Lula, se é tão fácil assim, por que razãoos outros não fizeram? Porque tem gente que acredita. Em política tem gente que acredita que esse rumo está certo e vai até cair no abismo."
Alianças
Em seguida, o jornalista Clóvis Rossi iniciou a série de perguntas, questionando a política de alianças adotada pelo PT nesta eleição. "Fizemos aliança política porque entendíamos que o PT não poderia sair numa eleição mais uma vez sozinho. O PL teve um comportamento exemplar nestes últimos seis anos, votando com a bancada da oposição no Congresso Nacional." O colunista Gilberto Dimenstein questionou Lula sobre a hipótese, definida por ele como provável 'e possível, de, num segundo turno contra Ciro Gomes, ter o presidente Fernando Henrique Cardoso em seu palanque. "Isso não depende da minha vontade. Isso depende da vontade do presidente da
República enquanto eleitor." O jornalista perguntou se Lula poderia pedir esse apoio. "Não, não pediria. Por uma questão de respeito. Só quero conversar sobre o segundo turno no segundo turno. (...) Acho que o presidente Fernando Henrique Cardoso, nesse primeiro turno, deveria se colocar como uma espécie de magistrado."
Trajetória do PT
A editora-executiva Eleonora de Lucena perguntou se o PT em sua trajetória se aburguesou ou domesticou-se. "Você já se perguntou por que um avô é mais carinhoso com o neto do que foi com o seu próprio filho? Não é porque ele gostava menos do filho, é porque ele ficou mais maduro." Rossi inquiriu se Lula estava errado antes. "Não, eu estava vivendo a experiência daquele momento. Eu me dei conta de que o PT que precisava construir era maior do que o PT de macacão que eu sonhava em construir."
Dimenstein perguntou se, em 1989, o brasileiro acertou em não votar em Lula, que admitiu ser menos experiente do que é hoje. "Não, porque votou em gente pior", disse sob aplausos.

Estado

O colunista Luís Nassif perguntou qual será o papel do Estado em um eventual governo Lula. "Sou defensor de um Estado forte, um Estado com autoridade, um Estado indutor do desenvolvimento, um Estado planejador. E isso não implica que o Estado tenha que fazer as coisas. O Estado pode ser forte, por exemplo, para não permitir que o preço do gás e da gasolina fique subordinado à política cambial."

Reforma tributária

O petista defendeu a recuperação da "capacidade de interlocução entre o Estado e a sociedade brasileira". Foi questionado por Eleonora de Lucena sobre quem deve perder numa reforma tributária petista, já que há interesses contrariados quando ela é debatida. "Cabe ao presidente, como magistrado que deve ser, juntar todo o segmento da sociedade e construir uma proposta que não seja nem a minha e nem a sua, mas que seja a nossa. Em vez de falar quem vai perder, vamos falar em quem tem de ganhar. Estou numa campanha positivista. Quem tem que ganhar são os setores excluídos, porque política tributária pressupõe justiça social. Você cobra mais de quem tem mais para fazer políticas públicas para quem tem menos."

Nassif lembrou que uma das causas da crise brasileira é a alta carga tributária. "Se fôssemos trabalhar apenas com a contabilidade oficial,

ninguém deveria ser candidato. Porque aí não tem jeito mesmo, deixa do jeito que está. Acontece que eu acredito [que possa mudar]. Quando casei com aquela galega ali [aponta para a mulher, Marisa], a gente foi pagar aluguel em São Bernardo do Campo e nós fizemos um juramento: vamos trabalhar 12 meses e vamos comprar uma casa. Quando chegou nos 12 meses não deu para comprar a casa. Aí fomos comprar uma casa, que não era a casa que eu queria", exemplificou sua política de fazer o possível.

O petista se disse convencido de que o governo está gastando mal. "Por isso, estamos propondo que o governo pegue a proposta de política tributária que foi acordada no Congresso Nacional e coloque em votação. Ela tem três eixos: a desoneração da produção, das exportações e o fim do efeito cascata das contribuições. Isso para que a gente possa aumentar a nossa capacidade de exportação e ter um balanço comercial favorável. Vamos continuar amarrados, mas o que precisamos é pegar os recursos que há e gastar melhor. Vai ser um ano muito difícil, não estou aqui querendo vender que vai ser fácil não."

FMI e pobreza

Eleonora de Lucena lembrou afirmação de Lula de que enquanto houver uma criança morrendo de fome no Brasil a dívida externa não deveria ser paga. A jornalista lembrou o acordo com o FMI, que exige metas a serem cumpridas pelo país. "Esqueça o FMI", disse Lula. "Não dá para abstrair uma realidade", rebateu a jornalista. "Uma coisa que quero assumir aqui é a seguinte: é plenamente possível garantir que, em quatro anos, neste país não haja uma criança fora da escola e que não haja uma criança que não vá dormir toda a noite comendo três refeições por dia. É plenamente possível", prometeu Lula.

Rossi questionou se isso seria factível cumprindo as metas de 3,75% de superávit primário e as metas de inflação definidas para o próximo governo, sob pena de o país não receber os US$ 34 bilhões do FMI, que parecem essenciais para fechar as contas externas. "Esse é um problema do Brasil. O Brasil está sendo administrado do ponto de vista contábil. O Brasil não está sendo administrado do ponto de vista político ou do ponto de vista social. Um governo sério vai fazer com que as pessoas sintam o prazer de pagar os seus impostos. Porque um governo sério tem que devolver, em forma de benefício para a sociedade, o imposto arrecadado. Você pode arrecadar sem cobrar mais."

Elites

Nassif e Eleonora perguntaram se Lula acha que a elite brasileiro mudou a ponto de aceitá-lo. "Todos nós avançamos, a elite brasileira avançou. Vou fazer uma coisa que o Fernando Henrique Cardoso falava muito em 1982, o famoso Pacto de Moncloa [acordo de transição na Espanha]. Aqui nunca foi executado porque não houve presidente que conversou menos com a sociedade do que Fernando Henrique Cardoso. Então queremos construir uma espécie de um novo contrato social. Juntar todos os setores organizados da sociedade e começar a estabelecer políticas públicas."

Rossi perguntou se um governo petista seria assembleísta, permanecendo em simpósios permanentes, sem tomar decisões. "Obviamente que vai decidir. O fato de um maquinista estar com o ajudante colocando lenha na máquina não significa que o trem esteja parado. Esse trem vai estar andando. Entretanto há coisas a serem feitas concomitantemente. Gostou do concomitantemente?", perguntou Lula, suscitando risos. Eleonora questionou como será o diálogo com os sem-terra e Dimenstein perguntou o que acontecerá se invadirem a fazenda do presidente: "Bom, a minha não vão invadir porque eu não tenho fazenda. Somos a única chance e a mais importante possibilidade que o MST tem de ver acontecer no Brasil uma reforma agrária sem precisar ter uma ocupação de terra, sem nenhuma violência".

Ciro

Dimenstein lembrou a afirmação de Ciro Gomes (PPS) de que é melhor candidato do que Lula porque o petista não tem experiência. "Olha, se for só por isso, é ruim o argumento dele. Não faço parte da turma do eu me amo, achando que sou o melhor do mundo. Eu não sou assim. Não sou melhor do que ninguém. Eu, no máximo, quero ser igual. Até porque tem uma coisa que eu digo todo dia: eu não sou resultado da minha inteligência, eu sou o resultado da evolução política da sociedade brasileira. Esse negócio de experiência me lembra o Mandela. Sabe qual era a experiência do Mandela? 27 anos de cadeia. Quando é eleito presidente, transforma-se no maior estadista da África do Sul. Sabe por quê? Porque o problema de governo não é administrativo. É político."

Armínio

A leitora Luiza Rebouças perguntou se Lula manteria Armínio Fraga no Banco Central. "Só se o José Serra ganhar as eleições. Acho que o Armínio Fraga tem demonstrado ser uma pessoa tecnicamente preparada, mas temos muita gente no Brasil igual ao Armínio. Gente com um pensamentozinho mais próximo a nós."

Eleonora de Lucena perguntou se os bancos vão pagar mais impostos em um governo petista. "Depende. Acho que o

mercado financeiro ganha muito hoje porque o governo gosta que eles ganhem muito, até porque o responsável pela política de juros é o governo."
Da platéia, o professor de filosofia roberto Romano, da Unicamp, perguntou o que Lula fará para evitar instabilidade política que tem ocorrido em países da América Latina. É preciso acertar na política, ou seja, esse negócio do presidente da República ficar dizendo que não conversa com A, com B, não cabe ao presidente da República dizer que não conversa, ele é o presidente de todos."
O leitor Márcio Alexandre Silva perguntou a Lula sobre a cobertura da Folha dos temas referentes ao PT e à sua candidatura. "O problema da Folha com o PT é um caso meio complicado, porque, quando a gente vem aqui reclamar, a Folha diz: todo mundo reclama. O problema da Folha é que acho que o cara melhor remunerado é o que bola a manchete. Às vezes a manchete é muito picante, você vai ler o texto e não há nenhuma razão para aquela manchete. A Folha tem uma coisa ruim na minha opinião que mexe muito com o PT. Uma notícia no Painel tem mais importância do que uma notícia no "Jornal Nacional". O pessoal lê muito o Painel da Folha de S.Paulo, pelo menos no PT. Como estamos naquela fase de que fale mal, mas fale de mim, pode falar do PT. Eu aprendi a não ficar bravo. Já briguei muito com a imprensa. Não estou mais a fim de brigar com a imprensa, não."
Um leitor pediu para que Lula explicasse de que vive, já que não tem emprego privado nem cargo público. "Isso é coisa que mais me dá orgulho. Possivelmente eu seja o único dirigente partidário que não precisa arrumar um caixa dois para se sustentar. Eu recebo salário do meu glorioso Partido dos Trabalhadores. Registrado em carteira profissional com contribuição de Previdência Social, de fundo de garantia por tempo de serviço. Não sei até quando o José Dirceu vai querer que eu viva assim. Uma coisa que eu quero ajudar a sociedade brasileira a fazer é o seguinte: não temos que ter vergonha daquilo que a gente faz, se a gente faz corretamente. Estou no PT porque o PT está no meu sangue e, enquanto eu estiver fazendo política, eu vou ficar no PT. Enquanto o PT resolver que sou importante, o PT me paga. Eu sou, eu acho que tenho uma certa importância para o PT, eu ganho menos do que qualquer jogador de bola de segunda divisão aí. O PT precisa aprender a valorizar mais meu passe, ô, José Dirceu."

##

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Relação dos conselheiros com mandato durante o biênio 2003-2004

Representantes do Governo

Tarso Genro
Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

José Dirceu
Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

Luiz Gushiken
Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;

Luiz Dulci
Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;

Jorge Armando Felix
Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

Antônio Palocci
Ministro da Fazenda;

Guido Mantega
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Luiz Fernando Furlan
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Benedita da Silva
Ministro da Assistência Social;

Jacques Wagner
Ministro do Trabalho e Emprego;

Marina Silva
Ministro do Meio Ambiente;

Celso Amorin
Ministro das Relações Exteriores;

Representantes da Sociedade

Abílio dos Santos Diniz
Grupo Pão de Açúcar

Alceu Nieckarz
Bispo Evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus

Altemir Antônio Tortelli
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

Amarílio Proença de Macêdo
Empresário do Ramo de Alimentos do Nordeste - J.Macêdo Alimentos S/A

Antoninho Marmo Trevisan
Presidente Trevisan Auditoria, Consultoria e Educação

Antônio Fernandes dos Santos Neto
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Benjamin Steinbruch
Companhia Siderúrgica Nacional

Carlos Jereissati Filho
Associação Brasileira de Shopping Centers

Cláudio Baldino Maciel
Associação Brasileira de Magistrados

Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
Ordem dos Advogados do Brasil

Clemente Ganz Lucio
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Daniel Feffer
Companhia Suzano de Papel e Celulose

Dom Tomás Balduíno
Comissão Pastoral da Terra

Dráuzio Varella
Médico

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Eugênio Emílio Staub
Gradiente

Fábio Colletti Barbosa
Banco ABN AMRO Real S.A

Fernando Roberto Moreira Salles
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

Fernando Xavier Ferreira
Grupo Telefônica do Brasil

Frank Algot Eugen Svensson
Professor Universitário

Gabriel Jorge Ferreira
Federação Brasileira de Associações de Bancos

Glaci Therezinha Zancan
Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Gustavo Carlos Marin Garat
Citibank

Gustavo Lemos Petta
União Nacional de Estudantes

Hélgio Trindade
Professor Universitário

Horácio Lafer Piva
Federação Nacional das Indústrias do Estado de São Paulo

Ivo Rosset
Empresário do Setor Textil - Valisère®, Cia Maritima®, Agua Doce®.

João Carlos Gonçalves
Força Sindical

João Felício
Central Única dos Trabalhadores

João Resende Lima
Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

João Vaccari Neto
Sindicato dos Bancários São Paulo

Jorge Gerdau Johannpeter
Grupo Gerdau
Jorge Nazareno Rodrigues
Sindicato Metalúrgicos Osasco

José Antônio Moroni
Fórum Nacional de Assistência Social

José Calixto Ramos
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

José Carlos de Souza Braga
Economista e Professor Universitário

José Carlos Costa Marques Bumlai
Empresário e Pecuarista

José Fernandes do Rego
Professor Universitário e especialista em Economia Rural

José Joaquim Calmon de Passos
Jurista

José Luis Cutrale
Representante do Setor Sucocítrico

José Mendo Mizael de Souza
Instituto Brasileiro de Mineração

Joseph Couri
Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Indústrias

Juçara Maria Dutra Vieira
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Laerte Teixeira da Costa
Central Autônoma de Trabalhadores

Lucélia Santos
Atriz - Teatro, Cinema e Televisão

Luiz Aimberê Soares de Freitas
Professor Universitário

Luiz Carlos Delben Leite
Presidente da ABIMAQ

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Economista

Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
General-de-Exército

Luiz Marinho
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Luiz Otávio Gomes
Confederação Nacional das Associações Comerciais

Lutfala Bitar
Engenheiro e Empresário na Região Norte

Manoel José dos Santos
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Márcio Artur Cypriano
Bradesco

Márcio Lopes de Freitas
Organização das Cooperativas Brasileiras

Marfan Martins Vieira
Associação Nacional dos Membros Ministério Público

Maria Victória Benevides
Cientista Política

Maurílio Biagi Filho
Representante do Setor Sucroalcooleiro

Mauro Knijnik
Empresário

Miguel João Jorge Filho
Banco Santander

Milu Villela
Museu de Arte Moderna de São Paulo

Muniz Sodré de Araújo Cabral
Professor universitário e estudioso da cultura negra

Nilson do Amaral Fanini
Pastor Evangélico - Aliança Batista Mundial

Oded Grajew
Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social

Omilton Visconde Júnior
Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica

Paulo Antônio Skaf
Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base

Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo
Advogado, Jornalista e Professor Universitário

Paulo Safady Simão
Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Paulo Vellinho
Empresário

Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira
Comunidades Eclesiais de Base

Pedro Luiz Teruel
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

Raymundo Magliano Filho
Bovespa

Ricardo Young Silva
Instituto Ethos

Rinaldo Campos Soares
USIMINAS

Roberto Baggio
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Roberto Egydio Setubal
Banco Itaú

Robson Braga de Andrade
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Rodrigo Costa da Rocha Loures
Nutrimental

Roger Agnelli
Companhia Vale do Rio Doce

Rogelio Golfarb
Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

Sérgio Haberfeld
DIXIE TOGA

Sérgio Haddad
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Silas Malafaia
Pastor Evangélico - Assembléia de Deus

Sônia Maria Fleury Teixeira
Professora Universitária

Sueli Carneiro
Rede de Entidade de Mulheres Negras

Tânia Bacelar de Araújo
Professora Universitária UFPE

Viviane Senna Lalli
Instituto Ayrton Senna

Waldemar Verdi Junior
Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores

Zilda Arns Neumann
Pastoral da Criança

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo